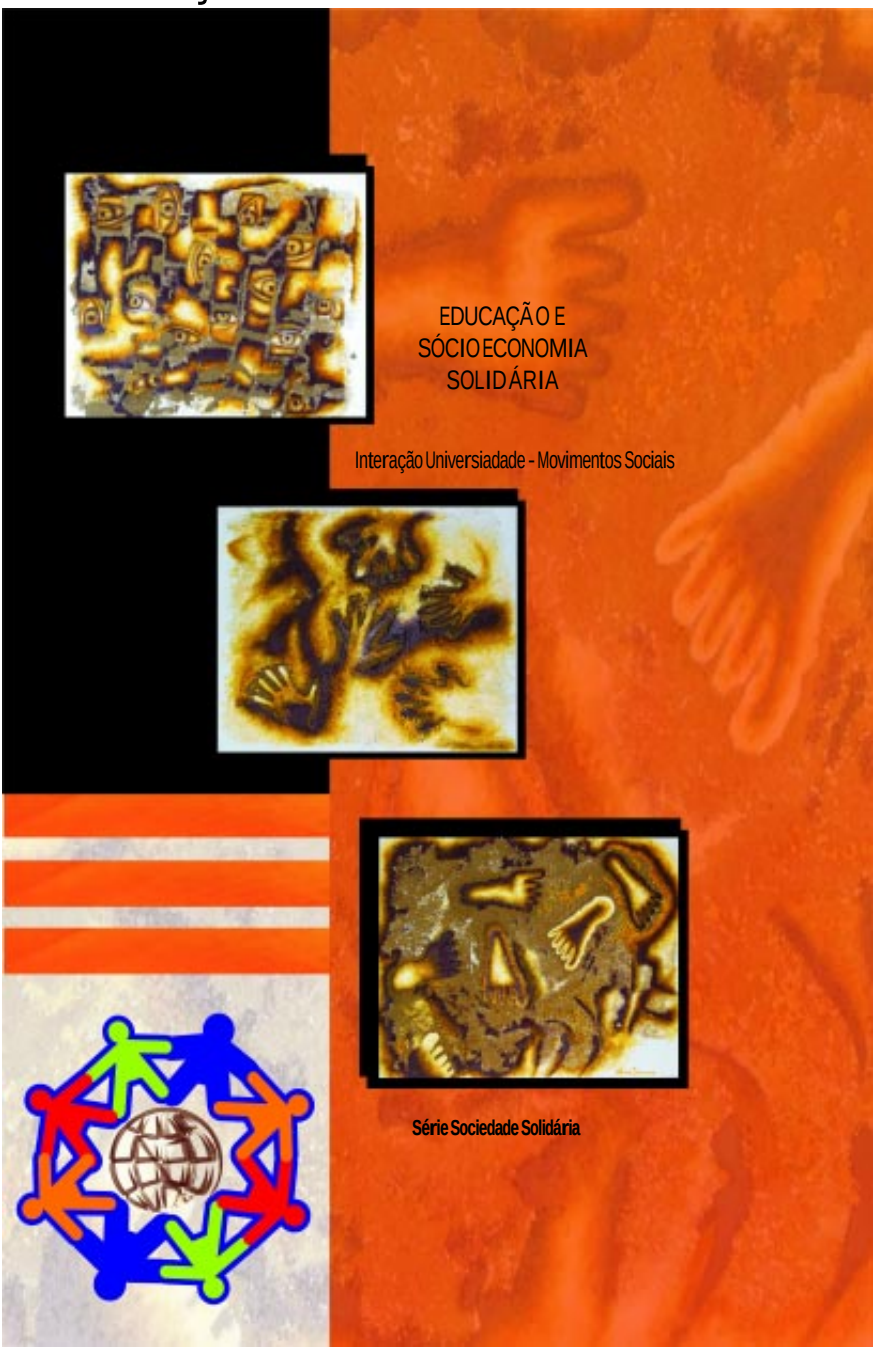
Educação e Sócio-Economia Solidária



Laudemir Luiz Zart
Josivaldo Constantino dos Santos
(Orgs.)

Editora Marilda Fatima Dias
Capa José Roberto Mercado
Projeto Gráfico/Diagramação José Roberto Mercado
Supervisão de Editoração Valter Gustavo Danzer

Copyright © 2006/Editora Unemat

Ficha Catalográfica elaborada pela Coordenadoria de Bibliotecas Unemat - Cáceres

Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade - Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária. Vol. 2 (2006). Organizado por: Laudemir Luiz Zart e Josivaldo Constantino dos Santos. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

275 p.

Anual.

1. Sócio-economia solidária 2. Movimentos sociais 3. Universidade I. Zart, Laudemir Luiz e Santos, Josivaldo Constantino dos II. Título

ISBN - 85-89898-34-2 CDU: 316-334-2

EDITORA UNEMAT
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cáceres - MT - Brasil - 78.200.000
Fone/Fax (0xx65) 3221-0081 - www.unemat.br - editora@unemat.br

Todos os Direitos Reservados. É proibido a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 5610/98) é crime estabelecido pelos artigo 184 do Código Penal.

Educação e Sócio-Economia Solidária
Interação Universidade – Movimentos Sociais

Série Sociedade Solidária
Vol. 2 - 2006

Laudemir Luiz Zart
Josivaldo Constantino dos Santos

(Orgs.)

Universidade do Estado de Mato Grosso

Reitor	Taisir Mahmudo Karim
Vice-Reitor	Almir Arantes
Pró-Reitoria de Administração e Finanças	Wilbum de Andrade Cardoso
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação	Neodir Paulo Travessini
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Solange Kimie Ikeda Castrillon
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Laudemir Luiz Zart
Pró-Reitoria de Planej. e Desenv. Institucional	Marcos Francisco Borges

Presidente	Marilda Fátima Dias
Conselho Editorial	Agnaldo Rodrigues da Silva
	Afonso Maria Perreira
	Almir Arantes
	Evanil de Almeida Cardoso
	Jocineide Macedo Karim
	Laudemir Luíz Zart
	Marcos Figueiredo
	Marco Antonio Aparecido Barelli
	Paulo Alberto dos Santos Vieira
	Taisir Mahmudo Karim

EDITORA
UNEMAT

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Panoramas e Práticas Sociais para a Construção da Educação e da Sócio-economia Solidária .. 007

CAPÍTULO I
A Construção da Universidade Aberta e os Referenciais de Sócio-economia Solidária

A Universidade como Fator de Articulação e Adensamento entre a Organização Popular e Políticas Públicas 019
Alejandro Labale

Possibilidades de Fazimento da Universidade: características e opções entre a globalização e a planetariedade 028
Laudemir Luiz Zart

Educação Ambiental e Sócio-economia Solidária: a persistência nas maneiras alternativas de entender e viver a vida 035
Josivaldo Constantino dos Santos

O Mister de Reaprender os Vínculos entre a Economia e a Vida Social 050
Gabriela d'Ávila Schüttz e Luiz Inácio Gaiger

Significado e Perspectivas da Economia Solidária Hoje 065
Armando Lisboa

A Economia Solidária como Política Pública no Governo Lula 073
Fernando Kleimann

Globalização, Trabalho e Sociedade em Rede: perspectivas da redefinição da sociedade capitalista e a constituição das empresas autogeridas 082
Josiane Magalhães

O Capital Marginaliza e a Barbárie Responde 095
Fiorelo Picoli

CAPÍTULO II
Metodologias Formativas e Experiências de Processos Organizacionais e de Incubação

Por uma Pedagogia Coletiva 109
Ilma Ferreira Machado

Dimensões Formativas para a Construção de Práticas Sociais Relativas ao Cooperativismo Solidário 116
Laudemir Luiz Zart

Os Processos Grupais: uma análise das relações interpessoais dos moradores da Gleba Triângulo ... 129
Wilson Luconi Jr, Sandro Benedito Sguarezi

A Experiência da ADS–Agência de Desenvolvimento Solidário e seu Papel na Economia Solidária ... 136
Maria Eunice Dias Wolf

A Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis e a Educação e Sócio-economia Solidária na Incubadora da UNEMAT 140
Clovis Vailant; Dilma Lourença da Costa e Rogério de Oliveira Costa

Incubando uma Cooperativa Agrícola na Gleba Mercedes V, Região Centro Norte do Estado do Mato Grosso 146
Juvenal Melvino da Silva Neto e Aleido Diaz Guerra

A Consolidação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau - ITCP/FURB 152
Marilú Antunes da Silva

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFPA: um campo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão 159
Maria José de Souza Barbosa; Armando Lírio de Souza; Ana Maria Mendes Pires; Euzalina da Silva Ferrão e Adebaro Alves Rei

CAPÍTULO III
A Educação do Campo e a Agricultura Familiar Camponesa-Agroecológica

Ensino Superior do Campo e no Campo: uma ação coletiva e solidária em assentamentos da região norte do Estado de Mato Grosso 169
Josivaldo Constantino dos Santos

Escola do Campo: uma proposta solidária 177
Odimar J. Peripolli

Uma Experiência Metodológica em Educação para a Organização, a Cooperação e a Solidariedade Popular 185
João Ivo Puhl

Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa: perspectivas solidárias 207
Sandro Benedito Sguarezi

Novos Rumos da Agricultura na Amazônia Legal: da colonização dirigida à produção familiar rural em Mato Grosso 220
Paulo Alberto dos Santos Vieira e Ronaldo Santos Freitas

Agroecologia, Sustentabilidade, o Caminho da Universidade e Perspectivas dos Assentamentos de Reforma Agrária 233
Jorge Luiz Schirmer de Mattos; Marilza Machado e Willian Marques Duarte

Certificação Social: o comércio justo como alternativa à agricultura familiar brasileira 254
Gilmar Laforga; Farid Eid

Proposta da Série Sociedade Solidária 270

Sobre os Autores 271

APRESENTAÇÃO

PANORAMAS E PRÁTICAS SOCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA

É importante ter a clareza de que a sócio-economia solidária tem crescido no Brasil como reflexo da organização dos movimentos sociais na construção de alternativas que viabilizem políticas públicas para a inclusão social e, mais profundamente, para a transformação das estruturas e das relações sociais geradoras da marginalização humana e da degradação ambiental. Não obstante, essas iniciativas são acompanhadas nos três últimos anos por proposições governamentais que estão operacionalizando ações, créditos e tecnologias para a sua viabilização.

Ligadas às proposições e às práticas sociais no campo da sócio-economia solidária, ocorrem processos sociais de educação que têm como perspectiva a gestação de uma consciência crítica e propositiva que possa ser capaz de promover a superação das exclusões cognitivas. Há, nessa direção uma clara definição para o desenvolvimento de processos educacionais que tenham como pressupostos éticos e cognitivos a solidariedade, a cooperação, a inclusão social, a humanização e, por fim, a valorização da vida.

A universidade deve fazer-se uma instituição que tenha profundos e radicais compromissos sociais. Deve co-responsabilizar-se para a consolidação de referenciais sociais, culturais, epistemológicos, econômicos, ecológicos etc, que simbolizam as relações, as organizações e as cognições da sociedade que seja orientada pelo princípio da solidariedade.

Na UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, iniciamos um processo de forma mais aberta e dinâmica em 2002, quando, no mês de agosto, realizamos o I EMESOL – Encontro Mato-grossense de Educação e Sócio-economia Solidária no Campus Universitário de Cáceres. Este foi um marco público que ocorreu após a Instituição ter celebrado um convênio com a UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudo e Pesquisa sobre o Trabalho, a partir do Núcleo Unemat-Unitrabalho ter realizado diversas atividades para mobilizar e preparar os pesquisadores na Instituição para efetivamente desenvolver a temática em tela.

Uma das respostas que temos deste começar é a organização da REMSOL – Rede Mato-grossense de Educação e Sócio-economia Solidária. Estamos ainda formalizando o Programa Institucional de Educação e Sócio-economia Solidária. Outros resultantes são a publicação da Série Sociedade Solidária e também as pós-graduações em Economia Solidária, Cooperativismo Solidário e da Pedagogia da Cooperação, que são proposições para a formação de agentes solidários.

Não podemos esquecer de mencionar o projeto de incubação de dez empreendimentos solidários que se iniciaram em 2005, no Estado de Mato Grosso, a partir dos Campi Universitários da UNEMAT de Sinop, Colider, Barra do Bugres e

Tangará - DRT – Delegacia Regional do Trabalho.

Após o II EMESOL, ocorrido no *Campus* Universitário de Sinop, no mês de setembro de 2004, avaliamos que os encontros têm aberto espaços para que políticas públicas sejam difundidas e que os trabalhadores possam tomar consciência da necessidade e tecnológicos à disposição em programas governamentais.

O I EMESOL teve como tema de reflexão o surgimento de novos paradigmas no conhecimento e na sociedade. No segundo, tratamos da proximidade e da interação da universidade-sociedade. Nesses momentos, tivemos a participação efetiva de organizações populares. O movimento, até agora feito, objetivou, principalmente, sensibilizar para a Educação e Sócio-economia Solidária. Esse percurso está, na verdade, recém-iniciado. Necessitamos promover, cada vez com maior intensidade, o conhecimento, a conscientização e as práticas solidárias e cooperativas, não esquecendo da extensidade.

Haveremos de avançar na elaboração de um pensamento que tenha como propósito uma provocação mais próxima das necessidades e das demandas de grupos sociais que se propõe a se organizar e/ou se consolidar para o fazimento e desenvolvimento de empreendimentos solidários. A temática em tela é um procedimento coletivo para a reflexão e a tomada de decisões que possibilitam a concretização de políticas públicas e a efetivação de entidades que promovam a educação para o exercício efetivo da sócio-economia solidária. A economia é entendida não como simples fórmula de administrar negócios e mercados, mas como o pensar e o agir em relação ao bem-viver e o cuidar do ambiente natural e social no qual vivemos.

Dessa forma, centrar-se na discussão dos empreendimentos solidários é discutir e compreender os complexos processos societais pelos quais se organizam a produção, a distribuição da renda, a ética, a educação, a profissionalização, o cuidado ecológico, a capacidade de sonhar e de humanizar o ser humano desumanizado, pela conquista da cidadania, pela participação e pela esperança de construção da Sociedade Solidária.

Após o lançamento da primeira obra da Série Sociedade Solidária, em 2004, que tem como discussão os paradigmas de conhecimento e de sociedade, trazemos a público a segunda obra, que tem como tema transversal a interação da universidade e dos movimentos sociais. Para orientar a leitura, organizamos a presente obra em três capítulos. O primeiro, intitulado *A Construção da Universidade Aberta e Referenciais de Sócio-economia Solidári*a, reúne textos que tratam e discutem a universidade na perspectiva de se configurar como instituição que se abre para temáticas que encontram na diversidade dos grupos sociais, nas suas problemáticas e nos seus sonhos a necessidade de desenvolvimento de políticas e de ações de produção e de socialização de conhecimentos. Associada a essa temática, incluímos debates relativos à sócio-economia solidária como organização e concepção que advém dos movimentos sociais, que se constitui em políticas públicas e se configura como espaço e tempo das universidades nas ações da pesquisa, do ensino e da extensão.

No segundo capítulo, denominado *Metodologias Formativas e Experiências de Processos Organizacionais e de Incubação,* estão as produções textuais que refletem sobre as proposições de formação, de referenciais metodológicos e epistemológicos geradores de competências que relacionam o desenvolvimento

da pessoa e do coletivo. Constitui-se nas multidimensões para a apreensão cognitiva e organizativa de empreendimentos e de saberes próprios de grupos sociais que se mobilizam para a geração e a distribuição de bens materiais e imateriais para o bem viver. É nesse direcionamento que a metodologia da incubação representa a dialogicidade da universidade com os movimentos e os grupos sociais.

No terceiro capítulo, *A Educação do Campo e a Agricultura Familiar Camponesa-Agroecológica,* estão expressas reflexões que se direcionam para a realidade do campo. A perspectiva dos autores é associar a organização camponesa com a matriz tecnológica de agroecologia, com a educação popular e com a organização econômica solidária. A visão de mercado está presente na concepção do comércio justo que tem como referência a construção de práticas sociais que aproximam o produtor e o consumidor.

Ilustramos a seguir referenciais dos textos apresentados, cujo objetivo é provocar e problematizar a leitura da presente obra. Destacamos que todos os capítulos ou textos poderão ser lidos autonomamente. No entanto, no conjunto da obra há uma complementaridade entre os temas desenvolvidos. Compreendemos que a educação e a sócio-economia solidária é um campo complexo. Apreendê-lo e gerar atitudes individuais e coletivas correspondentes é o grande desafio que nos provoca. Iniciamos a apresentação.

Articular e adensar a organização popular e as políticas públicas são fatores centrais para a universidade. Essa tese é explorada por Labale ao analisar as ações de incubação, ações de intensa relação na Universidade Regional de Blumenau. O autor realiza a crítica à universidade quando esta se fecha sobre si mesma e realiza a função de emissora de juízos de valores que estabelecem verdades petrificadas. Essa forma de fazer ciência e tecnologia assenta-se numa perspectiva de neutralidade do método científico. Sob esse olhar, a universidade não teria a prerrogativa da imersão social. Ao romper com as atitudes e os conceitos da pseudoneutralidade, a universidade toma rumos que a fazem construir referenciais práticos e teóricos, de inserção, de abertura e de participação da sociedade. O autor evidencia que há a necessária relação da universidade que deve estar aberta à sociedade. Não diferente devem ser os procedimentos dos grupos sociais ao se fazerem presentes, ocupando os espaços e os tempos da universidade. Sob esse olhar, Labale coloca a extensão, compreendendo-a como ação de imersão e comprometimento da universidade, no caso específico para o desenvolvimento da economia solidária.

Zart, ao questionar sobre a universidade e suas possibilidades, expressa a dinâmica de dois projetos para a humanidade: a globalização e a planetária. Embuído pelos cenários adversos, tomados de valores e ideologias distintas e distintivas, visualiza as ações e as opções da universidade. A globalização constitui-se no projeto dominante orquestrado pela burguesia internacionalizada que tem na concorrência, na competição, no indivíduo e no mercado suas regras fundamentais de edificação dos espaços sociais. Ao formar para a competitividade a universidade torna-se acessória do projeto liberal. Em termos de contradição, desenvolve-se o projeto da planetariedade que tem como fundamentos éticos e cognitivos a construção de relações sociais solidárias, cooperativas, ecológicas, democráticas e sustentáveis. Centra-se na utopia da possibilidade real de convivência em sociabilidades fraternas. A universidade, ao se comprometer com o projeto da planetariedade, implica-se em ações populares, gesta e desenvolve projetos afirmativos, de forma-

ção e de desenvolvimento de alternativas sócio-econômicas, de participação política e de uma epistemologia aberta e criativa.

Santos traz a análise que aborda o encontro dialético dos paradigmas educacionais e sociais da Educação Ambiental e da Sócio-economia Solidária. A complexidade destes campos epistemológicos e políticos está atravessada pela "persistência nas maneiras alternativas de entender e viver a vida", como afirma de forma poética e lúcida o autor. Para realizar a análise, encontra no Assentamento da Gleba Mercedes o desafio maior para expressar a contradição entre uma realidade vivida, de destruição ambiental, de exploração e de desesperança, para a afirmação de uma utopia fundadora da esperança ativa, embasada na solidariedade e na sustentabilidade. O autor trabalha com professores/as-agricultores/as conceito que forja na evidenciação dos fenômenos vivenciados pelos sujeitos que fazem educação e agricultura e que sonham com uma perspectiva social que flui para o conceito de comunidade. Neste, concebe a capacidade de construir o "inédito viável", concepção freiriana que faz visualizar e promover práticas sociais fundantes da cooperação e da solidariedade. É nesta perspectiva que Santos revela também a inserção compromissada da universidade, enquanto ela terá que possuir a ousadia de uma auto-avaliação re-criadora.

Schüttz e Gaiger fundamentam que a sociedade moderna, sob os auspícios do modo de produção capitalista, gerou a separação entre a economia e a vida social. No modelo dominante, a sociedade subordina-se à economia e esta aparentemente adquire autonomia sobre todas as esferas da vida. O mercado e suas leis regem as relações humanas gerando "rupturas dos laços sociais". Contrariamente, a economia solidária recoloca a questão da ligação intrínseca entre economia e sociedade gerando movimentos inauguradores de "redes e estruturas cidadãs de solidariedade". Orientados pelo espírito de construção social solidária, os autores chamam a atenção, primeiro "carências intelectuais" de empreendedores econômicos solidários e por outro compromissos dos intelectuais como "agentes de mediação" que atuam com os movimentos populares na formação, na comunicação e na análise. Neste direcionamento apreende-se a economia solidária como uma práxis educativa, buscando a configuração de práticas sociais e de saberes que representam o cenário de inauguração de um movimento paradigmático.

Significado e Perspectivas da Economia Solidária, é o texto de Lisboa que trata dos desafios da economia solidária e das razões da sua emergência como prática social e sistema que se contrapõe ao fundamentalismo de mercado. Nesse sentido, a perspectiva da economia solidária é de representar e de tornar possível a transição paradigmático-civilizatória. Assim, várias características predominantes haverão de ser superadas: o modelo científico disciplinar, o poder do financeiro, da era industrial, do lucro fácil e rápido, da autonomização do econômico, da identificação do mercado como instrumento auto-regulador. Por outro, valores e atitudes como a solidariedade, o cuidado, a liberdade emancipatória, a permacultura, a agroecologia, a ecopedagogia, as ecovilas, a autogestão são conquistas de vários movimentos, práticas cotidianas e sistêmicas que estão sendo construídas e que têm na economia solidária um conceito agregador e gerador de cenários sociais, políticos, econômicos, epistemológicos alternativos ao capitalismo dominante.

A Economia Solidária como Política Pública no Governo Lula é tematizado por Kleimann que desenvolve uma reflexão recuperando a história do movimento da economia solidária. No Brasil, elucida que a própria configuração

das políticas públicas implementadas no governo Lula resultam dos movimentos sociais populares que se mobilizaram e a propuseram a partir das participações nos Fóruns Sociais Mundiais. A primeira iniciativa foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária como um mecanismo de participação livre e criativa. Neste se propõe a organização da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. O autor elucida ainda, de forma pertinente, as dificuldades que representam a institucionalização (burocratização) das necessidades e dos desejos que são criados e articulados nos movimentos sociais. As estruturas de Estado, que sofreram ações persistentes das concepções neoliberais de políticas públicas, necessitam, para atender às demandas populares, refundar concepções e práticas.

Magalhães envolve na sua reflexão duas temáticas distintas. No primeiro momento do texto realiza uma leitura crítica do desenvolvimento no mundo denominado de globalização. Este não se constitui uma formação nova de sociedade, senão a sistemática de inovações inerentes ao sistema capitalista de produção. A inovação no modo de produção dominante é exigente na quantidade e na qualidade de renovações tecnológicas. Traz igualmente pontuações objetivas quanto às dinâmicas de gestão dos processos produtivos e da co-responsabilização dos trabalhadores com o capital, como processo que requer não o cumprimento de ordens hierarquicamente estabelecidas, mas o procedimento observador atento e criativo. A globalização não rompe com a lógica do capital. Na segunda parte da reflexão, a autora ilustra o movimento de constituição de empresas autogeridas que se configuram como reação teórica e prática dos trabalhadores, gerando processos produtivos e sociais que re-inventam a lógica de produção, de distribuição e necessariamente de convivência social. Para a concretização desse processo, organizam-se no Brasil movimentos sociais e organizações não-governamentais que ensaiam cotidianamente esse novo saber e fazer.

Picoli, em seu artigo *O Capital Marginaliza e a Barbárie Responde*, reconhece e descreve a perversidade sistêmica da dominação do modelo econômico que se globalizou e que promove a marginalização em todos os cantos do mundo e realiza simultaneamente a concentração de riquezas. Sabendo das contradições existentes, o autor traz a possibilidade de o homem pobre não perder a perspectiva da luta social e poder organizar o trabalho que não seja o que se exclusiva pela exploração e a submissão ao capital. Realizar o projeto do trabalho libertado é extremamente dificultado pelo *apartheid* social, pela competitividade, pelo desespero social reinante. Mas se faz mister repensar a sociedade e os atores sociais, ávidos pelas mudanças sociais não poderão enfraquecer perante os fatores limitantes para a construção e consolidação da solidariedade.

Por uma Pedagogia Coletiva é a proposição apresentada por Machado. A autora centra a discussão nas práticas sociais que possibilitam a mudança social. Reconhece a complexidade dos processos transformadores. Nesse sentido, a passagem da pedagogia que se assenta na formação da personalidade é re-colocada para a formação da integralidade do sujeito como ser político, econômico, cultural etc. A Pedagogia Coletiva é uma educação para o coletivo e se fundamenta nas relações sociais, políticas e produtivas. Tem como objetivo a democratização das relações de poder e do sistema de comunicação, a afirmação da eticidade, da diversidade e da natureza política das relações humanas. A Pedagogia Coletiva percebe a escola como espaço da educação, do trabalho, de atividades culturais

recreativas, da disciplina, da responsabilidade e do estético. Esta, inauguradora da auto-organização, da autonomia, da dignidade, da felicidade, da participação e da criticidade. A Pedagogia Coletiva constitui-se e apreende a totalidade, como relacionalidade dinâmica tendo como princípio histórico a construção da solidariedade.

No texto *Dimensões Formativas para a Construção de Práticas Sociais Relativas ao Cooperativismo Solidário* Zart propõe a questão da geração de competências que são necessárias para a prática social do cooperativismo como meio para a construção de alternativas pedagógicas, ecológicas, políticas e econômicas fundamentadoras de um paradigma social e epistemológico capaz de promover não somente a inclusão social, mas relações sociais que rompam com as estruturas e os fundamentos que são as fontes causadoras da miserabilização do ser humano e da natureza. A práxis educativa que desenvolve as dimensões formativas centram-se nos princípios e nas ações da ética, da solidariedade e da cooperação. É, portanto, o desafio de implicação da universidade com os movimentos sociais e com os grupos populares que poderá se constituir em processos estruturantes de saberes e de competências que simbolizam a sócio-economia solidária.

No texto *Os Processos Grupais: uma análise das relações interpessoais dos moradores da Gleba Triângulo*, Luconi e Sguarezi explicita referenciais teóricos e situações de proximidade e de conflito que são experimentados por grupos sociais, organizações entre o individual e o coletivo. A compreensão deste contexto é fundamental para a organização e institucionalização de processos de cooperação.

Wolf, no texto *A Experiência da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário e seu Papel na Economia Solidária*, apresenta o cenário de lutas próprias da classe trabalhadora nos anos 1980 que significou um processo de resistência contra o regime autoritário no Brasil, instituindo campanhas e organizações para a abertura política e a democratização do país. Essas lutas levaram igualmente a competências organizacionais propositivas, surgindo, dessa forma diversas mobilizações e entidades representativas que são a expressão da vontade e dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores. Dentre estas, a autora destaca a Central Única dos Trabalhadores e a ADS cuja finalidade é a proposição de ações que se fundamentam em princípios e procedimentos superadores da relação capital-trabalho para instituir metodologias e práticas sociais que exercitam a democracia política, econômica e social no campo do trabalho. As finalidades e as ações da ADS significam decerto um passo avante na organização da classe trabalhadora.

Vailant, Costa e Costa desenvolvem um pensamento que traduz as primeiras e relevantes experiências desenvolvidas na incubação de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, embasado no campo epistemológico interrelacional da educação e sócio-economia solidária. A incubação é uma metodologia de interação da universidade com grupos sociais determinados, pela qual se busca construir, por meio de um processo dialógico, condições e situações superadoras da alienação, da pobreza material-cultural e do atraso organizacional. Há, na experiência de incubação, uma diretriz que orienta objetivamente para o respeito e para a inclusão dos saberes e das práticas sociais dos sujeitos, envolvidos na construção do empreendimento solidário e sustentável. A perspectiva envolvente e participativa da incubação tem na educação popular um forte referencial porque é

no popular, visto como contradição ao modelo econômico-educacional-político hegemônico que a educação e a sócio-economia se implicam. Respeitando a dialogicidade do movimento incubador, os autores refletem sobre a pré-incubagem que se constitui no espaço-tempo necessário para o aprender a se reconhecer no grupo, isto é, os sujeitos identificam-se pela história de vida, narrando dificuldades e possibilidades. Traduzem os autores pressupostos fundamentais para a incubação solidária. Há entre os participantes um compromisso ético, o respeito e a inclusão de saberes dos/as trabalhadores/as. A formação é para a auto-gestão, a centralidade é o grupo social e se constrói a autonomia do grupo social.

Silva Neto e Guerra trazem um processo em construção. No texto, *Incubando uma Cooperativa Agrícola na Gleba Mercedes V, Região Centro Norte do Estado do Mato Grosso*, os autores elucidam o contexto de políticas econômicas geradoras da concentração da propriedade fundiária. A mesma condução gera, como contraste, a pobreza de pequenos agricultores assentados em territórios os que não possuem a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento integrado, sustentável e solidário da terra. Para contrapor aos processos de exclusão, a metodologia de incubação de cooperativa representa um processo ativo de inserção de pesquisadores universitários com os assentados, promovendo a interação para a resolução de problemas concretos vivenciados pelo grupo de agricultores.

Marilú da Silva ilustra os processos constituintes da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB – Universidade Regional de Blumenau, ligada à UNITRABALHO. As reflexões e as práticas sociais ligadas ao mundo do trabalho desafiam as universidades e as organizações dos trabalhadores a configurarem um modo de produção que se opõe aos procedimentos e aos valores do sistema capitalista. A incubação constitui-se numa metodologia de ação e de investigação que desenha cenários participativos e interativos da universidade com grupos sociais populares. As aprendizagens resultantes desse embricamento demonstram uma saudável re-aprendizagem, tanto para os agentes da universidade quanto dos movimentos e organizações populares. Simboliza um processo que forja competências e valores éticos e epistemológicos que tornam visível as possibilidades de configurações sociais solidárias. Nesse direcionamento, a incubação problematiza o mundo do trabalho, da cooperação, das experiências e provoca os sujeitos implicados a serem criativos, inventando novas formas de vivências sociais e intersubjetivas.

Barbosa *et all* trazem as experiências da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e de Empreendimentos Solidários da UFPA. Começam o texto demonstrando a relevância da incubadora como espaço para o exercício da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Não diferente é a importância atribuída para a interdisciplinaridade que faz dialogar os diversos saberes e atores, não somente dentro da universidade, mas da relação com as práticas dos grupos sociais em incubação. É um processo de encontros e conflitos que resultam em construções de práticas políticas, insistindo na aprendizagem democrática, bem como processos pedagógicos que constituam sistemas cognitivos geradores de saberes que devem responder a problemas concretos e imediatos. A incubação, nesse sentido, é uma experiência que relaciona sujeitos diversos que vivenciam situações contraditórias, mas que têm em comum a busca coletiva de alternativas de renda e de trabalho. Sob esses auspícios, a incubadora da UFPA constitui-se num espaço de pesquisa e de formação, revelando as condições e os homens/mulheres amazônicos.

Santos traduz as articulações para a efetivação da Educação do Campo na região norte de Mato Grosso. Reflete sobre as concertações entre os movimentos sociais, secretarias municipais de educação, a universidade e o INCRA-Pronera para o planejamento, organização e implantação de um curso de formação de educadores e de alfabetização de jovens e adultos. Aponta o abandono histórico do meio rural para o qual não foram gestadas políticas públicas adequadas para o desenvolvimento integral do homem e da mulher do campo. A certeza que se tinha é que quem é do campo não precisa das letras. Essa assertiva retrata um passado que desmerecia o campo. Não podemos imaginar que essa ideologia preconceituosa tenha desaparecido em muitos meios, como o autor demonstra, mas podemos avaliar e acreditar que muitos espaços simbólicos, pedagógicos e políticos foram conquistados pelos movimentos sociais. As universidades estão se abrindo e aprendem com os atores sociais que não haviam ainda ocupado os tempos e os espaços das universidades como movimentos organizados. É um diálogo que se constrói e que se refaz continuamente. Essa se constitui num fazer que busca a geração da qualidade de vida no campo, por isso do compromisso da UNEMAT com a Educação do Campo.

Tendo a perspectiva de construção de uma proposta solidária para a escola do campo, Peripolli recupera o pensar sobre a escola rural no Brasil. A história da educação evidencia que predominava no pensamento político-filosófico brasileiro uma ideologia que colocava como desnecessárias as letras para o homem e a mulher do meio rural. Conduzido em conformidade com uma organização social elitizante, os únicos que tinham direito de ter acesso aos estudos eram os filhos dos senhores de terra. Este pensamento começa a ser rompido quando os movimentos sociais, associados às universidades principiam um processo de pesquisa e de ação que alicerçam um pensar que constitui novos fundamentos para a educação escolar que não será mais concebida simplesmente como uma educação no campo, mas como educação do campo. Vale afirmar, a educação do campo tem como proposição o desenvolvimento educacional que problematiza as condições e as situações do meio camponês, gerando respostas para aqueles que vivem do e no campo.

No texto *Uma Experiência Metodológica para a Organização, a Cooperação e a Solidariedade Popular*, Puhl desenvolve uma reflexão que se volta para a práxis histórica vivenciada com agricultores familiares camponeses na região do Vale do Guaporé em Mato Grosso. A experiência de organização e educação popular analisada é contextualizada num território de conflitos agrários próprios de regiões de colonização recente. O autor percebe os camponeses não como vítimas de um destino pré-destinado, mas os concebe como sujeitos de uma historicidade construída a partir de relações sócio-econômicas e ideológicas que configuram estruturas de exploração e de empobrecimento do ser humano. Complementarmente, Puhl elucida processos societais organizativos de movimentos sócio-políticos e pedagógicos que problematizam os limites e as possibilidades de uma educação popular inauguradora da cooperação e da solidariedade.

Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa: perspectivas solidárias é a orientação reflexiva desenvolvida por Sguarezi. O autor explicita os contrastes sociais vividos no Brasil. País forte economicamente, ocupa a 14ª posição mundial, e em desenvolvimento humano está na 65º posição. Esse quadro que ilustra a extrema contradição da estrutura social necessita ser destruída. A agri-

cultura familiar, na perspectiva da agroecologia, da sócio-economia solidária e da educação do campo são metodologias que ilustram ações dos movimentos sociais e das universidades no redirecionamento da organização das instituições e das práticas sociais. Não distinto é a concepção relativa à ciência que deve ultrapassar o quadro dominante da linearidade e do reducionismo para alcançar a configuração epistemológica e cognitiva que apreende a complexidade. É nessa direção que o autor expressa o fundamento da formação do professor, mais profundamente do educador, objetivando a superação da educação voltada para a sociedade de consumo, tendo como horizonte a construção da sociedade solidária.

Vieira e Freitas constroem um argumento fazendo visualizar as dinâmicas sociais para a concretização de projetos sociais que codificam evidências que se contrapõem ao modelo econômico dominante. O enfoque é a modernização do Brasil a partir da década de 1930. Os fundamentos e os planos elaborados, principalmente pós-64, são destacados para ilustrar o pensamento gerador das políticas e dos instrumentos que viabilizaram a implantação da modernização do campo. A ocupação da Amazônia está na linha de concordância com a filosofia modernizadora. Integrar para produzir e gerar mercados. Esse espírito torna viável a expansão da agricultura de precisão em territórios antes não integrados aos mercados. O modelo econômico dominante faz crescer quantitativamente o volume de mercadorias, simultaneamente ao processo gerador de miséria. Os autores defendem a tese de que há um movimento em execução que se contrapõe ao modelo excludente. A realidade em perspectiva assenta-se na agricultura familiar, organizada nos princípios da sócio-economia solidária e da agroecologia, que representam práticas sociais viabilizadores de um sistema social que se embasa na plenificação da qualidade de vida.

Agroecologia, Sustentabilidade, o Caminho da Universidade e Perspectivas dos Assentamentos da Reforma Agrária são as proposições apresentadas por Mattos, Machado e Duarte. Tem como perspectiva a consolidação de tecnologias e de práticas sociais que se fundamentam em pressupostos que apreendem a complexidade dos sistemas naturais e sociais. Contrapondo ao modelo de agricultura intensiva, que se assenta no paradigma científico moderno, simplificador das relações, os autores constroem argumentos e exemplos para a proposição de modelos e práticas sociais que percebam a diversidade dos ecossistemas. Neste caminhar cognitivo, elucidam a agroecologia como concepção e ação que tem como princípio e finalidade a apreensão da complexidade da natureza e dos contextos sócio-culturais. Neste sentido, a universidade assumirá um compromisso novo, ou seja, de produzir ciências, tecnologias e de instituir processos formativos capacitadores de competências relacionais que apreendam a complexidade tanto nas concepções quanto nas práticas sociais. Para a completude desse caminhar a universidade deve ser uma instituição aberta, que dialoga com os saberes de diversos grupos sociais, dentre os quais, como destacam os autores, as comunidades tradicionais, os indígenas e os camponeses.

Laforga e Eid apresentam uma reflexão que trata da certificação social, um instrumento do comércio justo, no caso específico, aplicado à agricultura familiar. Os autores visualizam a questão do comércio justo e da certificação social como processos alternativos de viabilização da agricultura familiar. A certificação traduz a idéia da existência de um comércio amplo e complexo que tem a intermediação de organismos que atentam para a qualidade dos produtos, para a origem social e

comércio apropriado e também para a promoção da justiça social e ambiental. As redes que se formam são possibilidades de romper com o consenso que, mesmo inconscientemente, é legitimador de estruturas de trabalho exploradoras e de ambiências ecológicas predatórias. Constitui-se uma gestão que é complementar aos procedimentos de relações de confiabilidade entre o produtor e o consumidor, gestados historicamente por movimentos populares e eclesiais. A certificação social constitui-se num processo de conscientização do consumidor que, ao adquirir um produto, indaga-se sobre a origem e sobre a sociedade que estará ajudando a construir pela atitude do consumo.

Almejamos que possamos gestar uma rede de aprendizagens e atitudes solidárias. Que o diálogo entre a universidade e os movimentos sociais possa gerar conhecimentos pertinentes, provocar políticas públicas e relações sociais comprometidas com a cooperação, a solidariedade e a sustentabilidade. Que a epistemologia transdisciplinar possa se constituir numa caminhada constante na construção de saberes que apreendam a complexidade dos fenômenos sociais e naturais. Aos leitores e estudiosos desta obra, desejamos uma viagem crítica e criativa que faça vislumbrar a utopia ousada e transformadora.

Laudemir Luiz Zart
Josivaldo Constantino dos Santos
Organizadores

CAPÍTULO I

A Construção da Universidade Aberta e os Referenciais de Sócio-economia Solidária

A UNIVERSIDADE COMO FATOR DE ARTICULAÇÃO E ADENSAMENTO ENTRE A ORGANIZAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

Alejandro Labale

Começo *off-the-records*, semanas atrás acompanhei o professor Paul Singer até o aeroporto depois de um encontro acontecido em Blumenau. De aquela extensa fala, marcou-me especialmente o momento em que o professor Singer comentava sobre um curso que ministrara para alunos que não só provinham da academia, senão também de Ong´s e organizações de base.

Na sua avaliação, segundo me confiou: - *Foi um curso muito interessante, quanto aprendi...*

Resgato dessa lembrança o que entendo como atitude paradigmática tanto para o docente quanto para o pesquisador, norteada pela extrema humildade e, ao mesmo tempo, avidez de conhecimento. Atitude esta que nos aproxima mais da curiosidade da criança que da certeza do legislador. Animado por esse espírito, quero frisar que as reflexões contidas neste documento provêm de nossa experiência junto a organizações populares e empreendimentos de economia solidária do Vale do rio Itajaí, como e também de nossa prática na implementação de políticas de qualificação profissional no estado de Santa Catarina.

Este trabalho tenta alicerçar a seguinte afirmação: a universidade vem se constituindo em um gestor flexível e altamente capacitado para articular a complexa relação entre políticas públicas, terceiro setor e organização de base.

Para tanto, num primeiro momento, vou contextualizar minha fala com alguns dados da realidade latino-americana. Depois, desenharei um breve retrospecto da função da instituição universitária e sua relação com a sociedade e o Estado, dando destaque à extensão universitária. Para, finalmente, a partir da reflexão sobre a atuação em campo da Universidade Regional de Blumenau na área específica de geração de trabalho e renda, pensar uma relação possível e desejável com as políticas públicas e seus destinatários.

Onde estamos? Velhos problemas, novos atores.

Para começar vou me apropriar aqui de alguns dados contidos num excelente trabalho de recopilação feita recentemente por Eduardo Galeano.

A estatística de ingresso *per-capita* internacional mais antiga de que se tenha conhecimento remete ao ano de 1780. Segundo Javier Iguíñiz, economista diretor da *Revista Sur de Medicus Mundi*, ao comparar produção e demografia naquele momento, a desigualdade entre os países mais ricos e os mais pobres era de três por um, enquanto hoje é de setenta por um.

A população do planeta atualmente é de aproximadamente 6.000 bilhões de habitantes, dos quais perto do 47%, tem ganho inferior a dois dólares, algo assim como seis reais diários, dados do Banco Mundial.

Mais de 44% dos latino-americanos e caribenhos –227 milhões de pessoas – vivem abaixo da linha de pobreza e 79% – ou seja, 177 milhões – são crianças e jovens menores de 20 anos. O número de indigentes ronda os 100 milhões; ou seja, quase 20% dos habitantes da região. A metade dos maiores de 60 anos não possui ganho algum.

No final da década passada, 11% da população da América Latina e Caribe – 55 milhões – sofria algum grau de desnutrição; aguda em 9% dos menores de 5 anos e crônica em 19,4% das crianças segundo Estudos da CEPAL e do Programa Mundial de Alimentos da FAO.

A América Latina é uma das regiões do mundo de maior desigualdade no que se refere à distribuição da riqueza gerada: os 20% mais ricos abocanham 60% da receita total, enquanto que os 20% mais pobres (é deles que estamos falando aqui e em grande medida constitui nosso público) apenas arranham uns 3%.

A economista estadunidense Nancy Birdsall fez uma projeção econométrica a fim de comparar a situação da América Latina de finais dos anos 60 com a existente depois do ciclo de ditaduras militares dos anos 70 e 80 e da aplicação dos ajustes e reformas econômicas dos 90. O resultado do estudo foi que o autoritarismo seja político ou econômico, duplicou o nível de pobreza que teria a região de subsistirem às políticas econômicas anteriores. Galeano cita, aqui, Bernardo Kliksberg, diretor da Iniciativa sobre Capital Social, Ética e Desenvolvimento programa com auspício do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Para concluir, mas infelizmente, não para terminar com esse lamentável relato contextual, em finais de 2003, tínhamos na América Latina e Caribe 20 milhões de pobres a mais que em 1997; ou seja, em valores do ano base, os pobres vêm aumentando à razão de quase 1% ao ano.

No Brasil, durante o governo militar, existia um lugar para a universidade. Este surgia de sua efetiva inserção num projeto nacional. Merece atenção a noção de projeto nacional a respeito deste ponto que abordarei depois. Adianto, por enquanto, o fato que tanto provenham da esquerda quanto da direita, estes projetos sempre adotaram um viés de imposição tecnocrática.

Dizia que no Brasil, diferentemente de outros autoritarismos da região, não se via na universidade um celeiro de subversão e, em sua necessária desestruturação, um ato de segurança nacional. A ditadura militar no Brasil, obviamente não sem perseguições pessoais nem se poupando de colocar setores inteiros do conhecimento sob suspeita, deu à Ciência e Tecnologia (C&T) em geral e à universidade em particular, um lugar de destaque em seus planos de desenvolvimento.

Insisto em que a avaliação que proponho é a respeito da política de estado e dos objetivos propostos para a universidade na época, não nos centramos aqui em seus resultados efetivos. Infelizmente, não temos o tempo suficiente para abordar a complexidade desse problema, podemos sim opinar que esse problema tem a ver com o modelo universitário herdado da tradição lusa diferente do resto de Europa e que determinou o aparecimento tardio de uma universidade no sentido pleno desta palavra; qual seja, o de integrar a pesquisa à docência. Esse modelo só se estruturará tardiamente no Brasil, já avançado o séc. XX. A partir da experiência da Universidade de São Paulo, poderíamos assim relativizar o protagonismo do governo militar na medida em que só lhe tocou gerir uma transformação da Universidade já em processo, o que não quita o mérito de tê-lo feito em determinado sentido.

Esse lugar dado à universidade não se desmancha na democracia já que ficam e se consolidam os órgãos de fomento, as novas universidades federais, os canais de financiamento e os institutos criados para auspiciar e estreitar as relações entre capital e conhecimento aplicado. Surgindo assim também foros como a

SBPS de atuação crítica e avaliação constante da relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Porém, o jogo democrático trouxe uma novidade, abriu a possibilidade de entender o desenvolvimento não já como um plano estratégico, a visão tecnocrática e monista da que falava anteriormente, senão como a conseqüência de um confronto permanente entre diversos fatores, atores e setores.

Conseqüentemente, com a perda de uma orientação política mais ampla, a universidade (pensamos, à revelia de muitos seus próprios integrantes) foi gradativamente encaixada numa função de mediador tecnológico além da clássica tarefa de formação de quadros qualificados e profissionais liberais.

Não podemos negligenciar nesta análise que esse processo não deve ser avaliado exclusivamente desde uma visão internalista. Isto é, que isole o complexo de C&T, também houvera e há a mudança no padrão de acumulação que o capitalismo em seu conjunto vem sofrendo desde meados dos anos 70. Esta etapa, amiúde conceitualizada como pós-fordismo, submete ao complexo C&T ao arbítrio das transformações e ajustes de mercado dentre os quais o do trabalho foi dos mais profundamente afetados. Desregulação, terceirização, perda de protagonismo da atividade sindical e, concomitantemente, retrocesso das conquistas trabalhistas, poderiam oferecer-se como exemplos de seus efeitos.

Outra vertente de meu argumento, cultural desta vez, é a suspeita generalizada a que foi submetido o potencial emancipatório de que seria portador o conhecimento *per se*. Da crítica realizada pelos integrantes da Escola de Frankfurt até o cepticismo pós-moderno de final do milênio, a confiança na razão, na ciência e na tecnologia foi sendo minada e colocada sob crítica.

Um ponto central dessa crítica estava dirigido a tomar a ciência como detentora do saber por excelência. Seja entendida como o conjunto de métodos e experimentação orientados pelo uso da razão e a dúvida metódica, pelos quais o conhecimento avança e é validado. Ou como o conjunto de conhecimentos acumulados através da aplicação desses métodos que, por sua vez, transformam-se em valores culturais e costumes, tendo por função principal liberar as massas de obscurantismos e sujeições. Nessa visão, os cientistas atuariam à margem de qualquer influência "exterior", moral ou individual assegurando assim a pureza e objetividade de seu produto que podemos denominar: práticas "científicas". Sendo que, a adequação deste conhecimento, os interesse dos diversos setores, ou os riscos de sua aplicação, explicitamente eram deixados de lado como interferência nociva à objetividade. Epistemologicamente, institui-se o paradoxo: a maior consciência social do cientista, menor confiança em seus resultados.

Além dessa crítica da academia pela própria academia, o campo social também gerou a sua, que se expressou nos últimos tempos com o advento dos movimentos ecologistas e anti-globalização. Essa mobilização social junto ao mal-estar político provocado pelos efeitos negativos da aplicação das medidas atribuídas ao assim chamado Consenso de Washington (que lembremos, propugna entre outras medidas: ajustes macro-econômicos, liberalização de mercados, privatizações, controle exclusivo da variável monetária, ajustes orçamentários) galvanizou um movimento de opinião mundial que vem gerando consensos e adquirindo força. Uma parte de sua crítica radical, sem desdenhar num todo a ciência, indica que muitas vezes sua neutralidade epistemológica serve para gerar o contrário daquilo que se entendia como sendo a missão do conhecimento: criar condições para a felicidade e o desenvolvimento de todos os seres humanos sem distinções.

Estes e outros movimentos podem-se objetivar e identificar com os valores propostos nos multitudinários eventos do Fórum Social Mundial. Longe de querer avaliar o mérito ou o peso político destas manifestações não posso, porém, deixar de percebê-los como indicadores da procura de alternativas à visão única representada pelo conjunto: poder político/concentração econômica/tecnociência. Este último simbolicamente reunido, ano após ano, na mesma época, no foro de Davos.

A luta ecologista motivada pelo efeito estufa ou contra os transgênicos, reclamos à transnacional financeira ou contra o intervencionismo militar, dentre outras questões da agenda multilateral, provocaram mobilizações massivas mundo afora. Falamos menos de uma estratégia planetária que da procura por expressar uma visão global contra-hegemônica. Esse movimento conjunturalmente perdeu virulência depois do New York/11 de setembro, mas não deixou de decantar a peremptória necessidade de mudanças nas agendas políticas, sociais e científicas. Com muito menos voluntarismo e utopia que nos revolucionários anos 60, este novo paradigma, socialmente mais justo, ecologicamente mais saudável, politicamente mais plural, vem firmando, na opinião pública, simpatia por reivindicações por vezes muito distantes do cotidiano das pessoas. Podemos afirmar que se trata de uma luta desigual que se trava, principalmente, contra a inércia do sistema e do senso comum imperante. É por isso que ela é contra-hegemônica. A modo de exemplo, pensemos nas mediações necessárias para explicar ao público não especialista os sacrifícios de curto prazo que implicam políticas orientadas pela sustentabilidade, as mais das vezes contraditórias à lógica orientada pelo consumismo e o individualismo. Assim como também podemos pensar nas reivindicações propostas pela clivagem de gênero que quase sempre, na sua procura de democratizar a relação entre sexos e opções sexuais, afeta arraigados costumes culturais.

Apesar de suas multifacetadas origens e objetivos, esses movimentos têm na solidariedade um valor que orienta e organiza sua dispersão identitária, equacionando interesses e reivindicações.

A Universidade: um percurso

Para pensar a universidade nesse novo contexto, o primeiro passo que a experiência histórica nos indica é que o conceito de 'Universidade' tem variado muito no espaço e no tempo. Em sua forma original, na Idade Média, as universidades eram corporações de professores e alunos que, como outras corporações, protegiam seus membros e intentavam legitimar sua reserva de mercado. Essas universidades formavam predominantemente profissionais em Leis, Medicina e Teologia. Logo, o conhecimento experimental começou a se desenvolver fora dos claustros universitários como forma menor e empírica, fruto da experiência de artesões e artistas. Não havia lugar para as 'novas' ciências na universidade tradicional que marcava uma clara distinção entre a prática das idéias e dos ofícios análoga à distinção hierárquica entre ideal e empírico que a filosofia manteve por séculos relegando a um segundo plano o conhecimento obtido pela experiência (em algumas interpretações empíricas é equivalente a senso comum). A impossibilidade de uma ciência instrumental, útil e prática excluía o experimentalismo de uma universidade centrada na filosófica procura da verdade. A universidade em suas primeiras épocas não olhava para a sociedade nem intentava resolver seus problemas práticos, tão só formava os quadros necessários à sua reprodução.

Finalmente, a ciência experimental encontrou um lugar mais central na universidade alemã do século XIX, especificamente com von Humbold e com a criação da Universidade de Berlin, escola que associava pesquisa e docência, um modelo que seria mais tarde transferido e adaptado para os Estados Unidos.

Já no Brasil, as primeiras escolas superiores ecoam a velha tradição européia e a ciência experimental ensaia seus primeiros passos fora do âmbito universitário. Indica-se habitualmente para alicerçar essa afirmação, o Instituto de Manguinhos, as experiências de Oswaldo Cruz ou a Escola Politécnica de Otto de Alencar, marcos que firmariam essa tendência.

Fizemos já menção à criação da Universidade de São Paulo e como ela representa a possibilidade de juntar pesquisa científica e docência, mas deveríamos mencionar também as missões estrangeiras, o impulso dado à formação de professores, a nova escola de Filosofia, também figuras como Júlio de Mesquita, Armando de Salles Oliveira, Paulo Duarte e Fernando de Azevedo como também salientar seus atritos com o grupo carioca de Amoroso Costa. Enfim, uma fascinante história que deixamos para os especialistas.

Entretanto, esse modelo proposto pela USP começa a se espalhar e virá, com a Reforma Universitária, durante os anos 60, a se transformar na estrutura de base com que atualmente contamos, o que, sem dúvidas, representou na época um avanço a respeito da conservadora universidade herdada do Império. Tínhamos, assim, ao cabo, uma universidade que servia à ciência. Mas o problema, como já indicado anteriormente, é: a quem serve a ciência?

Essa preocupação foi colocada ao longo do séc. XX, com muita força e determinação, em duas oportunidades, especialmente e sempre por movimentos de estudantes. Na Argentina, mais precisamente no movimento pela Reforma Universitária de Córdoba, em 1918, e animou também as revoltas nos campus universitários de vários lugares do mundo nos anos 60. Ambos movimentos, respeitando suas particularidades, chamaram à atenção para a serventia real do produto do conhecimento e sobre a responsabilidade social da instituição universitária. Ambas premissas se reconhecem na tardia inclusão da extensão na missão da universidade.

De sua formulação, surge que a missão da universidade não se reduz a formar profissionais para o mercado de trabalho e para as burocracias do Estado, como se pensava nas escolas tradicionais. Nem que, acessoriamente, a atividade de pesquisa tem como finalidade única à produção de serviços práticos para o Estado ou para a produção.

Herdeira da tradição da reforma universitária européia do primeiro quartel do séc. XIX, a Universidade de São Paulo, como mencionado anteriormente, trouxe para o Brasil, pela primeira vez, a idéia de uma comunidade científica que não se subordina à prática do Estado nem às demandas do mercado de trabalho, mas desenvolve o conhecimento por seus méritos próprios, baseada na certeza de que assim serve melhor aos fins últimos do bem-estar da sociedade. Este modelo que se estendeu na forma de paradigma de excelência, atualmente está em crise, mas pode vir a servir de base para sua própria superação.

Dentre os três princípios básicos que estruturam a atividade universitária: docência, pesquisa e extensão; este último, aquele que mais tardiamente se incorporara, penso, pode vir a ajudar à universidade a superar sua crise. Os modelos tecnológicos de alta sofisticação não são neutros e, sobretudo, não se pode pensar que servem por igual em todas as latitudes e a todas as sociedades. É este um

problema muito complexo que não abordaremos aqui. Porém alertamos que a C&T devem ser pensadas tanto em sua adequação técnica quanto na pertinência social. Coincidimos com o vice-reitor da UNEMAT, Almir Arantes, quando em suas palavras de boas-vindas na abertura do II EMESOL chamou a ser "*teórica e metodologicamente consistentes, mas sabendo que devemos fazer uma opção*". A questão que se coloca é: como justificá-la? Esta é apenas ideológica? Significa isto um voluntarismo?

Recapitulemos os passos dados até aqui

1 - Vivemos numa sociedade crivada de desigualdade e exclusão.

2 - A ciência, por neutralidade epistemológica, não pode por si mesma ser considerada um fator para acabar com esse estado de coisas, já que, sem contradição, pode ser utilizada para qualquer fim.

3 - A inexistência de um claro projeto nacional que subordine a C&T à inclusão dos excluídos.

4 - Historicamente, a universidade não tem desenhado um modelo de articulação com a sociedade (no caso que alguma vez tenha existido um) que não seja paternalista, elitista ou tecnocrático.

Para resolver a questão proposta acima, peço agora consideremos alguns pressupostos que não serão aqui discutidos e, portanto, constituir-se-ão em petição de princípios.

- Deve-se manter um sistema oficial (federal, estadual ou municipal) de ensino garantindo sua autonomia acadêmica.
- Deve ampliar esse sistema, assegurando a gratuidade e a universalidade.
- Pesquisa, docência e extensão constituem de forma indissociável a tarefa central da universidade.
- A universidade deve à sociedade uma avaliação permanente que garanta que o esforço social por mantê-la não é vão.

Apontamentos para uma prática possível

A visão da excelência do conhecimento é identificada de hábito com a imagem dos Institutos de Altos Estudos, em que uma elite técnica se habilita a emitir juízos últimos. Se esta legitimidade é colocada em dúvida, logo admitimos que a universidade forma parte da sociedade e não paira no ar acima dela. Assim esses juízos não dependeram de uma avaliação técnica exclusivamente baseada em critérios internos da ciência.

Se, assim mesmo, afirmarmos que a universidade deve-se abrir à sociedade, por sua vez a sociedade tem de entrar na universidade. Esse não é um fato que se dê de uma vez e para sempre, constitui uma relação sempre em construção e sempre sujeita à avaliação. Apesar de não constituir o centro de nossa argumentação, penso que é na constante avaliação que se encontra a chave deste particular modo de integração. Muito se tem debatido sobre isto e existe um grande grupo de colegas inquirindo sobre um lugar possível para a universidade e nas mudanças que deveriam acontecer para tanto.

Conseqüentemente, e em resposta ao interrogante antes-posto, a agenda é ao mesmo tempo técnica e ética. A solidariedade e inclusão social devem-se constituir em valores para as práticas que, nesta conjuntura histórica, tendam a diminuir o déficit da relação universidade/sociedade.

Pensar essa problemática a partir da Universidade Regional de Blumenau pode servir apenas como caso de esta relação, longe estamos de resolver o problema proposto.

Fundada há quarenta anos, é uma instituição pública mantida por uma Fundação Municipal. Seu estatuto prevê a autonomia acadêmica, administrativa e financeira. Basicamente se financia com o aporte das mensalidades de seus alunos, situação que veio a ser agravada nos últimos anos pela perda do monopólio do ensino superior na região. Concorre por matrícula atualmente com outras instituições de ensino superior, mas que não desenvolvem pesquisa nem extensão. Ao contrário, destas a FURB mantém ambulatórios, uma excelente biblioteca, uma agenda cultural nacionalmente reconhecida, dentre outras atividades de pesquisa e extensão que a firmam como única universidade na Região em sentido estrito.

A FURB, em 2003, contava com 861 professores, aproximadamente 13.000 alunos de graduação distribuídos em 36 cursos, 1434 alunos de pós-graduação (20% deles em nível de mestrado), 503 servidores e ainda mantêm uma escola de aplicação de nível médio.

A tradição de serviços comunitários remonta a 1972, quando começa a funcionar um serviço de assessoria jurídica no fórum local. Foi por ocasião de duas grandes enchentes na cidade que se elaborou um projeto que realizou sistemáticos estudos hidrométricos que, depois de 1986, quando já reconhecida como universidade, se incorporam às políticas públicas de prevenção de desastres. Essa é a base para a criação do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA).

Também é marco dessa universidade a criação da Pró-reitoria de Extensão que articula diversos programas culturais, docentes e comunitários, porém aqui não serão detalhados, por não ser meu objeto principal. Há uma necessária menção de destaque para o Festival Nacional de Teatro Universitário da FURB, que contou, em suas últimas versões com a participação de grupos advindos de diversos países, e do atendimento em saúde, que conta com um programa de formação no nível de especialização em saúde comunitária, para médicos, enfermeiros, psicólogos, e outras especialidades da área.

O IPA junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e ao Instituo de Pesquisas Sociais (IPS), conformam um setor dedicado a desenvolver a relação pesquisa e intervenção social. É no marco do IPS que vimos trabalhando em um programa orientado pela Economia Solidária. Esse Instituto tem duas grandes áreas de atuação: o de indicadores sócio-econômicos e pesquisas de opinião e a pesquisa aplicada ou intervenção, na qual funcionam três programas: o Núcleo Local da Rede UNITRABALHO, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e, finalmente, o Programa de Qualificação Profissional. Estes últimos atravessados pela temática comum da Economia Solidária que os orienta e motiva.

Professores, alunos de graduação e pós-graduação, técnico-administrativos, estagiários e bolsistas conformam um grupo que combina as três tarefas básicas da vida universitária: ensino, pesquisa e extensão.

As limitações orçamentais fizeram com que os programas em seu conjunto procurassem constantemente se auto-financiarem estabelecendo parcerias com órgãos públicos municipais estaduais e federais. Assim como desde o ano passado um contrato de assessoria nos vincula a o programa de responsabilidade social de uma transnacional do setor metal-mecânico.

O Núcleo da Rede Unitrabalho foi o primeiro passo a orientar pesquisas na área do mundo do trabalho. Como desdobramento desse Núcleo se criou a ITCP que vem atuando na incubação de empreendimentos produtivos auto-gestionários, associações e cooperativas da região de Blumenau.

Esse processo de incubagem basicamente está estruturado por cursos de capacitação em cooperativismo, gestão, resolução de conflitos, marketing, combinado com os assessoramentos legal, administrativo e logístico. Mas, sem dúvida, a tarefa que mais tem demonstrado êxito é a relação de parceria que os empreendimentos estabeleceram com a equipe como parceiro na dura tarefa de viabilizar seu cometido. A informação sobre a oferta de políticas públicas e fontes de financiamento constitui um aporte valorado pelos grupos e consegue generalizar seu cometido aos demais empreendimentos solidários da região; a partir de auspiciar a constituição da Rede de Empreendimentos de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI) que vem sendo um foro de debate das políticas de Economia Solidária nessa Região.

A participação no Grupo de Trabalho Estadual de Economia Solidária (GTES) também articulou essa rede local com o movimento no restante do Estado. Assim como possibilitou participar das reuniões junto ao DRT e ao Governo de Estado para a implementação de uma política de Economia Solidária por parte do governo estadual. Também a ITCP será a entidade executora do mapeamento nacional de empreendimentos da SENAES para o Estado. A ITCP também incuba incubadoras. Este repasse de *know-how* se realiza neste momento com o Consulado da Mulher, de Joinville, para o qual prestamos assessoria em seu acompanhamento de grupos cooperativos. Como executores e, alternativamente, avaliadores do Plano de Qualificação Profissional (FAT/Ministério de Trabalho) conseguimos articular recursos para desenvolver parcerias com prefeituras, instituições de classe e empreendedores cooperativos ou individuais.

É política da Reitoria da FURB não colocar a Universidade como subsidiária do Estado. Não atuamos para suprir o déficit de políticas para setores desfavorecidos ou excluídos. Entretanto, a possibilidade de articulação junto a diversos atores institucionais faz com que possamos intermediar e acessar recursos, nem sempre financeiros, de serventia na consolidação do processo de cada grupo.

A experiência em campo na aplicação de políticas públicas de Qualificação, assim como a promoção e apoio a alternativas de geração de trabalho e renda podem se formular desde um sólido comprometimento com os atores de base e se constitui na conformação de uma rede solidária mais ampla.

A universidade tem um rol de destaque pela prescindência política que a autonomia lhe outorga e como ator privilegiado na implementação e gestão da rede de economia solidária, porém não na sua liderança. Seu privilégio provém do fato de gerir informação e brindá-la à rede e se constituir, assim, em mediador do principal insumo que potencializa a trama de empreendimentos e entidades de apoio.

A universidade, por não se tratar de um ator político, no sentido da acumulação habitual do sistema representativo, conforma parte de uma frente por uma alternativa de organização e participação dos setores excluídos pelo sistema econômico imperante. Nesse sentido a universidade tem que exercer um monitoramento constante de suas práticas, uma autocrítica que a coloque no desempenho de uma função mediadora a refugio das conjunturas e preserve os valores éticos da solidariedade, atuando de forma eficiente com seu quadro técnico, mas também como

um testemunho crítico. Apenas esse é seu privilegio, estar dentro e fora, ator e testemunha, no lugar da autocrítica.

O papel que se pensa desde essas linhas para a extensão universitária visa um ator que, ao mesmo tempo, atue, coordene e monitore esse processo já que sua prescindência política e capacidade reflexiva o localiza numa privilegiada perspectiva dentro/fora e que, em suma, coordena e articula com um perfil técnico de eficiência; porém, motivado nos valores de economia solidária que lhe asseguram a possibilidade subjetiva no sentido ético de estar localizada do lado correto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDERÃO, A. I. e SAMPAIO, O. J. (Org). *Extensão Universitária:* ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo: Olho d'agua, 2002.

GALEANO, Eduardo. http://www.pagina12web.com.ar/diario/cultura/7-33953-2004-04-11.html acessado em: 4/11/2004.

MENDONÇA, Sueli et alli. Extensão Universitária: uma nova relação com a administração pública In: CALDERÃO, A. I. e SAMPAIO, O. J. (Org). *Extensão Universitária:* ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo: Olho d'agua, 2002.

MENEGHEL, Stela M.; KRÜGER, Dayane C. Produção de conhecimento e extensão universitária: apontamentos sobre a relação Universidade-Sociedade. In: PEREIRA, Gilson e LIMA de ANDRADE, Maria da Conceição. *O educador-pesquisador e a produção social de conhecimento*. Florianópolis: Insular, 2003. *v. p. 165-186.*

PEREIRA, Gilson e LIMA de ANDRADE, Maria da Conceição. *O educador-pesquisador e a produção social de conhecimento*. Florianópolis: Insular, 2003.

ROCHA, Roberto et alli. *Construção Conceitual da Extensão Universitária em América Latina*. Brasília: ed. UnB, 2001.

THEIS, Ivo et alli. *Novos Olhares sobre Blumenau* – Contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: ed. FURB, 2000.

POSSIBILIDADES DE FAZIMENTO DA UNIVERSIDADE: CARACTERÍSTICAS E OPÇÕES ENTRE A GLOBALIZAÇÃO E A PLANETARIEDADE

Laudemir Luiz Zart

Para discutirmos o processo de fazimento da universidade, consideramos como cenário a existência na atualidade de dois grandes projetos mundiais que, apesar das variações nas suas manifestações locais, guardam algumas características que os identificam em qualquer territorialidade. Avaliamos que ter clareza das orientações das proposições presentes nos projetos é uma condição necessária para a definição de políticas e a orientação das ações na universidade. Os projetos a que nos referimos são a globalização e a planetariedade. Vejamos primeiro a diferença entre os dois para, em seguida, posicionarmo-nos em relação à universidade.

Começamos pela globalização. Não temos como propósito exaurir as discussões, mas através dos caracteres gerais evidenciar os antagonismos e as contradições existentes nos processos históricos vividos neste momento por nós na configuração da cultura da humanidade. Destacamos como uma orientação perspicaz da globalização, o valor maximizador das relações de mercado. O mercado é o demiurgo da sociedade e dos estados nacionais. Mas não é um mercado qualquer. É uma força que aparenta impessoalidade, permeabilidade, flexibilidade e eficiência. As leis do mercado, a liberdade de iniciativa, a concorrência, a competição, a qualificação para o trabalho, o controle da informação, a modernização e o individualismo são valores do império que dominam as relações das pessoas, dos governos, das organizações não governamentais, dos sindicatos, dos partidos e dos meios de comunicações.

Na globalização, projeto social e econômico da burguesia internacionalizada, as organizações institucionais (empresas) são fortalecidas para responder às conveniências das projeções dos grupos econômicos alocados e mobilizados nos conglomerados transnacionais que se apoderaram e monopolizaram os recursos naturais, as riquezas produzidas, as tecnologias, as ciências, o dinheiro. Vivenciamos orientações e práticas governamentais e empresariais que jogam com o sistema financeiro, com o controle dos valores monetários, mantidos abstratamente. As políticas nacionais dos países da América Latina obedecem às normas definidas pelos organismos internacionais como o FMI – Fundo Monetário Internacional e o BM – Banco Mundial. Nós, brasileiros, recebemos constantemente visitas de especialistas que entram nas nossas instituições para nos fiscalizar, para verificar se a lição de casa foi cumprida. São fórmulas sutis de dominação, embora os governos, associados à grande imprensa, mostrem para a população, que os elogios recebidos pelos técnicos não são sinônimos de dominação e exploração dos trabalhadores dos nossos países, mas como expressão da capacidade intelectual dos governos assentados nos palácios, gerenciando os negócios, não mais das burguesias nacionais, mas do capital internacional monopolizado.

A burguesia, para realizar e concretizar a sua ideologia, promove políticas de privatização, de venda (ou seria dação?), das empresas que deveriam organizar a economia, o sistema produtivo dos nossos países, a poupança interna para a

efetivação de políticas sociais para o bem viver do povo. Mas o que assistimos são ações governamentais que costuram políticas que atendem os interesses do capital. A privatização não representa a capacidade de acabar com a ineficiência, com a burocracia, com o atraso tecnológico. Ela demonstra a capacidade da cultura patrimonialista dominante no nosso meio, isto é, de colocar as estruturas jurídicas e administrativas do Estado à serviço do capital privado monopolizado. É nesse sentido que os países criam agências reguladoras de mercado, locais de moderação entre interesses próprios de grupos econômicos. Percebemos e vivenciamos ainda objetivamente políticas de incentivos fiscais, que são fórmulas contábeis interessantes aplicadas pelo Estado, para dar mais dinheiro a quem tem dinheiro. As políticas de incentivos fiscais são o poder do fisco de tirar um pouco de dinheiro de todo mundo para dar a alguém em particular, em nome de uma ideologia que supostamente vai ao encontro das necessidades do coletivo – ou mais especificamente dos trabalhadores – a geração de empregos.

Não obstante, os nossos governos se apegam a valores morais que todos nós aprendemos desde pequenos nas nossas famílias de cultura cristã: quem deve, deve pagar. Essa é uma obrigação muito presente e que é muito trabalhado pelo nosso sistema informacional. A imprensa oficial do país, apesar de privada, informa que as nações do mundo subdesenvolvido devem aos cofres dos credores alguns bilhões de dólares. Os governos, já que devem, pagam. Não é essa a norma que aprendemos? Dessa forma, não são questionadas as cifras devidas, as razões especulativas das dívidas. Sequer conseguimos imaginar o montante da sangria de divisas e de vidas que são escorridas para os bolsos dos especuladores financeiros.

Vivemos situações típicas de colonização, ou como afirma Santos (2000, p. 55) "vivemos numa época de globaritarismo, muito mais do que de globalização". Os nossos países organizam a sua economia para atender ao mercado global. Os discursos são que devemos nos capacitar para podermos competir no mercado. Se pensarmos em construir a BR 163, não é para que todos nós possamos viver bem, mas para termos acesso ao mercado. Se vacinarmos nosso gado, não é para que tenhamos carne sadia, mas porque os europeus e os ianques só compram carne de gado controlado. Se abrirmos o mercado nacional é para termos acesso a algumas parafernálias tecnológicas, como computadores, celulares, carros, sistema de controle e vigilância da Amazônia. Essas situações colonizadoras representam nossa pobreza política, a nossa baixa auto-estima, a nossa incapacidade de construir um projeto para o país. Conhecemos a história dos portugueses quando colonizaram o Brasil, usaram, como tática de conquista, o espelho, o facão. Estas eram parafernálias tecnológicas avançadas para aquela época. Os índios gostaram, pegaram e foram dominados. Nós também gostamos, pegamos e somos dominados. Na história, aprendemos como os colonizadores exploraram nossas riquezas naturais: o pau-brasil, a prata, o ouro. Plantaram e encheram as terras de cana-de-açúcar, só para exportar. Escravizaram os índios e os negros porque precisavam de trabalhadores para gerar suas riquezas e acumular capitais. O que fazem nossos governos com as práticas dos incentivos fiscais, com os ajustes fiscais e estruturais se não promover a exploração dos nossos trabalhadores para a acumulação de capitais pelas multinacionais? Por que os trabalhadores devem se qualificar? Não estamos, com essa política sendo preados para o trabalho, como eram os índios e os negros?

Somos violentados na nossa identidade. Sofremos agressões cotidianas com banalidades inventadas para nos alienar. Impingem-nos ideologias que nos menosprezam, que nos humilham. Depois da sangria dos juros e serviços da dívida interna e externa, depois da sangria dos incentivos fiscais, não nos sobram senão migalhas para a educação, por isso nossas escolas são feias e os professores mal pagos. Sobram restos para construir estradas, por isso estão cheias de buracos, quando existem. Sobram restos para a saúde, por isso nossos hospitais são caóticos. Sobra nada para a habitação, por isso os pobres vivem em barracos. Sobra nada para a reforma agrária, por isso o povo marcha. Por que somos um país de 55 milhões de miseráveis? A violência do tráfico é somente a expressão de uma sociedade em estado de desesperança, é o resultado da miséria da condição humana. As utopias são suplantadas - em nada do que é político se crê. O fatalismo e o sensacionalismo são as imagens e os sons que tomaram o espaço e o tempo dos nossos cantos privados – as casas. O espaço público: a rua, a praça, os parques são lugares perigosos, onde pessoas de bem não freqüentam.

Organizamos um imaginário coletivo que se assenta na perspectiva do não-político, da não-participação. A idéia-força da cidadania é substituída pelo consumismo desenfreado e individual. A construção coletiva de direitos é desfeita pela busca de oportunidades. Na política predominam práticas de beneficiamento do privado. Inventamos relações de desconfiança, de descrédito. O outro é um inimigo, se não de fato, em potencial. O público é sinônimo de não qualidade, o privado, de eficiência. Organizamos um sistema político de despolitização, isto é, de não pensar, de não executar e de não avaliar a "arte de bem governar o público".

Esse quadro nos rouba as utopias, as possibilidades. O pensamento liberal-burguês gestou um movimento global de fechamento de idéias. Inventaram o pensamento único – que fatalismo! Isto porque acreditaram que os trabalhadores não saberiam gestar experiências para contrapor ao projeto neoliberal. A esquizofrenia do mercado neoliberal deveria tomar conta das nossas mentes e dos nossos corações. A ideologia propagada do pensamento único constituiria fonte anestésica da nossa razão e dos nossos desejos.

Visualizamos, no projeto da globalização, um mundo formado em sistema onde tudo está integrado, onde a comunicação simultânea é o auge da realização humana, onde a tecnologia e a máquina são objetos sacralizados. Mas devemos questionar: que mundo é este que promove a miséria humana, que realiza a guerra, que semeia o ódio? Que políticas são estas que usam o chamado "sistema mundo" para especular, subtrair bilhões de dólares dos povos? Que sistema é este que não se percebe como um todo, mas está totalmente fragmentado, onde a especialização é um processo cognitivo que nos faz ver cada vez menos, que reduz e separa as ciências, a filosofia, as religiões, as artes, a vida? Que conhecimento-mundo é este que efetua a degradação ambiental, que produz e aplica toneladas de tóxicos para os sistemas produtivos, que não reconhece a complexidade da natureza e da sociedade? (BOFF, 2000; MORIN, 2001).

Temos como pressuposto que a globalização, como projeto exclusivo da classe burguesa, não suporta a democracia profunda, amedronta-se da cidadania propositiva, não admite a participação, não há espaço para o trabalho emancipador, não admite a ética solidária, não requer a cooperação, despreza a utopia. A globalização é uma realização autoritária. Ao admitir a cidadania participativa e propositiva, os idealizadores liberais do sistema mundo globalizado sabem que esta é a autodestruição do modelo idealizado.

Mas, então o que fazer? Levantamos agora um projeto solidário, da cooperação, da participação, da compaixão, do encontro, da colaboração, da politização e da consciência. Este projeto é chamado de planetariedade (GUTIERREZ e PRADO, 2000; GADOTTI, 2000). A planetariedade é um projeto universal considera as condições nas quais vive a humanidade. Reconhecemos primeiro a existência de um suporte tecnológico possibilitador da intercomunicação entre os grupos sociais e os povos. A tecnologia não é, nesse sentido, um fim, mas um recurso que deve ser empregado para a promoção da humanização do ser humano. Essa concepção que defendemos não condiz com um vazio de opção, mas como aferiu Lazlo (2001, p. 66) "a escolha da nova direção não está nas mãos das grandes empresas e dos governos fortes, mas nas mãos de uma massa crítica de pessoas em todas as partes do mundo." Aqui devemos fazer um destaque para diferenciarmos duas concepções. Enquanto no projeto da globalização todo o poder se centra nas empresas capitalistas internacionalizadas, no projeto da planetariedade tem-se como orientação que haverá uma consciência planetária a partir das atitudes dos indivíduos. Deixamos claro que a consciência dos indivíduos não resulta de uma capacidade isolada, mas é resultante da práxis inserida e participativa de organizações e movimentos que têm como objetivo a construção do projeto de sociedade e de conhecimento que sejam solidários e sustentáveis.

A planetariedade reconhece a complexidade da organização dos sistemas culturais e ecológicos. Visualiza o perigo da destruição do planeta terra, e, portanto, da necessidade de um movimento que abranja a universalidade de todos os locais para formar uma frente que inter-relaciona ações e visões cujo propósito é o enfrentamento das situações-limites vivenciadas pela humanidade, e ao mesmo tempo, a possibilidade de construir um projeto alternativo (FREIRE, 1996).

Para a concretização da planetariedade, parte-se das diversidades experienciais dos grupos sociais, das organizações não governamentais, dos sindicatos, das igrejas, das universidades, das pastorais sociais, das mulheres, dos grupos de jovens. Leva-se em consideração que os homens e as mulheres lutam em favor da vida em todos os lugares do planeta. Apreende-se que há aprendizagem para o desenvolvimento coletivo, que já avaliaram suas experiências, erraram, superaram limites e transpuseram fronteiras. Estas diversas iniciativas não podem ficar isoladas, mas devem ser compartilhadas, estabelecendo-se redes de colaboração, de intercâmbio de conhecimentos e de produtos (MANCE, 1999). Promove-se o encontro entre pessoas que lutam para conquistar o direito à vida, constituindo-se sujeitos construtores de uma sociedade solidária e sustentável.

Este projeto tem muitos desafios. Há de se superar as desesperanças, os fatalismos, a passividade, o patrimonialismo e os assistencialismos. Há de se desconstruir o individualismo, a exploração, a dominação, o medo, a destruição ecológica, o economicismo e a alienação. Há de se construir relações políticas de poder participativo, democrático e cidadão. Há de se forjar uma cultura da coletividade, da alteridade, da dialogicidade e da complexidade. Há de se aprender práticas coletivas de organização, de produção e de distribuição da renda. Há de se valorizar o trabalho criativo em detrimento do trabalho alienante. Há de ter uma utopia militante (SINGER, 1998).

O projeto da planetariedade reconhece a problemática ecológica como um desafio para os povos. Relevam-se práticas de produção que reconheçam e executam a gestão integral dos recursos. Para tanto, há a necessária organização do

consumo solidário que se opõe aos desvios desenfreados do consumismo predatório. O mercado é entendido como um processo de intercâmbio entre os povos e não um sistema de predomínio da lei do mais forte e do mais eficiente.

O projeto planetário necessita de um projeto educacional que eduque os indivíduos a viver em sociedade enquanto projeto coletivo emancipatório (HORKHEIMER e ADORNO, 1985). Para tanto, são necessárias aprendizagens que desenvolvam habilidades de dinâmicas e avaliações grupais. A educação necessita ser um processo que se centra no diálogo, na integridade do ser humano, na visão da totalidade, na compaixão (BOFF, 2000). O amor comprometido pela vida, pela terra e pelo futuro. Uma educação, uma política e uma economia que saibam ser solidárias com as gerações do presente e com as gerações futuras.

Mas quem deve executar este projeto? São os trabalhadores organizados e a se organizar. São as instituições comprometidas com uma perspectiva social solidária, com a justiça social, com a sustentabilidade e com a ética. São os homens e as mulheres que sabem e que aprendem metodologias, epistemologias, ideologias, técnicas, políticas, capazes de gestar procedimentos superadores da exclusão social (TÉVOÉDJRÉ, 2002).

É nesse quadro que queremos colocar a universidade. Como instituição pública tem ela um compromisso fundamental com a construção de um projeto de sociedade solidária. A universidade deve ser um centro fluido de competências solidárias, superando a indolência da razão (SOUSA SANTOS, 2000). Esta se concretiza nas ações pedagógicas, administrativas, avaliadoras e projetivas da instituição.

Para corresponder ao ideário da sociedade solidária e sustentável, a universidade tem como compromisso o investimento em políticas de pesquisa que respondam aos anseios e necessidades da sociedade, como foi explicitado por Brandão (1990). Nesse sentido, ela deve fazer-se presente, inserir-se, ser um agente forte de proposição e de gestão de políticas, organizações e ações alternativas de consolidação de processos práticos e teóricos relativos aos princípios solidários, de cooperação e de sustentabilidade.

Podemos propor que a universidade é o local privilegiado necessário para o desenvolvimento do pensamento. Compreendemos por pensamento a estrutura e a organização que mobilizam os sujeitos cognoscentes a sedimentar uma concepção filosófica sobre si mesmos. O pensamento é um conjunto de idéias que representa um grande espelho que reflete a diversidade de rostos e de rastros que formam a multiplicidade de culturas dos sujeitos constituintes da territorialidade do espaço onde ela está colocada.

Nesse sentido, problemáticas como a sustentabilidade biológica, a diversidade cultural, a sócio-economia solidária, a pedagogia da cooperação, os intercâmbios entre os grupos humanos, o universo lingüístico e representacional, os modelos de ação em diversos campos, as metodologias mobilizadoras e organizadoras, as políticas públicas, a ética e a estética, são exemplos de campos necessários para a formação e o desenvolvimento de um pensamento que reflita a perspectiva da sociedade que se percebe autônoma (FREIRE, 1996).

A universidade é, assim, a ponta de lança condutora de um projeto social e epistemológico capaz de superar as delinqüências socioeconômicas, ecológicas e políticas dominantes nas relações e nas estruturas sociais. Para a consecução desses objetivos faz-se mister que a universidade seja aberta, dialógica, problematizadora. Que a política institucional seja participativa, propositiva, de-

mocrática. Que a ciência seja sábia, isto é, aberta para outros saberes, configurada em bases que abranjam as múltiplas dimensões que estruturam as atitudes sociais, culturais e ambientais. É nessa direção, como mostra Marcovitch (1998), a universidade necessita ser generosa, ter compromissos sociais e ambientais, orientar-se pela cultura e valores humanos, afirmar o pluralismo, a solidariedade, a ética e as artes. A universidade não pode prescindir da utopia, do senso da justiça. Para tanto, a universidade necessita ser aberta, ouvir e ser ouvida, estar atenta aos movimentos históricos, às dinâmicas dos movimentos sociais, aos rumos das políticas públicas. Ao que propomos, a universidade é uma instituição com fortes compromissos com a vida cotidiana e com a vida futura de povos. A universidade compromete-se na relação, não isoladamente.

Para encerrar, afirmamos que a universidade é uma instituição que tem como compromisso desenvolver um pensamento a partir da realidade e com os sujeitos com os quais convive, não para neles permanecer, mas se constituir na capacidade mobilizadora de competências crítico-propositivas, para ações transformadoras que continuamente promovam a reflexão sobre o feito e o não realizado, vislumbrando caminhos novos para alternativas novas. Esse é um desafio que podemos associar à idéia de macrotransição lançada por Lazlo (2001), quando analisa diversos cenários que vivenciamos na história da humanidade e que representam situações extremadas de destruição das possibilidades da vida no planeta terra. Queremos absorver uma proposição que, para nós, significa uma leitura de mundo e nos alicerça para a mobilização criativa a fim de inventarmos relações sociais e ambientais capazes de compreender a complexidade que formam, modificando essencial e profundamente a nossa consciência e as nossas atitudes. Assim expressa Lazlo (2001, p. 64):

Ao novo sentimento da urgência de viver e agir com eficácia e eficiência, une-se uma percepção renovada do compromisso de cada um com todos os outros e com o futuro comum. Cada pessoa começa a perceber que é um elo vital numa rede altamente complexa que, porém, é profundamente sensível às ações e valores humanos. As pessoas têm um senso de potencialização individual e uma espiritualidade mais profunda. Em número cada vez maior, elas começam a ver o planeta como um organismo vivo e a si mesmas como elementos conscientes desse organismo.

Esse pensamento é expressão, na nossa compreensão, da superação da filosofia moderna que é marcada pela redução da realidade social e natural ao simples. Faz-se mister o desenvolvimento de pensamentos que aprendem e exercitam a complexidade das relações das múltiplas dimensões que constituem os contextos vividos em territorialidades mais diversas e desiguais e projeta nossas competências individuais e coletivas para a construção do projeto planetário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo**.** *Ecologia:* grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa Participante.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia:* saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra.* São Paulo: Peirópolis, 2000.

GUTIERREZ, Francisco e PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e Cidadania Planetária.* Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W.. *Dialética do Esclarecimento.* Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAZLO, Ervin. *Macrotransição*: o desafio par o terceiro milênio. Trad. Merle Scoss. São Paulo: Axis Mundi: Antakarana/Willis Harman House, 2001.

MARCOVITCH, Jacques. *A Universidade Impossível*. São Paulo: Futura, 1998.

MANCE, Euclides André**.** *A Revolução das Redes:* a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem-Feita:* repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização:* do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, Paul. *Uma Utopia Militante:* repensando o socialismo**.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A Crítica da Razão Indolente:* contra o desperdício da experiência**.** São Paulo: Cortez, 2000.

TÉVOÉDJRÉ, Albert. *A Pobreza, Riqueza dos Povos*: transformação pela solidariedade**.** Trad. Reinaldo Matias Fleuri. Petrópolis: Vozes, 2002.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PERSISTÊNCIA NAS MANEIRAS ALTERNATIVAS DE ENTENDER E VIVER A VIDA

Josivaldo Constantino dos Santos.

A pesquisa Educação Ambiental e Sócio-Economia Solidária esteve em funcionamento na Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Universitário de Sinop, desde o mês de agosto de 2003, ligado ao Departamento de Pedagogia e ao NUPEET: *Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Trabalho*. Teve como sujeitos da pesquisa, professores/as e agricultores/as familiares do Assentamento Gleba Mercedes 5, situado no Município de Sinop, cerca de 100 quilômetros da cidade.

Este projeto se propôs à *analisar e desenvolver concepções e práticas pedagógicas e políticas que representam cenários para a concretização e metodologias que organizam grupos sociais para o fazimento de atividades fundamentadas em referenciais epistemológicos da ecopedagogia, da complexidade, da dialogicidade, da solidariedade e da participação entre os sujeitos e grupos sociais.* As ações realizadas durante o seu período de duração, estiveram sempre voltadas para a concretização desse objetivo.

Visto que uma das metas previstas foi *a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, afim de que se capacitem na organização de espaços sócio-econômicos*, foi desenvolvido com os/as agricultores/as familiares, os primeiros passos para a organização de cooperativas de produção, num modelo autogestionário, característica das formas de organizações solidárias.

> Autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária. Se a organização for produtiva (uma cooperativa ou associação de produção agrícola, extrativa ou industrial, por exemplo), a propriedade do capital deve estar repartida entre todos os sócios por igual, que em conseqüência terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diversos setores administrativos da mesma (SINGER, 2003a, p. 116).

1. Quem são e de onde vieram os sujeitos pesquisados[1]

A maioria desses(as) professores(as)/agricultores(as), 44%, são naturais do Estado do Paraná, o que vem confirmar a afirmação de Souza (2004 p. 64) do Paraná "...os migrantes partiram rumo a uma nova colonização (...) do Norte de Mato Grosso, fugindo de uma pobreza crescente, (...), da impossibilidade de concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito e condições de se manterem no campo (p.64)". Ou seja, não é por acaso que esses trabalhadores e trabalhadoras saíram de suas regiões, aqui chegaram, organizaram-se para obterem um pedaço de terra e hoje estão estabelecidos(as) em um assentamento.

[1] Neste texto, apresentamos apenas dados coletados em questionário para 13 professores(as) que antes de serem professores (as), são agricultores (as).

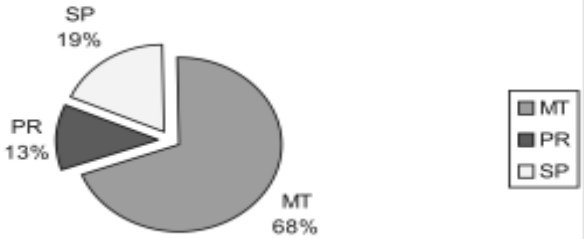
Naturalidade

Demonstrativo da naturalidade dos entrevistados.

Fonte: Projeto Educação Ambiental e Sócio-Economia Solidária (nov/2003)

É importante salientar que, mesmo naturais do Paraná, os(as) professores(as)/ agricultores(as) não vieram diretamente para o assentamento. 68% já residiam em cidades de Mato Grosso e só depois foram para o assentamento. Apenas 13% vieram diretamente do Paraná e 19% de São Paulo. Ou seja, em suas regiões de origem, eram "pequenos proprietários rurais, posseiros, sitiantes que vendiam suas terras no sul para se tornarem, em Mato Grosso, dependendo do valor da terra, pequenos ou médios proprietários". (SOUZA, 2004, p. 72).

Local de origem



Fonte: Projeto Educação Ambiental e Sócio-Economia Solidária (nov/2003)

Uma vez caracterizados os protagonistas deste projeto de pesquisa, passemos agora à conceituação dos termos educação ambiental e sócio-economia solidária.

2. Trabalhando os Conceitos

a- Educação Ambiental

No que se refere ao conceito de Educação Ambiental, entendemos que não podemos ficar atrelados a uma concepção imediatista que carrega como bandeira

de luta, simplesmente o slogan da preservação da fauna e da flora, ou seja, a defesa do meio ambiente entendido apenas como o meio natural que foi apropriado irracionalmente pelo ser humano, apropriação esta que culminou com a devastação dos recursos naturais, proporcionando conseqüências funestas para a sobrevivência do próprio ser humano. A essa restrita visão, Gutiérrez e Prado (2002), denominam de "ambientalismo superficial", pois tal visão preocupa-se apenas em beneficiar o 'homem' e, para isso, é suficiente um controle equilibrado do ambiente natural. Ou seja, preservando-se o "verde" estaria garantida a vida do ser humano. Compactuamos com Gadotti (2000), quando afirma que:

> A educação ambiental vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida que está atrelada diretamente ao tipo e convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e doméstico (p. 96).

Essa "relação saudável, equilibrada" e harmônica com tudo e com todos que nos cerca, só é possível se passarmos a entender o mundo como um ambiente de inter-relações entre os seres vivos. Esse entendimento, que se traduz como uma "harmonia ambiental", diz-nos Gutiérrez e Prado (2002), era típico dos povos indígenas de todas as épocas, que concebiam o universo "como uma rede de relações intrinsecamente dinâmica"(p. 31), e é o que nós precisamos resgatar em nossas ações a partir do cotidiano, visto que é no cotidiano que imprimimos nossas marcas profundas ("ambiente de trabalho e ambiente doméstico").

Entendemos, pois, que os problemas ambientais não estão desvinculados dos problemas sociais o que significa que não tem sentido a idéia de um desenvolvimento sustentável (preservar a natureza) que não leve em consideração uma sociedade sustentável, "isto é, uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades da geração de hoje sem comprometer a capacidade e as oportunidades das gerações futuras" (GADOTTI, 2000, p. 58).

De acordo com a reflexão de Gadotti (2000), os países que se intitulam "desenvolvidos", por possuírem um alto padrão de industrialização, de tecnologia e de consumo, impuseram metas de desenvolvimento aos demais países. Isso significa "que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem-estar e à felicidade a serem alcançadas apenas pela acumulação de bens materiais" (p. 60). Segundo o autor, essa é uma "visão predatória" de desenvolvimento, pois, a relação que mantém com a natureza é apenas uma relação de uso para fins de acumulação de bens materiais. Esse é um desenvolvimento **insustentável** (grifo nosso), pois, em pleno "século 21, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta. Alguns poucos bilionários detêm bens e poderes superiores ao de dezenas e dezenas de nações" (CATTANI, 2003, p. 9-10). Somente com uma visão economicista e reducionista pode se pensar em desenvolvimento sustentável em um ambiente de concorrência entre os desiguais. Numa visão holística, essa conciliação é insustentável.

Em contraposição a uma visão reducionista e economicista de desenvolvi-

mento, a Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979 define desenvolvimento sustentável como "... um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais, e não só econômicas" (GADOTTI, 2000, p. 57). Esse entendimento de desenvolvimento sustentável proposto pela Assembléia Geral das Nações Unidas encontra ressonância na *Ecopedagogia* (GUTIÉRREZ e PRADO, 2002), na *Pedagogia da Terra* (GADOTTI, 2000), e na *Educação Ambiental Crítica* (ZART, 2004). Entretanto, para que se concretize na prática, esse amplo entendimento de desenvolvimento sustentável faz-se necessário crer e mobilizar ações para a utopia do "inédito viável" (FREIRE, 1992), que se traduz na transformação das estruturas que alicerçam o conhecimento e a sociedade, ou seja, uma nova maneira de gerir o conhecimento em uma nova sociedade. É preciso, segundo Sousa Santos, (2000), apud Zart, (2004), acontecer a '**transição epistemológica**' e a '**transição societa**l' (grifo nosso).

> A transição epistemológica é o questionamento do paradigma científico moderno, evidenciando suas contradições no sentido de ter representado o ideal libertário para a humanidade e ter-se edificado em fundamentos que proporcionam o sustentáculo destrutivo da vida no planeta terra. (...). A transição societal, são proposições que alicerçam a desconstrução dos fenômenos sociais que se embasam em ações de dominação e exploração política, econômica, social, cultural, religiosa, para a projeção de uma sociedade sustentada em princípios éticos, multiculturais, democráticos, cidadãos, que evidenciam a liberdade e a equidade social, além de ser sustentável em termos ecológicos e econômicos, participativos politicamente e que tenha como horizonte as possibilidades dos ideais utópicos (ZART, 2004, p. 21-22).

Enfatizando a necessidade de uma mudança de paradigmas, tanto epistemológico, como social, Gadotti (2000) nos lança uma questão: "Como pode existir um crescimento com eqüidade, um crescimento sustentável numa economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada, pela exploração do trabalho, e não pelas necessidades das pessoas?" (p. 61). O próprio autor responde, enfaticamente: "Ele só tem sentido numa economia solidária" (p. 61).

É preciso, pois, acreditar na capacidade que os agentes sociais têm de superar os determinismos impostos pela perspectiva mecanicista da sociedade burguesa neo-liberal. Como nos diz Zart, 2004: "...os agentes sociais (...), possuem condições intelectuais: teóricas e práticas, para empreender movimentos que possam instituir novas relações e perspectivas, inaugurando realidades socioculturais no futuro diferenciadas das presentes" (p. 33). Ou seja, é possível aos agentes sociais, "tornar visível o invisível pela permanente superação do presente, (...) fazer com que realidades inexistentes existam" (GUTIÉRREZ, 1988, p. 122). A Sócio-Economia Solidária é uma dessas realidades; é a utopia que em si mesma engloba a transição epistemológica e a transição societal.

b- As Conseqüências Sociais do Modo de Produção Capitalista

Há várias maneiras de organização, de produção e distribuição dos bens

produzidos, entretanto o que predomina como regra na sociedade ocidental é o modo de produção capitalista. Na perspectiva do capitalismo, os meios de produção e de distribuição, bem como o próprio trabalho, são mercadorias concentradas sob o poder de um pequeno grupo. Ao grupo maior resta apenas a posse de sua força de trabalho.

Singer (2003b), lembra-nos que um dos modos mais simples e mais antigo de produzir e distribuir bens e serviços é a "produção simples de mercadorias" (p.11). Nesse modo de produção, os sujeitos não só dispõem de sua força de trabalho, como também possuem os meios de produção, de distribuição e principalmente são donos dos produtos do seu labor. Geralmente, o trabalho é realizado em conjunto e posteriormente todos são beneficiados com os resultados. O capitalismo surge da produção simples de mercadorias e depois a nega separando a posse, o uso dos meios de produção e a distribuição. Está aberto o caminho para a competição e a individualidade, onde antes prevalecia o trabalho solidário e coletivo. A partir desse momento, os trabalhadores e trabalhadoras passam a ficar sob o jugo do capital.

> A ditadura do capital (...) faz com que qualquer trabalhador deva obediência irrestrita às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome; todo fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista, em cujo benefício todos os esforços devem ser envidados; o trabalhador só faça jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais (SINGER, 2003b, p. 14).

Os direitos legais que deixam os donos dos meios de produção (patrões) com desencargo de consciência podem ser legais por estarem em conformidade com a lei, mas nem sempre são justos. Essa falta de justiça nas relações de trabalho no capitalismo assim é expressa por Singer (2003b).

Dada a tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora, a sociedade tende a se polarizar entre uma elite endinheirada e uma massa de pobres que dependem da venda de sua força de trabalho para ganhar a vida mas não encontra quem a compre, ao salário modal vigente (p. 14).

Ao longo dos tempos, o sistema capitalista foi avançando assustadoramente e, além de explorar e excluir os trabalhadores e trabalhadoras do seu direito à qualidade de vida, agravando cada vez mais as desigualdades, começa agora a provocar o desequilíbrio do planeta. O apelo ao consumismo desenfreado que conduz ao acúmulo e mais acúmulo em busca de lucro está exaurindo os recursos do planeta, recursos estes que são limitados. Esse pseudo desenvolvimento é insustentável e contraditório. "A principal contradição está num modelo de desenvolvimento ilimitado num planeta de recursos limitados" (GADOTTI, 2000, p. 65).

Analisando a atual conjuntura social, onde os ricos estão enriquecendo cada vez mais e os pobres cada vez mais entrando na miserabilidade, vemos uma sociedade insustentável, com um modo de vida insustentável. É a partir desse aspecto que sentimos a necessidade da "transição societal", ou seja, uma sociedade regida por outros paradigmas:

> O da centralidade do trabalho, conhecimento e criatividade em vez do capital; a cooperação como modo privilegiado de relação socioeconômica, em vez da competição; o planejamento participativo do desenvolvimento, em vez do espontaneísmo dos interesses corporativos; a solidariedade consciente como valor central, em vez do egoísmo utilitário; e a sociedade trabalhadora como sujeito principal do seu próprio desenvolvimento, em vez do protagonismo do Estado ou do capital (ARRUDA, 2003, p. 232).

Uma nova sociedade. Uma outra economia onde

> No lugar da concorrência fratricida, os sentimentos (...) da cooperação e da solidariedade; no lugar da devastação da natureza, a relação respeitosa com as múltiplas formas de vida; em vez do processo de acumulação e concentração irracionais da riqueza, a generosidade da partilha e da doação. O consumo desenfreado e neurótico pode ceder lugar à fruição tranqüila dos bens. O trabalho alienado pode ser substituído pelo labor consciente e criativo que propicia a realização humana plena (CATTANI, 2003, p. 10).

c- A Sócio- economia Solidária

No *Mini-dicionário Ediouro da Língua Portuguesa*, encontramos o seguinte conceito de economia: "Ciência que estuda as leis relativas à produção, distribuição, acumulação e consumo dos bens materiais" (XIMENES, 2000, p. 342). A sócio-economia solidária, em seu conceito e em suas ações, transcende a esse conceito voltado apenas para a valorização da produção, distribuição, acumulação e consumo, esquecendo-se das relações sociais que tudo isso implica.

Tanto o termo economia solidária e/ou sócio-economia solidária, referem-se mesma coisa: à maneira solidária e coletiva de gerir a economia. O acréscimo do termo "sócio" tem como finalidade enfatizar o caráter social, que é próprio do sentido que a economia deve ter.

A sócio-economia solidária é essa outra economia que se opõe ferrenhamente à lógica da economia capitalista que tem a competição como base das relações de produção. A sócio-economia solidária, promove as relações de co-responsabilidade, de partilha, e proporciona o direito a todos os envolvidos nas relações de trabalho a não só fazerem parte do processo produtivo como ter parte e ser parte desse processo. Ter parte e ser parte de um processo é ser um cidadão ativamente participativo, com capacidade de dizer o que pensa e por que pensa desse modo. Ter parte e ser parte é exercer o mais alto grau da cidadania, que é ter e saber o que dizer.

A sócio-economia solidária é uma constante criação dos trabalhadores e trabalhadoras organizados(as) pela solidariedade e ajuda mútua contra a força e o poder do capitalismo. É um modo de produção e distribuição alternativo que

> casa o princípio da unidade entre pose e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)

> (...), cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática na empresa ou por participação direta (...) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões ou negociações entre todos; destinação do excedente anual (...) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2003b, p. 13).

Este é o desafio que nos propusemos a enfrentar no assentamento do Incra, denominado de Gleba Mercedes 5: desenvolver a mentalidade da solidariedade, não apenas no que se refere à melhores condições de produção e distribuição dos bens produzidos, mas sobretudo na maneira de cada sujeito histórico ali presente conduzir sua própria vida: uma vida solidária. Essa preocupação com o modo de como cada membro da comunidade conduz a sua vida é próprio da sócio-economia solidária, ou seja, ela "reconhece (...) o valor de vínculo entre as pessoas como superiores ao valor de troca dos bens e serviços, fazendo com que a busca de uma vida melhor, de sustentabilidade, justiça social e qualidade de vida se tornem critérios de avaliação da dinâmica econômica" (WAUTIEZ; SOARES e LISBOA, 2003, p. 182).

d - Os Primeiros Passos na Gleba Mercedes 5

Iniciamos primeiramente com atividades de pesquisa de campo, que nos proporcionou levantamentos de dados importantes através de questionários, entrevistas e observação da realidade local, e posteriormente, partimos para o incentivo à criação de cooperativas autogestionárias. Neste sentido, Arruda (2003) nos alerta que

> o desafio é começar, no interior de um mundo dominado pela economia, uma transição para um mundo que esteja organizado em torno das necessidades superiores do ser humano, que implicam na produção de conhecimento, de beleza, de bem estar, de comunicação, de interação e no desenvolvimento de suas relações de solidariedade com a natureza e com todos os seres, dos seus sentidos da ética, de estética e de amor para com cada outro ser humano e a espécie, e do equilíbrio dinâmico entre seu lado masculino e feminino (p. 240).

Os sujeitos sociais pesquisados, professores/as e agricultores/as familiares, por levarem uma vida simples em contato com o campo e com outras formas de vida (animal e vegetal), já apresentam muitas das características apresentadas acima por Arruda, características estas propícias para o fazimento de uma outra economia e uma outra sociedade. Suas palavras durante as entrevistas e respostas aos questionários, ao serem interpretadas, levou-nos a essa sensação.

O grande desafio é o de juntos (pesquisadores, instituições e os/as agricultores/as) construirmos condições para viabilizarmos o que Ferreira (2003) chama de qualificação da consciência social dos assentados. Essa consciência social proporcionará "um novo tipo de camponês". A qualificação da consciência vai se concretizando à medida que formos, coletivamente,

> - repensando a convivência social, evitando o isolamento das famílias em seus lotes;
> - revendo a organização das cooperativas, dando-lhes mais uma dimensão de comunidade do que de empresa econômica;
> - estimulando valores como a solidariedade, voluntariedade, trabalho e respeito à vida;
> - elevando o nível cultural das famílias assentadas;
> - resistindo economicamente num contexto de economia globalizada;
> - definindo uma estratégia de preservação ambiental para as áreas de reforma agrária (FERREIRA, 2003, p. 91).

e- Relação entre Comunidade e Sócio economia Solidária

Quando Ferreira (2003), na citação acima, propõe dar uma dimensão de comunidade à organização das cooperativas, saliento que, de um modo geral, essa vontade de viver como uma comunidade está implícita na visão e nas falas dos camponeses e camponesas. Ou seja, os moradores e moradoras do assentamento Gleba Mercedes 5, em conversas informais que tivemos, deixaram claro que não querem ser identificados/as como moradores/as de um simples assentamento, mas sim de uma comunidade, a comunidade da Gleba Mercedes 5 (grifo nosso).

Perguntei a uma senhora que insistia que o assentamento fosse tratado como comunidade, que diferença isso fazia. E a resposta foi: "a comunidade tem mais força, é organizada, nós vivemos unidos para conseguir melhores condições para viver aqui. Aqui é uma união e sem a união a gente não consegue nada. Aqui todo mundo se conhece e tenta se ajudar como pode".

Para entendermos melhor o sentido de viver em comunidade, vejamos como alguns autores a definem. Segundo o filósofo alemão Ferdinand Tünnies, apud Guareschi (2002),

> a comunidade é uma associação que se dá na linha do ser, isto é, por uma participação profunda dos membros no grupo, onde são colocadas em comum relações primárias, como o próprio ser, a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade, os sentimentos. (...). Os seres humanos participam, pois, da comunidade não pelo que têm, mas pelo que são (p.95).

Para Guareschi (2002), comunidade "significa uma vivência em sociedade onde a pessoa, além de (...) manter sua identidade e singularidade, tem possibilidade de participar, de dizer sua opinião, de manifestar seu pensamento, de ser alguém (p.95)".

Nisbet, (1974), apud Sawaia (2002), amplia ainda mais a definição de comunidade. Segundo o autor,

> Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundeza emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva duma

> motivação profunda e realiza-se na fusão das vontades individuais, o que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos da racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição (p. 50).

Quando a camponesa da Gleba Mercedes 5 define comunidade ao dizer que "aqui todo mundo se conhece e tenta se ajudar como pode", associo a sua definição com a comunidade atribuída a Marx: "um tipo de vida em sociedade 'onde todos são chamados pelo nome" (GUARESCHI, 2002, p. 95). Chamar pelo nome é conhecer o outro, e quando a senhora camponesa diz; "nós vivemos unidos para conseguir melhores condições para viver aqui...", ela mostra o sentido de comunidade que é a ajuda mútua para a realização dos interesses coletivos, mantendo a singularidade de cada um dos membros da comunidade, o que é também, o sentido da sócio-economia solidária. Nessa perspectiva, Sawaia (2002) é enfático ao afirmar que "hoje, comunidade aparece como a utopia (...) para enfrentar o processo de globalização, considerado o grande vilão da vida em comum e solidária" (p. 36).

Nas falas a seguir, de 4 professoras/agricultoras (M) e um professor/agricultor (H), colhidas na aplicação de um questionário, no início das pesquisas de campo (novembro/2003), percebe-se a representação da Gleba como um espaço de união, de convivência e de solidariedade, portanto um espaço de relações comunitárias.

> M- "... aqui a gente se sente mais unido e (...) estamos o tempo inteiro juntos"
>
> M- "... estamos em contato com a diversidade da população, das pessoas"
>
> M- " aqui convivemos com as pessoas de bom caráter e humildes"
>
> M- "...aqui vivemos sempre unidos, eu e minha família"
>
> H- "Aqui, com o trabalho na escola e a convivência do dia a dia com os meus alunos e seus pais, aprendi a amar ainda mais as pessoas que são carentes de afeto, carinho, respeito. Aprendi a dividir a vida com outras pessoas"

Temos caracterizado nesses depoimentos a disponibilidade dos homens e mulheres do campo para a solidariedade, para a convivência harmoniosa, para a vida em comunidade, para a valorização e o respeito com o outro, condições fundamentais para a implantação e solidificação da sócio-economia solidária como modo de produção, de distribuição dos produtos, de organização e, sobretudo, de vida. Seus depoimentos não deixam dúvidas que

> a comunidade é um elemento central no modo de vida camponês. (...). Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos tem importân-

> cia na comunidade camponesa. (...). Todos se conhecem. As relações de parentescos e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês. Nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão (GÖRGEN, 2004, p. 13).

Sendo a autogestão a base, o alicerce da sócio-economia solidária por culminar em relações democráticas e na ativa participação de todos(as) no gerenciamento da produção, do consumo e da distribuição, podemos afirmar que a comunidade, pelas características que apresenta, é o espaço propício para a plena realização dessa "outra economia", dessa outra maneira de entender e viver a vida.

f- Cooperação, Comunidade, Mercado = Sócio-economia Solidária

Solidariedade, cooperação e comunidade, soam no mesmo tom. A solidariedade é definida no *Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa*, como "dependência mútua entre os componentes de um grupo social. Sentimento de união com os integrantes de um grupo social, ou de toda a humanidade, e que leva a ações de colaboração, ajuda, etc" (XIMENES, 2000, p. 869), ou seja, a solidariedade é o sentimento próprio da vida em comunidade pelo envolvimento que as pessoas tem entre si, envolvimento este que se caracteriza em ações cooperativas que priorizam as necessidades da coletividade, conforme já vimos.

A cooperação caminha pelo mesmo sentido da solidariedade, ou seja, a ação cooperativa visa a coletividade e se opõe ao individualismo. Cooperar é, pois, "operar simultânea ou coletivamente, trabalhar em comum; colaborar" (AMORA, 1997, p. 172), em vista "... de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um(a) do(a)s participantes" (JESUS e TIRIBA, 2003, p. 49). Portanto, a relação entre cooperação e comunidade consiste em que "o trabalho cooperativo e imaterial envolve um forte componente de afetividade, de contato e interação humanos, de cuidados mútuos" (LISBOA, 2003, p. 244), próprios da vida em comunidade.

A história nos mostra que a vida em coletividade foi característica marcante das civilizações iniciais. Mas, por que hoje é tão difícil a solidariedade e a cooperação? Por que o individualismo predomina em nossa sociedade?

Historicamente há uma explicação para a mudança de uma sociedade com bases na coletividade para uma sociedade individualista. George Lasserre, apud Jesus e Tiriba (2003, p. 50), argumenta que essa passagem da coletividade para a individualidade se deu devido a seis (6) revoluções.

1. Revolução econômica: a vida econômica familiar dá lugar à vida econômica independente;

2. Revolução intelectual: surge com o Renascimento, quando o uso da razão proporciona o pensamento livre e laico, possibilitando o surgimento da ciência;

3. Revolução espiritual: a liberdade da consciência individual conquistada pela Reforma;

4. Revolução agrícola: a libertação dos camponeses do modo de produção feudal;

5. Revolução política: a conquista das liberdades individuais com a democracia;

6. Revolução industrial: o rápido progresso material proporcionado pelo capitalismo moderno.

É no contexto dessa sociedade individualista que se fundamenta a doutrina do *laise-faire* que, por sua vez, sustenta a economia capitalista de mercado que tem a competição como relação básica entre os atores sociais. A economia de mercado "atualmente subordina e se apropria de todos os espaços estruturantes da sociedade, bem como as demais dimensões, impondo sua lógica de valorização" (LISBOA, 2003, p. 187-188). Nesse sentido, convém perguntar: e o mercado? O que tem a ver com solidariedade, cooperação e comunidade?

Originalmente, lembra-nos Lisboa (2003), o mercado não era um mecanismo de controle e regulação da sociedade. Esse caráter controlador, coordenador e regulador social, que o mercado tem hoje, foi uma produção política do capitalismo e não uma evolução natural e gradual. O mercado inicialmente tinha um caráter de proximidade entre as pessoas visto que surgiu nas vizinhanças, como espaço de comércio (inicialmente trocas) de bens de primeira necessidade. Era um local de encontro.

> Apesar da grande transformação, os mercados continuam sendo um espaço sociológico e antropológico, uma forma de socialização onde ocorrem encontros, trocas de informações, e não apenas transações utilitariamente orientadas. Historicamente, o mercado teve um papel civilizador. (...) Ainda hoje o 'mercado público' designa um espaço central de socialização em nossas cidades, o lugar que dá cores, cheiro, identidade, alma às mesmas. (LISBOA, 2003, p. 188).

A grande expectativa da solidificação da sócio-economia solidária (visto que sua concretização já é uma realidade) e portanto da humanização nas e das relações de mercado está no retorno da sociedade coletiva conforme aponta Lassere, apud Jesus e Tiriba (2003). Segundo esse autor, "o movimento da história se inverte: o individualismo parece ter dado tudo que podia dar e esgota sua fertilidade (...) A tendência que se desenha agora é a de um retorno ao coletivo" (p. 50).

Como esse retorno ao coletivo está acontecendo? Jesus e Tiriba (2003) percebem esse processual retorno pelo crescimento da tecnologia que vem superando a iniciativa individual e a livre iniciativa e também pela mudança de mentalidade da classe trabalhadora, que passou a compreender a importância e a necessidade da associação, da cooperação como condição de enfrentamento ao modelo capitalista excludente e empobrecedor. O movimento da sócio-economia solidária é resultado e resultante deste retorno ao coletivo, o que nos dá a convicção de que "a economia capitalista de mercado não é o destino inexorável da sociedade humana" (LISBOA, 2003, p. 188) e, por isso, "um dos grandes desafios contemporâneos é subordinar a economia à sociedade, reencaixando-a numa totalidade maior, recolocá-la como instrumento a serviço do sustento da vida humana" (LISBOA, 2003, p. 147-148).

Na perspectiva da sócio-economia solidária, a economia capitalista de mercado, diz-nos Lisboa, tende a ser superada por intermédio do próprio mercado. Para isso, as regras que regem o mercado solidário são diferentes das que regem a economia de mercado.

As regras da sócio-economia solidária, visando um mercado solidário, estão orientadas para prover as necessidades das pessoas sem escravizá-las ao fetiche,

próprio do economicismo vigente. As regras da sócio-economia solidária, além de um mercado solidário, pautam-se também na perspectiva de um consumo solidário, consumo crítico, via seleção de produtos pelos(as) consumidores(as), produtos estes aceitos ou não pelo(a) consumidor(a), dependendo da sustentabilidade ou não de sua produção (ex. a negação do(a) consumidor(a) em adquirir produtos transgênicos). Enfim, o mercado é o espaço onde se realiza a sócio-economia solidária. Entretanto, é um mercado que permite, nas relações que nele tramitam, "o *empoderamento* daqueles historicamente excluídos, revertendo o processo vicioso pelo qual os pobres, por não terem poder, são pobres" (LISBOA, 2003, p. 190). Esse "empoderamento" tornar-se-á possível, com "a afirmação da possibilidade de uma economia jogada com regras em que todos ganhem através de uma simbiose entre cooperação/competição" (LISBOA, 2003, p. 191).

g- Sinais do "Inédito Viável"

Um dos pontos altos do projeto Educação Ambiental e Sócio-Economia Solidária, além de um grupo de estudos que se reunia quinzenalmente para estudar o tema, foi a realização do 2º EMESOL[2] (Encontro Matogrossense de Educação e Sócio-Economia Solidária), com o tema: *"Integração Universidade-Sociedade: construindo uma sociedade solidária e sustentável"*. Esse encontro realizou-se na UNEMAT, Campus Universitário de Sinop, no período de 4 a 7 de setembro de 2004 e contou com 417 participantes das mais variadas instituições e movimentos sociais de Mato Grosso. Contamos com conferencistas e palestrantes de Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Pará e Bahia, todos(as) com experiências em realizações solidárias, geralmente ligadas ao movimento da Sócio-Economia solidária.

Representantes da Comunidade Gleba Mercedes estiveram presentes, participando dos debates, relatando situações de descaso para com o assentamento por parte do poder público municipal e pelo INCRA. Participaram ativamente da feira solidária, espaço onde os (as) agricultores(as) familiares vendiam seus produtos, os(as) artesãos(ãs) vendiam suas criações artísticas, o MST vendia obras literárias ligadas ao movimento, professoras de assentamentos do INCRA vendiam flores artesanais, doces etc.

A feira solidária serviu como intercambio entre os vários movimentos e organizações que se fizeram presentes e foi ainda um alerta para a sociedade no que se refere à variedade de produtos de qualidade que os(as) artesãos(ãs) e agricultores(as) familiares podem oferecer diretamente ao(à) cidadão(ã), sem a presença do atravessador, bastando para isso, políticas públicas de cunho solidário que valorizem e desenvolvam a agricultura familiar.

Este encontro resultou para a comunidade Gleba Mercedes 5 no contato com alguns empresários interessados em adquirir diretamente dos camponeses, frutas (mangas,cajus e abacaxis) para a fabricação de polpas. Porém, uma das vitórias mais significativas para nós do projeto Educação Ambiental e Sócio-Economia Solidária foi o início da organização dos moradores e moradoras da Gleba Mercedes 5 para a criação de uma cooperativa de produção. A semente foi lançada e está sendo constantemente regada e adubada com a persistência de quem acredita que o fruto virá.

[2] O 1º aconteceu no Campus Universitário de Cáceres de 26 a 29 de agosto de 2003.

Somamos também às vitórias conquistadas pelo projeto (pós EMESOL) a iniciativa de um grupo de acadêmicos(as) do curso de Economia, do *Campus* de Sinop, em propor ao Centro Acadêmico do curso a criação da disciplina Sócio-Economia Solidária com carga horária de 60 horas. Partindo de um grupo de jovens acadêmicos (as) que está sendo preparado na visão restrita da economia de mercado já é uma grande vitória. É importante salientar que esse grupo de acadêmicos(as) do curso de Economia participou em várias comissões do 2º EMESOL. Vamos contribuir com propostas de ementa e de conteúdos e esperamos que até a publicação deste texto a disciplina Sócio-Economia Solidária seja uma realidade no Curso de Economia.

São esses acontecimentos que parecem minúsculos que nos faz acreditar com veemência que a transição epistemológica e societal, de que nos fala Souza Santos, está se tornando uma realidade. Esses acontecimentos nos mostra que as "situações limites" estão sendo superadas e que o

> inédito viável' é politicamente possível, visto que representa o grito dos(as) excluídos(as), e daqueles(as) que não comungam com as políticas que excluem. (...). Representa os anseios de homens e mulheres comprometidos(as) com práticas solidárias, com a justiça social, (...). Homens e mulheres que acreditam e lutam pela liberdade do ser humano e não apenas pela liberdade do comércio (SANTOS, 2004, p. 107).

Lisboa (2003) também compartilha da crença na superação das "situações limites" e na aurora do "inédito viável", ao enfatizar que:

> Estamos diante da emergência de um novo paradigma societário, no qual a racionalidade social e a racionalidade econômica deixam de ser antípodas que se diferenciam crescentemente, mas buscam inscrever-se numa única imbricação ontológica. Assim forja-se uma única política e não duas (a econômica e a social), superando a trágica dissociação entre a economia (mundo empresarial) e a política (mundo da cidadania) (p. 148).

O caminho é longo, porém estamos caminhando com os pés firmes e o olhar sereno e fixo no horizonte.

Termino este texto deixando registrado os atores sociais que estiveram a frente deste projeto: Autores do projeto: Prof. Ms. Laudemir Luiz Zart (Departamento de Pedagogia); Coordenador: Prof. Ms. Josivaldo Constantino dos Santos (Departamento de Pedagogia; participante: Prof. Dr. Fiorelo Picoli (Departamento de Administração); para organizar a cooperativa de produção: Prof. Juvenal Mevino da Silva Neto (Departamento de Administração); e Prof. Dr. Aleido Diaz Guerra (Departamento de Economia); Bolsistas: Leonela Guimarães da Silva (Departamento de Economia) e Rosângela Adriana Pacheco (Departamento de Ciências Contábeis).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Antônio Soares. *Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1997.

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CATTANI, Antonio David. A outra economia: conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

FERREIRA, Elenar. A Cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. IN: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão Como Resposta ao Desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Economia)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança:* um reencontro com a pedagogia do oprimido. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão)

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio (ofm). *Os Novos desafios da Agricultura Camponesa*. s. l: s.e. 2004.

GUARESCHI, Pedrinho A. Relações Comunitárias – Relações de Dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária:* da solidariedade à autonomia. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação como Práxis Política*. Tradução de Antonio Negrino. São Paulo: Summus, 1988. (Novas Buscas em Educação; v. 34)

GUTIÈRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. (Guia da Escola Cidadã; v. 3)

JESUS, Paulo de, TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LISBOA, Armando de Melo. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LISBOA, Armando de Melo. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LISBOA, Armando de Melo. Empresa Cidadã. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. Participação Política e Educacional para a Construção da Educação Solidária. In: ZART, Laudemir Luiz (org.). Cáceres: Unemat Ed., Ano I, vol. 1, 2004. Série Sociedade Solidária.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia.* 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003 – (Coleção Economia).

SOUZA, Edison Antônio. *Sinop: história, imagens e relatos- um estudo sobre a sua colonização*. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, EdUFMT, 2004.

WAUTIEZ, Françoise, SOARES, Claudia Lucia Bisaggio, LISBOA, Armando de Melo. Indicadores da economia solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003.

XIMENES, Sérgio. *Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa* – 2.ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2000.

ZART, Laudemir Luiz. *Educação Ambiental Crítica:* o encontro dialético da realidade vivida e a utopia imaginada. Cáceres: Unemat Editora, 2004.

O MISTER DE REAPREENDER OS VÍNCULOS ENTRE A ECONOMIA E A VIDA SOCIAL

Gabriela D'Ávila Schüttz
Luiz Inácio Gaiger

A sociedade moderna não se assemelha a um prédio que precisa ser demolido para que se possa erguer um novo. Se temos de usar alguma imagem, assemelha-se mais de perto a um navio, em que um grupo muda os mastros, outro as velas, e um terceiro se ocupa de reformar o convés. Claro, as imagens são enganadoras. Se mudarmos um determinado subsistema, logo influenciamos o ambiente desse subsistema. Se a vida cotidiana foi mudada aqui e ali, se as esferas culturais foram mudadas em certo grau, a própria sociedade terá sido mudada (...). O modelo da sociedade que traçamos aqui nos permite ver como poderíamos transformar nossa contingência em destino, enfrentando ao mesmo tempo nosso contexto (...). Só a lógica da democracia pode ser preservada e ampliada pelas necessidades que visam à autodeterminação. (HELLER & FEHÉR, 1998, p.55).

Há alguns anos atrás, fomos convidados pela Secretaria de Educação de Alvorada, cidade vizinha a Porto Alegre, para falarmos sobre a Economia Solidária aos professores da rede municipal. O tema era as virtudes formativas das experiências de cooperação econômica, assim como as suas carências e os desafios postos aos educadores. Após termos destacado as principais características da Economia Solidária, especialmente, a sua diversidade, os seus inúmeros fatores de impulsão e os seus traços distintivos da economia capitalista, dedicamo-nos a elencar o que nos parecia essencial para a sua adequada compreensão, algo naturalmente indispensável a qualquer bom propósito de apoiar essas experiências a partir do terreno específico de atuação dos educadores, isto é, do campo das idéias e do desenvolvimento da consciência.

Quando olhamos para as carências intelectuais sentidas pelos empreendedores solidários, alguns fatos saltam aos olhos, como *evidências de primeira ordem*. É elementar que a predominância de baixíssimos níveis de escolarização exclui muitos deles do acesso à linguagem escrita, ao cálculo e a um conjunto vital de conhecimentos básicos, requeridos à medida em que efetivamente busquem converter-se em gestores associados dos seus empreendimentos, devendo com isso administrar as relações internas e as transações externas, dos mais diversos tipos, com agentes econômicos, sociais e políticos de empresas, organizações e do próprio Estado. Essas lacunas de aprendizagem formal repercutem no perfil técnico-profissional dos empreendedores, via de regra restrito a funções não especializadas, pouco densas em conhecimento e, assim, menos valorizadas e igualmente menos agregadoras de valor. A isso soma-se uma condição generalizada de desconhecimento da totalidade do processo de trabalho em que tais funções se inserem, bem como da cadeia produtiva em questão, na qual muitas vezes os empreendimentos se vêem compelidos em sua autonomia decisória, por forças externas à montante e à jusante. Poderíamos apontar ainda outro fato corriqueiramente lembrado, decorrente da condição histórica subalterna dos trabalhadores, que os forma dentro de uma *cultura de firma*, ou de subserviência, avessa e contrária ao perfil ativo exigido de indivíduos que devem produzir e simultaneamente assumir coletivamente a gestão econômica e política das suas vidas.

No lado oposto desses problemas diretamente perceptíveis, podemos enumerar outras questões, de *menor evidência* no dia a dia, mas de grande impacto sobre o futuro da economia solidária. Referimo-nos basicamente ao déficit histórico de construção de alternativas econômicas por iniciativa popular. Temos uma história considerável de lutas no campo das relações de trabalho, das condições de vida e dos direitos, uma práxis, por conseguinte, inegavelmente formadora da consciência. No âmbito da cidadania, esses movimentos assumiram um papel propositivo, de formulação e experimentação de novos dispositivos institucionais, como os diversos conselhos, o orçamento participativo e outras formas de implicação cidadã. No campo econômico, por outro lado, as mobilizações mantiveram um caráter basicamente reivindicativo ou de contestação, sem propiciarem, salvo exceções, experiências de reorganização do trabalho e da produção dirigidas pelos trabalhadores, fora da lógica da gestão e da apropriação privada.

Como construir paulatinamente esse protagonismo, num quadro de tantos requisitos inatendidos e de carências imediatas, como as antes mencionadas? A tarefa não é simples. Ademais, para o seu correto dimensionamento, supõe considerar ainda outros problemas, por assim dizer de *evidência intermediária*, advindos da necessidade de modificar as lógicas de compreensão da realidade e de reação diante dela, com as quais se conduzem os próprios empreendedores, mas igualmente uma fração expressiva dos intelectuais que atuam nesse campo, cumprindo papéis de assessoria, de mobilização ou mesmo de direção.

No caso dos empreendedores, umas das dificuldades, já indicada anteriormente (GAIGER, 1994; GAIGER et al., 1999), reside na passagem a ser feita, de uma racionalidade própria da economia doméstica e informal, na qual os setores populares esbanjam experiência e conhecimento, a uma racionalidade propriamente empreendedora, de coletivos de produção que se articulam e ao mesmo tempo se distinguem das economias individuais e familiares. Num vetor complementar, torna-se necessário superar o patamar de condutas econômicas defensivas e adaptativas, que tendem a encerrar a economia popular num quadro de subordinação e de exploração exacerbada, e transitar para uma lógica não apenas de antecipação, mas de efetiva previsão, posto que nesta, com seus colorários de prospecção e planejamento, tanto quanto possível, reside o fundamento da ação empreendedora[3] .

Quanto aos intelectuais que atuam como *agentes de mediação* da economia solidária, intervindo junto às iniciativas populares no campo da informação, comunicação, análise e formação, entre outras funções, acessórias ou decisivas para a sorte dos empreendimentos, uma série de questões importantes poderia ser suscitada quanto ao caráter assumido por essas funções, inclusive as formativas, diante da dimensão insubstituivelmente educativa da práxis econômica solidária, vivida em sua plenitude tão-somente pelos seus protagonistas diretos (GAIGER, 2005). O convite formulado pela UNEMAT, para que contribuíssemos com essa publicação, leva-nos contudo a preferir a retomada de um outro aspecto, igualmente sublinhado no encontro de Alvorada: a matriz de disciplinas e de conhecimentos que formou esses agentes, não deve ela mesmo ser revista, na medida em que bem provavelmente está assente nos cânones consagrados pela ciência, ou seja, na mesma aparelhagem intelectual que ajudou a forjar a sociedade e a economia que estão aí, como formas superiores ou em todo o caso vencedoras de organização da

[3] Sobre essas diferenças de racionalidade econômica, ver Gaiger, 1996; Bourdieu, 1963; Houtart e emercinier, 1986 e 1990.

vida coletiva? Sem uma crítica e uma mudança dessa ordem, de cunho paradigmático, será possível a esses agentes produzirem um outro discurso sobre o devir histórico, indo além da dialética inconclusa das antíteses à ordem vigente, que não alcança formular novas sínteses a partir da práxis real das classes populares?

Essa debilidade orgânica dos intelectuais que apóiam os movimentos populares não vem de hoje (SOUZA, 2000) e mereceria um tratamento diligente e amplo. Nesse texto, vamos ater-nos a um ponto preciso, no qual a práxis econômica solidária é pródiga em exemplos: contrariamente às teorias hegemônicas e ao senso comum preponderante, é um equívoco entender as relações econômicas como um subconjunto distinto e apartado das demais relações humanas, subconjunto cuja progressiva autonomização da vida social, ao longo da história moderna, teria vindo a satisfazer uma exigência natural do seu pleno desenvolvimento. A economia solidária demonstra que essas mútuas relações existem e que a contradição entre interesses econômicos e valores sociais é peculiar a uma forma social dada, capitalista e mercantil, de organização econômica. É portanto um mister admitir compatibilidades entre as diversas esferas da vida humana, a bem da verdade trata-se de questionar o princípio ele mesmo de decomposição da vida em esferas. O que de resto implica, para um agir intelectualmente bem fundamentado em favor da economia solidária, abandonar como ponto de partida a primazia do econômico e subordinar os seus pretensos imperativos – seja de sobreviver, seja de enfrentar a economia de mercado – à compreensão e à observância das preferências e possibilidades dadas pelos *vínculos sociais* que sustentam e ditam a racionalidade dos empreendimentos solidários.

A esfera econômica transcende o sentido mercantil e monetário que lhe é atribuído atualmente. Ela é plural e se realiza segundo diferentes princípios: seus sentidos e funções são resultado de um conjunto de práticas e valores, peculiares a cada sociedade e ao seu momento histórico. Por conseguinte, devemos analisá-la – e promovê-la – sob uma perspectiva que evidencie sua relação com as demais esferas da sociedade, compreendendo-a como uma construção histórica, no lugar de cingir suas práticas a uma lógica interna, que responderia somente ao seu próprio devir. Por seu turno, os empreendimentos de economia solidária se têm diferenciado de outros intentos alternativos no campo econômico, identificáveis ao longo da história do capitalismo, exatamente pela sua capacidade de articulação entre o econômico e as demais esferas da vida. Não é possível compreendê-lo sem tentarmos despir-nos de nossas categorias tradicionais de entendimento. As relações híbridas e plurais que a economia solidária promove contribuem com o desenvolvimento integral do ser humano, por meio da instauração de novas práticas, que democratizam a riqueza, os direitos políticos e o acesso ao conhecimento, selando as bases de uma vida com significado – de *ação*, no dizer de Hannah Arendt - onde homens e mulheres participem efetivamente das decisões e possam responder às suas aspirações. Esse é o argumento principal desse texto.

A Aparente Desimplicação Social da Economia

Em suas fases históricas anteriores à instauração do *sistema mundial produtor de mercadorias* (KURZ, 1993), as sociedades ocidentais conheceram regimes econômicos claramente determinados por princípios de valor e por regras extra-econômicas, situadas em outras esferas da vida social. Tais princípios e

regras, instituídos sem relação prévia com a produção da vida material, tinham antes o poder de condicioná-la, dotando-a de uma racionalidade apenas reconhecível a partir das necessidades socialmente sancionadas como legítimas nas esferas não-econômicas. São exemplos as sociedades clânicas, estruturadas por laços de parentesco, assim como as inúmeras sociedades organizadas sobre alicerces étnicos ou comunitários, além da feudalidade e do mercantilismo, fase de transição para a sociedade capitalista, onde o papel do Estado era ainda considerado fundamental e suas intervenções necessárias à proteção da sociedade e do próprio comércio. Nesses exemplos, para usarmos uma fórmula marxista, a economia exercia, *em última instância*, um papel *determinante* das demais relações, precisamente porque o papel *dominante* cabia a esferas e a relações de outro tipo (GODELIER, 1978).

Parte desses arranjos sobrevive e convive nos dias atuais sob a égide do capitalismo, cujo advento e supremacia vieram a alterar profundamente as regras do jogo. A produção capitalista tem a peculiaridade de, uma vez acionada, gerar diretivas lógicas que se impõem a partir do próprio terreno econômico, estabelecendo uma racionalidade intrínseca que passa a digladiar-se, sempre que necessário, com os demais sistemas e princípios da organização social, com isso dando a impressão – dizemos bem, a *impressão* – de que esses inexistem ou são dispensáveis. Voltando à fórmula anterior, no capitalismo a economia é determinante e dominante[4] . Tal é a pressão desse movimento que, a certa altura, tudo se passa como se realmente nada existisse fora dele, a não ser como obstáculo:

Em última instância, o problema é que a lógica abstrata da rentabilidade, tal como é inerente à mercadoria moderna e ao mercado mundial por esta constituído, não conhece e nem pode admitir algo como uma estratégia politicamente induzida, isto é, puramente baseada em decisões conscientes. Mais cedo ou mais tarde, tem que impor-se inexoravelmente a lei da rentabilidade, que diz que somente é válida e capaz de participar do mercado aquela produção que corresponda ao nível mundial de produtividade (KURZ, 1993, p. 171).

Não se causam impressões nem se sustentam aparências por longo tempo sem alguma dose de verdade, mesclada a uma dose possivelmente maior de ocultamento. Nesse caso, a força exercida pelo capitalismo, por sua indiscutível velocidade produtiva e de inovação, por fazer desmoronar as estruturas sociais na qual a sociedade amparava-se, impor a essa os interesses daqueles que tinham interesse direto no livre desenvolvimento capitalista, de assim conquistar e dominar as consciências, conduziu a três processos encadeados de ocultamento: quanto à existência de outras possibilidades modernas de organização das sociedades, capazes de gerar bem-estar e de colocar em cheque o imperativo capitalista de progresso material, mantendo a economia embutida em sistemas de regulação politicamente instituídos; quanto à existência de outros princípios de organização econômica, que não aqueles do mercado, cuja vigência hoje é um fato real, embora menosprezado; quanto à existência de outras iniciativas econômicas, por fora e por dentro da economia de mercado, distintas da empresa privada capitalista com ânimo de lucro. Nos três casos, a parte do sistema social que exprime a lógica capitalista é equiparada à totalidade, tomando o seu lugar.

[4] Daí porque o capitalismo, contrariamente a outros sistemas econômicos, se amolda a diferentes contextos culturais e a diferentes regimes políticos, instilando aos poucos suas próprias premissas, a seguir convertidas em prerrogativas para o conjunto da sociedade e em mecanismos de sua subversão.

Realidade e aparência se confundem: "em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico" (POLANYI, 2000, p. 77). O campo econômico passa a ser visto como uma esfera autônoma, cujos negócios obedecem somente a critérios próprios, ou deveriam fazê-lo, de modo que sua desimplicação social é recebida com naturalidade. A economia de mercado converte-se no lugar por excelência de produção e distribuição de riquezas, capaz de gerar progresso e desenvolvimento. A noção de riqueza começa a distanciar-se das relações sociais e, assim, de qualquer sentido moral emulado a partir dos laços sociais. Na verdade, convém ao mercado pôr sempre em evidência a sua liberação dos vínculos sociais, para tornar aceitável o empobrecimento das relações sociais por ele promovidas (GODBOUT, 1999, p. 50). A própria noção de valor fica intimamente associada ao universo utilitarista das riquezas materiais e do auto-interesse, como se a ação econômica não pudesse resultar de um sentimento de pertencimento, de uma combinação entre desinteresse e interesse e como se esse último fosse obrigatoriamente de ordem material[5] . Institui-se o domínio das relações contratuais, ao mesmo tempo que o sistema capitalista e a economia de mercado deixam de ser considerados frutos de uma construção histórica, inconclusa e contraditória.

Esse entendimento monológico vem sustentando idéias e práticas que pouco contribuem para a coesão social e a solução de problemas estruturais, como a fome e o desemprego[6] . Como dizíamos, "considerar a economia de mercado como o único lugar de criação de riquezas é confundir os feitos econômicos com uma leitura que 'naturaliza' a economia de mercado, sinônimo de modernidade e eficiência" (LAVILLE, 2004, p. 226). A idéia de desimplicação da economia faz com que os assuntos relacionados a ela sejam tratados à revelia dos demais assuntos da sociedade, reportados a um plano secundário ou periférico. Esse quadro culmina numa desarticulação ainda maior da ação política, no cotidiano dos cidadãos, posto que se vêem submetidos a uma lógica onde a reflexão e o discurso crítico cedem lugar aos imperativos da produtividade. No lugar de redes e estruturas cidadãs de solidariedade, tende-se à ruptura dos laços sociais, à medida que os valores do mercado são transpostos autocraticamente para as relações humanas. A questão social decorrente encontra-se assim acontonada, no âmbito da benevolência individual, ou então é remetida ao Estado, onde adquire as feições frias de uma solidariedade institucionalizada apenas redistributiva.

Os espaços públicos preserváveis num ambiente de economia plural, capazes de produzir solidariedade e reciprocidade, passam a ser profundamente perturbados pela generalização das relações mercantis. A abordagem das questões econômicas como despojadas de implicações políticas e sociais, reduzidas ao gerenciamento das riquezas, produz um empobrecimento das relações sociais. A economia torna-se cada vez mais um assunto técnico, separado dos assuntos polí-

[5] Apoiando-se numa visão pessimista da natureza humana, os pensadores dos séc. XVIII e XIX tinham descoberto no *interesse* um princípio capaz de substituir o *amor* e a *caridade*, como fundamentos de uma sociedade bem regulada (HIRSCHMAN, 1986). Aos poucos, deixaram-se impregnar de "um utilitarismo cru, aliado a uma confiança não-crítica nas alegadas propriedades autocurativas de um crescimento inconsciente" (POLANYI, 2000, p. 51).

[6] A percepção de uma concomitância entre o crescimento ímpar na produção de riquezas e a ampliação da pobreza vem dos primórdios do capitalismo. "O pauperismo fixou a atenção no fato incompreensível de que a pobreza parecia acompanhar a abundância. Este, porém, foi apenas o primeiro dos surpreendentes paradoxos com os quais a sociedade industrial confrontou o homem moderno" (POLANYI, 2000,p. 107).

ticos de interesse comum, nos quais os cidadãos sentem-se interpelados. Não seria inoportuno lembrar que a própria noção de interesse e de esfera pública perde valor, em favor de uma visão em que os interesses vinculados ao mercado são vistos como um elemento isento, confiável, tangido por regras claras e igualitárias, visto que impessoais.

A confiança depositada nas leis da economia justifica em certa medida a condução férrea dos seus negócios pelo detentor do capital, o fato de o comportamento econômico emancipar-se da responsabilidade diante dos efeitos sociais negativos que produz. Mundo dos negócios e mundo social se apartam. O segundo, representado pelas pessoas e suas necessidades, tem guarida no primeiro à medida da sua utilidade como fator produtivo. *O trabalho a serviço do capital*: um par irreconciliável, a tornar a presença de um terceiro elemento compulsório, nos papéis de árbitro e regulador assumidos pelo Estado.

Essa história tem etapas[7] . A sinergia estado – mercado ganhou centralidade nos países mais desenvolvidos, especialmente após o segundo conflito mundial. O crescimento econômico regular tornou possível uma convergência entre forte demanda de bens de consumo, crescimento de produção e dos ganhos de produtividade, aumento do emprego estável em tempo completo e aumento dos salários. Um sistema em anel, designado por alguns sob o termo de compromisso fordista ou keynesiano, responsável por um equilíbrio dinâmico até a crise dos anos 70 e 80. Sua vigência correspondia a uma regulação entre o econômico e o social, na qual o mercado, fonte de impulsão e da criatividade societária, foi posto sob o controle de um Estado encarregado não apenas de dinamizá-lo, mas de corrigir seus efeitos perturbadores. Consagrava-se assim, ao mesmo tempo, a primazia do mercado e sua ambivalência: força motriz e desestabilizadora, seu funcionamento fora enquadrado por dispositivos institucionais visando garantir a eficácia econômica e integração social (FRANÇA Filho e LAVILLE, 2004, p. 66).

Ao resto do mundo coube reproduzir de maneira mais ou menos acentuada os movimentos econômicos e políticos desse modelo eurocêntrico, enquanto pairava e estancava-se o debate na contenda entre os modelos do Estado Socialista e do Estado Capitalista do Bem-Estar Social. Mesmo nos casos em que tal sinergia alcançou algum êxito, a prosperidade econômica jamais se fez sentir da mesma forma em outras partes do mundo. Os diferentes contextos políticos e socioeconômicos, juntamente com um processo de industrialização tardio e desregulado, não permitiram, salvo exceções, que outros países lograssem uma regulação econômica favorável a uma melhor distribuição das riquezas. Na maioria dos casos, na medida em que o produto interno nacional e a industrialização cresciam, prosperava igualmente a dependência externa, diminuindo a autonomia nacional e perpetuando os problemas sociais.

As últimas décadas do século XX sofreram um movimento de derrocada do regime social baseado na disjuntiva Estado – mercado, com reflexos profundos sobre o emprego assalariado e tudo o que ele representava, em sociedades nas quais a ação política e o equacionamento das questões sociais se haviam centrado no universo das relações entre o capital e o trabalho. O aumento do desemprego

[7] Uma história *pendular*, com bem o expressou Berman (1990), detalhou Kurz (1993) e resumiram França Filho & Laville: "a história dos séculos XIX e XX fora resultado de um duplo movimento: um movimento na direção do mercado auto-regulado conduziu a um movimento em direção à intervenção política. Este duplo movimento colocou o futuro da sociedade nas mãos do Estado e do mercado" (2004, p. 60).

deixou à mostra tanto a ineficácia do Estado em regular a economia, quanto a impotência desta para promover integração e segurança social. A atual dinâmica da sociedade global demanda novos arranjos, que considerem questões e alternativas de vida negligenciadas ou simplesmente ignoradas. A construção de sociedades democráticas pressupõe não somente espaços públicos democráticos de participação e desenvolvimento efetivo da cidadania, mas também condições econômicas que permitam a todos seus cidadãos suprirem suas necessidades. Um dos requisitos elementares para que os sujeitos tornem-se cidadãos ativos refere-se ao estabelecimento de condições que lhes garantam o acesso aos meios de produção da vida material e espiritual, fato negado pela subordinação do trabalho e pela pobreza.

A preeminência dos fundamentos utilitaristas do mercado, assegurando a primazia do interesse pessoal, característico do capitalismo, aumentaram a dificuldade de assegurar os bens coletivos e a cooperação (HIRSCHMAN, 1986, p. 17). Nesse sentido, "a verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia – num certo sentido toda e qualquer sociedade tem que se basear nela – mas que a sua economia se basea no auto-interesse" (POLANYI, 2000, p. 289). É necessário então reconhecer a existência e a importância de outros espaços e princípios da vida econômica, historicamente encobertos ou substituídos pelo modelo econômico dominante.

O Novo Solidarismo e a Produção Plural da Vida

Em sua obra clássica, Polanyi (2000) advoga a invariante histórica do princípio da economia plural, segundo a qual, em cada tempo e lugar, conjugam-se em dose variável diferentes regimes: a economia não-monetária (fundada no princípio da domesticidade e da reciprocidade), perceptível, por exemplo, na economia familiar; a economia não-mercantil (fundada no princípio da distribuição), assumida modernamente pelo Estado; e a economia mercantil (princípio da oferta e demanda), identificada com o mercado. Essa apreensão plural, que entende as economias reais a partir da imbricação entre essas três lógicas, não somente reflete com maior adequação os fatos passados da nossa história, como inverte a hipótese de análise das condutas empreendidas hoje pelos atores, conduzindo-nos a averiguar outras esferas além da mercantil, bem como a cernir as condições sociais e políticas de primazia de uma ou outra lógica econômica.

Essa mudança de enfoque permite captar em sua amplitude os experimentos sociais que escapam ao monismo da mercadoria e ao individualismo contratual. No plano da ação, possibilita que outras formas de economia, reduzidas pela extensão da economia mercantil às demais esferas da vida, sejam novamente exercitadas, alcançando visibilidade e estimulando novos arranjos econômicos e políticos. Entre elas, a economia solidária, designação hoje utilizada em ambos os lados do Atlântico, "com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas" (SINGER, 2003, p. 116).

O termo economia solidária, como sabemos, abrange uma série de experiências organizacionais, de associação livre em atividades econômicas, para fins de assegurar a sobrevivência dos trabalhadores e de enfrentar problemas comuns, de interesse coletivo. A organização desses trabalhadores em um empreendimento

econômico que lhes garante ocupação e renda, além de propiciar melhoria nas condições materiais de vida, estimula práticas que colaboram para a tomada de consciência dos sujeitos frente a temas que extrapolam a gestão do empreendimento. Ao desenvolveram a gestão coletivamente, os trabalhadores são estimulados a exercerem sua cidadania.

Tais empreendimentos funcionam alternativamente como *comunidades-projetos*, nas quais vem ancorando-se a reflexividade crítica dos indivíduos, propiciando-lhes um distanciamento do sistema, num processo de subjetivação auto-referenciada, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos. Neles é possível estar *aqui* e em *outro lugar*, alimentar a razão utópica não apenas com a crítica ao sistema, mas igualmente com a realização do desejo (GAIGER, 2004, p. 395).

Os estudiosos coincidem em reconhecer o entrelaçamento que se estabelece entre as esferas da vida, quando se trata de empreendimentos de economia solidária. Para França Filho (2002), cabe associar a noção de economia solidária a experiências que se apóiam no desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, cuja especificidade decorre da presença da dimensão política em sua ação. Kraychete visualiza "as potencialidades transformadoras dos empreendimentos associativos e as expectativas em relação à economia solidária, não como um fim em si mesmo, mas convergindo com outras iniciativas, antigas e novas, suscitadas pela prática social transformadora" (2002, p. 91). A respeito, Houtart pontua que "o aparecimento de novos atores não se limita ao campo econômico, manifesta-se também nas áreas sociais e políticas" (2001, p. 20). A autogestão, presente nesses empreendimentos, supõe, em si mesma, a ampliação de uma consciência que se revela nas relações e compromissos dos trabalhadores com a comunidade local. O protagonismo dos sujeitos dota as práticas de significado e esses significados geram vivências comprometidas com relações de solidariedade, estabelecendo um espaço comum de diálogo e aprendizado. Neste processo, os educandos tornam-se sujeitos de sua educação.

Nossas pesquisas (GAIGER, 2001, 2004) têm buscado apreender a racionalidade peculiar que move as iniciativas solidários, conciliando elementos de democracia, autonomia e participação com preocupações com a sustentação e a viabilidade dos empreendimentos. A compreensão dessa lógica requer uma nova semantização dos termos utilizados, especialmente os familiares à teoria econômica, como eficiência e produtividade, para se chegar a uma nova concepção de empreendedorismo: um espírito distinto da racionalidade capitalista – que não é solidária e tampouco inclusiva – e da solidariedade popular comunitária – desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho que não seja circunscrito e marginal (id., 2003, p. 127).

Esse esforço de semantização ganha fôlego quando tais questões tornam-se evidentes no cotidiano dos trabalhadores, através da gestão coletiva do empreendimento. Os valores de autogestão, solidariedade e reciprocidade já estão presentes, mas a necessidade de sobrevivência no mercado requer que novos dispositivos sejam criados, com o objetivo de manter o empreendimento e preservar as novas relações desenvolvidas em seu interior. A proposta de gestão coletiva do empreendimento conduz os associados a assumirem o compromisso de decidir em conjunto as ações e caminhos a serem tomados. Não é apenas o sucesso do empreendimento que está em jogo, mas a própria experiência de responsabilidade sobre atos

que determinarão o futuro desses indivíduos, historicamente subjugados por decisões tomadas em seu nome e lugar.

De um modo geral, percebe-se nesses estudos que os empreendimentos alcançam maior êxito quando se relacionam positivamente com o seu entorno, participando dos movimentos sociais, atuando na construção de redes locais, através de parcerias e articulações ou ainda, embora timidamente, quando buscam encetar formas justas de comércio e de inter-cooperação. Se os valores e a vivência da partilha formam a base psico-social do grupo empreendedor, estimulando suas iniciativas em prol da comunidade, a mesma identidade o projeta na arena social, fortalecendo sua capacidade de disputar recursos e auferir dividendos no mercado das políticas públicas e da economia solidária. Estar presente em cena preserva e reforça a imagem do empreendimento, confere-lhe legitimidade e o impulsiona a reafirmar a sua identidade (GAIGER, 2004). A economia solidária evidencia assim capacidade de promover espaços reais de deliberação em comum, de questões privadas e públicas, promovendo a responsabilidade cívica e o engajamento ético dos sujeitos.

As relações introduzidas nos empreendimentos não se alinham a uma lógica individualista ou meramente contratual, mas a princípios de mutualidade. Sua eficácia econômica na produção de riquezas "apenas se realiza enquanto sua obtenção estiver subordinada ao ideal de uma outra riqueza, propriamente humana e social – o amor da família, a amizade dos cooperados, o senso de justiça, a solidariedade diante do infortúnio, etc. – e enquanto ela levar a viver momentos de gratuidade e de dádiva que, apenas eles, dão sentido ao conjunto do processo." (CAILLÉ, 2003, p. 235). Elementos que evocam e alimentam relações pessoais mais densas, fundadas na capacidade de dar e retribuir e na solidariedade.

Pensar o Mundo com Categorias Vinculantes

Uma qualidade importante dos empreendimentos solidários é o seu caráter multifuncional, sua vocação a atuar simultaneamente na esfera econômica, social e política, a agir concretamente no campo econômico ao mesmo tempo em que interpelam as estruturas dominantes. Respondem com isso à sua razão de ser, preenchendo as necessidades materiais de seus membros, assim como suas aspirações não monetárias, de reconhecimento, inserção social e autonomia. A economia solidária com certeza não poderá responder a todos os problemas que afetam a sociedade, mas sua essência híbrida, que a faz transitar entre diferentes princípios econômicos e a reimplicá-los socialmente, permite imaginar que sua capacidade de adaptação a diferentes contextos e necessidades é um grande trunfo frente às soluções paliativas ou à imobilidade total. Além disso, ela nos convida a pensar sobre as demais esferas da vida, a resgatar a autonomia dos sujeitos, por meio de práticas de emancipação econômica, do exercício democrático e do gosto pela cidadania (SCHÜTTZ, 2005).

Adentrar esse terreno supõe trocar nossas categorias estanques, especializadas em dar conta desta ou daquele esfera da vida, por instrumentos de compreensão que retirem as mesmas do seu estado fragmentado, que desvelem interconexões e vias de passagem sobre fossos aparentemente intransponíveis. Relacionada diretamente ao propósito desse texto, uma frente de trabalho consistiria em atribuir aos fenômenos econômicos, entre eles os comportamentos ditados

pelo interesse individual, a característica de *fatos da sociedade*, a serem contextualizados socialmente e historicamente. Nisto, seguiríamos as pegadas dos fundadores da sociologia econômica, como Durkheim e Weber, para quem os interesses e os procedimentos adotados pelo ator econômico são definidos pelas instituições, como a tradição, a moral e o direito, cabendo ao Estado um papel preponderante, senão como regulador direto da economia, na difusão de valores fundamentais para o funcionamento adequado do mercado (RAUD, 2003, p. 33)[8] .

Numa perspectiva ainda mais ampla, convém examinar aqueles autores cujo pensamento buscou apreender a vida humana em seus múltiplos nexos, insistindo em recuperar a dimensão política – alvo principal do hiperdimensionamento e da autonomização da esfera econômica – como espaço de ação e diálogo, de realização das faculdades humanas. Uma das obras de consulta obrigatória diante dessa questão é a de Hannah Arendt, a que vamos aludir brevemente, em particular tendo em vista os conceitos de *vida activa* e de *ação*, pelas quais buscou compreender as manifestações e potencialidades da condição humana[9] .

As atividades da *vita activa - labor, trabalho* e *ação* - são executadas de maneiras diferentes, em momentos específicos. A atividade do labor é executada individualmente pelo *animal laborans*, no espaço privado. A atividade do trabalho também é executada no isolamento, porém o *homo faber* possui uma esfera pública própria, o mercado de trocas, onde os homens relacionam-se pelo intercâmbio de produtos. Segundo Arendt, "a ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo (...). A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história" (2002, p. 15-16).

Prossegue: "A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir" (2002, p. 16). A condição humana da ação produz fatos e histórias, sendo, por conseguinte, fundada na convivência entre os homens em um espaço público-político, sem que seja necessário a intermediação das coisas ou objetos. "A pluralidade humana é a paradoxal pluralidade dos seres singulares" (2002, p.189). Portanto, a pluralidade é a condição essencial de toda a vida política.

Segundo von Zuben, a liberdade é para Arendt a razão de ser da política e seu domínio de experiência é a ação (1989, p. 165). Desse modo, a ação difere do labor, processo circular, e do trabalho, processo que possui um início e um fim determinados. Ela significa a capacidade de iniciar algo novo, de tomar a iniciativa, de por algo novo em movimento contendo em si mesmo a imprevisibilidade e irreversibilidade, a ela subseqüentes. A instrumentalização da política ocorreu quando a pluralidade humana foi deixada de lado e a ação política veio a ser pensada nos moldes da fabricação, isto é, numa racionalidade que perpassa a lógica utilitária de

[8] Para uma visão recente da sociologia econômica, consultar Lévesque, Bourque & Forgues, 2001.

[9] Filósofa alemã falecida em 1975, Hannah Arendt é um dos expoentes do pensamento moderno no campo da teoria política. Na busca de novos horizontes para a política, Arendt debruçou-se sobre o passado, através de uma profunda investigação e reflexão filosófica sobre prática política fundada na *polis* grega e *res publica* romana, que influenciaram profundamente suas obras. Filha única de judeus assimilados, foi testemunha do Totalitarismo e da ascensão dos nazistas ao poder em 1933. Uma introdução ao seu pensamento encontra-se em Schüttz, 2005.

meios e fins. De acordo com Arendt, "das três atividades, a ação é a mais intimamente relacionada com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir" (2002, p. 17).

Arendt sustenta que a medida da vida do homem não precisa ser nem a compulsiva necessidade da vida biológica, associado ao processo vital do *animal laborans*, nem o instrumentalismo utilitário da fabricação e do uso, promovidos pelo *homo faber*. Ambas perspectivas, quando elevadas à mais alta qualidade humana, apenas foram capazes de isolar os homens, uma característica da alienação do mundo moderno. Essa alienação funda-se no esvaziamento das esferas pública e privada, destituídas de significado após essas inversões na hierarquia das aptidões humanas, assimiladas na tradição do pensamento ocidental e da filosofia poítica.

A pluralidade do homem expressa pela condição humana da ação política, da singularidade de cada homem e da ação, diluiu-se com a ascensão do homem como *animal social*, protagonista das massas alienadas (Heller & Féher, 1998).

O acesso à esfera pública, em virtude da manutenção e ampliação da riqueza, para fins de proteção de interesses privados que são assim alçados àquela esfera, nada tem a ver com o sentido arendtiano de política e do espaço público, vistos por ela como palco das ações dos homens:

> ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas (2002, p. 67).

No pensamento arendtiano, o espaço público é o lugar do mundo comum, não de interesses privados. A sociedade moderna conferiu ao Estado o papel de defensor dos interesses privados, promovendo a regulação dos direitos da propriedade privada e a distribuição de riqueza. Na medida em que a preocupação com a propriedade privada deixa de ser individual e passa a ser pública, é exigido do Estado, por parte dos proprietários, a proteção de suas riquezas, para seu permanente acúmulo. Essa substituição do homem político pelo homem como animal social contribuiu para que o espaço público se tornasse o lugar dos interesses privados. Na sociedade de massas, a esfera social é o lugar onde os homens coabitam, mas não interagem entre si.

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do labor não requer a presença de outros, mas um ser que "laborasse" em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão. Um homem que trabalhasse, fabricasse e construísse num mundo habitado somente por ele mesmo, não deixaria de

[10] Filósofa alemã falecida em 1975, Hannah Arendt é um dos expoentes do pensamento moderno no campo da teoria política. Na busca de novos horizontes para a política, Arendt debruçou-se sobre o passado, através de uma profunda investigação e reflexão filosófica sobre prática política fundada na *polis* grega e *res publica* romana, que influenciaram profundamente suas obras. Filha única de judeus assimilados, foi testemunha do Totalitarismo e da ascensão dos nazistas ao poder em 1933. Uma introdução ao seu pensamento encontra-se em Schüttz, 2005.

ser um fabricador, mas não seria um *homo faber:* teria perdido a sua qualidade especificamente humana e seria, antes, um deus – certamente não o Criador, mas um demiurgo divino como Platão o descreveu em um dos seus mitos. Só a ação é a prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz da ação, e só a ação depende inteiramente da presença dos outros (ARENDT, 2002, p. 31).

A sociedade do trabalho internalizou as características e valores do labor, confundindo no entanto a satisfação das necessidades humanas, orgânicas ou materiais, com o aspecto primordial, isto é, com o próprio sentido da vida. O deslocamento da ênfase da ação para o labor teve por conseqüência a substituição dos valores da ação: a prática política, a pluralidade, as relações entre os homens, aquelas atividades que nos diferenciam dos demais animais, e entre nós mesmo, pelos valores do individualismo, da produção e do consumo do efêmero.

O questionamento e a crítica de Arendt a essa sociedade nos convida a pensar porque e como esses valores alcançaram tamanha relevância para nossa sociedade. Valores que nem de longe remetem à preocupação grega com a imortalidade, por meio da criação de um mundo artificial (pois de natureza já transformada pelo *homo faber*) durável, ou pelo reconhecimento das ações e histórias que iriam permanecer e transcender no tempo. A ausência de um espaço para ação no mundo moderno coloca em risco a possibilidade de novos começos, capazes de se desdobrarem em novas realidades. "A história é essencialmente política, não porque pode ser transportada, teoricamente, para a esfera da ação, mas porque ela tem origem na própria ação, sendo esse o motivo pelo qual a história, para essa pensadora, está assentada em fatos e eventos" (WAGNER, 2000, p. 118). A obra de Arendt não se resume a uma crítica à tradição e aos valores de nossa sociedade, ela é também propositiva: somente através da ação e do respeito à pluralidade, por meio da construção de uma democracia efetiva, poderemos nos tornar sujeitos conscientes de nosso papel no mundo e dirigentes de nossas próprias vidas.

Retornando em conclusão à economia solidária, essa linha de reflexão evidencia a importância da ação política no âmago desse movimento. As relações cevadas nos novos experimentos parecem encontrar a possibilidade de um resgate da objetividade do mundo e do próprio sujeito, destituído até então de propriedade e de um lugar no mundo. Embora a necessidade seja o cimento inicial dos grupos solidários, no afã da sobrevivência, ela não basta para que os empreendimentos se desenvolvam. A desalienação do processo produtivo vem a ocorrer quando tais grupos passam a conviver e interagir numa dimensão política, através da autogestão, da construção de um espaço comum, da possibilidade da intervenção e da ação através do discurso, valorizando aquilo que todos possuem: uma opinião, a refletir uma percepção e entendimento singular do mundo.

O sentido arendtiano mais pleno da vida activa é resgatado quando esses sujeitos passam a contar com um espaço político, quase sempre, num primeiro momento, restrito ao próprio espaço do empreendimento. A dimensão política se evidencia de maneira mais pujante, à medida em que os atores da economia solidária pleiteiam e instauram espaços públicos de proximidade (LAVILLE, 2004). Como bem salientou Arendt, não são as teorias que mudam o mundo, mas a realidade e a concretude dos fatos e eventos. Talvez então a expectativa de Tocqueville possa ser averiguada na economia solidária: "só quem experimentou a liberdade prática poderá desenvolver o gosto pela discussão e pela ação política e perceber a liberdade de ação como um valor almejável" (HERETH, apud FREY, 2000, p. 93).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989-1990.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

BERTHOUD, Arnaud. A História do pensamento econômico e sua herança filosófica. *Econômica*, Rio de Janeiro: 2000. n. 3. p. 63-67.

BIRULÉS, Fina. *Hannah Arendt: el orgullo de pensar*. Barcelona: Ed. Gedisa, 2000.

BOURDIEU, Pierre (1963). "La société traditionnelle. Attitude à l'égard du temps et conduite économique". *Sociologie du Travail*, 1963. n. 1. p. 24-44.

CAILLÉ, Alain (2003), "Sur les concepts d'économie en général et d'économie solidaire en particulier". *Revue du M.A.U.S.S.*, Paris, La Découverte, 21: 215-235.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura:* política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto (2002). "Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais". *Bahia – Análise & Dados*, Salvador: 2002. n. 12(1). p. 9-19.

FRANÇA FILHO, Genauto & LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária*; uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

FREY, Klaus. "Descentralização e poder local em Alexis de Toqueville". *Revista de Sociologia Política*, 2000. p. 15: 83 – 96.

GAIGER, Luiz. "Sobrevivência e utopia. Os projetos alternativos comunitários no RS". *Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura, 10*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994.

GAIGER, Luiz. "Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?" In: GAIGER, Luiz (Org.) *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 101-126.

GAIGER, Luiz. “Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, 2001. p. 7(13): 191-211.

GAIGER, Luiz (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.* Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz. “Economie solidaire et espace public; quelques remarques à propos du rôle des agents médiateurs”. In: LAVILLE, Jean-Louis et al. (Orgs.). *Action publique et économie solidaire*; une perspective internationale. Ramonville Saint-Agne: Editons Erès, 2005.

GAIGER, Luiz et al. “A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas”. *Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura*, 15. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.

GODBOUT, Jacques. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GODELIER, Maurice. “La part idéelle du réel; essai sur l’idéologie”. *L’Homme* (Paris),1978. p.18(3-4): 155-188.

HELLER, Agnes & FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HIRSCHMAN, Albert. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOUTART, François & LEMERCINIER, Geneviève. *De la perception de la durée à la construction du temps*. Louvain-la-Neuve: Centre Tricontinental (Serie Documentaire, 10), 1986.

HOUTART, François & LEMERCINIER, Geneviève. “Culture et transition: le cas du Nicaragua”. *Sociologies et sociétés*, 1990. p. 22(1): 127-42.

HOUTART, François (2001). “A economia solidária no contexto global”. *Revista de Ciências Sociais - Unisinos*. São Leopoldo, 7, 2001. (159): 11-25.

KRAYCHETE, Gabriel. “A produção de mercadorias por não-mercadoria”. *Bahia – Análise & Dados*, Salvador, 2002. 12(1): 85-92.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*; da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAVILLE, Jean- Louis (Org.). *Economía Social y Solidaria; una visión europea*. Buenos Aires: Altamira, 2004.

LÉVESQUE, Benoît, BOURQUE, Gilles & FORGUES, Eric (Orgs.). *La nouvelle sociologie économique*. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*; as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAUD, Cécile. "A construção social do mercado em Durkheim e Weber. Uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica". *Cadernos de Pesquisa*, 34. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2003.

SCHÜTTZ, Gabriela. *Economia solidária e democracia*; a contribuição de Hannah Arendt. Monografia de Conclusão de Curso. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Licenciatura em Ciências Sociais, 2005.

SINGER, Paul. "Economia solidária". In: CATTANI, Antônio (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, pp. 116-125, 2003.

SOUZA, Luiz Alberto. "Um país dinâmico, um pensamento claudicante". *Estudos Avançados*. São Paulo, 14(40): 77-90, 2000.

VON ZUBEN, Newton. "O 'homo faber' e a mundanidade no pensamento político de Hannah Arendt". In: MORAIS, Regis (Org.). *Filosofia, educação e sociedade: ensaios filosóficos*. Campinas: Papirus, 1989.

WAGNER, Eugênia. *Hannah Arendt e Karl Marx:* o mundo do trabalho. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SIGNIFICADO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Armando de Melo Lisboa

I. Os Desafios da Economia Solidária

A Economia Solidária se configura em um imenso campo de grande diversidade, abrangendo, entre outras formas, a agricultura familiar, as economias indígenas, dos quilombos, os assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), as empresas recuperadas através da autogestão, industriais ou rurais, como por exemplo a Catende, as empresas constituídas através da autogestão já desde a gênese das mesmas, as cooperativas, as experiências de feiras de trocas solidárias com ou sem a utilização de moeda social.

Essas experiências encontravam-se dispersas e fragmentadas. A partir do momento em que surge o conceito de Economia Solidária (ES) há cerca de duas décadas, este se constitui em aglutinador, pois todas aquelas experiências e outras passam a se identificar sob a mesma identidade e se somam em torno de um amplo movimento social, o movimento da economia solidária.

Fruto deste movimento é o surgimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Governo Federal. A existência desta secretaria é uma vitória do próprio movimento, indicando a existência de vontade política.

Porém, muitos são os desafios da ES, tais como a construção de fóruns territoriais de base – desafio da articulação, e, especialmente, a urgente definição de um projeto político inserido numa estratégia de longo prazo que busque uma nova economia para o desenvolvimento brasileiro. Esta perspectiva permitirá construir e orientar a política governamental voltada para a ES, transformando-a em política pública. Para que esse projeto tenha precisão, carecemos dum sistema de informações que identifique os sujeitos e atores da ES (o que inclui o desafio da certificação), bem como de um novo marco jurídico de regulação, que redefina e proteja os direitos sociais dentro deste novo contexto.

Através da ES emerge uma agenda própria, pautada pela inserção soberana, de forma não subordinada, do Brasil na sociedade do conhecimento do séc. XXI. Temos potencial humano e ambiental para escaparmos do triste destino de ser apenas um espaço escancarado aos fluxos do capital internacional.

O Brasil e a humanidade anseiam por um novo padrão de desenvolvimento que não seja socialmente perverso e excludente, anseiam pelo outro mundo possível. Nossa reflexão buscará apresentar pistas para o enfrentamento desses desafios.

II. Por que Emerge a Economia Solidária Hoje

A emergência da ES deve-se a diversos fatores, dos quais destacaremos dois:

1. Esgotamento do paradigma desenvolvimentista-industrialista-produtivista

A hegemonia duma matriz modernizadora-radical de corte neoliberal, guiada por uma espécie de fundamentalismo de mercado, acirrou as imensas desigualdades de classe, empobrecendo as massas trabalhadoras, e ampliando a catástrofe ecológica. Isto decorre de que tanto o capitalismo não necessita mais de grandes

contingentes humanos, quanto seu processo de acumulação se mantém porque socializa custos. Em conseqüência, multiplicam-se no mundo os sinais de barbárie. A economia atual não tem perspectivas de integrar nossas sociedades, pelo contrário, é excludente.

Por outro lado, o modelo de vida dos países ricos não é extensível a toda humanidade. A natureza impõe limites externos as atividades humanas. "*O planeta tem o suficiente para garantir a felicidade de todos, mas não o bastante para a ganância de poucos*" (GANDHI)

Hoje a modernização não se confunde mais com a industrialização. Não cabe mais acreditar que, por estamos atrasados em nosso desenvolvimento, há que alcançar os mais desenvolvidos, e para isto precisamos de mais capitalismo.

2. Transição paradigmática-civilizatória

O conjunto das transformações contemporâneas (tecnológicas, organizacionais, epistemológicas, éticas) leva autores como Wallerstein e Morin a afirmar que vivemos uma autêntica transição sistêmica e civilizacional. É nesse amplo contexto que se encaixa a atual ascensão da ES, o que nos permite compreender o seu sentido e significado. A ES faz parte duma revolução paradigmática, de um novo estilo de vida, surge como parte duma nova utopia, como uma bússola a nos orientar.

Vejamos alguns dos muitos sinais desta transição civilizatória:

2.1. O modelo de modernização disciplinar torna-se inadequado para dar suporte às novas tecnologias, as quais, se por um lado ampliam dramaticamente a precarização do trabalho, por outro aprofundam os aspectos cooperativos do mesmo. As novas tecnologias só são eficientes quando animadas por subjetividades produtivas, sendo pouco compatíveis com a organização fordista e capitalista do trabalho.

Hoje a sociedade começa a se libertar da incômoda disciplina fordista. Redescobrimos o que Chaplin, no filme *Tempos modernos* já tinha escancarado: o tempo de trabalho é um tempo prisional, asfixiante, mutilador. Assistimos ao dramático fim da sociedade salarial. É a crise do Estado-Providência, é a crise do fordismo, dum modo de regulação, dum padrão de desenvolvimento. Porém, o que está em crise é mais do que isso.

2.2. Emerge uma economia do imaterial: da informação, do lazer, do cuidado humano (terapias). Sinal disso é que vivemos na era do **capitalismo video-financeiro**, verdadeira simbiose entre a TV, o capital financeiro e a grande indústria, vivemos na videosfera do poder midiácrito (permitindo que figuras como Berlusconi, Schanezberguer ocupem o poder do Estado).

2.3. A erosão da força do gigantismo. A metáfora da era industrial – "tudo que é maior é melhor e mais eficiente", é uma metáfora apropriada ao capital (etimologicamente, capital = cabeça). Os novos padrões organizacionais e tecnológicos reabilitam e tornam competitiva a pequena empresa artesanal e permitem uma desconcentração industrial, porém reforçando também o poder centralizado das grandes corporações. De qualquer modo, estamos diante de novas formas produtivas em que redes de pequenas empresas têm muita competitividade.

2.4. Aproxima-se o fim da era dos combustíveis fósseis. Neste contexto, o petróleo se tornou uma questão bélica. A era dos combustíveis fósseis está associ-

ada ao capitalismo pois esses combustíveis foram explorados de forma concentrada e centralizada por mega-corporações. Essa era confundia-se não apenas com o capitalismo, confundia-se com nossa civilização, com um estilo de vida. Está associada ao desencantamento da vida, a perda do caráter sagrado da natureza e das pessoas, agora transformados em recursos passíveis de serem apropriados e manipulados, o que permitiu uma brutal e imensa exploração dos mesmos.

Hoje temos a possibilidade e a necessidade duma nova matriz energética. Para muitos inicia-se o ciclo da biodiversidade. A biomassa é uma fonte energética dispersa e apropriada para a produção local em pequena escala de combustíveis, sendo geradora de mais empregos. "*Poderíamos, em curto prazo, criar milhões de postos de trabalho na produção de energia renovável e descentralizada*", defende Bautista Vidal (1998). A energia da biomassa é, por definição, renovável e abundante, descentralizada, geradora de empregos, adequada aos empobrecidos trópicos.

2.5. Para Capra (1986, p. 30) o ocaso dos combustíveis fósseis mantém relação direta com o declínio do patriarcado. A exploração da natureza anda de mãos dadas com a exploração das mulheres: terra mater e gaia. Os novos meios contraceptivos disponíveis, bem como a legalização do aborto em inúmeros países, fazem as mulheres retomar o poder que as mitologias dum tempo longínquo evocam. O emergir da ES entrelaça-se (ainda que de forma inconsciente) com o feminismo, havendo uma forte perspectiva de gênero na mesma pois há uma maioria de mulheres na ES.

2.6. A irrupção do movimento ecológico. O movimento ambientalista luta por novas formas de viver mais naturais, as quais alimentam a corrente associativista (Ecovilas). A agroecologia e a permacultura nos ensinam a quebrar o consumismo irrefreável, nos fazem entender, respeitar e esperar os tempos, a sazonalidade, a época dos alimentos, nos ensinam a alimentar e a viver saudavelmente sem produtos intoxicados por químicos e transgênicos. Enfim, nos ajudam a romper com o domínio da lógica do capital, que é a lógica do produtivismo e do consumismo. A agroecologia aproxima produtores e consumidores nas feiras, revigora a economia local. A permacultura nos ensina a viver uma economia da simplicidade, uma economia do suficiente, moldada conforme as características de cada bioregião, a quebrar o império do supérfluo.

Estamos vivendo uma revolução oposta à revolução verde, que instaurou o domínio do *Agribusines* por meio da introdução das maquinarias pesadas e dos venenos na agricultura, uma verdadeira mudança de mentalidade, de *ethos*, na direção duma outra sociedade ambientalmente mais sadia e socialmente mais justa.

A era da biomassa está vinculada a emergência do ecologismo e do feminismo, à uma perspectiva que possibilita o reencantamento da vida. Isto aponta para um outro estilo de vida não antropocêntrico que faz a crítica ao automóvel, ao império do supérfluo, do gigantismo, que faz o elogio à bicicleta e ao bambu.

A emergência das ecovilas, da permacultura, da agroecologia, do movimento ambientalista e da ecopedagogia, da economia ecológica, do feminismo, são sinais de uma mesma mutação civilizatória. O atual reavivamento da ES converge com a afirmação do movimento feminista, com o despertar da agroecologia e com o revigoramento das formas familiares de produção agrícola, expressões do contramovimento de defesa da sociedade diante do fundamentalismo do mercado, partes duma transição paradigmática e civilizacional. A ES é sinal de um outro

paradigma produtivo, estando bem sintonizada com as novas possibilidades organizacionais e portadora duma outra visão sobre o progresso, de novas formas de viver e se relacionar, sobre o político e sobre a aliança da humanidade com a natureza.

III. Afinal, o que é a Economia Solidária?

1. Não estamos falando duma economia de pobre para pobres, duma "economia de sobrevivência nas catacumbas" (CORAGGIO, 2004), mas duma outra economia que se confronta com os interesses da reprodução do capital e do poder; duma economia que tanto está a contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas, pois se traduz em economias internas, eliminam-se os atravessadores, menores custos de produção e, conseqüentemente, em maior capacidade de acumulação, configurando uma outra economia sustentável a longo prazo; quanto já se impõe enquanto um novo padrão de relacionamento humano.

Por ampliar as possibilidades de desenvolvimento seja no plano das forças produtivas, seja no das relações humanas, é que podemos afirmar que a ES configura um outro modo de produção que apresenta inclusive potenciais emancipatórios e civilizacionais superiores ao capitalista, o qual hoje cada vez mais trava essas possibilidades existentes de evolução humana.

Mas, para precisar o que é a ES é bom contrastá-la com a economia capitalista. O capitalismo se caracteriza pelo desincrustamento da esfera da economia, pela autonomização do econômico e ocultamento do sentido substantivo da economia, ou seja, com a ruptura do econômico com as dimensões éticas, políticas e culturais. Isto engendrou o fundamentalismo de mercado: identificação do mercado como um instrumento auto-regulador no qual os preços são fixados competitivamente; do mercado como agregador dos comportamentos individuais.

Nossa sociedade confunde a empresa moderna com a empresa capitalista. Uma empresa tipicamente capitalista busca apenas o máximo lucro, sem compromissos com o lugar onde reside.Para Milton Friedman (1984, p. 122) a única missão do capital é buscar o lucro, sendo um erro procurar uma outra responsabilidade social para a empresa.

É fácil perceber o caráter anticapitalista da ES. É bom afirmar que o mercado sempre é socialmente regulado. Os preços não se formam através de ações aleatórias de troca. Há uma dimensão não monetária e não mercantil na economia: os mercados utilizam uma mão-de-obra que não educou, uma natureza que não produziu, herda um capital social e moral. A ação econômica não pode ser completamente explicada apenas pelos motivos individuais, pois sempre passa pela mediação de redes sociais e das instituições. Não há sociedades exclusivamente capitalistas. A economia é plural.

2. Em geral se aponta a autogestão, a democracia na economia, como a característica central e definidora da ES. Porém, não é possível estender a autogestão à todas as esferas do trabalho e da vida. Como Marx bem apontou, há que distinguir entre os reinos da necessidade e da liberdade. Há uma esfera da heteronomia e outra da autonomia (Gorz), há o mundo da vida o do sistema (Habermas), ou o nível do capitalismo e o da vida cotidiana (Braudel).

No contexto do mundo moderno, não existe mais a possibilidade de eliminar a alienação do trabalho, de alcançar uma liberação plena no trabalho. Existe uma complexa divisão do trabalho intrinsecamente alienante. Isto aponta para que lute-

mos também pela liberação do trabalho, pela redistribuição da quantidade residual de trabalho socialmente necessário entre o conjunto da população de modo à ampliar o tempo livre. Para além de construir uma outra economia, solidária, há que lutar também pela renda mínima vitalícia, há que desvincular trabalho e renda.

Quebrou-se o vínculo entre o desenvolvimento das forças produtivas e a emancipação humana. As forças produtivas não fornecem automaticamente as bases materiais para uma sociedade socialista, pelo contrário: podem até tornar-se um obstáculo para esta última.

Não podemos restringir a definição da ES ao marco das atividades autogeridas. Nem mesmo estas podem escapar, somente pelo fato de serem autogeridas, à serem possuídas pela lógica do capital. Esta é uma das grandes lições históricas do movimento cooperativista.

Além disto, sempre permanecerá, ainda, um amplo leque de atividades econômicas nas quais os princípios da autogestão não se realizará plenamente. É impossível a autogestão dum aeroporto, dum porto, duma força policial e militar, dum tribunal, duma central hidrelétrica, duma usina siderúrgica. Ora, mesmo estas atividades podem e devem ser competitivas sem se guiarem pela busca da maximização do lucro, podem e devem promover a coesão social, possibilitando a inserção de pessoas desfavorecidas, serem sustentáveis, respeitar a diversidade de culturas, assumirem uma dinâmica de territorialização e de desenvolvimento local, empoderamento e estarem sensíveis à dimensão de gênero. Também nestes casos estas atividades deveriam ser denominadas de ES, pois incorporam o espírito da solidariedade para com o outro, com o diferente, com o todo!

O aspecto central da ES não é a autogestão, ainda que sem esta característica de modo geral a ES fique irreconhecível. A autogestão não é, portanto, uma condição necessária, nem muito menos suficiente, para constituir o campo da ES.

Esta percepção do limite da autogestão nos leva a perguntar: afinal, o que é a emancipação? É o fim de toda alienação? Na presente condição humana, sempre haverá algum grau, mesmo que residual, de alienação, como afirma claramente Castoriadis (1983, p. 34). Entendo que a emancipação é a eliminação das relações de sujeição e das desigualdades, o que necessariamente engendra a subordinação da economia à sociedade, a recolocação dos fins econômicos no lugar subalterno de meios.

3. Voltemos a responder em que consiste a ES. A força, o diferencial da mesma gravita na idéia da solidariedade. De que solidariedade falamos? Qual é o sentido da mesma? Na ES o elemento solidariedade não é um mero adjetivo: é central, reformata a lógica econômica. A ES incorpora a solidariedade no centro da atividade econômica. Por isto a ES é mais adequadamente denominada sócio-economia solidária.

Aqui cabe lembrar que os empreendimentos de ES se encontram no mercado. A ES está, portanto, sujeita ao fetichismo das mercadorias. Ou seja: é preciso cuidar dos aspectos de design, marketing. Porém, é preciso realçar que uma das novidades da ES é ela estar no mercado sem estar subordinada à busca do lucro máximo, como se vislumbra pela prática do preço justo.

Não estamos, portanto, nos referindo à um setor não mercantil e não monetário, economia da dádiva. Também não estamos falando dum setor não lucrativo, do terceiro setor. O aspecto central da ES não é sua não lucratividade, até porque a dimensão do lucro – ainda que renomeado como resultado, sobras, excedente,

está presente na mesma. Falemos bem claro: o lucro é, fundamentalmente, uma dimensão que permite auferir e avaliar a eficiência das atividades econômicas mercantis.

O novo campo das finanças solidárias, que também está a democratizar o crédito, permite ver bem claramente: a preocupação com a rentabilidade econômica não se exclui, mas suas operações se pautam pelo respeito à valores éticos e humanistas.

O aspecto essencial da ES reside no fato de que a acumulação material que aporta está submetida à limites sem que deixe de possibilitar a reprodução ampliada da vida para a melhoria das condições de vida. Ou seja, não estamos falando da reprodução simples de mercadorias, de atividades meramente de subsistência.

Quando um empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função duma perspectiva social e ecológica, então esta empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil. Esta é a novidade da ES. Caso contrário, o capitalismo continuaria à se reproduzir e nos engoliria, como aliás ocorreu com o cooperativismo, agora duma forma mais cooperativa e com base na auto-exploração.

É fundamental não perder de vista o elemento central que caracteriza o âmago da ES: ela não está prisioneira da lógica do capital, da míope corrida pela valorização do valor. A lógica da valorização do valor é a do "quanto mais tenho, mais quero", a qual historicamente substituiu o princípio do "suficiente me basta".

Portanto, a ES não é movida nem pela rentabilidade máxima do capital, nem pela exacerbação do interesse individual. Isto permite a ES repor o sentido originário da economia, cuidado da casa, porém sem perder o outro sentido mais vulgar, usar racionalmente os recursos, fazer melhor com menos tempo e recursos. Aliás, se as economias de tempo advindas do desenvolvimento tecnológico não são traduzidas em menos trabalho, então elas não fazem qualquer sentido.

O solidarismo das práticas da ES está a indicar uma outra racionalidade, pois casa o emocional com o econômico, a competição com a cooperação, que contrapõe-se ao ethos capitalista, que permite a sociedade reapropriar-se da economia, possibilitando a subordinação da economia à sociedade, expressando que a economia não é o fim supremo mas apenas um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana.

A ES conjuga de forma inovadora os dois sentidos do econômico: o substantivo e o instrumental. Não se trata apenas dum cruzamento de lógicas, da competição e da solidariedade, mas da reformatação da lógica mercantilista, duma nova lógica econômica que amalgama o econômico e o social: ela é uma economia dinâmica e inovadora e, simultaneamente, também possibilita uma reforma social, uma sociedade justa. Por isto a ES se pauta pelo empreendedorismo, não pelo típico empreendedorismo individual-capitalista, mas por empreendedorismo associativo e responsável.

Conclusões

Para se configurar uma outra economia não é suficiente apenas a organização autogestionária. A ES não diz respeito somente à processos organizativos intra-econômicos, nem aponta somente para o Estado ou para processos políticos, em que pese estes serem fundamentais para a ES. Esta é outra característica bem

conhecida da ES enquanto um movimento social: trata-se de atividades que simultaneamente articulam tanto a luta política quanto a geração de renda, repondo a economia política.

Para a ES efetivamente se constituir não bastam belos discursos nos fóruns de debates. Se não houver um câmbio pessoal, cultural, uma ruptura com o espírito do capitalismo, não haverá substrato para uma outra racionalidade econômica que não a capitalista. Somos todos parte do problema e da solução

Outra característica da ES é o profundo entrelaçamento que ela propicia também entre o econômico e a cultura. Além da ES se enraizar no artesanato, nas feiras da ES sempre há manifestações culturais e artísticas. Aos poucos nos damos conta de que além da frente política, da frente econômica, ainda temos pela frente o enfrentamento cultural. Aliás, viemos duma tradição onde o central era o político com foco no Estado. Hoje estamos cada vez mais adentrando no plano da economia, de nos organizarmos economicamente de forma diferente. O próximo passo já está sendo dado: trata-se de penetrar no campo da cultura e da ética.

Assim como Weber vislumbrou o crescente processo de racionalização, de cálculo e da racionalidade instrumental, e de desencantamento engendrou um ethos próprio ao capitalismo, o espírito do capitalismo e a ética produtivista e consumista, assim também podemos dizer hoje que a ES está a gestar um novo espírito adequado à uma nova civilização.

A ES é parte duma profunda transformação, é uma outra racionalidade, uma nova utopia! Porém, ela não é uma nova panacéia redentora da humanidade. Além de muitos serem os desafios para consolidar a ES, pois ela no momento é um movimento ainda extremamente frágil, nascente, apenas a ES é insuficiente. Para além da ES, há que continuar a lutar pela democratização da terra, da mídia e do acesso à riqueza independente de se temos ou não temos trabalho.

O colapso das redes de Trueque na Argentina[10] apontam para os limites da ES. A ES se constrói com base na confiança, na mudança de valores. Ora, o ritmo de crescimento da ES não está no mesmo ritmo do desespero dos excluídos. A essência da idéia de autogestão reside na adesão voluntária. Ela não pode se dar de cima para baixo, apenas como resultado de políticas estatais. A ES depende, primariamente, da adesão das pessoas aos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade.

Sem dúvida que a ES é sinal de esperança. Tanto que em nome dela aqui em Sinop estamos reunidos. Porém, se a inflarmos demasiadamente, corremos o risco de não corresponder com as imensas expectativas e gerarmos uma também imensa frustração. Exatamente por se colocar como uma nova utopia é que os perigos que a ES enfrenta são proporcionais, são do tamanho dos sonhos que desperta nas maiorias de miseráveis.

Quais são os riscos? A ES está no mercado, está, portanto, sujeita ao fetichismo das mercadorias. Além do mais, os mercados também tem a tendência a produzir desigualdades. A racionalidade econômica instrumental, economicismo, surge quando o trabalho é concebido para produzir mercadorias, produzir para o

[10] A partir de 1995 formaram-se na Argentina clubes de troca onde se realizam feiras orientadas pelos princípios da economia solidária, apenas com a intermediação de moedas sociais por eles cunhadas. Entre 2001 e 2002, com o colapso socioeconômico da Argentina e a subseqüente queda do presidente De la Rúa, chegaram a existir mais de 10.000 desses clubes, com cerca de 5 milhões de pessoas. Entretanto, a falsificação dessas moedas e disputas políticas geraram rápida perda da confiança e uma veloz desintegração desse outro mercado.

mercado e não bens para o auto-consumo. O fato da ES ser produtora de mercadorias aponta para ela precaver-se para não se deixar levar pelo canto das sereias ao atravessar o perigoso mar do mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPRA F. *Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 1986.

CASTORIADIS, C. *Socialismo ou barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CORAGGIO, J. L. *De la emergencia a la estrategia*. Buenos Aires: Espacio, 2004.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

VIDAL, J. W. BAUTISTA. *Poder dos trópicos*. São Paulo: Casa Amarela, 1998.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO GOVERNO LULA

Fernando Kleimann

Tentarei fugir à panfletagem tradicional da burocracia. Como gestor público, que é a função que assumimos quando parte de uma equipe de governo, os assuntos tornam-se mais pragmáticos e imediatistas, fazendo com que o todo no qual nossas ações se inserem corram o risco de se perder no cotidiano. Não será essa a nossa intenção aqui.

Do contrário, esperamos poder contribuir com o debate que se coloca a respeito da realidade da Economia Solidária no Brasil em termos de manifestações concretas, bem como sua relação mais direta na consolidação deste espaço de governo que é a Secretaria Nacional de Economia Solidária, a SENAES.

Em primeiro lugar, é preciso, portanto, fazer uma pequena gênese desse processo no qual estamos inseridos. Ao olharmos historicamente, a Economia Solidária existe desde o surgimento do próprio capitalismo. Isso porque, ao serem rompidos os laços imperiosos da hierarquia feudal de trabalho, a relação em que alguns se submetiam por necessidade a outros, às suas ordens e em troca de uma remuneração não era a única forma possível de produzir a própria sobrevivência. Ou seja, como sabemos, a relação do trabalho subordinado não é e nunca foi uma questão natural. Do contrário, é uma relação socialmente construída.

Nesse sentido, assim como no processo de divisão do trabalho, alguns acabaram sendo submetidos, outros se organizaram de forma a, sem a presença de ordens superiores, realizarem sua produção. Em relação à Economia Solidária em si, não foi a própria reorganização desse trabalho que constituiu seu marco, mas a reação dos trabalhadores à submissão. Temos como referência a cooperativa criada pelos pioneiros de Rochdale, tecelões ingleses que se organizaram para primeiro comprar produtos sem adulterações e posteriormente produzir seus próprios produtos e que formalizaram uma série de princípios que até hoje são usados como marco de um (certo) cooperativismo autêntico[11] .

E o que pode ser definido como prática desse campo chamado Economia Solidária? Em primeiro lugar são formas de produção, distribuição, consumo e troca que introduzem princípios diferentes daqueles presentes em suas práticas capitalistas. Sem demonizar o capitalismo, pois não é disso que tratamos aqui nesta apresentação, a proposta recoloca a questão "competição x cooperação" em outro ponto de vista. Ao invés da posse privada dos meios de produção e a contratação de trabalhadores para execução do trabalho, propõe-se a posse coletiva daqueles que ali trabalham; ao invés da gestão hierarquizada numa divisão desigual de poder pela estrutura da empresa, a democracia como meio para decidir e gerir as ações do empreendimento. Basicamente, os princípios resumem-se a posse coletiva dos meios de trabalho e gestão democrática do ambiente.

Em segundo lugar, essas formas coletivas de trabalho compõem um rol de formas nas quais esses princípios se manifestam. A cooperativa, de serviço ou

[11] Para maiores informações sobre a constituição da cooperativa dos pioneiros de Rochdale, consultar Singer "Introdução à Economia Solidária", entre outros.

produção industrial, ocupa um lugar central como meio para produzir bens ou serviços dentro de todos os que são demandados pelos consumidores em um mercado tradicional. Mas o mercado tradicional não é o único no espaço no qual esses bens podem ser trocados e consumidos: faz parte da Economia Solidária um conjunto de iniciativas de circulação dos produtos e serviços sem a utilização do dinheiro oficial do país, ou pela sua utilização de forma diferenciada. De um lado, clubes de troca e moedas sociais são relações construídas em que as pessoas criam seu próprio meio de circulação e controlam o seu fluxo de acordo com os interesses do grupo. De outro, mais do que uma simples "economia de escambo" (bem trocado por bem), essas iniciativas permitem criar moeda, o que significa que, assim como o Banco Central, as pessoas podem "injetar dinheiro" na economia local, dado que fica desmascarado que o dinheiro nada mais é que uma relação social materializada em um papel. Só que, nesse caso, ao invés de termos a assinatura do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central como garantias do valor da moeda criada, são as próprias pessoas dos clubes que dão essa garantia. São tantos os clubes e as variedades de suas organizações que existem câmbios entre moedas de clubes diferentes, inclusive entre clubes de diferentes regiões e países. Existem pousadas espanholas que aceitam moedas de clubes cariocas, ou cearenses, por exemplo.

O sistema de microcrédito, principalmente o seu mecanismo de "aval solidário" também faz parte desse meio econômico solidário. Este se constitui em um grupo de pessoas pegar um empréstimo coletivamente para um ou mais membros de forma que todos estejam comprometidos com o pagamento do mesmo. Por inverter a relação em que apenas o patrimônio serve como garantia para o fluxo financeiro, esse mecanismo permite que seja institucionalizada a relação de confiança e solidariedade como patrimônio valioso dos seres humanos, mais que apenas portadores de bens materiais.

E mais um enorme conjunto poderia ser citado como exemplo daquilo que o povo cria para superar as dificuldades e limitações que o sistema capitalista coloca para suas vidas. Mais que um projeto, a Economia Solidária se constitui na construção de um sistema efetivamente não-capitalista, acima de tudo porque o valor humano supera o valor de troca.

Em termos de Brasil, desde meados do século XIX, através de representantes da própria igreja católica em nosso país, alguns padres trouxeram o cooperativismo enquanto uma filosofia de leitura dos textos sagrados. Entre eles encontra-se o Padre Otacílio Tomanik que claramente propunha o cooperativismo como forma de realizar a comunhão de todos. Isso por volta de 1875. Ou seja, tanto o cooperativismo como os princípios da Economia Solidária já estavam formalizados no Brasil há muito tempo. Sem falar em todas as formas de cooperação e bem comum indígena e das populações negras tradicionais, além das tradições de outros setores de imigrantes, tema que demandaria um estudo especifico para aprofundamento dessa discussão.

Mas não nos serve, para fins da discussão atual sobre a Economia Solidária em nosso país, ficarmos presos nos pormenores dessa história. Em termos conceituais, precisamos apenas deixar claro que ela não é fenômeno recente e que no seu desenvolvimento histórico concreto passou por muitos altos e baixos em termos de adesão política e prática às suas propostas. Fato relevante para nós será que, em meados da década de 80, ocorrerá um certo "ressurgimento" da

pauta da Economia Solidária em termos mais gerais da sociedade brasileira. Se observarmos esse movimento, vemos tanto conjuntos de trabalhadores que, por iniciativa própria, passam a se organizar para garantir sua própria ocupação (inclusive através da recuperação de empresas em processo falimentar), como também os movimentos sociais e entidades de organização / formação desses movimentos que voltarão sua atenção para a temática. Desse processo será (re)iniciada a consolidação da Economia Solidária no Brasil.

Várias hipóteses, que também mereceriam um aprofundamento em local apropriado, são possíveis para explicar as observações acima mencionadas. Talvez uma das mais prováveis seja que a falência do crescimento econômico sustentado, no qual se dizia que era a rota do país até a década citada, teria ampliado os níveis de desemprego, o que em si muitas vezes pressiona o trabalhador a encontrar soluções para sua própria ocupação. Esse efeito faz parte do avanço (que na realidade é retrocesso) das políticas neoliberais em termos mundiais e nacionais e que se manifesta numa assunção pelo Estado de sua incapacidade para lidar com diversas das questões sociais, relegando sua solução aos mecanismos formais de mercado. Seu efeito seria de apontar que, na raiz da consolidação da Economia Solidária em nosso país, pode estar também a ausência do Estado, em que o negativo (que é a suposta "falência" estatal) dá origem ao positivo (que é a organização dos trabalhadores, que inclusive pressionam o Estado a assumir suas funções). Essa é uma longa e interessante discussão.

Fato é que, assim como a Economia Solidária fica de espelho ao pensamento e prática neoliberal, o mesmo ocorre com organizações e ações mundiais como o próprio Fórum Social Mundial. Este surge claramente definido como espaço de construção do "outro mundo possível". E, não por coincidência, a própria Economia Solidária é pauta integrante dos elementos constitutivos desse outro mundo.

No primeiro FSM, realizado em 2001, os participantes puderam assistir a um painel em que a Economia Solidária apareceu como elemento estruturante. No segundo, em 2002, um eixo temático foi definido para lidar com as discussões que giravam em torno do assunto.

Na passagem 2002–2003, teremos a disputa eleitoral que resultou na condução de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Nela, os atores que estavam nas movimentações nacionais da Economia Solidária que vinham pautando o FSM resolveram realizar uma primeira Plenária Nacional para discutir a possibilidade de fundar um Fórum Brasileiro para o movimento que então crescia. O encontro também serviu para fazerem uma análise de conjuntura e construção de uma estratégia para que o novo Governo Federal viesse a tomar essa bandeira como sua na política de desenvolvimento do país. E será dessa organização que resultará a entrega, ao recém-eleito Presidente Lula, de uma carta demandando a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. Dessa forma, encerramos esse prólogo sobre a criação da SENAES, que mais do que mera decisão executiva-governamental, é uma ação política pautada por todo um acúmulo de forças do movimento social e que ganhou luz suficiente para que fosse criado o espaço demandado. Muitas ressalvas poderiam ser feitas quanto a organicidade e representatividade que esse conjunto já teria conseguido acumular nesse momento de demanda concreta. Mesmo assim não deixou de ser uma demanda legitima e que se mostrará em termos mais claros na própria consolidação da demanda feita, a construção da SENAES.

Atendida a demanda colocada, o movimento segue seu rumo. O ano de 2003, será o da realização da terceira edição do Fórum Social Mundial. Aquele conjunto de entidades irá se reunir para discutir formas de integração do movimento que agora aparecia em todo o território nacional. Esse encontro tornou-se o marco de criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, um espaço inter-entidades que dialogará uma pauta nacional para as propostas de Economia Solidária de todo o país. Assim, Governo Federal e Sociedade Civil organizada em âmbito nacional passam a ter espaços definidos para consolidar um projeto comum, cada qual com os seus desafios.

Do lado não governamental, a dificuldade era conseguir dar continuidade ao processo de constituição de mecanismos de diálogo de um campo ainda disperso e que conseguisse alguma representatividade em termos regionais e setoriais de seus diversos componentes. Em termos materiais, a problemática se colocava de modo a efetivar ferramentas para o dialogo que esses participantes necessitariam para manifestar suas opiniões e chegar aos consensos necessários que dariam alguma institucionalidade ao processo. Desde o início, a opção feita foi pela não burocratização do movimento que não se formaliza em termos legais (criando alguma associação ou entidade nacional), mas se utiliza do diálogo e documentos comuns como meio de estabelecer seus acordos e regras de funcionamento. Assim, como na autogestão, o movimento cria seu meio de regulação e respeito para operar.

Mas no Governo a coisa é diferente. Tornar prática a decisão de criação da Secretaria e permitir que esta opere sua política será um desafio institucional. O ponto principal será o de tornar disponíveis os recursos de forma objetiva para aqueles com quem a política será executada, para aqueles a quem a política será destinada. E isso feito dentro das estruturas governo existentes, em particular, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa será uma ação de negociação, para dentro desses espaços de governo, tanto no que se refere a recursos (físicos e financeiros), como de importância no conjunto das pautas que constituem a gestão federal.

Temos então três novos elementos em cena: a necessidade de dialogar com a linguagem da burocracia estatal na formulação da política; a necessidade de traduzir os princípios do próprio movimento de economia solidária, e, portanto, da própria economia solidária, para um programa de governo; e o de negociar os interesses existentes dos dois lados (equipe de Estado e comunidade do movimento social) na definição das prioridades das próprias ações que seriam incorporadas formalmente àquelas estruturas. Durante seis meses, esses termos foram negociados para terem sua formulação aprovada pelo Parlamento, que é o órgão que regula a estrutura e funcionamento do Governo Federal e permitir que as idéias tomassem concretude e a SENAES ganhasse existência material.

O diálogo interno ao Governo se estabelece por meio da construção da estrutura que formaria a Secretaria e pela definição do conjunto de ações que comporiam o seu Programa[12]. O diálogo com o movimento de Economia Solidária na construção desse Programa será feito por meio de reuniões com representantes do mesmo e que tentará traduzir a Carta de Princípios do Fórum para uma linguagem

[12] Programa é o nome técnico de um conjunto de ações com objetivos definidos e compõe Plano de Governo chamado PPA (Plano Plurianual).

da política pública Federal[13]. Uma equipe inicial que começa a ser composta para a organização do movimento e sua negociação com representantes do Governo eleito será responsável por este dialogo[14] .

Assim teremos a formulação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Como todos os programas de governo, este será composto por ações finalísticas e ações meio para sua própria manutenção. Sua aprovação será feita em primeiro lugar pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que coordena a execução das ações de governo, e posteriormente enviada para o Congresso Nacional para fins de sua formalização. O decreto Nº 4.764, de 24 de junho de 2003, será o primeiro instrumento tornado público nesse processo. Este, após aprovado pelo Congresso, tornou-se a Lei n° 10.683/2003.

Para a efetivação desses procedimentos, toda uma discussão institucional foi travada comprovando que não é fácil criar uma nova Secretaria dentro de um governo já em funcionamento. Em primeiro lugar é difícil abrir um espaço dentro de uma estrutura sólida como um ministério. Em segundo, não é simples adaptar as necessidades reais de funcionamento da política pública às linguagens definidas pela própria ordem estatal. Um exemplo disso foi a tentativa de criação de uma ação própria para o mapeamento da Economia Solidária no país que para o movimento é uma ação finalística de governo, mas que este somente a reconhece como ação meio de formulação da própria política. Dessa forma, essa ação não pode ser criada, sendo seu trabalho incorporado em outra ação denominada "gestão e administração do programa", que inclui todos os procedimentos de manutenção da Secretaria.

Frente a isso, foram sete as prioridades que acabaram estabelecidas. Em primeiro lugar, é objetivo e determinação legal que seja criado um Conselho Nacional de Economia Solidária para acompanhamento do funcionamento das ações da própria SENAES. Para isso, existe uma ação para a criação deste Conselho que tem como atividade concreta a realização de reuniões por todo o território nacional. Além de possibilitar uma aproximação formalmente reconhecida com o movimento de Economia Solidária, o resultado desse processo foi o incremento à mobilização nacional da Economia Solidária. Nesse momento, com o auxilio dessa movimentação, todas as unidades da Federação possuem constituídos, ou em fase de constituição, Fóruns Estaduais de Economia Solidária que, à semelhança do Fórum Brasileiro, congregam as entidades e atores em discussões sobre a pautas especificas para seus estados.

O fomento à geração de trabalho e renda em Economia Solidária foi o segundo eixo definido e tem sua atuação realizada por meio de apoio a projetos e grupos que estejam criando ou mantendo atividades em autogestão. No mesmo sentido, temos um conjunto de políticas públicas que vem sendo conveniadas com o Ministério do Trabalho e Emprego visando dar força a essas mesmas atividades, mas em conjunto com outras esferas de governo sub-nacionais. O carro chefe

[13] Essa Carta de Princípios é um documento aprovado pelas entidades do Fórum Brasileiro de Economia Solidária que foi construído durante a I Plenária Nacional de Economia Solidária realizada em 2001. Disponível na internet pelo sitio: www.fbes.org.br .

[14] Essa equipe teve a participação de um conjunto amplo de membros. A idéia foi formar uma comissão que tivesse representação de diversos segmentos em diálogo naquele momento e que, ao mesmo tempo, conseguisse ter operacionalidade nas negociações. Em particular merecem destaque, inclusive pelo seu deslocamento à Brasília, Dione Soares Manetti (componente do Governo de Estado do Rio Grande do Sul, representando os poderes públicos envolvidos), Sonia Maria Portella Kruppa (Coordenadora da Incubadora Teconológica de Cooperativas Populares da USP, da parte das universidades), Ademar Bertucci (membro da Cáritas Brasileira, da parte das ONGs) e Paul Singer (indicado para ser Secretário da SENAES).

dessa política em 2004 foi a criação de centros públicos de Economia Solidária em conjunto com prefeituras e governos de estado, que são espaços públicos para atividades desse campo.

O consumo ético e o comércio solidário, além das finanças solidárias também tem linhas especificas e tiveram atuação tanto no que se refere ao apoio à feiras e festivais realizados por todo o país, como também foram apoiados encontros de clubes de troca, moedas sociais, junto à negociação para a criação do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo e Orientado do Governo Federal. Um destaque precisa ser feito à proposta de apoio a fundos rotativos como meio para financiamento de projetos locais. A idéia é injetar recursos do Governo Federal em programas novos ou já existentes, que circulam esse recurso entre projetos apresentados, de forma democrática e coletiva na gestão pelos seus participantes.

A questão legal também ganhou importância no próprio trabalho cotidiano da Secretaria. A discussão sobre a Lei de Falências, a Lei do Cooperativismo e uma nova legislação específica para o Cooperativismo de Trabalho foram pautas importantes, discutidas em conjunto com o movimento. À semelhança da ação de mapeamento, ela também foi incorporada como assessoria a gestão da Secretaria.

Por fim, o mapeamento da Economia Solidária está sendo realizado por todo território nacional. Formulado em duas etapas, a primeira foi cumprida fazendo o levantamento de todas as entidades e grupos organizados conhecidos em um banco de dados comum. Equipes gestores estaduais, compostas entre poder público e sociedade civil organizada foram compostas em todos os estados e Distrito Federal e cadastraram mais de 20.000 empreendimentos nesse primeiro ano. Agora, inicia-se a segunda fase quando esses empreendimentos serão visitados e conferidos quanto a sua prática ou não dos princípios da Economia Solidária.

Para auxiliar nesse processo de conhecimento da realidade, uma campanha nacional também foi realizada visando difundir o que é Economia Solidária e permitindo que as pessoas identifiquem suas práticas dessa forma. Assim, um pedaço do mapeamento e das demandas recebidas pela Secretaria têm tido origem em grupos que não eram conhecidos e se declaram, a partir desse saber, como parte da proposta.

Poderíamos estender mais o detalhamento das políticas em curso mas acredito que não seja este o espaço. Mais do que fazer uma propaganda de governo, nossa intenção é socializar a história de constituição desse espaço da política que visa fortalecer a autogestão no Brasil. Acreditamos que essa história diz muito sobre as dificuldades, mas acima de tudo sobre os avanços que buscamos consolidar nesse curto período de existência da SENAES. Se não podemos fazer o governo homogeneamente da forma como gostaríamos, temos a clareza cada vez maior que ao menos estamos conseguindo criar um espaço que seja mais permeável às reais necessidades da luta cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras que buscam construir uma sociedade justa para nosso país. Essa é a missão da SENAES e de nosso movimento.

Mas temos a clareza de que o governo não é o poder em si, é apenas um pedaço importante desse poder. Para podermos fazer com que nossas intenções se efetivem precisamos de força, para disputar e comprovar que temos uma alternativa viável para o desenvolvimento nacional. Essa disputa é realizada pelas forças sociais, e somente os trabalhadores e trabalhadoras organizados têm o poder de exercer a pressão necessária nessa disputa. Não cansamos de falar que é

o povo que faz o governo e o país andar. E é a pressão do povo que fortalece as alternativas que tentamos construir. Hoje ocupamos um lugar no governo e temos como função fazer a disputa de um lugar especifico que é o exercício republicano de nossas funções. Mas, para, além disso, somos parte desse movimento e por isso estamos sempre juntos, como companheiros no fortalecimento dessa luta pela consolidação da Economia Solidária em nosso país. E por isso, resta-nos dizer, sempre, à luta companheiras e companheiros!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLE, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTEAG. *Empresa Social e Autogestão* - ANTEAG III Encontro Nacional, S.Paulo, 1998

ARANTES, Paulo Eduardo. *Esquerda e Direita no espelho das ONGs*. 2001 (mimeo)

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAVA, Silvio Caccia. Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social? In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.10, n. 3, Jul-Set/1996.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio C. e VEIGA, Sandra Mayrink. *Novo vocabulário político*: hegemonia e pluralismo. Rio de Janeiro: FASE/Vozes. 1992

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável. *IICA*, Recife, 1995.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 23. edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. Autogestão e Hierarquia. In: *Socialismo ou Barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. A universidade hoje. Praga. N:6. Hucitec. São Paulo: setembro/1998.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* São Paulo: Brasiliense, 1994. (Col. Primeiros Passos).

ENGELS, Frederich. Del Socialismo Utópico al Socialismo Cientifico. In: *Obras Escogidas*, Editorial de Literatura Política Del Estado, Moscou, 1955.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Sistematização da 3. Plenária, 2004.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon *Autogestão:* uma Mudança Radical, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HADDAD, Fernando. *Em defesa do Socialismo*. São Paulo: Vozes, 1999.

_____ (org.) *Desorganizando o Consenso*. São Paulo, Vozes: 1998.

_____ .Trabalho e Classes Sociais. In: *Tempo Social*, Volume 9, Número 2, Departamento de Sociologia, FFLCH, USP, 1998

_____ .*Sindicalismo, Cooperativismo e Socialismo*. São Paulo, 2001. (Mimeo).

HOLZZMAN, Lorena da Silva. *Operários sem Patrões*. Tese. 1990 (Doutorado). FFLCH-USP, 1990.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LISBOA, Armando. *Os desafios da Economia Popular Solidária*. Rio Grande do Sul, 2001. (mimeo).

MORALES e GUTIERREZ. *Princípios do Cooperativismo*. ACI, Espanha, 1988.

MARX, Karl. *O Capital*, *Os Economistas*. São Paulo: Abril, 1983.

_____ .Crítica ao Programa de Gotha: In: *Obras Escogidas*. Editorial de Literatura Política Del Estado, Moscou, 1955

_____ .*Para a crítica da Economia Política*. Os Economistas. São Paulo: Abril, 1983.

MORRIS, William. *Notícias de lugar nenhum*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

NOVE, Alec. *A economia do socialismo 'possível'*. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma*: o que quer dizer desenvolvimento local, São Paulo: Polis, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à Brasileira. In: SADER, Emir; GENTILLE, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PETRAS, James. *ONGs: a serviço do imperialismo*. São Paulo, 2001. (mimeografado).

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie*: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org). *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SELUCKY, R. Marxism and Self-Management. In: VANEK, Jaroslav. *Self-Management: Economic Liberation of Man*. Penguin Education, 1998.

SENAES. *Economia Solidária em Desenvolvimento.* Ministério do Trabalho e Emprego, 2003.

_____ . *Plano de Ação 2004*. Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

SINGER, Paul. *Utopia Militante*. São Paulo: Vozes, 1998b.

_____ . *Economia Socialista*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____ . *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____ .A Secretaria Nacional de Economia Solidária In: SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. E*conomia Solidária em Desenvolvimento*. MTE, Brasília, 2003.

WHYTE, William Foote e WHYTE, Kathleen King. *Making Mondragon*. ILR PRESS, 4th. Edition, 1996. 1st.edition, 1988.

GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E SOCIEDADE EM REDE: PERSPECTIVAS DA REDEFINIÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E A CONSTITUIÇÃO DAS EMPRESAS AUTOGERIDAS

Josiane Magalhães

A Globalização e suas Implicações no Remanejamento das Relações de Trabalho

Atualmente, o mundo está permeado por processos distintos que recebem o nome de globalização, mas, na verdade, configuram-se no estabelecimento de novas relações dentro do modo de produção capitalista.

Segundo Castells (2000), a história da vida humana é uma série de situações estáveis, pontuadas em intervalos raros por eventos importantes que ocorrem com grande rapidez e ajudam a estabelecer a próxima era estável. O final do século XX estaria colocado como um desses intervalos de tempo. Nele, nossa cultura material é transformada pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico, reorganizada em torno da tecnologia da informação.

A globalização seria, antes de tudo, um processo político. Isto porque é a partir do poder estabelecido na relação detentores/ não detentores de conhecimento tecnológico que se estabelecerão as relações entre os países. Essa configuração estabelece como cada país irá se organizar economicamente, visando o mercado global. O que gera a necessidade da intervenção estatal na desregulamentação ou proteção de seus mercados na relação com o mercado globalizado, até que suas empresas atinjam o nível de competitividade global. Nesse movimento, os processos econômicos geram relações desiguais entre os países e conseqüentemente processos de inclusão/exclusão. Tais processos são movidos pela lógica de acumulação capitalista. Assim, o modelo de acumulação, apesar da mudança de paradigma tecnológico agora baseado nas tecnologias da informação, ainda mantém a necessidade de expansão de mercados.

Rosa Luxemburgo (1985), no início do século, já apontava para alguns aspectos dos fenômenos que ocorrem atualmente, tais como o que nos permite construir o argumento que coloca o Brasil ainda como um dos territórios que mantém a expansão capitalista[15] agora não mais personificada pelos países industrializados

[15] Ressalta-se que o desenvolvimento industrial brasileiro é frágil em dois sentidos: de um lado, porque os investimentos em pesquisa tecnológica não acompanham nem de perto o que se faz em países como os EUA e alguns países da Europa, deixando a indústria brasileira dependente deste mercado. Vale ressaltar que a pesquisa desenvolvida no Brasil encontra-se no seio das universidades públicas que passam por sérias dificuldades de financiamento. A crise das universidades brasileiras e de financiamento das atividades de pesquisa data da década de 80, momento em que a questão veio à tona nos grandes jornais, tais como *O Estado de São Paulo e A Folha de São Paulo*. Ultimamente, vem se arrastando através do sucateamento das universidades do ponto de vista dos equipamentos necessários, bem como da atualização das bibliotecas e o achatamento dos salários dos professores, culminando na greve dos professores das universidades federais durante o primeiro semestre de 1998 e segundo semestre de 2001, além das greves isoladas das universidades estaduais. Além disso, o sistema financeiro que impulsiona a renovação tecnológica de nossas indústrias não possui cabedal que lhe impute auto-suficiência. A política do governo federal delineia-se em um reequacionamento das relações entre universidade, empresas e Estado, que geraram as discussões nos seminários Third Triple Helix, ocorridas nos EUA em 1998, no Rio de Janeiro em 2000 e Copenhagen, Dinamarca e Lund na Suíça, em 2002. É dentro dessa perspectiva que foram realizadas as negociações entre a Renault e a COPPE/ UFRJ no Rio de Janeiro, bem como a política de financiamento das instituições de fomento à pesquisa no país, como o CNPq, as fundações estaduais, FINEP e CAPES.

do início do século vinte, mas por entidades que extrapolam sua nacionalidade original e se manifestam no mercado financeiro mundial. A identidade das empresas transnacionais já não é relevante, mas sim o sistema que permite sua existência e seu poder que se estende acima dos estados nacionais. A estes cabem políticas que darão sustentação à instauração de uma base tecnológica que permita o desenvolvimento das tecnologias da informação, que assegurem o desenvolvimento das empresas baseadas no país e as mantenha no nível da competitividade mundial. Cabe também investir na formação humana, no sentido de desenvolver potencialidades e habilidades voltadas para a criatividade que gerem inovações tecnológicas, bem como políticas que atraiam os capitais financeiros que circulam no mercado global.

O próprio paradigma da tecnologia tida como "o uso dos conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível" (CASTELLS, 2000, p.25) modificou-se. Essa nova sociedade que passa a se constituir a partir da década de 70, tem nas tecnologias da informação sua base material. Dentre essas tecnologias, considera-se o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/ radiodifusão, optoeletrônica e engenharia genética[16] .

A principal característica da atual revolução tecnológica é a aplicação dos conhecimentos e informação produzidos na geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/ comunicação da informação em um ciclo de realimentação cumulativo, ou seja, algo como a possibilidade de se aprender fazendo.

> Na verdade, as descobertas tecnológicas ocorreram em agrupamentos, interagindo entre si num processo de retornos cada vez maiores. Sejam quais forem as condições que determinaram esses argumentos, a principal lição que permanece é que a inovação tecnológica não é uma ocorrência isolada. Ela reflete um determinado estágio de conhecimento; um ambiente institucional e industrial específicos; uma certa disponibilidade de talentos para definir um problema técnico e resolve-lo; uma mentalidade econômica para dar a essa aplicação uma boa relação custo/benefício; e uma rede de fabricantes e usuários capazes de comunicar suas experiências de modo cumulativo e aprender usando e fazendo. As elites aprendem fazendo e com isso modificam as aplicações da tecnologia, enquanto a maior parte das pessoas aprende usando, e assim, permanecem dentro dos limites do pacote da tecnologia. A interatividade dos sistemas de inovação tecnológica e sua dependência de certos ambientes propícios para trocas de idéias, problemas e soluções são aspectos importantíssimos que podem ser estendidos da experiência de revoluções passadas para a atual.(CASTELLS, 2000, p. 55).

[16] Segundo Castells, o critério para essa classificação está no fato da engenharia genética concentrar-se na decodificação, manipulação e conseqüente reprogramação de códigos de informação da matéria viva.

Além disso, a própria organização das empresas está sendo redimensionada para um novo paradigma[17] . Ao invés da organização piramidal clássica, por exemplo, temos o formato da organização em rede. Essa nova forma de organização coloca "ordem ao caos", ao mesmo tempo em que demonstra a interdependência entre os vários setores sociais.

Segundo Ulrich Beck (In: FILHO, 1999), o Brasil dá-nos uma imagem que permite uma aproximação mais precisa dessa realidade mundial em rápida transformação. Representa o modelo, por excelência, da sociedade de risco, apresentando-se paradigmático como nenhum outro país.

A sociedade de risco é uma imagem que pode ser oposta à imagem da sociedade de bem-estar social que se desenvolveu na Europa durante o século XX. Essa sociedade européia foi formada em um processo que Beck (In: FILHO, 1999) denomina Primeira Modernidade e que apresentaria como características: a) a organização essencialmente por Estados Nacionais em sociedades *containers*, que implicavam a idéia de uma sociedade organizada como recipientes do Estado, com esferas que pudessem ser dispostas em compartimentos estanques; b) a suposição de uma identidade coletiva de classes ou grupos étnicos que se organizaria a partir de uma cultura homogênea e religiosa possibilitando uma organização política compatível; c) a idéia de uma natureza incessantemente explorável como pressuposto do crescimento econômico contínuo; d) a sociedade do pleno emprego, ao menos como idéia guia.

A sociedade de risco estaria sendo formada a partir do processo que denominada Segunda Modernidade, tendo como características: a) a interpenetração de domínios que se opõe à idéia de *containers* sociais; b) a individualização do interior da sociedade que torna problemática a idéia de uma identidade coletiva em classes ou etnias que possam ser reduzidas a um denominador comum ou traduzidas politicamente pelos partidos, o que coloca em cheque a idéia de democracia parlamentar; c) a revolução nos papéis sexuais e nas relações entre homens e mulheres no cotidiano, no campo profissional e na política, numa modificação radical dos papéis tradicionais entre os gêneros; d) a ampliação do conceito de natureza, em que não se pode mais partir do princípio de que os recursos naturais para a produção estejam disponíveis sem questionamento; e) a modificação das condições de trabalho delineada no Brasil e que parece ser uma tendência mundial.

Sob essa nova perspectiva, tem-se um número de trabalhadores assalariados com contratos regulares de trabalho, tornando-se minoria dos ativos economicamente. A maioria trabalha sob condições extremamente precárias: são vendedores ambulantes, pequenos comerciantes, prestadores de serviço de toda espécie ou "nômades do trabalho", que se viram de todas as maneiras nas mais variadas formas de atividades ou negócios.

Tais reflexões nos remetem a um ambiente social caracterizado por um processo de profundas mudanças no modo de ser e estar das pessoas. A globalização torna as relações semelhantes em todos os cantos do mundo. Os fenômenos soci-

[17] Em artigo publicado por Fernando Bezerra, atual presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI, no "Informativo Interação", o qual é uma publicação direcionada a empresários, temos a seguinte narrativa: *"Um profundo processo de transformação atinge as empresas de todos os continentes que são obrigadas a gerar e absorver novas tecnologias, diversificar, operar em novos ramos e encontrar formas criativas de concorrer num mercado cada dia mais acirrado. Nesse cenário, é indispensável que as organizações passem a contar com profissionais capazes de responder aos novos desafios, contribuindo para uma maior eficiência dos negócios." Informativo Interação, Ano 11 n 122. Maio de 2002, p.2.*

ais desenvolvem-se de maneira similar nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, diferenciando-se apenas no grau de sofrimento, miséria e distanciamento das classes sociais. O mundo vê o homem ser substituído pela máquina no processo produtivo e o desemprego crescer de forma alarmante ao mesmo tempo em que os bolsões de miséria alargam-se. O sistema capitalista tornou as relações entre os homens, relações entre coisas, o chamado processo de reificação[18] . As leis que governam as relações entre os seres reificados são as leis do capital. Neste, troca-se objetos e tempo de trabalho[19] . Se a máquina substitui o trabalho humano, então os indivíduos que só possuem seu trabalho não têm mais o que oferecer, e assim excluídos do processo produtivo e do consumo dos produtos. Passam, desse modo, a fazer parte dos bolsões de miséria, o que torna sua existência descartável.

Segundo Tumolo (2003), a humanidade estaria vivenciando um momento de total subsunção da vida pelo capital, pois todos os espaços sociais estariam subsumidos pelas regras capitalistas.

Marcuse (1968) já nos chamava a atenção para a lógica do mercado que se estabelece sob o princípio de desempenho - os indivíduos são distribuídos nas classes sociais de acordo com os seus desempenhos econômicos concorrentes que estratificam a sociedade em torno destes valores - regendo o modo de produção capitalista. O trabalho, então, adquire um caráter formador e opressor, determinante da existência de seres humanos ou de sua posição desnecessária.

Esse processo também se reflete no Brasil, onde as relações que nele se desenvolvem não diferem, na essência, das relações que se estabelecem no restante do mundo. A condição de país subdesenvolvido traz agravantes sociais, mas não na análise do processo. Este problema não é novo. Desde o período de industrialização do país após a segunda guerra mundial, a questão do capital está posta para as indústrias brasileiras. Colocava-se a necessidade de definição de quem financiaria o processo de industrialização. Em parte esse processo foi assumido pelo Estado com a criação das estatais como a Siderúrgica de Volta Redonda. De outro lado, foi feito com financiamento do capital estrangeiro por meio de do sistema de substituição de importações (CANO, 1981). Esta fragilidade coloca o desenvolvimento industrial brasileiro sobre pés de barro. Vale lembrar que o país, em alguns setores, continua sendo agrário-exportador. Portanto, continua refém do sistema mercadológico mundial, oferecendo seus produtos primários e comprando tecnologia e financiamentos que são os insumos mais caros do mercado.

O trabalho, sendo administrado sob os valores capitalistas que seguem as leis do mercado, é regido pela impessoalidade e pela racionalização entre meios e fins, em que o trabalhador é meio para atingir o fim: o lucro. Este só pode gerar relações que tenham esse caráter. O operário da linha de produção, o funcionário administrativo, o técnico, o especialista com diploma universitário, os prestadores de serviço, enfim, os assalariados, são mantidos ou excluídos se e na medida em que contribuem significativamente para a manutenção do sistema.

---

[18] O fenômeno da reificação foi definido segundo as análises de George Lukács (1974), considerando-o como aqueles processos em que as relações entre pessoas tornam-se relações entre coisas. Exemplos concretos de processos de reificação seriam os próprios contratos de trabalho, colocando os sujeitos na categoria de mão-de-obra, pois o trabalhador não é considerado uma pessoa com desejos, necessidades, mas um elemento necessário à produção, da mesma forma que as ferramentas, maquinários e a matéria-prima. O ser humano é igualado à condição da ferramenta e considerado obsoleto da mesma forma que as máquinas antigas, colocadas em desuso.

[19] Na verdade, o trabalho vende ao empregador seu tempo de trabalho, seus conhecimentos e habilidades. Sendo assim, na medida em que seus conhecimentos e habilidades são superados pela próxima geração e mesmo o tempo gasto por esse trabalhador para realizar tarefas que outros trabalhadores levam menos tempo, ele o desvaloriza.

Hoje, os indivíduos devem ser versáteis, diversificar seus conhecimentos para que possam adequar-se às crescentes e progressivas exigências do mercado. A linha de produção que substitui homens por máquinas precisa de operários que mantenham seu sistema robotizado funcionando com um cabedal de conhecimentos que dê conta da complexidade da organização fabril. Segundo Meszaros, o momento que vivenciamos coloca: "a potencialidade da tendência universalizante do capital, por sua vez, se transforma na realidade da alienação desumanizante e na reificação" (2003, p.17).

A imagem do operário especializado que só conhece parte do processo produtivo está cada vez mais distante, obsoleta.

O suporte do mercado que mantém a expansão do consumo, mesmo com o crescente desemprego, está no caráter descartável da cultura atual. A satisfação imediata e o individualismo que segrega as pessoas a um universo particular, aliados à necessidade artificial de produtos descartáveis e novas criações tecnológicas, tornam sustentável a manutenção do processo produtivo capitalista.

Apesar desses aspectos, quando o sistema capitalista reescreve suas regras a fim de que possa manter-se hegemônico também abre novas possibilidades.

Para além da lógica de acumulação capitalista, os excluídos do processo produtivo não esperam a caridade alheia, permeada pelo individualismo. Também não ficam resignados à espera da morte, mesmo que se agarrem na crença de um poder divino que os salvará. Ressalta-se que os indivíduos que praticam a caridade, apesar de parecer que se preocupam com "os mais necessitados", na verdade a praticam para minimizar suas "culpas sociais". Fazem-no movidos pela necessidade de se sentirem melhores emocionalmente e poder consumir os produtos do sonho capitalista, enganando a si próprios de que fizeram a sua parte.

No mundo todo, mas também no Brasil, algumas pessoas passaram a ter que construir uma alternativa para sua sobrevivência. Em alguns casos temos o aparecimento de empregos informais, como os camelôs, guardadores de carros, etc, que mantêm precariamente os meios que garantem a sobrevivência do indivíduo e de sua família. Não garantem, contudo, o acesso aos bens de consumo do sonho capitalista. Mantêm um exército de mão de obra de reserva que é desqualificada e, como salienta Beck (In: FILHO, 1999), tornam flexíveis as relações de trabalho. Nesse mesmo movimento também surgem os "empregos" da organização do crime, como ocorre com o narcotráfico como alternativa de acesso ao sonho capitalista de consumo.

Uma alternativa, colocada em alguns países da Europa e timidamente no Brasil, é a formação de empresas de caráter autogestionário. Alguns autores passaram a denominar esse movimento de terceiro setor. Tal denominação mistura coisas diferentes dentro de um mesmo signo, exatamente por serem elementos novos que passam a se configurar na medida em que a sociedade capitalista transforma-se.

Sob a denominação de terceiro setor temos atividades como o setor de serviços, as empresas autogestionárias, as organizações não-governamentais e tudo aquilo que é novo e não se enquadra nas categorias capitalistas pelas quais se classificavam anteriormente, principalmente naquilo que se refere à organização da sociedade civil.

O Surgimento de Empresas Autogeridas Frente ao Processo de Globalização

A discussão em torno das empresas autogeridas dar-se-á na medida em servem de pano de fundo e ilustram as análises que se pretende demonstrar. Dessa forma, não iremos nos aprofundar em questões mais pontuais de cada movimento. Tampouco, no caso do MST especificamente, debater com autores que tem diferentes interpretações para os mesmos movimentos tais como Bernardo Manzano e Zander Navarro.

As empresas autogestionárias têm uma proposta de organização da produção e principalmente das relações de trabalho que não podem ser desvinculadas de sua herança histórica. Segundo a perspectiva proposta por Norbert Elias, uma investigação sociológica que se atém somente às referências contemporâneas, terá necessariamente um nível maior de envolvimento. Da mesma forma, precisamos buscar um olhar ampliado sobre nosso objeto a fim de que possamos ter uma visão mais congruente com a realidade. Sendo assim, ainda que possam ser fenômenos diferentes à correlação histórica, deve ser uma das premissas de existir uma preocupação sobre as questões de envolvimento e alienação.

A Comuna de Paris, na França do século XIX, já era festejada como uma organização de cunho autogestionário. Tivemos outros casos esparsos na história da humanidade, dentre os quais poderíamos salientar os conselhos de fábrica na Itália, os sovietes na Rússia e particularmente a experiência de Mondragon na Espanha. No Brasil poder-se-ia tomar como exemplo o movimento anarco-sindicalista do inicio do século XX e a Colônia Cecília na região de Curitiba/PR. Essas experiências caminham *pari passu* com uma proposta de inovação política e social. Atualmente, ainda que se aluda a tais experiências, o fenômeno autogestionário reaparece junto com as transformações da sociedade capitalista.

No Brasil, recentemente, esse tipo de organização vem servindo como resposta ao fantasma do desemprego que assola as unidades de produção. Os casos de empresas autogestionárias no Brasil têm um motivo essencial que permeia cada uma de suas histórias: a sobrevivência dos trabalhadores que, em muitos casos, perderam seus empregos seja por conta da falência da empresa onde trabalhavam, seja como forma de reagir à retração do mercado de trabalho. Esse contexto histórico coloca a prática histórica em um primeiro foco, sendo que a herança histórica das experiências autogestionárias é resgatada a *posteriori*. [20]

Em publicação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, temos o seguinte relato:

> Nem todas as empresas conseguiram romper as barreiras impostas, principalmente a partir de 1990, pela abertura econômica que exigiu a redução de custos e melhoria da qualidade de produtos para torná-las competitivas. Centenas delas encerraram suas atividades e demitiram milhares de trabalhadores. Também contribuíram para esse quadro a estabilização da mo-

[20] Exemplos de casos onde se verifica esse movimento foram expostos nos Simpósios Nacionais Universidade-Empresa sobre participação e autogestão organizados pela Unesp campus de Marília, grupo de pesquisa 'Organizações e Democracia', nos anos de !996 e !998, em co-parceria com a (ANTEAG Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas).

> eda, com o fim da inflação, a privatização de estatais e a falta de cultura para a gestão do negócio num mercado globalizado. As empresas metalúrgicas foram, juntamente com as de calçados e as têxteis, as que mais sofreram com a abrupta abertura econômica. Hoje, cerca de 30% das empresas que compõem o total de projetos autogestionários acompanhados pela ANTEAG são empresas metalúrgicas. (AUTOGESTÃO, N. 8 – Setembro/Outubro de 2001, p. 4).

E continua no mesmo número:

> A partir de 1991, iniciou-se no Brasil, um trabalho mais organizado no sentido dos trabalhadores assumirem o controle das empresas, principalmente daquelas que estavam em crise. Foram dezenas de casos, acompanhados pela Anteag, como a Vila Romana que se tornou Coopervest (Aracaju-SE), a Cobertores Parahyba, se tornou Coopertec (Moreno,PE), a Sidesa, que se tornou Coopermetal (Criciúma-SC), a Vogg que se tornou CTMC (Canoas, RS), o Liceu de Artes e Ofícios que se tornou Coopram (Osasco,SP), a Nicola Rome, que se tornou Coopromen (Mococa-SP), Cooparj (Duque de Caxias, RJ), a Ferragens Haga (Nova Friburgo, RJ), a CBCA que se tornou Cooperminas (Criciúma, SC) etc. (AUTOGESTÃO, n. 8 – Setembro/Outubro de 2001, p.6).

A constituição de instituições autogestionárias pode ser um fenômeno isolado, mas pode também assinalar a possibilidade de um limite da organização do trabalho sob a lógica capitalista. Isso porque a lógica que dá o suporte a esse tipo de empreendimento não se pauta na acumulação de capital. Pelo contrário, organiza-se em função de permitir às pessoas continuarem sobrevivendo, dando-lhes oportunidade de produzirem para o seu sustento e o de sua família. Se a empresa autogestionária cresce e permite uma rentabilidade, a isso acrescenta uma melhoria nas condições de vida de seus trabalhadores/autogestores. Como se vê, o princípio norteador não é mais o princípio de desempenho, inserido em um processo mais amplo de acumulação de capital, mas que, possui um princípio que valoriza a vida e procura na atividade produtiva a fonte de satisfação das necessidades humanas. Salienta-se que o discurso de valorização da vida também é considerado por Beck como uma inovação trazida pelas transformações da sociedade capitalista no século XXI, mas esse discurso aparece justamente pela percepção do processo de exclusão social a que se está assistindo, o que em muitos casos tem somente o discurso, descolado da prática.

A Constituição de Empresas Autogeridas

As pessoas que se envolvem com empresas autogeridas, geralmente o fazem sem uma reflexão profunda do significado desse tipo de organização. Estão muito distantes da idéia de uma vanguarda que daria o tom das transformações sociais na busca de um sonho utópico. São geralmente impulsionados pela neces-

sidade de sobrevivência, uma vez que as portas das organizações capitalistas se fecharam a elas. Estão também viciadas pelo sistema que comprava sua capacidade produtiva. As questões relativas à administração da empresa não eram assunto a ser considerado relevante pelos trabalhadores de uma maneira geral, nem tampouco questões relativas à cooperação, participação, solidariedade. A complexidade que o sistema capitalista imputou às relações das empresas no mercado torna-se por vezes uma barreira quase intransponível à linguagem usual dos trabalhadores. Quando se deparam com tais questões, os trabalhadores das empresas autogestionárias encontram-se diante de mais uma inovação da "nova" sociedade capitalista: "aprender fazendo".

Sendo assim, é possível compreender por que as empresas autogestionárias são englobadas pela designação de terceiro setor.

O caso brasileiro não se coloca como uma continuidade dentro de uma tradição autogestionária. Contrariamente, as experiências no Brasil têm demonstrado que a autogestão foi redescoberta como saída aos trabalhadores que, somente após instaurado o processo de organização autogestionário, buscam historicamente quais foram as experiências parecidas com o propósito inicial de aprender com os acertos e erros dessas experiências. Tal qual sugere o texto de Norbert Elias, ao se referir à relação entre a técnica e aquilo que a sociedade faz da técnica, tais indivíduos tentam se apropriar de um conhecimento histórico, a fim de que possam fazer uso desse conhecimento em seu proveito. Vale ressaltar que, sendo assim, a organização dessas empresas constrói-se sob os paradigmas dos processos colocados pela Segunda Modernidade. Reconstrói relações quando os indivíduos encontram-se em um patamar sem hierarquias, ao mesmo tempo em que se tornam extremamente interdependentes uns dos outros.

A administração dessas empresas também ocorre de maneira tal que muitos de seus acertos e erros colocam-se sob a perspectiva de aprender fazendo. Essas empresas não seguem um modelo teórico especifico. As soluções administrativas inovadoras propõem organizações diferentes, sempre tendo em vista as necessidades de cada setor produtivo em que se inserem e a tecnologia a que têm acesso, bem como aos custos necessários para obtenção de *know-how* específico, o que às vezes torna-se o principal problema.

Há de se fazer uma ressalva: as empresas autogestionárias organizam sua produção tal qual as empresas capitalistas. Contudo, diferentemente das empresas capitalistas, se a empresa autogestionária prospera, seus lucros são distribuídos aos seus trabalhadores. Sendo assim, a definição das empresas autogestionárias não as enquadraria como capitalistas talvez por não preencherem esse requisito de acumulação. Por outro lado, as relações destas empresas estão determinadas pelas regras do Capital.

O Movimento dos Sem-Terra

Um outro movimento que também tem caráter autogestionário configura-se como o Movimento dos Sem-Terra. As referências que se seguem não pretendem dar conta de discutir as vicissitudes do Movimento dos Sem Terra, e sim utilizar as experiências desse movimento social para discutir as possibilidades de construção da realidade pelos indivíduos envolvidos nesse tipo de experiência.

Esse movimento, que se tornou conhecido pelas siglas MST, teve seu início em 1979/1980 com as primeiras ocupações no sul do Brasil e em 1980 especifica-

mente no Rio Grande do Sul com o acampamento da "Encruzilhada Natalino". Naquele momento, era formado por trabalhadores rurais que haviam sido expulsos das terras em que trabalhavam e cultivavam suas vidas. De uma hora para outra, indivíduos que haviam passado suas vidas arrendando terras e sendo assalariados de outros produtores rurais não tinham casa, emprego e nem para onde ir. Suas existências haviam se tornado desnecessárias do ponto de vista do produtor rural que os empregava.[22]

Sendo assim, também foram impulsionados pelo motivo essencial: a sobrevivência. Contudo, ao longo de pouco mais de vinte anos, esses indivíduos foram impulsionados a reconstruir suas vidas ou se resignar à situação de excluídos, membros dos bolsões de miséria. Nesse processo de reconstrução, reconstruíram suas identidades e suas consciências acerca do ambiente social. A partir disso, como salienta Caldart (2000), construíram um novo sujeito social: o Sem Terra. Mais do que um indivíduo despossuído de seu meio de existência, a terra, o Sem Terra é um símbolo de identificação social para os membros do MST. Segundo Caldart:

> Identifico três grandes momentos na história do MST para esta análise específica, e que vou desenvolver no próximo tópico: o primeiro momento é o da articulação e organização da luta pela terra para construção de um movimento de massas de caráter nacional; o segundo momento é o do processo de constituição do MST. Como uma organização social dentro do movimento de massas; e o terceiro momento, o atual, é o da inserção do movimento de massas e da organização social MST na luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. (2000, p. 65).

Semelhanças e Diferenças

Mas é possível dizer que existe uma unidade entre esses processos? O que faz com que esses indivíduos se percebam como um grupo? O que lhes imbui esse sentimento de identidade?

As condições históricas que deram origem à criação desses movimentos são parte desses aspectos. O próprio movimento de exclusão colocado pelo paradigma da Segunda Modernidade, ressaltado por Beck (In FILHO,1999) e a que Castells (2000) também se refere, gera a necessidade de sobrevivência desses indivíduos que são forçados a tomar o destino de suas próprias vidas. Essa perspectiva impõe a cada indivíduo defrontar-se com sua realidade, reinterpretá-la e se posicionar. A dureza da perda de seus empregos faz com que mudem da atitude de comodidade e conformidade ao *status quo* e vivam esse momento de ruptura, estranhamento e insatisfação à sua nova condição de excluídos do processo. Mas faz-se uma ressalva: desde que não tenham mais nada a perder!

No "novo capitalismo", as unidades produtivas, de maneira geral, procuram novas formas de organização que recuperem a capacidade criativa de seus trabalhadores, reconstruindo o compromisso destes para com a empresa, reorganizando-os em células produtivas, em grupos de trabalho, enfim dando-lhes uma identi-

[22] Sobre esse tópico, as referências encontram-se em CALDARTI. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Vide também STÉDILE, J. P. & FERNANDES, B.M. Brava gente: a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil. S.P Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

dade motivadora. Isso tudo servindo ao capital e à necessidade de expansão e acumulação. Mas também podem servir à constituição de um novo modo de fazer as coisas.

No caso do MST, o simples convívio com seus integrantes nos permite visualizar a organização em grupos de trabalho (ou células), o compromisso que cada um estabelece para com o movimento e, principalmente, uma grande capacidade criativa. O mais interessante é que, ainda que estejam inseridos em um ambiente social hegemonicamente capitalista, seus objetivos e motivações estão na ordem de outra natureza. Cada conquista é uma conquista do grupo e cada desafio é um desafio ao mesmo tempo individual e grupal. Existe, entre os Sem Terra, um sentimento de Irmandade. Esse sentimento de irmandade pode ser descrito como um elo que se forma entre dois ou mais indivíduos que compartilham de prazeres e dores. A sua felicidade é a felicidade alheia e a dor alheia é a sua própria dor, e vice-versa. Essa partilha é uma opção individual, contrariamente ao que ocorre no sistema social dominado pelo capitalismo, onde vigora o atomismo. Nesse sistema, o eu, reconhecido em si mesmo, vê no outro um mal necessário, objeto de satisfação de seus desejos e necessidades.

No caso das empresas autogestionárias, na maioria das vezes se faz necessária uma "reeducação" no sentido de retirar os trabalhadores de sua condição de isolamento dentro de um processo de atomização dos indivíduos, preocupados com sua sobrevivência individual e "abrir-lhes as mentes" para esforços coletivos, vinculando a própria sobrevivência à sobrevivência dos outros, recuperando o valor da cooperação e do sentido de coletividade.[23]

Seria o inverso da moeda. Para aqueles que estão dentro dos processos produtivos de empresas capitalistas por excelência, quem se preocupa com a identidade, a motivação e a criatividade de seus trabalhadores são os capitalistas para que possam se manter dentro do paradigma de inovação.

Já nas empresas autogestionárias, são os próprios trabalhadores que devem preocupar-se com os limites que desenvolveram em boa parte de suas vidas, apreendendo valores e comportamentos, padrões aceitáveis a partir de seus contextos sociais. Devem transcender tudo aquilo que era estável em suas vidas e superarem os conflitos das inovações sozinhos. Por vezes, encarar o estranhamento de tudo que aprenderam no seio de suas famílias, nas escolas que freqüentaram e círculos de convivência que ajudaram a formá-lo.

Lançam-se nesta empreitada que, não raro, oscila entre a manutenção da empresa autogestionária e o fracasso. Fracasso que, no sistema capitalista, na maioria das vezes, passa a ser creditado aos indivíduos, levando-os à depressão e imobilidade como os casos descritos por Richard Sennet (1999).[24]

---

[23] Este aspecto é discutido mais detalhadamente em MAGALHÃES. Josiane. *Autogestão e Educação:* o papel da educação na formação da consciência crítica dos trabalhadores envolvidos em processos autogestionários, 2003 - Tese de Doutorado. Mas a idéia de necessidade de educar os trabalhadores é bastante disseminada entre os indivíduos envolvidos em experiências autogestionárias, ainda que não tenham clareza sobre que tipo de educação se está falando. Tais referências encontram-se em ALANIZ, E P *Concepções e práticas educacionais de qualificação profissional em empresa autogerida.* 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília. 2003.

[24] A esse respeito, vide Sennet. R. *A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.*São Paulo: Record, 1999. Relatos semelhantes podem ser encontrados nas exposições das mesas do III Seminário do trabalho, realizado entre 26 e 29 de Maio de 2003, dentre eles, o desenvolvido por Cláudio Reis, professor da Unesp de Assis, e Meriti de Souza. Experiências nesse sentido também foram relatadas no Seminário 'Perspectivas da reforma Agrária no Brasil', realizado em 21.05.2003.

Contudo, poderia ser revisado e considerado naquilo que pode ser: uma organização do trabalho em novas bases de relacionamento com a possibilidade de superação do modelo capitalista atual. Portanto, não deveria ser rechaçado com a justificativa de ineficiência da proposta ou sob a perspectiva de que, na atual fase do capitalismo, há uma subsunção da vida social ao capital, e, portanto, não há saída. Poderia sim, ser considerada em suas dificuldades, colocadas pelas condições do mercado, pela falta de conhecimentos técnicos, pela própria origem deste tipo de empreendimento – empresas capitalistas falidas - e, principalmente, pela falta de financiamento.

Deve ser sempre lembrado que, mesmo sendo um empreendimento que não se pretende capitalista, ainda assim está subordinado ao capital. Isso posto poderia sugerir uma potencialidade de subversão lenta do sistema. Apesar disso, as empresas autogestionárias têm que responder às questões que se colocam não só para as empresas autogestionárias como também para as capitalistas. [25]

O que parece, contudo, inovador é que da mesma forma com que o modo de produção capitalista consolidou-se sem que os indivíduos que colaboraram para com essa consolidação tivessem clareza daquele processo, a instauração dessa nova forma de organizar a produção acontece da mesma forma por aqueles que vêem nela a saída possível para sua crise pessoal.

Do ponto de vista das relações que se estabelecem no interior destas organizações, podemos fazer algumas considerações importantes. Em primeiro lugar, as relações de poder no processo produtivo dentro da empresa autogestionária mudam radicalmente. Isto porque na estrutura fabril do sistema capitalista existe em maior ou menor grau uma hierarquização do poder entre gestores e subordinados. O processo é delineado pelos gestores a serviço da lógica capitalista. No empreendimento autogestionário, abre-se espaço para uma "democracia" interna naquilo que tange a gestão dos negócios[26] .

Além dos problemas vinculados ao mercado que assolam as empresas brasileiras de maneira geral, as empresas autogestionárias passam por dificuldades específicas.

O fato de não serem "empresas capitalistas comuns" traz o problema de constituição jurídica. Infelizmente, a forma de cooperativas já imputou ao mercado uma imagem que impregna a empresa autogestionária e inevitavelmente lhe fecha certas portas importantes no mercado capitalista. Há a necessidade de inovar e encontrar outras formas de constituição. Uma das saídas foi a constituição jurídica de uma empresa normal que, por sua vez, pertence a uma associação de trabalhadores. Essa separação entre entidade jurídica e propriedade privada da empresa, que muda de sentido quando passa a ser propriedade coletiva denominada associação dos trabalhadores, é uma forma nova que constrói uma inovação no conceito de propriedade, uma vez que a propriedade das sociedades anônimas ainda manti-

[25] Elementos para a discussão dessa temática, encontram-se em DAL´RI, NEUSA M. (Org) *Economia Solidária o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

[26] Relato acerca desses processos encontram-se em ALANIZ, E P Concepções e práticas educacionais de qualificação profissional em empresa autogerida. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília. 2003. e AMARAL, Wagner Roberto. A Política de educação de jovens e adultos desenvolvida pela APEART no Paraná: recontando sua história e seus princípios, seus passos e (des)compassos. 2003. 234p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília. 2003.

nha a figura do indivíduo, proprietário das ações. Aqui, a propriedade é coletiva, no sentido de personificar igualitariamente todos os proprietários e não segundo suas cotas de ações.

A organização de empresas desse tipo no país ainda é bastante tímida, mas que pode constituir-se em contraponto à organização fabril capitalista.

Essas empresas contribuem para a compreensão da formação da consciência crítica exatamente porque coloca aos seus componentes a tarefa de assumirem as rédeas de sua sobrevivência e de suas idéias. Esse passo é o principal para aqueles que querem adentrar em um processo de formação de uma consciência crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALANIZ, Erika Porceli. *Concepções e práticas educacionais de qualificação profissional em empresa autogerida*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília. 2003.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. RJ: Graal, 1985.

AMARAL, Wagner Roberto. *A Política de educação de jovens e adultos desenvolvida pela APEART no Paraná*: recontando sua história e seus princípios, seus passos e (des)compassos. 2003. 234p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília. 2003.

AUTOGESTÃO, JORNAL DA ANTEAG. N. 8 – Setembro/Outubro de 2001.

AZEVEDO, M. *Leste europeu:* a inesperada convulsão. SP: Loyola, 1991.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade* . 6. edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

CALDARTI, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento Sem Terra:* escola é mais do que escola. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. SP: T.A.Queiroz Editor, 1981.

CASTELLS, Manuel**.** *A Sociedade Em Rede:* a era da informação: economia sociedade e cultura. Vol 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DAL'RI, N. M. (org.) *Economia solidária:* o desafio da democratização das relações de trabalho. S.P: Arte & Ciência, 1999.

ELIAS, N. *Envolvimento e alienação*. RJ: Bertrand Brasil, 1998.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe:* estudos de dialética marxista**.** Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica.* 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FILHO, G.J. *Entrevista com BECK, U:* O Ocidente brasileiro: a brasilização ou feminização do trabalho representa o futuro na atual Sociedade Global em risco. *Folha de São Paulo*, 23 de Maio de 1999. (Caderno Mais!).

MAGALHÃES, J. *Autogestão e educação*: o papel da educação na formação da consciência crítica dos trabalhadores envolvidos em processos autogestionários. 2003. Tese (Doutorado em Educação) em Marília/SP:Unesp, 2003.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial o homem unidimensional*. RJ: Zahar Editores, 1979.

MARCUSE,H. *Eros e civilização.* RJ: Zahar Editores, 1968.

MESZAROS, I. *Para além do capital:* rumo a uma teoria da transição. SP: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MESZAROS, I. *O século XXI socialismo ou barbárie?* SP: Boitempo, 2003.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter:* conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record, 1999.

STÉDIL E, J. P. & FERNANDES, B. M. *Brava gente*: a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

VIEITEZ, C.G. (org). *A empresa sem patrão.*Marília: Unesp, 1997.

O CAPITAL MARGINALIZA E A BARBÁRIE RESPONDE

Fiorelo Picoli

A Fome Reflete a Marginalização Imposta ao Mundo

A fome reflete o nível de degradação de uma sociedade e transforma a humanidade em objeto de dominação global. Esta dá origem à marginalização social e econômica dos indivíduos através das imposições e do controle, como também leva à exclusão generalizada em cadeia das classes oprimidas e dependentes. Por meio das relações sociais, econômicas, ambientais e morais é possível separar as classes, porém é no dia-a-dia que se determinam as categorias sociais e estas provocam os movimentos de poder e de domínio dos grupos coletivos.

Nesse ínterim, é o adiantado processo de destruição das massas que demonstra as reais condições de um povo em dado momento evolutivo da história, também como identifica as conseqüências pela falta de sincronismo do modelo não igualitário. O sistema capitalista mundial dita e impõe à sociedade as formas de submissão, de controle e da violência contra a classe oprimida, bem como define as relações e os movimentos da força de trabalho, mas com o intento de buscar o lucro por meio da exploração.

Nessa trajetória, a classe trabalhadora torna-se personagem de uma história ou a própria história dos personagens sociais, pois as representações dos contrastes determinam as diferentes classes sociais, como também a divisão dos extremos e a negação das oportunidades individuais que produzem a pobreza e a marginalização coletiva. A humanidade é colocada em condições "de desespero social e falta de perspectivas para uma população empobrecida pelo jogo interativo das forças de mercado" (Chossudovsky, 1999, p. 28). O projeto capitalista se pauta na eliminação de parte da força produtiva, por meio da "competitividade que leva à exclusão, ela necessita logicamente, para se concretizar, da exclusão de outras pessoas" (Guareschi, 2004, p. 39).

Esse processo torna o mundo dos homens um mundo de *apartheid* social por meio do não acesso às condições socioeconômicas individuais e coletivizadas. A humanidade é levada à desordem generalizada pela falta de perspectivas de inclusão e pela inércia condicionante das forças de mercado. O engenhoso projeto de concentração da riqueza desencadeia uma explosão do núcleo familiar pela falta de oportunidades e a exposição genérica dos componentes do grupo proporciona a limitação do espaço e as regras são estabelecidas pelo sistema dominador.

O mundo dos homens, ao fabricar o irreal aos seus semelhantes através da tirania do cotidiano, constrói uma estranha realidade que vai formar a representação dos extremos e estes determinam as categorias sociais e distanciam os diferentes grupos, os quais formam esses extremos. Nesse sentido, o "Banco Mundial 'estima' que 18% do Terceiro Mundo são 'extremamente pobre e 33% são pobres" (Chossudovsky, 1999, p. 35). Na mesma época no Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, citado por Mattoso (2000, p. 22-23), "considera que cerca de 57 milhões de brasileiros - o equivalente a 35% da população - estão atualmente abaixo da linha de pobreza e que entre 16 e 17 milhões de brasileiros vivem em condições de miséria absoluta".

Para Santos (2001, p. 59), a fome "atinge 800 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes sem exceção". Nesse sentido, "existem no mundo 1,3 bilhão de pessoas 'abaixo da linha de pobreza' e 3 bilhões de pessoas com renda inferior a dois dólares diários" (GONÇALVES e POMAR, 2000, p. 32). Contudo, os atores da fome são frutos dos limites e das imposições sociais geradas pelo preconceito e pela discriminação individual, e produto do modelo imposto ao mundo. Esses atores vão formar a marginalização coletiva que forma um conjunto não incluso nas oportunidades, mas agrupado pela separação e os limites sociais do mercado.

Nesse contexto, são as regras impostas à humanidade que condicionam o sistema global, também como determina a ordem e a desordem da sociedade dependente. A exclusão determina o grau de pobreza e da miserabilidade de um povo, sendo fruto do nível das oportunidades no processo de exploração das pessoas. Assim, "a pobreza é identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanha o próprio processo econômico" (SANTOS, 2001, p. 70-71). Nessa lógica "a pobreza global é um item introduzido no rol da oferta; o sistema econômico global alimenta-se da mão-de-obra barata" (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 65) e produz mais pobreza, mas esta foge do controle do Estado e do capital, uma vez que não estão preparados para programarem ações de solidariedade.

O pobre é uma construção determinada pelos limites do capitalismo, todavia ele se faz necessário ao processo acumulativo das elites. É importante levar em conta que os homens, as mulheres e as crianças devem sempre manter acessa a chama de não se sentirem privados do acesso aos meios de inclusão que deve ser pela sua força de laboração. Também é necessário que acreditem que, por meio de seu esforço individual conseguem sair do estado de penúria. O trabalho deve ser visto como meio de oportunizar a humanidade poder fugir dos cercos e das amarras estabelecidas que condicionam a sociedade a produzir mercadorias em nome do capital.

No entanto, não pode acontecer de o pobre perder as esperanças de ir a luta, de não vislumbrar meios de fugir do "apartheid" provocado pelos limites das imposições. Caso isso aconteça pode se desencadear um processo de não busca, de inércia que leva ao infortúnio. O pobre luta e ainda tenta ser a exceção e sair de seu meio de privações, porém o marginalizado não sonha mais e se entrega num mundo sem horizontes e perspectivas.

Através desse pensamento, quando o sistema global não consegue mais reproduzir a lógica da centralização, por meio da produção e do trabalho, ele perde sua razão de existir e provoca o ambiente certo para se desencadear o descontrole nas relações de dominação. Os atores sociais privados dos mecanismos de inclusão passam produzir a barbárie, e essa trajetória é difícil ou impossível de ser revertida por meio dos meandros da concentração, e o capitalismo é incapaz de produzir a solidariedade e, dessa maneira, ele não dá conta de reverter esse quadro por ele produzido.

O que determina a marginalização, a exclusão e a delinqüência social do povo são as formas estabelecidas no seio dos interesses da concentração da riqueza, bem como do poder excludente e da não representação social e econômica, formando, assim, os extremos entre ter e não ter acesso as oportunidades individuais e coletivas. Santos (2001, p. 72), conceitua a pobreza em três definições: pobreza incluída, marginal e estrutural. Nessa seqüência progressiva, o homem atinge a fase final, de onde "os pobres não são incluídos nem marginalizados, eles são excluídos" (SANTOS, 2001, p. 73).

A miséria leva à exclusão e essa fase é o fim das perspectivas e dos sonhos dos homens, ele passa não servir ao sistema, pois torna-se um ser descartado e inútil, como se viu anteriormente. Por outro lado, manter o indivíduo pobre através das fases que antecedem a exclusão o faz sonhar e se tornar útil ao sistema. Concluindo esse pensamento, os "miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam" (SANTOS, 2001, p. 132). Assim, o mundo dos sonhos dos homens é também o objetivo final da classe burguesa, pois, ao sonhar sem limites, cria a realidade com limites, porém são demarcados por meio da pobreza necessária ao projeto sistêmico que busca o lucro.

Em contrapartida, as conseqüências imediatas da miséria são da fome, que representa a dor, o sofrimento dos pobres, dos marginalizados e dos excluídos, mas principalmente, a vergonha de um sistema que rouba as oportunidades dos homens, das mulheres e das crianças. Sistema que determina a existência dos pobres e o processo que os torna miseráveis e desintegrados, formando o *apartheid*, que divide o mundo dos homens do ter e do não ter. Nessa separação se formam os extremos, onde os oponentes representam a lógica sistêmica e separa os ricos dos pobres e marginalizados.

No segundo passo, é no seio da família que nasce a delinqüência, a desordem social e as condicionantes de ruína e degradação dos seres sem participação no processo social da humanidade. É também através da participação das oportunidades ou não que se bifurcam os caminhos e se determina o ser ou o não ser de um povo. Por outro lado, a separação se torna definida e presente pelos extremos entre o ter e o não ter.

Os ricos passam viver à custa do trabalho dos pobres, pois estes são maioria e estão disponíveis no mercado de trabalho à procura de um burguês que esteja disposto a explorá-lo e superexplorá-lo. O mesmo sistema que fabrica a ordem, também determina a desordem e as diferenças entre os homens e delimita os espaços das categorias sociais. Nessa perspectiva, a inclusão e exclusão social dos seres é fruto de um sistema oposto aos princípios de bem-estar a todos, pois sua lógica privilegia alguns poucos em detrimento da maioria. Ao determinar a ordem pelo estabelecimento das divisões entre os grupos, também como pela separação das classes, estabelece-se à lógica do sistema dominador.

O mundo dos homens e das mulheres se torna produto das desigualdades e se preocupa em criar paliativos para desviar as conseqüências da fome, mas não cria oportunidades, pois o projeto capitalista imposto ao mundo não respeita o cidadão que faz parte da sociedade global, e, além disso, não tem a capacidade de realizar a solidariedade ao mundo. Dessa forma, o princípio que estabelece a lógica coletiva fica preservado e o sistema que organiza a separação da humanidade volta restabelecer a ordem para preservar os interesses dos grupos econômicos nacionais e internacionais.

No bojo dos interesses sistêmicos da sociedade do capital, este organiza e determina a insignificância para minimizar os gritos dos marginalizados e o sofrimento os menos favorecidos pela ordem que ele mesmo cria e estabelece, quer dizer, os pobres são uma criação consciente do capital. A tentativa desesperada do estado e do capital em conjunto tem como objetivo viabilizar a continuidade do processo concentrador de sucessivas e apuradas formas de tirar excedentes da sociedade através da exploração e superexploração do trabalho humano na busca do lucro.

A união estratégica entre o capital e o Estado, tenta viabilizar alternativas de socorro aos menos favorecidos pela desordem social criada, bem como pelos interesses do capital globalizado, o qual produz a mais-valia universal. Assim, atribuem à sociedade de forma geral a culpa pela existência da pobreza e da miserabilidade dos indivíduos, determinando o recolhimento destes por intermédio das obras sociais para combater a fome, o frio e as doenças produzidas pela falta de oportunidades e o desrespeito ao longo dos tempos.

É o que acontece na virado, deste milênio pelo empenho das igrejas, das associações comunitárias, dos sindicatos e da sociedade organizada. Buscam minimizar os males da miserabilidade concebida por meio da exploração do homem através do homem. Assim, virou prática dessas instituições ajudar aos menos favorecidos e passaram incorporar os problemas dos pobres e marginalizados que convivem separados do conjunto da sociedade.

A forma de proteger os desiguais se faz por paliativos momentâneos com o fornecimento de sopas para matar a fome, de roupas para cobrir o frio, de remédios para combater doenças e nos encaminhamentos generalizados na busca de benefícios protetores aos excluídos. As instituições vão formar o Terceiro Setor, pois o Estado e o capital colocam a sociedade em geral como culpada dos desequilíbrios que formam os extremos sociais. Estes são criados ao longo da história pela sanha desvairada do capital que produz as desigualdades, mas não consegue estabelecer a ordem e o controle na fase da exclusão dos indivíduos.

Para Guareschi (2004, p. 129), “a pior das escravidões é a escravidão da consciência; ali que está o início de todas as dominações”. Nesse ínterim, fabricam-se as condicionantes do mercado e não se corta o problema em sua origem para continuar camuflando uma realidade de interesses engenhosos. Ao não assumirem posturas para reverter o quadro das diferenças, também se efetiva a lógica da concentração da riqueza, porém se potencializa a barbárie entre os atores sociais que ficam à margem do processo.

Para manter a lógica e os mecanismos de superação das crises do capital, faz-se necessário ao mundo da exploração criar novos paliativos para o momento, pois estes são bem vindos e minimizam a marginalização aparente para manter a população em estado de pobreza e têm o firme propósito de anestesiar os sofrimentos, mas permanecer os ferimentos que destroem o seio familiar. No entanto, as ajudas insignificantes são necessárias, entretanto não vão resolver o problema das desigualdades extremas até hoje criadas pelo capitalismo, apenas é o remédio aparente dos problemas que essas pessoas enfrentam no dia-a-dia, no entanto, a ajuda é bem vinda.

Além dos problemas das classes oprimidas, os vividos por países pouco desenvolvidos, os quais formam as nações pobres, sofrem duplamente é o que se pode observar no continente africano na atualidade. No Brasil “as reformas patrocinadas pelo FMI contribuíram para a polarização social e o empobrecimento de todos os setores da população” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 182). O empobrecimento é uma forma de devastação social da maioria dos brasileiros, pois “num país em que mais da metade da população já vive abaixo da linha da pobreza, os impactos de um socorro do FMI serão devastadores” (Chossudovsky, 1999, p. 302), pois sua interferência traz conseqüências sociais pelas imposições e determinações de poder acompanhado de violência e perda da soberania das nações.

Os países dependentes, através das interferências externas, passam a sofrer a intromissão pelos representantes da hegemonia sistêmica, e que proclamam a manutenção dessa hegemonia a qualquer custo social e ambiental, porém se preocupando com formas de apurar o processo que concentra capitais. Pode ser citado como exemplo o caso da Argentina nos anos 90 do último século que, ao cumprir todas as determinações do Fundo Monetário Internacional, entrou em depressão generalizada, desencadeando a maior crise política, econômica e social dos últimos tempos naquele país.

O capital nacional e internacional produz a pobreza e a miserabilidade por meio da concentração, mas culpam a sociedade em geral por essa produção e condicionam os atores sociais da necessidade de recolher os excluídos. Nessa dinâmica, acobertam os verdadeiros promotores de produzirem a desordem e os desequilíbrios, mas não assumem sua própria criação, porém delegam responsabilidades aos indivíduos e aos países de economia periférica, vitimas da avalanche da concentração global e que passam a viver sem assistência e em crescente processo de marginalização.

Delegar à sociedade a incumbência de recolher e zelar dos pobres é tirar a responsabilidade de um Estado omisso e conivente com as estratégias sistêmicas, além de determinar a continuidade do problema e de preservar o processo de concentração.

A união das forças de mercado se incumbe de excluir e desprezar a maioria das pessoas por conta da busca do lucro centralizado. Nesse ínterim, camuflar por mais algum tempo os que fabricaram os pobres e os abandonados no processo histórico passa ser prioridade para manutenção e sobrevivência do sistema imposto ao mundo.

Estes são os mesmos que exploram e superexploraram os pobres vindo deixá-los mais pobres, também são os mesmos que enriquecem as suas custas, bem como os mesmos que denunciam as desigualdades e a pobreza, no entanto temem a sua presença, mas estes tentam não assumir a invenção. No atual processo, a classe burguesa se encontra visivelmente envergonhada e com medo da classe marginalizada, mas querendo ver-se livre dela, pois os que estão na fase de marginalização não servem mais ao processo capitalista, em procedimento de contradição e deterioração da lógica de existir.

Aliado às estratégias de exploração e superexploração, o mundo moderno se depara com a criação e as descobertas tecnológicas, que apura o processo de concentração da riqueza, porém ela substitui e descarta a colocação de parte da força de trabalho. Uma quantia significante de trabalhadores e suas famílias passam a fazer parte de um apinhado de pessoas sem serventia alguma e constituem cinturões de pobreza nas grandes cidades que perturbam a ordem estabelecida pelo Estado e o capital em conjunto.

A estes indivíduos não lhes restam alternativas se não a passagem do estado de pobreza para a marginalização, vindo levá-los à exclusão social temporária ou permanente. A sua existência fica estabelecida pela ajuda recebida dos outros indivíduos que também estão a caminho do *apartheid*, pois o projeto arquitetado pelo capital em sintonia com o Estado não respeita ninguém e objetiva apenas a concentração da riqueza em mãos de poucos privilegiados que dominam a economia mundial.

O mundo globalizado caminha para um profundo processo que amplia as desigualdades sociais, onde a concentração da riqueza forma extremos entre a produção da riqueza e da pobreza cada vez mais significativos. Isso fica mais evidente nos países de economia periférica, onde a situação se processa com aditivos estratégicos, é o que acontece hoje com o Brasil. O país representa uma economia de destaque no cenário global, todavia é classificado como um dos primeiros em desigualdades sociais do planeta.

Essa dinâmica não é determinada somente por ser o Brasil país de terceiro mundo, pois os Estados Unidos da América, país de primeiro mundo, com apenas 6% da população mundial também produz extremos e marginalização, uma vez que cerca de 20% da população vive na miséria ou na pobreza. Neste sentido, "nos Estados Unidos 13,7% da população estaria abaixo da linha da pobreza" (GONÇALVES e POMAR, 2000, p. 32), o que ratificam os extremos criados no país centro do capital mundial.

Fatos dessa natureza levam a concluir que a riqueza se concentra nas mãos de poucos, por meio da ordem mundial estabelecida. Protetora dos grupos econômicos organizados de forma globalizada, demonstrando um Estado tirano e desigual, protetor dos grandes conglomerados econômicos em detrimento dos indivíduos, já que o Estado se funde nos interesses dos capitalistas e sua função é preservar a lógica do lucro. Neste ínterim, mesmo com o adiantado processo excludente, os mentores da dinâmica concentradora tentam colocar aos brasileiros como país exemplar, mas a realidade denuncia e desnuda as condições de miséria e pobreza da maioria dos brasileiros.

Enquanto se processam as táticas do agrupamento da riqueza, também se cria um processo que separam ricos e pobres. No entanto, para concretizarem a dádiva da concentração, programam-se meios propícios de violência generalizada, que detona ondas de criminalidade de forma trágica e progressiva. Estes atores sociais à margem da dita sociedade organizada são frutos das desigualdades sociais e respondem com a mesma violência, passam a formar um processo de contra-ataque na mesma altura com a sociedade que os excluiu. A pobreza e a miserabilidade transpõem as fronteiras da delinqüência através da produção da criminalidade, porém deve ser entendido como a punição pelo pecado cometido pela sanha do capital ao longo dos tempos e por este ter a capacidade de criar as desigualdades e no final a perda do controle.

A supressão econômica "é a forma mais ampla, e suas vítimas estão provavelmente excluídas da maioria das redes sociais" (SINGER, 1999, p. 63). Nessa perspectiva, "o Brasil é a terra da desigualdade. Aqui o grau de disparidade entre ricos e pobres, brancos e não-brancos, homem e mulher, moradores do campo e da cidade, indivíduos de alta e de baixa escolaridade é provavelmente maior que em outro lugar" (SINGER, 1999, p. 84). Se esses atores estão fora das redes sociais é provável que não aceitem essa imposição e partam para o contra-ataque com a mesma sanha e violência do modo sistêmico excludente e, possivelmente, caminha-se para a barbárie.

Nesse processo marginal é bom fazer as seguintes perguntas: até quando os ricos do mundo podem se esconder atrás dos muros e das grades?; até quando os pobres e famintos vão continuar morando debaixo da ponte e quem serão os novos pobres que o sistema criará? ; até quando o Estado pode manter-se omisso e conivente com as estratégias da concentração?; até quando o Estado se incum-

birá de construir presídios com a finalidade de depositar gente, ou este pode ter outras funções para minimizar o alto grau de miserabilidade produzida?. São perguntas que se faz, mas no atual estágio deste sistema perverso, a delinqüência e a pobreza são as fábricas de criminosos. É somente essa opção que o sistema excludente deixou aos pobres e miseráveis para trilhar: falta de oportunidades e de mecanismos de inclusão.

O atual sistema imposto de forma débil agoniza pelas contradições, mas o cidadão é vítima desse processo, e os que ainda estão incluídos passarão a ser possíveis excluídos. Além disso, o processo torna as pessoas marginalizadas e são consideradas estorvos dos ainda incluídos, pois estes passam a produzir o medo pela capacidade de se rebelar contra o sistema criador, e pode ser observado por meio da criminalidade e pelos registros dos atentados da atualidade. Ao mesmo tempo em que o sistema cria seus monstros e estorvos, também repele e condena sua própria criação. No entanto perde o controle de seu engenho através da barbárie.

Se o atual processo não tiver um novo repensar da sociedade, por meio de mecanismos contundentes para o abarcamento dos atores sociais ávidos das mudanças, a criminalidade não precisa de aprovação desse sistema dominador. Entretanto, os atores que se encontram a mercê desse processo podem rebelar-se e perturbar a ordem estabelecida pelos mentores do projeto mundial do capital. Ao se contradizer a lógica, os recentes comediantes não são frutos da imaginação ou da ficção, porém reais e concretos, eles são o resultado da realidade vivenciada no dia-a-dia, por meio das relações do mundo e pela via contábil digital, que leva a humanidade global a uma avalanche de incertezas e desafios não virtuais.

As Cadeias e o Crime são Conseqüências das Desigualdades

Ao marginalizar e excluir os indivíduos do processo socioeconômico, não raro ele parte para o mundo do crime e deixa de trilhar os caminhos naturais condicionados e impostos pela sociedade organizada do capital, porém a debilidade do "sistema do capital se articula numa rede de contradições" (MÉSZÁROS, 2003, p. 19). Nessa mesma linha de pensamento, é possível observar, "a crise atual é muito mais complexa do que o período entre guerras; suas conseqüências sociais e implicações geográficas de longo alcance são sentidas particularmente neste incerto período pós-guerra Fria" (CHOSSUDOVSKY, 1999, P.11).

O indivíduo marginalizado torna-se em potencial delinqüente e em muitos casos passa a construir uma carreira criminosa e fica agravado pela perda de controle do sistema capitalista e do Estado. O excluído fica vulnerável ao aperfeiçoamento das estratégias da indústria do delito que lhe oferece um leque de possibilidades, vindo a engrenar ao mundo da delinqüência de forma progressiva.

Os problemas da criminalidade tornam-se arquitetados dentro dos objetivos dessa astúcia, em que contempla a lavagem de dinheiro de forma generalizada fruto da sonegação fiscal, do contrabando, do tráfico de drogas e de todo tipo de criminalidade. Parte dos excluídos e marginalizados da exploração do mundo do trabalho de forma legal passam a fazer parte do mundo do trabalho clandestino e ilegal, mas quase sempre em nome do mundo da concentração, o que contraria a lógica da acumulação, pois esta tem o objetivo de ir à produção para apurar o lucro. Dessa forma, mais uma vez, a sanha do capital vai ao seio da sociedade e busca este marginalizado para produzir em nome do crime organizado, já que é ele quem

alimenta a criminalidade. É a astúcia do dolo sendo muito lucrativo ao crime organizado, por meio das alternativas de não ir à produção e ao trabalho para buscar o lucro.

O delinqüente passa fazer um sério aprendizado da criminalidade e se coloca à margem da sociedade para poder aprofundar as estratégias delituosas, porquanto as condições sociais por si só lhes possibilitam ser um futuro delinqüente, todavia também podem ser encontrados nas classes privilegiadas. Começam num primeiro estágio com pequenos delitos de proporções menores para depois se enveredarem de forma definitiva no mundo do crime organizado. No segundo estágio, transformam-se em latrocidas de grande vulto, em traficante, em seqüestrador e em assassino, tornando-se cidadãos temerários aos demais indivíduos do seu meio e fora dele.

O mundo do delito passa a impor à sociedade suas normas e dita as regras e do mesmo modo influencia na composição de novos padrões de convivência, em que incluem o medo e o terror. É o que aconteceu no começo do ano de 2002, com a onda de seqüestros em todo o Brasil, mas principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, visto que nesses estados se aprofundam as conseqüências das desigualdades sociais. Ficou demonstrado a capacidade de organização no ano anterior por ocasião das rebeliões dos presídios de forma sincronizada no dia 18/02/2001, quando os presídios de São Paulo viraram uns verdadeiros infernos.

Nesses locais, o controle carcerário passa pelas mãos de comandos organizados, administrados de dentro das casas de detenção pelos presos e fora delas pelos grupos organizados. Esses criminosos se organizaram e deflagraram a maior rebelião da história do país, com 29 presídios completamente dominados pelos prisioneiros e pela indústria do crime organizado simultaneamente. Os rebelados passam à nação uma verdadeira demonstração de poder organizado, de planejamento, de controle e de comando. Este fato deixa a nação estarrecida pela ousadia e pela gravidade da problemática, além disso, vindo denunciar a fragilidade da Secretaria de Segurança Pública, bem como o alto grau de corrupção dentro da justiça brasileira.

Nesse episódio, São Paulo, por meio do Primeiro Comando da Capital – PCC, consolida-se como a maior organização de presos do país, tornando público o que as autoridades não queriam admitir - o descontrole do Estado. Por outro lado, fica a dúvida se realmente esse comando existe ou se foi uma criação dos encarregados da justiça para justificar o fracasso da segurança e a perda do controle ao crime organizado. Contudo, a operação aparelhada deixa um saldo de 16 mortos e dezenas de feridos, acompanhado com um rastro de destruição do patrimônio público, da insegurança e do pânico da população de forma generalizada.

Esse é apenas um fato para ilustrar a organização criminal no país, porquanto o acentuado processo criminal que se desencadeia no Brasil traz insegurança, mas não dá para fugir da realidade e dizer que nada está acontecendo. Além disso, fugir dessa discussão é negar o óbvio do envolvimento dos grupos organizados, da justiça, e das instâncias do Estado através dessa trama estabelecida.

Nessa estrutura criminal, como entram nas casas de detenção as armas, a cocaína, os aparelhos celulares e outros tantos bagulhos? A resposta é também não negar o óbvio, já que alguns agentes penitenciários e os comandos do sistema carcerário facilitam a entrada do proibido, bem como se beneficiam deste por fazerem parte da sabotagem organizada. Em meados de 2005, assistem-se as rebeliões da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, principalmente no

estado de São Paulo, bem como nos presídios, todavia podem ser vistas mais de mil prisões do crime do colarinho branco. Esse é o diferencial da atualidade, porém é cedo para se fazer uma avaliação definitiva das estratégias do governo por meio da Polícia Federal.

Os fatos apontados anteriormente só são possíveis devido à corrupção e o envolvimento das instâncias do Estado, através da corrupção, da omissão e do envolvimento direto. Prova disso são as recentes provisões deflagradas por meio do Ministério Público em conjunto com a Polícia Federal, que envolvem funcionários públicos e a justiça nas entranhas do crime aparelhado. Além disso, o projeto criminal é orquestrado dentro e fora dos presídios, formando uma rede de corrupção penitenciária com relações macro, no entanto se fala muito dos presos e dos agentes penitenciários envolvidos e a eles é atribuída a culpa.

Não se pode esquecer dos verdadeiros culpados da indústria do delito organizado que estão fora do envolvimento direto, pois alguns estão dentro de suas mansões e no conforto de seus lares, mas no comando do dolo, usufruindo o produto da delinqüência. Estes, em muitos casos, estão organizados em alguns grupos políticos e nas instâncias do Estado, bem como dentro das indústrias criminosas representadas por grupos econômicos através da formação e concentração do capital de maneira irregular, conforme visto anteriormente.

Nessa formação, existem exceções e não é a regra por parte dos grupos organizados na economia e na política para tirarem proveito da situação criada em seu benefício, vindo lesar o patrimônio público, o direito dos cidadãos e praticando todo tipo de irregularidades e a sabotagem organizada. Para encontrar os verdadeiros cúmplices da desordem que vive a população por meio da insegurança, do pânico e da exclusão generalizada, faz-se necessário identificar na raiz do problema a sua face oculta.

Esses grupos são os verdadeiros culpados pela falta de educação, saúde e segurança aos brasileiros, por isso que o dinheiro que pode ser usado para o bem social é desviado para contas particulares e de um leque de comparsas que sustentam a indústria delituosa. Os mentores dos conflitos são os que tiram qualquer oportunidade de integração social dos marginalizados, também promovem a delinqüência em potencial e arrebatam para si o produto de sua criação para continuar a exploração em benefício de poucos através do crime organizado.

O que não se pode esquecer é: atrás do criminoso existe a indústria do dolo nacional e internacional de forma organizada, fruto de suas ramificações e conexões do poder instituído nas esferas da política, da justiça e da economia. A organização e o comando, em muitos casos, são realizados por meio dos colarinhos brancos, como: deputados, senadores, prefeitos, juízes, delegados, grandes empresários e outros atores de menor importância. Contudo, não se pode generalizar, já que a maior parte das pessoas, as quais constituem as funções citadas é honesta e contribui com a nação, mas os poucos corrompidos partem para o crime e a corrupção é o suficiente para produzir toda esta desordem social e o pânico na população.

Os sem caráter são apenas alguns que mancham toda uma categoria e uma organização. No entanto, são eles que dão toda cobertura e sustentação aos criminosos, bem como organizam o delito para tirar proveito em seu benefício e passam a fazer parte da elite do crime. No final dessa trama, conclui-se que o crime é lucrativo ao sistema transgressor, pois sustenta e drena a indústria das operações

irregulares e criminosas, mas camuflam quem são os produtores das injustiças sociais e quem se beneficia com os atos ilícitos.

A cadeia foi feita somente para os pobres e para os reprovados na vida. Para eles há um processo continuo de censura, por isso sua existência é fruto da pobreza e da marginalização promovida e arquitetada pelos grupos que concentram seu poder através da exploração, do crime e da impunidade. Prova disso, onde estão os condenados pela população que a lei não consegue colocá-los atrás das grades? Eles estão soltos e são levados a essa condição superior por serem ricos e influentes, pois esses poderosos ficam sempre impunes e protegidos pela organização sistêmica. Mesmo com os avanços do poder público dos últimos anos, por meio das ações do Estado, o qual iniciou várias operações contundentes em 2005, ainda tem muito a fazer, embora sem parâmetros definidos para uma avaliação.

Os criminosos se apresentam através do engano, e parece não existir comandos e organizações. Entretanto, esquecem-se de explicar à nação em pânico como são monitoradas as fugas dos presos, como se dá o contrabando de armas, os assaltos armados, os seqüestros estratégicos e o tráfico de drogas. De fato, os verdadeiros salteadores não estão na cadeia porque o delito só existe pela necessidade e sustentação dos atores externos que ganham com as várias modalidades criminosas criadas e arquitetadas pelo poder além das portas da cadeia. O tráfico de drogas é a ponta da lança do crime organizado, porém suas ramificações são globalizadas e necessita de esforço planetário para coibir essa prática.

Nessa dinâmica, a exclusão social do pobre e do marginalizado leva ao crime muitas vezes sem volta e o Estado pode construir centenas de presídios que não vai resolver à problemática**.** É preciso dar educação e oportunidades aos homens, às mulheres e às crianças, caso contrário, o que se pode esperar dos marginalizados, além de uma fábrica de delinqüentes a serviço da organização criminal? Nesse sentido, o Brasil é um reflexo para o mundo com seus problemas sociais, todavia nele acontece, antes de qualquer país, a delinqüência e a criminalidade, pois forma um prenúncio do futuro para o mundo. O Brasil é o espelho dos problemas sociais para o mundo, aqui começa e depois acontece o efeito dominó para o planeta.

Não é possível tapar o sol com a peneira, é preciso agir e dar oportunidades aos atores sociais, isso sim coíbe o crime e a marginalização das pessoas, as cadeias são uma conseqüência da falta de oportunidades. Por outro lado, ao condenado deve ser reservado um local onde sirva para regenerar o homem e reintegrá-lo à sociedade, entretanto não é o que ocorre. Neste sentido, se faz necessário encaminhá-los ao trabalho para contribuírem com a sociedade, visto proporcionar um grande custo à nação porque, da forma como as penas são determinadas aos presos, passa ser um castigo à nação, por meio do alto custo financeiro e social e não servem para reabilitar ninguém. O custo mensal de cada interno da FEBEM em julho de 2005 foi de R$ 1.700,00.

Para Mészáros (2003, p. 109), “o século à frente deverá ser o século do socialismo ou barbárie”. Também é preciso entender que bandidos não servem de exemplo a ninguém, mas é necessário identificar todos os criminosos, independente da classe social a que pertença porque a cadeia deve ser para todos os delituosos, sem observar a sua classe, sua origem.

Assim, a pessoa que pratica algum delito e é condenada deve cumprir sua pena e, paralelo a ela, aprender uma profissão para quando retornar à sociedade

saiba fazer algo e não precise voltar a vida do crime, uma vez que se a vida o transformou em criminoso, na maioria das vezes, foi pelo fato de não ter oportunidade. Logo, a pena deve ser uma forma de reintegração social.

É preciso resolver o problema da insegurança e da impunidade, a fim de coibir o crime da elite política e econômica, também como das instâncias do Estado.

Através desses grupos, os quais representam as exceções e não a regra, é possível encontrar os principais criminosos, no entanto são os que sustentam a rede da contravenção. Contudo, faz-se necessário entender em primeiro lugar: a fome e a marginalização produzem a criminalidade em potencial, num segundo passo torna os excluídos possíveis criminosos, mas nos dois momentos são representados por grupos organizados em rede nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. Impactos das reformas do FMI e Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999. Trad. Marylene Pinto Michael.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. *O Brasil endividado*. Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu de Abromo, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia social crítica* – como prática de libertação. Porto Alegre: Pucrs, 2004.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado*. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu de Abromo, 2000.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI* – socialismo ou barbárie? Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*: diagnósticos e alternativas. 3 ed, São Paulo: Contexto, 1999.

CAPÍTULO II

Metodologias Formativas e Experiências de Processos Organizacionais e de Incubação

POR UMA PEDAGOGIA COLETIVA

Ilma Ferreira Machado

Um forte movimento de contraposição à lógica capitalista de produção e de relações sociais tem se constituído nos últimos anos. Movimentos sociais, entidades sindicais e instituições educacionais em meio à luta por melhores condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, travam debates no campo teórico-prático sobre as relações do tipo novo que precisam ser constituídas como forma de forjar, paulatinamente, uma sociedade solidária, igualitária e justa.

Muito embora se observe uma diversidade de valores e visões de mundo das entidades e instâncias que congregam esse movimento, talvez como marca de suas especificidades e características, é possível extrair alguns pensamentos comuns entre elas, tais como:

1. a necessidade de superação das relações de produção capitalista, que visa o acúmulo de capital à custa da exploração da força de trabalho, alienando o trabalhador do processo de produção e consumo da mercadoria produzida, submetendo-o à mera condição de "instrumento" de produção, numa relação coisificada que se estabelece através da mercadoria, ocultando as relações entre sujeitos e destes com o objeto de produção;
2. a necessidade de se alterar as relações de poder marcadas pela heteronomia e pelo autoritarismo, explícito ou implícito, que caracterizam a maioria das relações sociais, políticas e econômicas entre os sujeitos.

Diante de um contexto social tão adverso, parece insanidade falar de uma mudança dessa natureza. Se a chamada globalização, por um lado, opera no âmbito da transnacionalização informacional, cultural e econômica, por outro, condena à segregação e *apartheid* aqueles que não correspondem ao padrão universal, dentre estes, as pequenas economias e os movimentos e iniciativas localizados. A face democrática da globalização tem o seu reverso, que é o autoritarismo excludente e perpetuador das desigualdades sócio-econômicas e, em grande medida, da impessoalidade, do individualismo e da falta de sensibilidade ao outro transnacionalizado, magnetizado, coisificado. Por vezes, torna-se mais fácil confiar em alguém que nunca vimos e que está distante de nós, do que em nossos vizinhos de moradia, com quem mantemos pouca ou nenhuma relação social.

É nesse espaço contraditório que as pessoas se movem cotidianamente. E, é especificamente nesse espaço que se busca a construção de uma "nova ordem". Por isso, considero pertinente fazer essas ponderações iniciais antes de adentrar na discussão, propriamente dita, da pedagogia coletiva. Há que se registrar que os movimentos de resistência (se podemos chamar assim) têm se configurado historicamente em nosso país e em outros, conduzindo a rupturas, de maior ou menor dimensão, conforme o enfoque dado, porém, com significativo papel na evolução de nossa sociedade.

Quais Ideais de Formação?

Quais os mecanismos a serem utilizados para se produzir tão almejadas relações?

Não resta dúvida de que tal construção passa pela mudança de rumos nas propostas de formação dos sujeitos. Entendendo-se a formação como processo de desenvolvimento humano que se opera mediante a contínua intervenção e transformação da realidade pelos sujeitos que, ao fazê-lo, transformam a si mesmos (MARX, 2001), imprimindo mudanças de atitudes em sua vida cotidiana, na luta pela sobrevivência e pelo fortalecimento de seu grupo social.

Essa atividade transformadora ocorre pelo movimento dinâmico de ação-reflexão-ação, que é própria do ser humano, e cujo fundamento básico de humanização é o trabalho. É pelo trabalho que o homem e a mulher ascendem à sua condição de sujeitos pensantes e ativos com capacidade de impor uma finalidade à sua ação e de agir conscientemente (ANTUNES, 1999, LUKÁCS, 1981), impulsionados pela curiosidade cognoscitiva e pela necessidade de responder aos desafios de sobrevivência que vão se colocando à sua espécie.

Na tarefa de organização de seu modo de vida, seja pelo trabalho ou pelas relações sociais e interpessoais em sua vida cotidiana na família, na escola, na comunidade da qual fazem parte, o homem e a mulher vão descobrindo e apreendendo habilidades, acumulando experiências que expressam um modo de agir, de falar e de pensar. Em síntese, vão imprimindo finalidades à sua vida, formando-se, desenvolvendo-se moral, intelectual e socialmente como sujeitos. A finalidade é como uma lei que governa a ação dos homens, é uma forma de negar a realidade efetiva e de afirmar e traçar idealmente outra que ainda não existe, mas que deseja atingir (MARX apud VASQUES, 1977).

A formação do sujeito acontece em diversos espaços e contextos, que embora tenham conteúdos diferenciados, e por vezes, contraditórios, complementam-se. Na sociedade moderna, a escola tem a primazia do processo de formação das crianças e jovens no sentido da escolarização e instrução, ou melhor, de aquisição do conhecimento sistematizado e contato com o saber científico. E, logicamente, não deve se restringir a isso. Deve preocupar-se com a ampla formação do sujeito, extrapolando o simples domínio de habilidades de leitura e escrita. É necessário, pois, formar o sujeito integral, na perspectiva colocada por Pistrak (2002) e Marx (1978) em que a formação do "novo homem" subentende uma mudança de valores e hábitos, e a conformação uma identidade coletiva cunhada na dimensão cultural, dentro da qual a linguagem dos sujeitos é fator preponderante.

Pensar numa pedagogia coletiva significa compreender a educação como um ato de responsabilidade social, semelhante aos princípios da educação comunitária das populações primitivas, na qual a dimensão educativa e de cuidado da criança não é preocupação única e exclusiva dos pais, mas sim de todos os membros que constituem aquela comunidade. Certamente, os tempos são outros e as exigências do tipo de formação também. Por isso, é necessário demarcar o lugar de onde falamos. E esse lugar é território, portanto, não apenas espaço físico, mas, fundamentalmente, espaço histórico e político no qual se conforma um modo de vida e de produção sócio-econômica.

As concepções e práticas educativas de nossa sociedade contemporânea precisam ser revistas. Não podemos continuar a ver crianças e jovens excluídos e marginalizados, como se isso fosse um problema de suas famílias apenas, sob a alegação de que os nossos problemas já nos bastam, e que não devemos nos intrometer na vida alheia. Estar atento ao outro e se preocupar com ele não significa ter uma visão piegas sobre o assunto. O posicionamento diante de tão séria questão há

de ser político e ético, no sentido de resguardar a democracia e a igualdade de condições entre todos os sujeitos sociais, e não somente para aqueles que nos são mais caros e próximos, como nossos familiares, parentes e amigos. Em outras palavras: é necessário pensar a convivialidade social numa dimensão de humanidade, solidariedade e coletivismo.

Banalizados em discursos, muitas vezes, vazios, humanidade, solidariedade e coletivismo são termos que precisam ser recuperados e reafirmados em sua real concepção. Não podemos confundi-los com humanitarismo para efeitos de desencargo de consciência, conforme presenciamos em certos momentos de catástrofes e comoção nacional ou mundial, quando milhares de pessoas, geralmente orientadas pela mídia, fazem doações em dinheiro ou em espécie para as vítimas. Sem querer questionar a boa fé das pessoas que assim agem, é preciso ressaltar que esse gesto, embora seja importante, é limitado. Não é apenas de benevolência e caridade que nosso próximo precisa. O mundo precisa de nossa indignação, protesto e capacidade de reação às injustiças e aos atentados à dignidade humana e à vida.

Qual é, então, o sentido de coletivismo?

Coletivismo se opõe a individualismo. Esta é uma conclusão, de certa forma, óbvia, mas, numa perspectiva dialética, cabe analisar a relação de contradição e complementaridade que esses aspectos encerram. Coletivo não é simples agrupamento de pessoas com interesses momentâneos e fugazes. Conforme abordei em outra ocasião (MACHADO, 2004), coletivo é intersecção de sujeitos com base em interesses que lhes são comuns e que têm como fundamento a prática social. Ou seja, o coletivo não opera no vazio e nem com critérios aleatórios, mas procura traduzir as preocupações, aspirações e interesses de um grupo ou classe social, agindo no sentido de produzir as transformações que beneficiem a todo grupo. O coletivo contribui para a elevação do sujeito e da condição humana. Assim, é possível dizer que "... quanto mais amplo é o coletivo cujas perspectivas parecem ao homem suas perspectivas pessoais, tanto mais belo e elevado é o homem" (MAKARENKO, 1986, p.178) e tão mais forte é a noção de coletivismo, respeito ao próximo e solidariedade.

A complexidade das relações de caráter coletivo impõe a necessidade de pensá-las, articuladas com uma proposta de mudança da sociedade, ou seja, com um projeto histórico. É ele quem dará sustentação ao pensar e agir coletivo que, em estreita sintonia, constitui-se em práxis transformadora do contexto sócio-político-econômico e cultural. O desenvolvimento desse tipo de relações não tem uma finalidade em si mesmo. Se assim fosse, estaria condenado a perecer rapidamente, sucumbindo às pressões de ordem político-econômica e às antigas práticas individualistas e exploradoras, típicas da sociedade capitalista.

Conforme podemos ver em Pistrak (2002), Makarenko (1986) e Luedemann (2002), a sedimentação das relações coletivistas está imbricada na organização do trabalho produtivo para atender às necessidades do coletivo, o que significa conceber o trabalho como uma nova prática social em prol dos trabalhadores, dos movimentos sociais; uma prática de combate à exploração e de transformação humana e social.

A prática junto aos movimentos sociais como, por exemplo, o MST, tem evidenciado a necessidade imperiosa de se implementar as mudanças nos dois campos: das relações sociais e políticas e das relações de produção. Não há como

tratar separadamente essas questões, quando se pensa em transformações substanciais e radicais. Como, também, não é possível esperar que todas as condições estejam plenamente colocadas para que implementemos a transformação global. Esse processo é moroso, gradativo e conflituoso, feito de avanços e recuos, de risos e lágrimas, de aproximações e distanciamentos pessoais, teóricos e práticos, de espera, audácia e de muita aprendizagem e amadurecimento. Penso que não poderia ser diferente, haja vista que esse é um processo humano, vivencial e histórico, marcado, portanto, pelo movimento dinâmico entre os diversos fatores e campos de ação dos sujeitos.

A concretização de relações de natureza coletivista não se atinge com meras abstrações teóricas sobre coletivismo. É questão de vivência, de internalização de novos hábitos, valores e práticas. Como diria Pistrak (2002) "... devemos formar entre os jovens não somente a aptidão para este tipo de vida, mas também a necessidade de viver e trabalhar coletivamente na base da ajuda mútua, sem constrangimentos recíprocos" (p.54).

Dentre os elementos que consideramos indispensáveis à ação coletiva, podemos destacar:

1. a democratização das relações de poder, que passa pelo sistema de discussão e decisão colegiada - não basta criar conselhos e núcleos se as decisões são centralizadas ou se apenas uma pessoa decide tudo; por outro lado, democracia não significa cair no "basismo", que determina que tudo precisa passar pelo coletivo, emperrando um processo já demorado, por natureza. Cabe-nos encontrar senão o perfeito, pelo menos o desejável equilíbrio entre esses dois pontos.

2. a democratização e agilidade do sistema de comunicação - criar mecanismo de divulgação e circulação das informações, apoiando-se, inclusive, nas tecnologias disponíveis;

3. postura ética e transparente dos sujeitos - impõe aos membros de um coletivo, permanente "vigilância" entre dizer e fazer; através da crítica e autocrítica procura-se manter a coerência entre princípios e ações;

4. clareza quanto a natureza política das relações humanas - estas extrapolam o âmbito pessoal e afetivo, adquirindo uma dimensão político-antropológica ao se traduzirem em manifestação da forma de organização social na qual os sujeitos estão inseridos;

5. determinação e vontade política de lutar pela coesão grupal - entender que não existe harmonia perfeita quando se trata de relações humanas e políticas, o que significa que é preciso aprender a lidar com a diversidade, nos variados ângulos em que ela se coloca, e não desistir diante do primeiro impasse que surge.

Pedagogia Coletiva: dimensão metodológica

Na Pedagogia Coletiva a atividade pedagógica está centrada na educação da coletividade e não no indivíduo, pois é necessário romper com a antiga concepção de formação da personalidade. Isso implica em combater o individualismo mediante atividades práticas e vivenciais que levem à percepção do "nosso" no lugar do "meu" (LUEDEMANN, 2002).

A escola deve ser ambiente de trabalho e estudo, de atividades culturais e recreativas, de disciplina e responsabilidade. O currículo escolar como um instrumento de socialização cultural deve assegurar a articulação dos fatores intelectual, técnico, estético, indispensáveis aos propósitos de formação integral. Na dimensão estética se inclui o cultivo ao belo, a ludicidade e o prazer.

Ao se referir ao trabalho pedagógico desencadeado por Makarenko na Colônia Gorki, envolvendo meninos e meninas qualificados com "dificilmente reeducáveis", Luedemann (2002) relata a preocupação desse pedagogo com a questão estética: "Era preciso uma dose de disciplina, de compreensão, de vida coletiva, mas também de uma vivência cultural, estética, muito profunda, para que os educandos refizessem suas experiências de vida..." (2002, p. 130).

A proposta de Pedagogia Coletiva funda-se nos pressupostos da formação integral do sujeito que, ao trabalhar todas as dimensões do conhecimento e potencialidades do sujeito, busca superar tanto o academicismo, quanto o ativismo, o cientificismo, quanto o subjetivismo, procurando estabelecer uma relação de equilíbrio entre tais dimensões. O aspecto estético possibilita cultivar a sensibilidade e percepção, indispensáveis ao pleno desenvolvimento humano.

A disciplina é questão valiosíssima na construção de uma educação coletiva. Não deve ser interpretada como impedimento e inibição, como a disciplina do "não faça isso", "não faça aquilo". Deve ser entendida como a organização necessária para o desenvolvimento de determinada tarefa, envolvendo a auto-organização do sujeito em relação à higiene corporal e do material didático, e a organização e distribuição do tempo de trabalho pedagógico.

Para Pistrak (2002) disciplina só pode ser entendida em estreita articulação com a auto-organização das crianças e jovens em coletivos, que se constituem em espaços de livre manifestação de suas idéias, de exercício da crítica e da participação, e como mecanismo de construção da autonomia. E a autonomia é uma das questões centrais da prática coletiva, pois, vincula-se a uma perspectiva de liberdade, dignidade e felicidade humana, colocada pela possibilidade de livre escolha e tomada de decisão, de gerir suas vidas, e sua organização social, estabelecendo prioridades, metas e assumindo responsabilidades com sua concretização.

Para Makarenko, a disciplina é questão de posicionamento diante da realidade e das situações. Nesse sentido, tem caráter transformador: "...é uma disciplina que induz a vencer dificuldades, a disciplina da luta e do progresso, a disciplina da aspiração a algo, a luta por algo**..."** (MAKARENKO, 1986, p. 17, 18).

Não é possível tomar cada um destes fatores - disciplina, organização do ensino, relação professor-aluno - separadamente. A visão de conjunto sobre tais fatores conduz à clareza quanto à necessidade de uma nova organização do trabalho pedagógico que perspective a superação da divisão do trabalho e da ênfase no método individualizado:

> Evidentemente, essa nova forma pedagógica de agir exige que se privilegiem a contradição, a dúvida, o questionamento; que se valorizem a diversidade e a divergência; que se interroguem as certezas, e as incertezas, despojando os conteúdos de sua forma naturalizada, pronta, imutável... (GASPARIN, 2003, p.3).

A organização do trabalho pedagógico, explicitada no Projeto Político-Pedagógico da escola, deve assegurar que cada conteúdo seja "analisado, compreendido e apreendido dentro de uma totalidade dinâmica", o que implica a adoção de uma metodologia que tenha ressonância com esses princípios, que se consubstancia na metodologia dialética, que propõe "caminhar da realidade social para a especificidade da sala de aula, e desta para a totalidade social novamente" (GASPARIN, 2003) de forma transformada. Em outras palavras, o trabalho peda-

gógico não poderá prescindir da análise crítica da realidade atual, da interdisciplinaridade e da relação teoria-prática.

Por relação teoria e prática, estamos entendendo não a simples execução de atividades intelectuais e manuais, que acabam por manter a separação entre esses dois aspectos, ao conceber o teórico como o "usar a cabeça" e o prático com o "usar as mãos". Teoria é todo o conhecimento sistematizado que norteia a prática, nutrindo-se das relações e ações que nela se desdobram, desenvolve-se a partir e em relação com a prática. A prática é fundamentalmente a prática social, a realidade material e social, que deve ser pensada, desvelada e transformada. Na estreita articulação teoria-prática se constitui, portanto, a práxis pedagógica, como atividade transformadora. Consideramos, pois, a práxis como "atividade prática material, adequada a finalidades, que transforma o mundo - natural e humano..." (VASQUEZ, 1977, p. 204).

Como falamos de uma pedagogia com caráter coletivo e social, é fundamental colocar como um de seus princípios básicos a relação educação e trabalho como condição de efetivação de uma educação significativa e de elevado valor social, que se consubstancia na permanente e contínua articulação entre escola e comunidade/vida, tanto no campo, quanto na cidade. Os saberes, valores e identidades dos sujeitos singulares são pensados num plano coletivo, produzindo material que alimenta a atividade escolar, que não ocorre mais separadamente desse contexto, mas em relação biunívoca com ele, na tentativa de traduzir os reais interesses dos sujeitos que o integram.

O vínculo educação trabalho é mecanismo facilitador da relação teoria e prática suscitada pela problematização e vivência de situações do cotidiano social e produtivo. Essa questão só tem sentido se for colocada no bojo da discussão dos objetivos gerais da educação, que deve se dar no plano humano, cultural e científico, tendo por base o trabalho socialmente útil. Portanto, "...não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas de torná-los duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças" (PISTRAK, 2002, p.50).

Até quando continuaremos lamentando o distanciamento entre escola e vida das crianças e jovens e entre escola e família/comunidade - fato tão comumente observado e criticado no ensino público oficial?

Um fator importantíssimo para minimizar, senão superar, esse problema é investir na relação entre educação e trabalho: organizar o trabalho pedagógico de modo que essa questão seja orientadora das atividades educativas desencadeadas pela escola. Se as relações sociais e produtivas são definidoras da atuação dos sujeitos na sociedade, cujos reflexos se fazem sentir na escola, é necessário transformá-las em objeto de reflexão e estudo, explorando suas determinações internas e suas contradições. Experiências como a do MST, por exemplo, têm mostrado que isso não é algo que se constrói da noite para o dia. Pelo contrário, é um processo complexo, caracterizado por aproximações sucessivas que demandam um contínuo ato de desconstrução de antigas concepções e práticas pedagógicas.

Certamente, não bastam os dois princípios enumerados acima, para que consideremos instaurada a Pedagogia Coletiva. A gestão democrática da escola e a permanente avaliação de todo o processo pedagógico são, também, princípios básicos dessa Pedagogia. Significa que devemos agir com os sujeitos, e não sobre eles, considerando seus interesses, respeitando e valorizando sua identidade social e seu território.

> ...Ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade. Para garantir a identidade territorial, a autonomia e organização política, é preciso pensar a realidade desde seu território, de sua comunidade, de seu município, de seu país, do mundo. Não se pensa o próprio território a partir do território do outro. Isso é uma alienação (FERNANDES; MOLINA in MOLINA; JESUS, 2004, p. 60).

A construção de relações coletivas é um desafio permanente. É sonho, ideal a ser concretizado e uma tarefa política que não pode ser negligenciada por todos aqueles que aspiram a transformação social. Os primeiros acordes já se fazem ouvir aqui e acolá. Agora é preciso entoar o canto geral, pois a "música" não pode parar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentido do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

FERNANDES e MOLINA. In Molina e Jesus. *Por uma educação do campo*, 2004.

GASPARIN, João Luis. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2003.

LUEDEMANN, Cecilia da S. *Anton Makarenko vida e obra* - a pedagogia na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

LUKÁCS, George. *O trabalho* - por uma ontologia do ser social. (tradução de Ivo Tonet) Universidade Federal de Alagoas, 1981.

MACHADO, Ilma F. Educação Solidária e Formação Omnilateral 2004. In ZART, Laudemir. (Org). *Educação e sócio-economia solidária* - paradigmas de conhecimento e sociedade, Vol. I, Cáceres: Editora da Unemat, 2004.

MAKARENKO, Anton S. *Poema pedagógico*. Vol III. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Problemas da educação escolar*. Edições Progresso, Moscovo: Rússia, 1986.

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

VASQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da Práxis*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIMENSÕES FORMATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS RELATIVAS AO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

Laudemir Luiz Zart

Em momentos e espaços sociais diversos, tivemos, como pesquisador, interações com grupos sociais distintos que objetivavam a discussão para a criação e desenvolvimento de cooperativas organizadas e fundamentadas no campo educacional e econômico da solidariedade e da cooperação. Nas experiências vividas, tivemos a possibilidade de observar e problematizar as concepções e as competências dos grupos sociais para a institucionalização e a prática social do cooperativismo. Estão implicadas nesta situação tanto as compreensões filosóficas do sentido da cooperação e da solidariedade, quanto os desvios históricos das concepções e das práticas sociais relativas aos fundamentos éticos, cognitivos e organizacionais da perspectiva solidária. Não podem ser esquecidas as competências políticas e técnicas necessárias para a promoção participativa e criativa da cooperatividade solidária.

Neste sentido, apresentamos reflexões que apontam trajetórias para a geração de competências individuais e coletivas para o desenvolvimento do cooperativismo solidário. Competências, como designa Perrenoud (2000, p. 15), constituem-se na "capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações", resultantes de dimensões formativas diversas, de saberes e de técnicas que devem capacitar e envolver profissionais com visões múltiplas e com práticas voltadas para a resolução de problemas. Compreendemos por dimensões formativas, campos de conhecimentos e de saberes que agregam e configuram conceitos que traduzem práticas sociais concretizadoras tanto de relações de sociedade quanto epistemológicas, fundamentadas no princípio da solidariedade. A solidariedade assentada em eticidades e culturalidades profundas, inauguradoras de uma antropologia de respeito à alteridade, de consideração cuidadosa com a natureza, de troca de saberes e de experiências que elevam a humanidade. Ou ainda, como demonstra Sequeiros (2000), a solidariedade implica uma educação para a sensibilização é um verdadeiro movimento que gesta uma contracultura. A solidariedade como "adesão permanente à causa do outro" (p.17).

Indicamos inicialmente que o cooperativismo solidário é uma construção, na perspectiva da trajetória histórica, de aprendizagens e reaprendizagens de conhecimentos e de práticas sociais que desconstroem a ideologia da competitividade e da concorrência, para o fazimento de relações sociais orientadas pelo espírito da solidariedade e da cooperação. O cooperativismo solidário é, nesse sentido, um movimento que se opõe à coisificação e à alienação humana. O mercado não passará de um instrumento, distintamente do entendimento dado pela teoria liberal burguesa que o coloca como um fim, como um organismo vivo que é independente da sociedade e das individualidades. No cooperativismo solidário se afirma a capacidade de auto-gestão de empreendedores críticos, criativos e propositivos, gestando a "consciência organizativa" (MORAIS, 2002). Empreendedores que tomam decisões coletivamente, que participam e tem iniciativas para superar as condições de miséria, de exclusão social e de destruição do ambiente natural e cultural.

Como referencial teórico-metodológico e seguindo a orientação conceitual de Guareschi (1992), há a interpretação sociológica histórico-crítica que concebe a prática social contextualizada na sociedade contemporânea cuja formação social é a cultura e o imaginário constituído a partir da estrutura social configurada na base desigual das classes sociais. Evidencia o autor que a estrutura social de classes gesta atitudes e *habitus* que têm correlação, no dizer de Bourdieu (1996), com as "estruturas estruturadas". Numa perspectiva dialética, não podemos permanecer no momento do estruturado, faz-se mister avançar, como o autor indica, para o tempo e o espaço das "estruturas estruturantes". Esse processo requer uma leitura da dinâmica da historicidade, portanto, da presença dos agentes e das práticas sociais. A postura metodológica adotada exige a compreensão dos contextos na sua complexidade. A praxiologia proporciona a base interpretativa e de ação que evidencia os caminhos a serem abertos no constante caminhar.

Nesse sentido, o cooperativismo solidário representa a possibilidade da praxiologia e da invenção de projetos econômicos, sociais, pedagógicos, ecológicos etc. para romper com os padrões de conhecimentos, de valores e de práticas hegemônicas na sociedade capitalista globalizada. É uma iniciativa que não é predominante no campo da macro-estrutura. Constitui-se, antes, uma proposição que tem como espaço de realização a micro-organização, o lugar onde está a possibilidade de concretização de ações, de iniciativas e de projetos que promovam a intervenção social, econômica, política e epistemológica para a inclusão social e ambiental. Evidenciamos que o espaço da micro-organização, não é um espaço menor, mas aquele que se contrapõe aos conglomerados das empresas transnacionais, gerando um processo de contra-hegemonia.

A compreensão adotada, na perspectiva da crítica de Chesnais (1997) é que o modo de produção capitalista dominante e globalizado, caracteriza-se pela intensa acumulação de capitais, pela automação dos processos de trabalho, pelo desemprego estrutural, pela especulação financeira, pelas altas taxas reais de juros nos países em desenvolvimento, pela centralização do poder nos oito países mais ricos, pela alta velocidade da renovação e inovação tecnológica, pela superexploração da força de trabalho, pela exacerbação da lei de livre mercado, pela supervalorização do ideal da competitividade, da concorrência e do individualismo. Essas características não são a exaustão do modo sócio-econômico dominante, indicam sim signos que forjam ações e concepções que configuram a humanidade. Essas formas de ser e de agir são dominantes, portanto, não únicas. Essa compreensão filosófica possibilita a interpretação de processos que configuram modelos sociais alternativos.

Marcaremos claramente nossa posição, visto que não acreditamos na neutralidade científica e política. Temos um pressuposto, como afirma Guareschi (1992), "pensamos sempre numa perspectiva de mudança" (p. 22). Entendemos que o modelo do capitalismo, como configuração sócio-econômica e cultural, em seu atual estágio de desenvolvimento, tem gerado centenas de milhões de miseráveis que sofrem da fome, da seca, da falta de moradia, da falta de terra. São analfabetos, desempregados, flagelados, sofrem da violência, da guerra, do tráfico e das doenças. Esses mesmos e muitos outros sofrem pela ausência da utopia, do sonho, da perspectiva de um futuro que possa ser vivido com alegria. As esperanças tornaram-se fórmulas para lunáticos, homens e mulheres que não percebem a rudeza do cotidiano vivido como os pragmatistas e utilitaristas tentam impingir. Há

uma "angústia vivida pelas grandes massas, praticamente no mundo todo, [que] vem da constatação da classe operária, da juventude e as massas oprimidas, da degradação acelerada das suas condições de existência" (CHESNAIS, 1997, p. 07).

Não obstante, vivemos comandados por um modelo de crescimento econômico destruidor dos recursos e do patrimônio natural. Os rios estão sendo assoreados, as florestas destruídas, os animais e peixes caçados e pescados de forma predatória, os solos acabados pela erosão, a biodiversidade se tornando sinônimo de passado. Na agricultura, a lei de mercado impõe o superuso de agrotóxicos e a mecanização desenfreada. A indústria madeireira, limitando-se a usar o mínimo a matéria-prima, causa grandes impactos ambientais e sociais. Somos uma grande fábrica demolidora de possibilidades.

No entanto, se permanecermos com nossa atenção ligada exclusivamente às características dominantes, não conseguiremos modificar a nossa ótica e sequer a nossa ética, pois como afirma Boff (2003), "toda ética [nova] nasce de uma nova ótica" (p. 17). Sem essa perspectiva de mundo, ficaremos presos a uma cegueira intelectual e social, aplaudindo a estupidez humana que repete os preceitos filosóficos e éticos dominantes, sem pelos menos saber que assim está procedendo. Mas conveniamos, se pensarmos limitados ao modelo econômico, societal e epistemológico dominante não encontraremos repostas para os problemas enfrentados pela humanidade. Para tanto, somos obrigados a fugir da formalidade hoje dominante e desenvolver uma lógica que engloba elementos diferenciadores. Podemos destacar que há a perspectiva da cooperação entre povos que não representa os procedimentos do mercado capitalista. A sociedade e a cidadania planetária, no sentido mais profundo trabalhado por Gutiérrez e Prado (2000), é um projeto de humanidade que se dedica a promover o intercâmbio, o encontro, a promoção de culturas, de organizações produtivas, de trocas comerciais entre grupos sociais e povos sem promover a destruição dos ambientes biofísicos e socioculturais. A humanidade, no movimento da planetariedade está construindo um novo *ethos* mundial, conforme evidencia Boff (2003). O *ethos* mundial é uma concepção e prática social de mundo que tem na alteridade, na diversidade, no compartilhar a centralidade de um projeto para a humanidade.

Para não ficarmos na cegueira, destacamos que há na atualidade o desenvolvimento de um paradigma de organização da sociedade, que se embasa na valorização do trabalho criativo e emancipador, direcionado para a efetivação do humanismo social, no sentido afirmado por Arruda (2003, p. 19), é preciso "humanizar o infra-humano". Esse modelo, denominado de sócio-economia solidária tem como propósito o desenvolvimento de alternativas de formação integral voltada para o bem-viver das classes populares marginalizadas pelo modelo econômico e cultural dominante. Aqui podemos demonstrar a relevância social da solidariedade e da cooperação. Têm esses princípios a finalidade de gestação, a divulgação, a aplicação e a avaliação de práticas sociais que produzem alternativas de trabalho e de renda para os excluídos. Basta lembrar que o Brasil possui 55 milhões de homens e de mulheres vivendo abaixo da linha de pobreza, portanto vivem com menos de U$ 1 por dia. Vivemos um processo de desaparecimento dos postos de trabalho. O que farão os trabalhadores? Afirmamos, há a necessidade de uma co-responsabilização social das instituições e dos movimentos sociais para a gestação e desenvolvimento de projetos alternativos. Esse processo, ao contrário do postulado pelo darwinismo social, tem como pressuposto que o "*homo* é um ser coope-

rativo, solidário e amoroso por história evolutiva, e que sua missão neste III milênio que inicia é resgatar estas qualidades com intenção e vontade e encarná-las concretamente nas suas relações socioeconômicas, políticas, culturais e interpessoais" (ARRUDA, 2003, p. 84).

Adiciona-se a essa preocupação a necessidade de formação de sujeitos cognoscentes críticos e criativos que possam imaginar e organizar empresas sociais, mobilizar recursos, tecnologias, mercados para o desenvolvimento de uma economia que se embasa na cooperação e estruture uma sociedade solidária e sustentável. Para tal finalidade, deve-se incumbir a universidade com seus grupos de pesquisadores a desenvolver, como afirma Morin (2001) a "pertinência do conhecimento" (p.35). Interpretamos que o conhecimento pertinente deve ser produzido com os grupos sociais populares, produzindo respostas concretas para as problemáticas vivenciadas e que configuram, no mesmo movimento de construção, uma nova racionalidade.

Compreendemos por grupos sociais populares todos os que vivem do resultado do seu trabalho. Incluímos os jovens que estão à margem do mercado de trabalho ou que almejam construir relações de trabalho que não os submetem às leis capitalistas de produção. Pensamos nos homens e mulheres desempregados/as que necessitam de condições para a objetivação dos seus sonhos e para responder às suas necessidades. Inclinamo-nos fortemente para as crianças que têm direito de não legar um mundo sem esperanças e sem condições de viver. Estabelecemos relações de solidariedade sincrônica e diacrônica entre as gerações, pensamos o presente e o futuro. Para tanto, haveremos de considerar como ponto de partida e para o horizonte transformador as "orientações socioculturais" dos grupos e dos indivíduos, isto é, "os conhecimentos, as concepções, os valores, as atitudes, as tendências que grupos sociais possuem, criam e recriam a partir das experiências e visões de mundo que desenvolvem nas práticas cotidianas" (ZART, 2004, p. 33).

O caminhar reflexivo adotado até aqui, leva-nos a entender que há a necessidade de mudarmos a economia, que temos de promover uma radical mutação na ética, na estrutura e nas relações sociais. O contexto do humanismo liberal promoveu e legou o individualismo e a competição. Promoveu a defesa do direito da propriedade privada dos meios de produção, acima do direito à vida. Desenvolveu o domínio do homem sobre a natureza e sobre os outros homens. A educação e a sócio-economia solidária requerem o desenvolvimento do humanismo social que se assenta em uma eticidade que possui como centralidade a vida, a mutualidade, a cooperação e a sustentabilidade. O humanismo social expõe como idéia fundamental o respeito aos seres humanos e a relação destes para com todas as formas de vida. Há uma valoração ética que combate a corrupção, o medo, a mediocridade e busca na ousadia a participação e o movimento mobilizado e organizado para a transformação social.

Este pensar nos leva para uma nova política. Uma política que seja pública e esteja voltada para o desenvolvimento de programas que correspondam às demandas sociais. Ao afirmarmos o conceito de demanda social, propomos como pressuposto uma sociedade organizada, que tenha uma participação efetiva, que traduza suas necessidades em projetos. Essa política supõe a superação dos assistencialismos escravagistas, requer atitudes ousadas, exigentes, que provocam a emancipação dos seres humanos. Por isso, a política necessita ser contextualizada,

localizada em espaços sociais que dirão o que necessita ser realizado. Portanto, demanda-se por um desenvolvimento endógeno, não fechado, mas aberto para intercâmbios.

Queremos ainda destacar a relevância epistemológica da sócio-economia solidária. Esta requer uma nova ciência, uma nova filosofia. Vamos afirmar que a filosofia iluminista e moderna supervalorizam a razão, destacou e hierarquizou os conhecimentos e colocou no topo da pirâmide a ciência. Dicotomizou o mundo, tudo o que é científico é racional, todo o restante faz parte da irracionalidade. O pensamento crítico e complexo, na perspectiva de Morin (2002) propõe a "democracia cognitiva", compreendendo que a ciência não é senão uma das maneiras metodológicas de interpretar o mundo. Apesar de possuir repostas, a ciência não é exclusiva na explicação dos fenômenos que envolvem os seres humanos. Inferimos que o senso comum traz perguntas e respostas que precisam ser consideradas. Nesse sentido, em vez da velha dicotomia, criam-se fluxos de intercâmbio entre a ciência e o senso comum. Além da razão, há a valoração de fontes de intelectualidade como a emoção e a sensibilidade, isto é, o ser humano é considerado um ser complexo, que não cabe mais nos parâmetros da ciência moderna.

Vale indicar que necessitamos de novas tecnologias e outras dinâmicas sociais. Não suporta um projeto social alternativo, a tecnocracia, a centralização e o controle de informações, a autocracia. A sócio-economia solidária, que é a base de fundamentação do cooperativismo solidário, exige dinâmicas grupais participativas, uma educação que desenvolve os saberes populares. Nessas exposições se encontra a fortaleza de um projeto que propõe a formação de uma intelectualidade e de um pensamento gerador de competências para o desenvolvimento de representações e de práticas solidárias e sustentáveis.

Para explicar de forma mais consistente a nossa proposição das múltiplas dimensões formativas para a construção do cooperativismo solidário, evidenciamos uma diversidade de competências necessárias para alcançarmos uma formação integral do ser humano. Vale dizer, para o propósito de saberes que sejam conscientizadores. Dessa forma, indicamos, não tendo como objetivo a exaustão das necessárias competências, a trajetória epistemológica que inicia com a concepção filosófica do cooperativismo, perpassando pela história, pela ética, pela sociologia, psicologia, economia, educação popular, metodologias investigativas, o direito e a didática cooperativa. Apresentaremos uma descrição refletiva de cada dimensão formativa, objetivando ilustrar possibilidades e não o encerramento do debate.

A maneira de exposição que faremos demonstra a direção dos objetivos que necessitam ser construídos, isto é, apresentar prospectivamente idéias, métodos e projetos para a construção e a consolidação da sociedade solidária e sustentável através do cooperativismo solidário. Em cada dimensão formativa, para sermos coerentes com a dialética histórica e a teoria da complexidade, que fundamentam a nossa proposição, havemos de apresentar e discutir os pontos de contradição ao afirmado. Nesse sentido, ao nos referirmos à solidariedade, devemos ter clareza que a nossa sociedade globalizada é predominantemente competitiva. Ao nos referirmos aos processos grupais e às dinâmicas coletivas, necessitamos ter evidenciado que a nossa cultura ocidental é extremamente individualista. Essa leitura faz-se mister para não realizarmos interpretações e encaminhamentos ingênuos em relação às ações sociais a serem definidas e defendidas e enfim encaminhadas e executadas.

Para uma reflexão que é ao mesmo tempo introdutória, no sentido que ela inicia, mas também aprofunda, apresentamos a filosofia cooperativa. O Iluminismo desenvolveu um pensar filosófico, que em seu tempo de fundação, tornou-se um pensamento que revolucionou a história das idéias. Contrapôs ao absolutismo, ao estadismo monárquico, aos poderes ilimitados da igreja, a defesa dos limites dos poderes, o estado de direito, o direito à propriedade e a lei que defende o indivíduo. Em relação ao conhecimento que provém da revelação, da doutrina, das verdades eternas, por isso inquestionáveis, expôs a defesa das verdades verificáveis, experimentáveis, repetíveis da razão das ciências empíricas. O iluminismo fundamentou um pensamento que centrou no homem a capacidade de gerenciamento da natureza, da sociedade, do próprio homem. A inteligência humana tornou-se a juíza que pode analisar e julgar as coisas, a moral e a conduta em sociedade. Assim, fundou-se o Estado que se consolida na proposição coletiva ou, mais especificamente, na sociedade contratual, tão defendida por Rousseau (1995).

O Iluminismo trouxe com extraordinária lucidez a defesa da razão como força de evidenciação terrena para a libertação da humanidade das trevas, dos mitos, das crenças. A razão, a grande conduta para a liberdade - o maior projeto da humanidade. Mas o Iluminismo, como toda forma de pensamento, está ligado a uma classe social, e, portanto não é neutro, mas ideológico. O Iluminismo é a forma de pensar o mundo da classe burguesa. Enquanto tal a pretensão do universalismo, que é defendido, é de fato a estensão da ideologia da classe dominante para as demais classes, assim Marx já explicou. Essa relação gera a alienação e, por conseguinte, a dominação. O estado de direito reduz-se ao princípio fundamental da defesa intransigente da propriedade dos meios de produção, em detrimento da plenificação da vida.

O controle privado da propriedade, associado ao controle do Estado, proporcionou poderes à classe burguesa de organizar leis, procedimentos coercitivos, ideológicos para a condução das relações de trabalho e de capital que privilégios com toda força o capital. Como tal, já demonstrou a escola de Frankfurt, a modernidade tornou-se um projeto inconcluso. A razão que deveria ser emancipatória tornou-se a razão instrumental, isto é, voltada para a utilidade do trabalho produtivo. Nasce, dessa forma de pensar, o tecnicismo tão presente e dominante na sociedade brasileira. Reduzimos nossas formas de pensar à busca da capacidade operatória e não conseguimos emplacar o desenvolvimento de um pensamento pertinente, capaz de explicar e compreender os contextos históricos vividos.

A razão instrumental orienta para as utilidades do mercado, para as demandas do capital. Numa pseudoneutralidade, considera que a eficiência e a eficácia da formação humana se reduz ao ato de saber fazer. Os sinais mais visíveis dessa conduta são a eliminação das ciências humanas e das práticas educacionais reflexivas dos ambientes escolares. Por que compreender o mundo? O que importa é fazer. Essa filosofia, que podemos denominar de pragmatista e utilitarista, é o pensar que domina as relações pedagógicas e políticas.

Temos, então, para promover uma educação crítica e emancipatória, superar a razão instrumental e desenvolver uma filosofia dialógica. A dialogicidade, que tem em Freire o grande expoente, representa a competência de uma educação e de um pensamento que se concentra nas contradições sociais dos contextos complexos da sociedade contemporânea para promover a humanização da humanidade.

A ação dialógica é a pedagogia que produz um conhecimento enraizado em espaços geográficos, simbólicos, de poder para, com a radicalização, universilizar-se. A radicalidade da educação dialógica é a expressão da historicidade do pensamento e da ação dos seres humanos. É a construção de um processo educacional politizador e conscientizador que localiza os sujeitos sociais e cognoscentes na sua cultura, nas estruturas de poder político e econômico, nas ciências e na tecnologia. Este se localizar não tem como propósito a fixidez do homem e da mulher ao seu meio, mas, ao contrário, é o lançar para frente, para fora, para poder construir relações humanas autônomas, de liberdade autêntica, que eleva a natureza humana acima das relações coisificantes vividas nas estruturas sociais atuais.

Para a concretização de tal fundamento, a filosofia não pode separar a teoria da prática. A divisão social do trabalho tornou-se, na história da humanidade, não uma simples técnica de eficiência no trabalho, mas uma forma de poder, de controle de grupos sociais que pensam para outros que executam. A filosofia da práxis, no ensinar de Gramsci (1984), é uma construção superadora da dicotomia teoria-prática. A práxis é o encontro, o entrelaçamento entre o agir e a reflexão que gera uma ação pensada. Na práxis, os homens e as mulheres históricos têm a condição de compreensão crítica das forças sociais que constituem os contextos. A compreensão ao ser crítica, significa não um conhecimento desinteressado, mas um processo sócio-educativo inserido e problematizador.

A problematização é uma metodologia que tem como propósito a leitura das contradições e, a partir desta, realizar a interpretação não somente dos contextos existentes, mas fundamentalmente projetar contextos futuros, representativos das possibilidades, portanto, da criatividade, da inventabilidade e da imaginação humana. Essa filosofia é conscientizadora e para tal terá de apreender a totalidade da realidade. Portanto, a superação do pensamento reducionista, separador e isolador é um imperativo para a efetivação do pensamento relacional.

A totalidade é uma categoria filosófica que não se prende na exclusividade das partes, mas é, antes de tudo, um processo que relaciona as partes e as percebe inter-relacionadas e interdependentes. A totalidade nos leva a compreender a complexidade dos fenômenos, da existência humana, relacionada com os meios como a natureza, a cultura, a política e a economia. A existencialidade nos leva a pensar o cotidiano dos homens e mulheres como seres dominados e explorados, manipulados por forças heteronômicas. O cotidiano é a configuração do histórico, portanto também a expressão do universal. Nessa direção, a filosofia é compreendida como um pensamento complexo e aberto que apreende o existente e desenvolve a possibilidade, portanto é um pensamento dialeticamente radical e utópico.

Essa filosofia nos leva ainda para a concepção de Habermas (1989), para a filosofia da ação comunicativa que demonstra que a intersubjetividade levará ao discurso, este como dizer do fazer, da justiça social, isto é, a superação da razão instrumental para a concretização da emancipação da humanidade.

Após a reflexão filosófica, propomos a dimensão formativa expressa na história do cooperativismo. Vislumbramos nos assentar primeiro no pensamento dos socialistas utópicos e suas teses para uma construção de uma sociedade solidária. Para os utópicos havia a possibilidade de se construir a sociedade solidária com base nas relações de cooperação entre os trabalhadores. Nesse sentido, em vez de superdimensionar a exploração da força de trabalho, os socialistas utópicos possuem como fundamental a defesa de uma sociedade em que o capital e o traba-

lho possuem relações complementares. Assim elaboraram propostas como as organizações comunitárias, os falanstérios, de Charles Fourier, a república cooperativa, defendida por Charles Gide, as cooperativas de trabalho propostas por Ferdinand Lasalle, das comunidades felizes, propostas por Robert Owen (TEIXEIRA, 2002).

Complementar a essas teorias e práticas, aparece na história do movimento cooperativo a experiência dos pioneiros de Rochdale que, em 1844, implantaram e definiram um conjunto de princípios que orientaram homens e mulheres na constituição de empresas sociais cooperativas. Implica em afirmar que a cooperativa é uma ação, um pensar que desenvolve valores e práticas que implicam em leituras éticas, democráticas, livres, participativas e solidárias tanto na empresa social como na constituição da sociedade. Valores como a transparência, a honestidade, a mutualidade, as responsabilidades devem ser cultivadas e socializadas (RECH, 2000).

No Brasil, a partir dos anos 60, com a implantação do regime militar, com a concepção das políticas de exceção e das práticas econômicas voltadas para o progressismo e para a modernização tanto do meio rural quanto do urbano, o sistema cooperativo serviu de base para a introdução das políticas agrícolas que levaram para o campo o pacote chamado "Revolução Verde". Seguia no pacote as sementes híbridas, os insumos, os pesticidas, os herbicidas, fungicidas, os adubos químicos os implementos agrícolas, os tratores, as ceifas, a assistência técnica e os créditos financeiros bancários. Para atender a essa demanda e consolidar o modo de produção capitalista, as cooperativas assumiram uma configuração política, econômica e administrativa que se voltava para o crescimento e a acumulação do capital no meio rural, e, por conseguinte, no espaço urbano que instala as indústrias de máquinas e implementos agrícolas, que industrializa a produção agrícola. Esse cooperativismo fora denominado de empresarial, visto que desperta os princípios fundamentais do movimento cooperativista e se centra em administrações centralizadas que fazem os negócios da empresa cooperativa, cresce cada vez mais, à margem da ausência e participação autêntica dos associados.

Para romper com essa prática cooperativa, hegemônica no Brasil, nasce e se desenvolve o cooperativismo solidário. Para evidenciar este pensamento, faz-se mister voltar os olhos para a leitura de mundo dos primeiros pensadores socialistas, mas também para a crítica desenvolvida posteriormente pelo socialismo científico de Marx e Engels que evidenciaram com maior clareza as contradições sociais. O cooperativismo solidário é um processo de retomada de valores presentes nos pioneiros quanto a democracia, a participação, a auto-gestão, a autonomia, mas avança na compreensão da estruturas sociais contraditórias e propõe ações históricas e cotidianas para efetivar formações sociais solidárias.

Na dimensão formativa da ética solidária, propomos a discussão do multiculturalismo crítico enquanto abordagem que traduz a ética universal do encontro e a afirmação da alteridade. Esta construção não poderá deixar de evidenciar o caminho inverso que a humanidade produziu e vive intensamente nos dias atuais que são as guerras contra povos, a limpeza étnica, os massacres e os terrorismos de estado e de grupos fundamentalistas que promovem o estranhamento e o ódio. Há também a necessidade de evidenciar a historicidade dos conflitos ocorridos na América Latina que realizaram o genocídio dos povos indígenas e concretizaram a dominação e escravização dos negros, que desprezaram imigrantes europeus trabalhadores.

A ética solidária se embasa na concepção de uma práxis emancipatória que

busca a construção de valores e de atitudes que promovem a destruição dos ambientes naturais e culturais, e que definem como valores superiores a competição e a concorrência. Nessa direção, há de se fundamentar uma ética que estabeleça uma visão de mundo que possibilita a solidariedade tanto sincrônica com as gerações presentes, quanto diacrônica com as gerações futuras.

Queremos enfatizar que uma ética solidária deve ser capaz de promover o encontro entre os diferentes povos e grupos sociais, gestando redes de colaboração solidária, que são metodologias de troca de experiências, de saberes e de conquistas. Associamos aos fundamentos da ética solidária, o desenvolvimento de relações políticas comprometidas com a arte do público, com as coisas públicas, com a sabedoria do público que promove a liberdade, mas uma liberdade politizada, vale dizer, que assume responsabilidades de construção do coletivo.

A sociologia da solidariedade é uma dimensão formativa que traz como referencial o contexto sociocultural, os espaços simbólicos e empíricos que possibilitam, ampliam ou retraem o exercício da cidadania. Para tanto, e para a concretização da sociedade solidária, há de se desenvolver a concepção e a prática da democracia popular. Esta é um referencial para o exercício do poder compartilhado nos espaços organizacionais comandados por grupos sociais populares. A democracia popular representa a análise das concepções de poder existentes nos diversos grupos sociais e o exercício prospectivo de superação das práticas dominadoras para o poder exercido de forma participativa.

Para tanto, o estudo sociológico das relações sociais concentra-se nas competências mobilizadoras e as capacidades organizadoras participativas, investigando as situações que são limitadoras da participação, quanto a cultura e as práticas sociais que se embasam em procedimentos políticos e pedagógicos paternalistas e patrimonialistas. Enquanto o processo de contradição, os processos participativos simbolizam a construção de competências político-pedagógicas para a configuração de práticas e de conhecimentos que objetivam as idéias da sociedade solidária e sustentável. Avaliamos que esses pressupostos princípios e métodos sociais serão objetivados a partir de uma sociologia que busca a interpretação das estruturas, das organizações e das relações vividas e radicadas nas experiências cotidiano-históricas dos grupos sociais populares. Essas experiências não devem ser simplesmente reproduzidas, mas, com uma metodologia e um referencial teórico-crítico, reconstitui as concepções e as ações que se figuram como práticas alienadas, dominadas, exploradas, para gestar processos de autonomia, de criticidade, de criatividade, da liberdade politizada e, por isso, emancipadora.

Com essa abordagem, propomos o desenvolvimento da dimensão formativa dos conhecimentos psicológicos que tenha uma leitura interacional, isto é, que forja a interpretação da relação e da interdependência dos processos construídos entre a subjetividade e a objetividade. Compreendemos que o indivíduo é um sujeito social que se constrói na interação com os outros indivíduos e em conformidade com os processos sócio-históricos. A conformidade não é um procedimento determinista, que eliminaria a liberdade e a criatividade do indivíduo, mas os contextos formados e formadores das linguagens, das simbologias, das tendências dos sujeitos sociais. As condições sociais possibilitam os sujeitos a desenvolverem ações e reflexões para as transformações das estruturas, das relações e das organizações sociais. Mudando-se os contextos, isto é, a objetividade, ocorre uma mutação da subjetividade. Essa relação visualiza uma relação dialética entre a objetividade e a subjetividade e constituem-se em conjunto.

Trazemos o processo formativo em seguida para o campo da economia. Não queremos repetir os preceitos e as leis das teorias liberais de funcionamento dos mercados, da administração, do controle, do planejamento, da distribuição e do consumo. Embora a evidenciação dessas abordagens sejam importantes, elas não se constituem na questão central do nosso percurso. Enfatizamos metodologias que constituem competências para a geração de trabalho e de renda, para a sustentabilidade e o desenvolvimento, para a organização e gestão coletiva de produção, para o consumo responsável e solidário.

Esses pressupostos são orientadores para a sócio-economia solidária. Em vez de termos a preocupação de como organizar a empresa capitalista com os princípios da competitividade e da concorrência, propomos o desenvolvimento teórico e metodológico da empresa social que se assenta em princípios éticos solidários, da cooperação, da mutualidade, da autogestão. Para tanto, faz-se mister ter clareza quanto aos conceitos e as práticas dominantes na sociedade que tem como modo de produção dominante as relações de trabalho e de capital capitalista. Observamos que a nossa proposição é a invenção de cenários que objetivam valores e práticas contra-hegemônicas, a expressão de uma contra-cultura.

A sócio-economia Solidária e o desenvolvimento sustentável são concretizáveis somente com a realização de uma gestão participativa. A sociedade solidária tem como orientação ética fundamental à inclusão social. Nessa direção, compreendemos que a participação é uma força política e pedagógica de interação dos indivíduos e dos grupos sociais construtores dos ambientes solidários e cooperativos. Lançamos como desafio a não dicotomização entre o coletivo e o indivíduo como ocorreu no chamado socialismo real que era extremamente coletivista e nem sequer como o realizado pelo capitalismo globalizado que tem como fundamento extremo o individualismo. Portanto, o desafio está na capacidade de percebermos a integração complementar entre a individualidade e as estruturas sócio-econômicas, culturais e epistemológicas.

É importante que compreendamos que a participação não poderá se constituir numa atitude de dação, mas, ao contrário, é exigência que esta se caracterize como um processo de conquista para que tenha sentido para os grupos sociais. Temos, ainda, como finalidade, a desconstrução de práticas políticas como o patrimonialismo, o paternalismo e o assistencialismo que geram comportamentos de espera, de dependência e de passividade. Por outro lado, as organizações e as mobilizações sociais que se enquadram na sócio-economia solidária são exigentes de atitudes políticas comprometidas, ativas, autônomas, criativas.

Não pensamos que seja realizável tal projeto societal e epistemológico sem uma reeducação dos indivíduos e dos grupos sociais. Para a perspectiva da sociedade solidária encontramos na educação popular fundamentos teóricos e cognitivos que possibilitam o desenvolvimento da cultura e das representações sociais populares. O conceito popular, que se localiza no "campo democrático popular" (PALUDO, 2001), tem, para nós, o referencial que se opõe à burguesia como classe social dominante. Distintamente do conceito de massa social, que carrega a conotação de alienação, de deformidade, de manipulação, o popular é a metodologia, a teoria e a prática social crítica e transformadora porque ela permite ao homem e à mulher dominada e explorada perceber-se enquanto tal.

Compreendemos mais, o campo democrático popular é a expressão da capacidade imaginativa de construir alternativas, portanto ela se constitui numa ca-

pacidade mobilizadora de recursos materiais e inteligências para promover processos emancipadores. Essa relação acontece tanto na política, na educação, na economia, tanto na ética como em outros campos. Compreendemos o popular não como uma configuração simples e menor, mas como uma construção complexa que envolve diversas dimensões que se inter-relacionam, formando uma rede de significados e significações.

A educação popular é para nós uma concepção teórica e metodológica que engloba uma teoria e uma prática que é, ao mesmo tempo, dialética e dialógica. Dialética porque incorpora e desenvolve as contradições sociais, portanto tem uma perspectiva de transformação social superadora das exclusões sociais. Dialógica porque se assenta numa perspectiva de construção do conhecimento para o desenvolvimento de práticas e concepções sociais e cognitivas relacionais de sujeitos que em ações conjuntas e autônomas constroem a leitura de mundo e as ações transformadoras.

Para podermos organizar as instituições sociais necessárias para a realização da sócio-economia solidária propomos o estudo do direito, da legislação e do sistema cooperativo. Avaliamos que essa dimensão formativa é importante para promover a competência da efetividade do exercício para a consolidação de empresas sociais que representam os passos, ou os meios, para a realização dos objetivos da sociedade solidária. Representa ainda uma capacidade de crítica em relação aos regimes jurídicos e legais que orientam as ações cooperativas nas sociedades capitalistas, mas que também devem demonstrar processos e movimentos sociais que estão construindo metodologias e práticas sociais que configuram uma sociedade alternativa às relações dominantes.

A próxima competência que defendemos é a aprendizagem de metodologias de investigação participante. Propomos um caminhar nesta reflexão que realiza uma crítica as diversas abordagens científicas quanto o positivismo, a fenomenologia, a dialética e a complexidade. Centramo-nos, para corresponder com os nossos objetivos nas abordagens metodológicas da pesquisa participante e da pesquisa-ação que não excluem as anteriores, mas se fundamentam naquelas, principalmente na fenomenologia, na dialética e na teoria da complexidade.

Enfatizamos que compreendemos a pesquisa como um fundamento pedagógico que tem, portanto, uma finalidade educacional muito forte. Os participantes dos processos societários e epistemológicos solidários devem ter sempre posturas epistemológicas curiosas para descrever e compreender os sentidos e a historicidade dos acontecimentos, das concepções, das opções que fazem e constituem a si próprios e as relações que estabelecem nos grupos sociais e com/na sociedade.

A dimensão formativa que denominamos de didática cooperativa terá como finalidade a promoção de competências para o desenvolvimento de trabalhos cooperativos, em grupos de trabalhos, de planejamento, de educação, de avaliação e de pesquisa. Enfatizamos que a cooperação requer dinâmicas grupais que inter-relacionam vontades, visões de mundo, de indivíduos heterogêneos e expressam a configuração de uma sociedade diversa em termos culturais, lingüísticos, religiosos.

Com a Didática Cooperativa, objetivamos construir uma pedagogia (técnicas e métodos) que possibilitam a participação propositiva, a gestão de espaços públicos, a inter-relação e a interação de sujeitos sociais e cognitivos capazes de desenvolver projetos que expressam a ideologia e a filosofia da sociedade solidária.

Nesse sentido, há de se entender que a didática, da forma como a propusemos, inclui o planejamento participativo, a execução coletiva e a auto-avaliação. É um aprendizado que se direciona para a auto-gestão. Nesta, o grupo faz o exercício da autonomia, da co-responsabilidade, da alteridade. Constrói referenciais de prospecção e de análise constante da conjuntura de mercado, da política, das inter-relações, da subjetividade e da objetividade que constituem os complexos contextos que configuram as relações sociais em determinadas territorialidades.

Por fim, tentamos sistematizar concepções que possam engendrar processos de organização social e de aprendizagens de conhecimentos e de saberes que constituam práticas sociais superadoras da ideologia e das simbologias da sociedade competitiva, excludente e empobrecedora tanto do ser humano, quanto da natureza. A solidariedade, será, nestes termos, uma aprendizagem que será apreendida na práxis pedagógica, econômica, ética, epistemológica. Esta não se dará de forma espontânea e momentânea. Será resultante de um processo longo, conflitante, persistente, mobilizado e organizado por grupos sociais diversos, que se inter-relacionam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Marcos. *Humanizar o Infra-humano:* a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOFF, Leonardo. *Ethos Mundial:* um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CHESNAIS, François. O Capitalismo de Fim de Século. In. COGGIOLA, Osvaldo. *Globalização e Socialismo.* São Paulo: Xamã, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Sociologia da Prática Social.* Petrópolis: Vozes, 1992.

GUTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e Cidadania Planetária.* Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo.* Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História.* Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

MORAIS, Clodomir Santos de. *Teoria da Organização Autogestionária*. Porto Velho: Edufro,2002.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.* Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNESCO, 2001.

PALUDO, Conceição. *Educação Popular em Busca de Alternativas:* uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PERRENOUD, Philippe. *Dez Novas Competências para Ensinar.* Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000

SEQUEIROS, Leandro. *Educar para a Solidariedade:* projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos*: os precursores do pensamento social de nossa época. São Paulo: Record, 2002.

ZART, Laudemir Luiz. *Educação Ambiental Crítica:* o encontro dialético da realidade vivida e da utopia imaginada. Cáceres/MT: Unemat Editora, 2004.

PROCESSOS GRUPAIS: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS DOS MORADORES DA GLEBA TRIÂNGULO

Wilson Luconi Jr.
Sandro Sguarezi

Introdução

O presente capítulo é o resultado parcial do desenvolvimento de um projeto de monografia da pós-graduação – *lato sensu* – em Gestão de Pessoas, da UNEMAT, *Campus* Universitário de Tangará da Serra-MT, e que no momento está em fase de pesquisa de campo.

O objetivo geral do trabalho é detectar as relações de cooperação existentes na comunidade rural da Gleba Triângulo. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e participante. Para alcançar esse objetivo as ferramentas metodológicas que estão sendo utilizadas são: a observação, depoimentos espontâneos colhidos em reuniões coletivas e entrevistas não estruturadas com os moradores. Além disso, pretende-se utilizar um recorte do questionário que será realizado pelo GAFA – Grupo de Pesquisa Gestão de Agroecologia e Agricultura familiar, desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa Organização Rural Familiar da Gleba Triângulo, em que um dos objetivos é realizar diagnóstico, sócio-econômico-ambiental naquela comunidade.

A utilização desse ferramental metodológico se justifica devido à necessidade de conhecer o processo histórico da comunidade partindo do individual para o coletivo, levando em consideração a expectativa do grupo com relação aos movimentos de cooperação. E, com base nesse diálogo intersubjetivo, compreender a importância da valorização da identidade dos sujeitos e do coletivo desses sujeitos. E, ainda, nesse processo de construção de aprendizagem, encontrar novas formas de relacionamento entre o grupo, na perspectiva da cooperação e da solidariedade. Os resultados dos dados coletados preliminarmente mostram "que a desunião [...] o individualismo [...] a desilusão [...] a falta de liderança [...] os fracassos das experiências de associações e cooperativas" são as principais causas da falta de motivação para os trabalhos em grupo na comunidade.

Contexto Histórico

A área de assentamento da atual comunidade da Gleba Triângulo era uma fazenda particular que, em 1987, foi arrendada para aproximadamente 300 famílias, que derrubaram a mata e implantaram cultivos de feijão e milho. Esse sistema, muito comum nos processos de expansão da fronteira agrícola, implicava no uso da terra pelos arrendatários por um período determinado, após o qual entregavam a área para o dono implantar pastagens. Acontece que no caso da Fazenda Triângulo, os arrendatários, após 3 anos de cultivo da área, verificando o bom nível de fertilidade do solo, se recusaram a abandonar a área. Para o presidente da Associação 29 de Novembro dos Produtores Unidos da Gleba Triângulo, Sr. Clodoaldo Andrade da Silva, "...no terceiro ano o pessoal achou melhor alongar o contrato de arrendamento. Era um desperdício aquela terra boa virar pasto, empregava muita gente e a pressão foi muito grande".

No início da década de 90, portanto, esses arrendatários, com o auxílio de alguns políticos locais, reivindicaram ao ITEMAT (Instituto de Terras do Mato Grosso) e ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a posse de tais terras. Como eram terras de boa fertilidade, e a titulação do pretenso proprietário não estava totalmente regular, os arrendatários conseguiram afirmar a sua posse sobre a área, não sem antes enfrentar um embate com o suposto proprietário da fazenda. Esse conflito foi bastante intenso, havendo até operações de semeadura aérea de gramíneas nas áreas que estavam sendo cultivadas pelos ocupantes.

Se por um lado esse processo conflituoso fez com que esses agricultores tivessem, após o conflito, acesso a terra, por outro lado, dada a forma de ocupação altamente irregular quanto à distribuição dos lotes entre os arrendatários, essa posse até hoje não foi definida como um assentamento nos moldes convencionais do INCRA em função de terem diferentes tamanhos. Ainda assim, esses agricultores têm acesso aos programas de fomento à agricultura familiar, como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por exemplo, porém encontram dificuldades para aderirem a outras modalidades de financiamentos.

Esse processo de ocupação da área gerou, por algum tempo, uma relativa afluência econômica para os moradores, gerando ocupação e renda para as famílias da comunidade. Porém, com o passar do tempo, os agricultores começaram a encontrar dificuldades na produção agrícola, gerando um processo de estagnação e paralisação da produção agrícola, no caso o cultivo do feijão.

Um processo intenso de venda de lotes foi desencadeado ao mesmo tempo em que se intensificava a necessidade de vender a mão-de-obra em outras propriedades agrícolas, em especial no corte da cana-de-açúcar. Os empreendimentos Fazenda Carrefour e a Tectona Agroflorestal acabaram sendo a alternativa de renda de muitas famílias que ali vivem.

A comunidade hoje se encontra com aproximadamente 220 famílias, que trabalham a terra para sua subsistência através do trabalho familiar e em específico da mulher, enquanto o homem tem prestado serviços aos empreendimentos já citados

Processo Grupal

As pessoas por vezes se associam, reúnem-se afim de alcançar objetivo comum. Ao traçarem seus objetivos existem entre elas uma interação ao definirem objetivos e construírem meios para atingí-los, pois, nesse momento, constroem regras, rotinas e procedimentos em determinados contextos, e de acordo com Sato (1999):

> (...) o contexto terá duas ordens de realidade: de um lado pelo fato de as pessoas terem suas histórias de vida, suas expectativas e visões de mundo e também suas necessidades particulares de sobrevivência; de outro, esse contexto também é conformado pelos recursos de que se dispõe, pela tecnologia que se domina, pela realidade de mercado e pela racionalidade econômica que vigoram como parâmetros para as relações nessa sociedade (p. 02).

Partindo desse pressuposto, será possível entender os movimentos sociais a partir de suas mudanças e situações problemas, considerando que não há um melhor jeito de fazê-lo. A comunidade será então movida por estas duas ordens: uma pessoal e outra coletiva, "com isso, temos um processo social que por pautar-se pela contradição, pela complexidade de interesses, das situações e das pessoas, é ambíguo" (SATO, 1999, p. 02).

Ao falar sobre grupo, abra-se um leque de inúmeras variáveis e correntes, e quando se pensa em aconselhamento aplicado a grupo, a diversidade de temas continua. Assim sendo, fez-se necessário buscar conceitos teóricos de uma corrente, nossa escolha foi voltada para o movimento institucionalista. Para tanto, estaremos aliando a experiência com nosso estágio com grupo a autores como Baremblitt (1994), Lapassade (1983), Sartre (1943).

Segundo Lapassade (1983), existe uma interdependência entre conceitos de grupo, de organização e de instituição, conforme descrevemos a seguir.

O 1º nível é do grupo, é o nível base, ou seja, o escritório, a sala de aula. Neste nível já existe a instituição, que é formada por normas, horários, estatutos, e se nota que na base da sociedade as relações humanas são regidas por instituições, e nestes o poder do estado está presente, embora encoberto, e neste nível base cabe ainda situar a família.

O 2º nível é o da organização, é onde se situa as fábricas, universidades e estabelecimentos administrativos. Aqui existe a ligação entre a sociedade civil e o Estado. Nota-se que tem uma burocracia do que no primeiro

O 3º é o nível da instituição, o conceito da instituição para Lapassade é mais habitual e voltado mais para seu significado político e jurídico e não muito amplo. Este nível é do estado que rege a conduta dos outros dois grupos.

> Na sociedade que ainda é nossa, o que institui está do lado do estado, no topo do sistema. A base ao contrário, instituída pela cúpula com exceção das revoluções. Quando se suspende a repressão da cúpula sobre a base, a capacidade instituidora desperta nas unidades base. Liberta-se a palavra social. Inventam-se em todo lugar novas instituições que já não são ou não são, ainda, dominantes, marcadas pelo domínio do estado (LAPASSADE in BAREMBLITT et al, 1982, p. 109).

De acordo com esta citação, percebe-se que a instituição ultrapassa a dinâmica de grupo como forma de intervenção. Ainda de acordo com Lapassade, não devemos perceber apenas o que é visível nos grupos, mas sim a dimensão oculta, chamada institucional. A instituição está presente nas relações menos significativas, mas não nos é dado consciência disso.

Para Sartre (in BAREMBLITT et al , 1982) a gênese ideal dos grupos constitui-se em oposição à serialidade, ou seja, a classificação coletiva. O grupo se opõe à serialidade e isso é notado quando a necessidade individual é sentida como necessidade comum, compondo uma totalização, e são estes dois pólos que mantêm a tensão no grupo: a serialização e a totalização. Essa tensão é o motor da dialética nos grupos, pois demonstra uma volta sempre possível à serialização: Quando o grupo não tem mais objetivo, acaba-se e volta-se à serialização. A fim de evitar isso, cada um tenta controlar a liberdade do outro, assim como fazem com a dele.

De acordo com Magalhães (in BAREMBLITT 1982), contra a dissolução na série o grupo institui-se o terror, que se opondo ao grupo-vivo, fazendo uma passagem da organização para a instituição. A prática que existia no grupo torna-se em instituição no dia em que o grupo é impotente para mudá-la. Nessa instituição parecem as tarefas e funções cristalizadas em obrigações, o consenso do grupo torna-se desnecessário, perdendo assim sua vida e voltando à seriação. Com isso, percebe-se que Lapassade deseja uma revolução permanente um movimento de contínua criação.

Nessa visão, Lapassade propõe algumas técnicas para uma via de análise:

> O uso das técnicas bioenergéticas e do potencial humano;
> Uma duração breve;
> O papel do analista como provocador de um processo que deve ser tomado pelos atores institucionais;
> Provocar o grupo a falar e atuar;
> Atingindo as relações sociais de classe (1983, p. 109).

Percebemos que algumas colocações de Lapassade, ainda que válidas, podem ser alvo de críticas, já que ele propõe a destruição das instituições dominantes. Outro item que nos chama a atenção é que sua revolução é pela libertação do corpo, consideramos que suas reflexões são de grande utilidade, mas na hora de propor técnicas para mudanças deixa a desejar.

Para concluir gostaríamos de colocar os dois objetivos básicos do institucionalismo segundo Baremblitt:

> Auto-análise: comunidades com protagonistas de seus problemas de suas necessidades e demandas, podem enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de suas vidas, não precisa vir um especialista de fora e lhes informar o que necessitam; e o segundo refere-se à Auto-gestão, que consiste na articulação da comunidade, sua organização para construir dispositivos necessários para produzir ou para conseguir recursos de que precisa para uma melhora de vida (1994, p. 18)

Atualmente, na Gleba Triângulo, a UNEMAT, através do projeto de pesquisa do GAFA, tem desenvolvido atividades nessa comunidade em diferentes aspectos, sendo que o principal objetivo, neste momento, é fazer um diagnóstico, social, ambiental e econômico da comunidade, o texto tem um olhar específico para as relações de grupos estabelecidas na comunidade.

Através das observações e de entrevistas com alguns moradores, foi verificado qual seria a demanda para o desenvolvido de atividades de grupo, como associação e cooperativas, pois entendemos que “o ser humano só pode ser compreendido a partir de si mesmo [...], é o melhor interprete de suas emoções, de sua realidade obstruída”. (ERTHAL, 1989, p.73). Percebeu-se, através desse contato, que os moradores encontram-se desanimados e desiludidos com relação a trabalhos em cooperativas, pois relataram algumas tentativas em que não os tiveram sucesso.

Quando iniciamos o levantamento da demanda, foi possível perceber o quanto os moradores sentem-se desmotivados com relação a iniciativas de associativismo ou cooperativismo, como percebemos nessa fala *sic* "hii toda vez que cria-se associação é isso que acontece, só um trabalha e o resto fica parado" ou "já tivemos algumas tentativas de associação, mais nenhuma deu certo".

De acordo com essas vivências que os moradores expuseram, os obstáculos e conflitos vão tornando-se desafios a superar quando há tentativa de levar o grupo a discutir e refletir sobre suas necessidades (auto-análise).

Entendemos que, segundo Baremblit (1992) não existem necessidades básicas "naturais"; não existem demandas "espontâneas", assim a necessidade é produzida, e quem produz essa demanda é o próprio especialista que diz o que o coletivo necessita, o que querem e como querem, "então os coletivos têm perdido, têm alienado o saber acerca de sua própria vida, de suas demandas, de suas limitações e das causas que determinam estas necessidades e estas limitações" (p. 16)

A fim de tentar compreender melhor o grupo, através de uma visão em que o homem é protagonista de sua história, e pode pensar em recursos para melhorar sua condição, será necessário dar ao grupo o que ele esperava, ou seja, aplicar técnicas "a priori", falar algum tema como um especialista, para, aos poucos, levalos a pensar e a refletir, valorizando o conhecimento que já possuem.

Diante disso, pensamos em desenvolver algo que gerasse uma reflexão sobre o que são e como vivenciam aquilo que são. Aplicaremos técnicas de dinâmica de grupos nos encontros como uma maneira de levar o grupo a refletir sobre si.

As técnicas que temos pensado em desenvolver inicialmente é conhecida como "quem é você". Num primeiro momento todos pensam em seus atributos, como por exemplo: "sou agricultor"; "sou pai de 5 filhos"; "sou casada com o José"; mas o que pretendemos demonstrar é que todos tem essas funções em comum, mas cada qual vivencia aquilo que é, Erthal (1989), explicita muito bem sobre estes aspectos e os nomeia Eu-Atributo e Eu-Processo.

> O Eu-Processo é este agente que designa os processos psicológicos – pensar, sentir, agir, etc – que o indivíduo experimenta num dado momento (o vir-a-ser). É o seu eu em desenvolvimento constante. O Eu-atributo proporciona apenas o sentimento da identidade, mas, é através do Eu-Processo que ela realmente se expressa (ERTHAL, 1989, p. 58).

De acordo com esses conceitos, percebemos que a "identidade de alguém é expressa pelas suas ações" (Ibidem), pois através de sua conduta, podemos notar como ele percebe sua realidade.

"Nem todas as experiências são focos de percepção onde figuram outras de importância maior, nem tudo aquilo que experencio está sempre iluminado pela consciência, apesar da consciência estar sempre atuando." (Ibidem, p. 109). Para a autora, a experiência pode ou não estar presente na consciência, tudo depende da intenção. Assim, isso pode nos remeter as palavras de Sartre que diz: "Para quem pratica a má-fé, trata-se de mascarar uma verdade desagradável ou apresentar como um erro agradável [...] na má-fé, eu escondo a verdade de mim mesmo" (1943, p.94), ou seja, usamos a má-fé para não captar a consciência de determinado fenômeno, que nos é desagradável, isso demonstra que a pessoa é cons-

ciente de sua atitude, o indivíduo sabe da verdade que tenta esconder. Sartre (1943) destaca a diferença entre mentira e má-fé. Na primeira, há um envolvimento do outro, do qual tento esconder uma verdade; na segunda, escondo a verdade de mim mesmo.

Erthal (1989) destaca ainda que existe "[...] a má-fé naqueles que a princípio estariam agindo de boa-fé [...] um indivíduo pode variar entre momentos de cinismo e momentos de boa-fé, mas principalmente a má-fé é um estilo de vida escolhido por alguém" (p. 112).

Entendemos que existe uma intenção e um projeto para a má-fé, que é utilizada como um manobra para escapar à sua liberdade e responsabilidade Cientes disto aplicaremos uma técnica chamada "as máscaras". Que após a leitura de um texto, irá ser discutido sobre o uso das máscaras, numa tentativa de tornar as pessoas do grupo mais conscientes de suas atitudes, estimulando as consciências reflexivas e irreflexiva, que de acordo com Erthal, (1994) a consciência pré-flexiva, é uma consciência vaga "é uma espécie de determinação espontânea de nosso ser. É uma consciência que ultrapassa a si mesma para atingir o objeto e se esgota nessa mesma posição". (p. 25). Já a consciência reflexiva, é o conhecimento da consciência de algo.

Com o intuito de os trabalhadores assumirem e tomarem consciência de suas atitudes e atos, aplicaremos a técnica "eu tenho; eu quero" com o objetivo de verificar a discrepância entre o eu ideal e o eu real, e levar o grupo a discutir problemas que, de acordo com Scheefer (1993), "nesta etapa ocorrem liberação de cargas emocionais (catarse), obtenção de *insights* e elaboração de planos positivos de conduta [...]" (p. 103). Para aproveitarmos esse momento, utilizaremos uma técnica para liberarem sentimento, e aguardar que, no decorrer das atividades o grupo possa ir apresentando sua demanda, suas necessidades.

Cientes das questões levantadas pelo grupo, proporemos técnicas que venham ao encontro das demandas apresentadas e que para o último encontro preparamos uma técnica conhecida como "círculo mágico", afim de sensibilizar o grupo para um trabalho cooperativo e através de um feedback verbal encerar o trabalho com esse grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994.

CAMON, W.A.A. *Psicoterapia Existencial.* São Paulo: Pioneira, 1993.

ERTHAL, Tereza Cristina Saldanha**.** *Terapia Vivencial* – Uma Abordagem Existencial em Psicoterapia. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Treinamento em Psicoterapia Existencial*. Petrópolis: Vozes,1994

KIRBY, Andy. *150 Jogos de Treinamento.* São Paulo: T & D Editora, 1995.

LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução: Vergílio Ferreira. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.

_____. *O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução: Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1943.

SCHEEFFER, Ruth. *Aconselhamento Psicológico.* São Paulo: Atlas, 1993.

STEVENS, O. J. *Tornar-se Presente:* Experimentos de crescimento em gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1973.

A EXPERIÊNCIA DA ADS – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO E SEU PAPEL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Maria Eunice Dias Wolf

Contexto político

A Década de 1980 caracterizou-se por um período de ascensão da luta política dos trabalhadores e por conquistas de bandeiras históricas, tais como a anistia, o fim da ditadura, as eleições diretas, o pluralismo partidário, os conselhos tripartites das políticas públicas de saúde, de trabalho etc. O Congresso constituinte cuja nova Constituição consolidou e avançou em alguns direitos trabalhistas como, por exemplo, a redução de jornada, o direito a férias, carteira assinada, auxílio previdenciário, auxílio natalidade e aposentadoria para empregada doméstica, a aposentadoria rural para homens e mulheres, aumento da licença maternidade, a licença paternidade, o acréscimo de 1/3 do salário quando das férias etc.

Essa luta político-sócio-cultural construiu e consolidou organizações nacionais e representativas dos trabalhadores, entre elas a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Movimento dos Sem Terra - MST, a Central de Movimentos Populares - CMP e fomentou o surgimento de novos partidos políticos.

A estratégia política era da luta de resistência contra a ditadura e pela democracia, cuja unidade de ação entre os movimentos sociais foi a amálgama desse movimento e momento histórico que quase levou um representante do campo democrático e popular ao Governo nas eleições de 1989.

Ao contrário do período anterior, a década de 90 foi marcada pela hegemonia do ideário neoliberal, cujos sustentáculos estão na visão de estado mínimo – redução das políticas e serviços públicos, com as privatizações e PDVs; na abertura de mercado – com o ingresso de transnacionais e mercadorias competindo desigual e deslealmente com as empresas e produtos nacionais que resultou no fechamento ou redução de trabalhadores de inúmeras empresas; ataque ferrenho à organização sindical e aos direitos trabalhistas: cassação de dirigentes sindicais via justa causa, inquéritos administrativos, interditos proibitórios, intervenção nos sindicatos através de suspensão do repasse das mensalidades dos sindicalizados ou bloqueio das contas bancárias, arquivamento de dissídios coletivos sem julgamento, demissões em massa, flexibilizações e precarizações nas relações de trabalho, foram alguns desses ataques.

Esse período foi marcado pela crise dos referenciais teóricos, principalmente em função da queda do socialismo no leste europeu; pela crise do movimento sindical em função da demissão de no mínimo um terço dos trabalhadores de carteira assinada ou funcionários públicos; pela redução do número de mobilizações e greves; pela pulverização de vários movimentos; pelo surgimento de novos movimentos, nem sempre nacionais e nem necessariamente com o mesmo ideário que mobilizou milhões na década anterior.

Enfim, caracterizou-se pela divergência de estratégia política e falta de unidade de ação entre os movimentos sociais que vieram a retomar conjuntamente a luta de massa a partir de 1997.

Esse quadro exigiu da CUT uma avaliação profunda a respeito de seu papel junto à classe trabalhadora e à sociedade. Foi necessário reconstruir sua estraté-

gia política. Não bastava fazer mobilizações de massa, posicionando-se contra ou a favor das políticas de governo, era necessário ter uma ação mais propositiva, que articulasse elaboração de propostas e atendesse aos interesses dos trabalhadores, participação, negociação e disputas nos espaços tripartites do aparelho do estado e mobilização de massa que disputasse a hegemonia na sociedade e junto aos trabalhadores.

Por isso, a estratégia da CUT para o período foi o da resistência propositiva e disputa de hegemonia, apresentando proposta e mobilizando os trabalhadores pela reforma de previdência, pela educação pública e gratuita para todos, pela implantação do Sistema Único de Saúde - SUS, contra a flexibilização e retirada de direitos, por trabalho, terra e cidadania.

A CONSTITUIÇÃO DA ADS - entre outras inúmeras iniciativas da CUT a Agência do Desenvolvimento Solidário, em 1999, foi concebida em parceria com o DIEESE, UNITRABALHO e FASE.Posteriormente, em 2001, foi alterada a estrutura da Agência, cuja coordenação nacional passou a ser representada por quatro dirigentes indicados pela CUT e dois representantes dos empreendimentos, com coordenações estaduais com dois representantes das CUTs nos estados e dois representantes dos empreendimentos, com um conselho consultivo constituído pelo DIEESE, FASE, CÁRITAS e UNITRABALHO e com um conselho fiscal indicado pelo Congresso Nacional da CUT.

Essa deliberação buscou reafirmar o compromisso e caráter classista da CUT porque se propôs organizar, através das entidades sindicais, os desempregados, os excluídos, os informais, os inativos sob a perspectiva de geração de trabalho e renda e inseridos num projeto de desenvolvimento solidário sustentável através da ADS.

A MISSÃO DA ADS é promover a constituição, o fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda através da organização econômica, social e política dos trabalhadores inseridos num processo de desenvolvimento sustentável e solidário.

A VISÃO que norteia essa missão é de que a ADS buscará contribuir para a construção de uma sociedade democrática, organizada de forma solidária e participativa, voltada para satisfazer as condições de vida, considerando seus aspectos sociais, ambientais, políticos, sindicais, culturais e econômicos.

AS AÇÕES da ADS serão para fomentar os valores de solidariedade na sociedade; facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e a formação profissional voltada para a ampliação da autonomia e da capacidade de gestão; construir novos conhecimentos no campo da economia solidária e realizar estudos que orientem na definição de estratégias e políticas públicas; apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários; organizar redes de economia solidária, articuladas as estratégias de desenvolvimento sustentável; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas e mercado; proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias; promover atividades coerentes com os princípios do desenvolvimento sustentável e incentivar organizações de representação dos empreendimentos solidários e autogestionários em âmbito local, regional, estadual e nacional.

O PAPEL da ADS é contribuir para que os trabalhadores reconheçam-se como capazes de serem gestores de empreendimentos autogestionários; propiciar o acesso e se apropriem do conhecimento sistematizado e das tecnologias existentes nas Universidades, nas Escolas Técnicas, no Sistema ¨S¨ e construídos pela

humanidade; contribuir para que esse trabalhadores desenvolvam a crítica consistente e o questionamento ao conhecimento científico e, principalmente, que tenham a capacidade de reelaborar e de reconstruir instrumentos e espaços de gestão em seus empreendimentos, que garantam a democracia, o igualitarismo, a auto-gestão, a solidariedade, a distribuição eqüitativa dos resultados, um profundo compromisso com a preservação de meio ambiente, da biodiversidade, da cultura de cada comunidade; que se empoderem política e economicamente na sociedade e busquem construí-la com igualdade, solidariedade e justiça.

A ESTRATÉGIA DE AÇÃO DA ADS é de:

- **Constituição de Complexos Cooperativos** que, em síntese, é um conjunto de empreendimentos com afinidade setorial e territorial, que se articulam e se organizam em rede, solidarizando-se entre si, na perspectiva de, coletivamente, construírem alternativas de superação de problemas e dificuldades e, juntamente com outros atores sociais, intervirem no desenvolvimento local e na luta por políticas públicas para a economia solidária;

- **Intervenção na Comunidade** que se caracteriza pela integração entre os empreendimentos solidários e os moradores das comunidades locais que somam esforços e intervêm coletivamente na busca do desenvolvimento sustentável e solidário, impulsionando processos de elaboração, deliberação, execução e avaliação das políticas de desenvolvimento, que atenda as demandas da comunidade, que potencialize as vocações e recursos locais, buscando a sustentabilidade virtuosa e endógena, propiciando a mobilização por políticas públicas e sua efetividade na ponta quando conquistadas, constituindo grupos de gestão locais e fóruns de controle social;

- **Consolidação da UNISOL** – Central de Empreendimentos Solidários de Produção e Serviços e **da ECOSOL** – Central de Cooperativas de Crédito Solidário, como representantes políticos dos empreendimentos de produção, serviços e crédito;

- **Organização Sindical dos Trabalhadores Autogestionários na CUT** – como a CUT nasceu com a vocação de representar o conjunto da classe trabalhadora, empregados, desempregados, autônomos, informais, ativos e inativos, também deseja representar os trabalhadores, quando trabalhador e não como empreendedores, por isso tem a perspectiva de sindicalizá-lo junto aos seus sindicatos ou em ramo próprio;

- **Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, na perspectiva de, com vários outros atores sociais que atuam nesse segmento, ter unidade de ação que venha a se materializar na construção de um política pública para economia solidária em todos os níveis, articulada em um Sistema Nacional de Emprego, Trabalho e Renda.

- **O PLANO DE TRABALHO** da ADS para o período de 2005 a 2007 é de articular processos de desenvolvimento solidário a partir da geração de trabalho e renda em 19 estados, envolvendo cerca de 25.000 trabalhadores diretamente, constituindo pelo menos 50 complexos cooperativos e impulsionar três áreas estratégicas: energia – através do biodiesel no Norte e Nordeste; alimentar – através da cadeia produtiva da apicultura no Nordeste e química – através da produção do NIN pela agricultura familiar e reciclagem de resíduos do petróleo, no Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUT - Política Nacional de Formação: história, princípios, concepções e organização nacional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação da CUT, 1999.

_____. 9.Plenária Nacional da CUT. Resoluções,1999.

_____. 6. Congresso Nacional da CUT. Resoluções, 2000

_____. 7. Congresso Nacional da CUT. Resoluções, 2003.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego* - diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____.*Uma Utopia Militante* - repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____ .*Economia Solidária*. São Paulo: Contexto, 2001.

MANCE, E. A. *A Revolução das Redes*: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes,1999.

A INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS-SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVEIS, E, A EDUCAÇÃO E SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA NA INCUBADORA DA UNEMAT

Clovis Vailant
Dilma Lourença da Costa
Rogério de Oliveira Costa

A equipe da Incubadora de Empreendimentos Solidários e Sustentáveis da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, *Campus* de Cáceres, que retomou os trabalhos em dezembro de 2003, realizou, em janeiro de 2005, uma avaliação do processo de incubação desenvolvido a partir da metodologia apresentada pela coordenação do grupo de trabalho de Economia Solidária da Rede UNITRABALHO. Desta reflexão resultou uma nova apresentação, com acréscimos, da metodologia. Esta nova sistematização e compreensão, derivadas, sobretudo, do acúmulo de debates sobre a polissemia conceitual da Economia Solidária e da opção pela definição "Sócio-Economia Solidária" e, ainda, antecedida pelo conceito "Educação" que, no contexto que utilizamos, está referenciado na proposta de Educação Popular de Paulo Freire.

A partir daí reafirmamos nossa atuação a partir da reflexão de Zart, 2004, p. 174:

> A classe trabalhadora, organizada e em movimento, representa o sujeito coletivo de invenção de configurações sociais que superam o privatismo e a exclusão social. Esta perspectiva, no entanto, não poderá ser compreendida a partir de visões políticas e filosóficas ingênuas, que obscurantizam os fenômenos psicossociológicos da alienação, das ideologias dominantes das classes dominantes, que estão impregnadas nas representações e nas atitudes das classes dominadas. Como Marx já explicitou, é-nos necessário a evidenciação dos fenômenos sócio-hitóricos que fundamentam os processos sociais e que alicerçam as formações sociais de todos os tempos históricos. A razão crítica terá a capacidade de dialetizar os processos se houver a clarificação dos mecanismos de dominação e, por outro, os meios e os princípios de libertação, que somente poderá ocorrer em espaços sociais abertos, dialógicos, portanto políticos, e afirmativamente públicos.

E, então, concluímos que a Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, além de uma ação de inclusão econômica, é um processo educativo que tem por horizonte a "tendência utópica superadora" (Ibidem, p. 175).

A metodologia, acrescida destas reflexões, demonstrou que o primeiro horizonte temporal de duração do "processo" de incubação que tínhamos, dois anos, no mínimo deveria ser dobrado. A etapa, antes denominada de primeiros contatos, passou a ser uma fase que comumente chamamos de pré-incubação e que pode ter uma duração de 6 a 12 meses. Em seguida, após uma avaliação, inicia-se o processo de incubação. Passemos às reflexões desenvolvidas pela equipe de Cáceres.

1. O Processo de Incubação

1.1 Pressupostos

Quando afirmamos que o resultado econômico não é o único que queremos como resultado do processo de incubação, estamos apontando, então, outros compromissos com os grupos parceiros, dos quais destacamos: compromisso ético; respeito e inclusão, no plano de trabalho e no cotidiano de ações, dos saberes do grupo e da equipe e das experiências e relações do/no mundo do trabalho; formação para a autogestão; o grupo social no centro das ações e a autonomia a partir do pressuposto do "fazer com" e não "fazer para".

1.1.1 Compromisso Ético

Nas reuniões, nas palestras, nos cursos e nas oficinas, ou seja, nas ações formativas tradicionais que foram desenvolvidas, sempre que a proposta de sociedade da Economia Solidária se apresenta, fica evidente a posição progressista e, portanto, são levantados questionamentos. Estes questionamentos devem ser esclarecidos com a sinceridade, pois, de acordo com Freire, 2002, p. 79:

> Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho por que me omitir, por que ocultar a minha opção política, assumindo uma neutralidade que não existe. Esta, a omissão do professor em nome do respeito ao aluno, talvez seja a melhor maneira de desrespeitá-lo. O meu papel, ao contrário, é o de quem testemunha o direito de comparar, de escolher, de romper, de decidir e estimular a assunção deste direito por parte dos educandos.

Ao assumirmos nossa opção política por um projeto societal distinto, fundado na solidariedade, declaramos nossa opção pelo enfrentamento das lógicas mercadológicas capitalistas e pela construção do socialismo fundado em um modelo elaborado dialogicamente no processo de "fazimento" desta "outra economia". Numa clara tática de participar deste "mercado", os empreendimentos resultantes deste processo serão atividades econômicas não-capitalistas experimentando práticas e realizando reflexões num conjunto de ações de cooperação intra-empreendimento e extra-empreendimentos.

1.1.2 Respeito e Inclusão de Saberes dos Trabalhadores e das Trabalhadoras

É necessário avançar neste campo, não é mais possível apenas "respeitar" saberes e, sim, devemos incluí-los no planejamento das atividades da incubadora. Os trabalhadores e as trabalhadoras trazem experiências do/no mundo do trabalho que foram adquiridas não só em relações empregatícias, mas também, nos trabalhos do campo, da casa, do mutirão, ou seja, do trabalho individual ao coletivo, todas as experiências devem ser o ponto central do plano de educação popular na Sócio-Economia Solidária.

O fundamental é compreender com clareza o processo educativo dominador e alienante desenvolvido por empresas e pelo mercado em geral. Esta educação fundada no direito do trabalho se contrapõe à que desenvolvemos e que se fundamenta no direito ao trabalho**.** Nas empresas capitalistas os trabalhadores e trabalhadoras são preparados para o individualismo exagerado, onde vale até "passar" por cima do adversário que, em geral, é seu colega de labor. Há ainda uma iniciativa de transformar os trabalhadores e trabalhadoras em "colaboradores", numa

clara tentativa de se apropriar das vantagens do trabalho cooperado, pois o mesmo é mais produtivo e satisfatório e, portanto, seria mais lucrativo para o capitalista, aumentando a produtividade e a satisfação dos trabalhadores e trabalhadoras, se eles, ao invés de se sentirem empregados, sentissem-se "colaboradores e colaboradoras".

Aliada deste processo tem-se a mídia que, de forma majoritária, ajuda a desenvolver este processo educativo alienante que se propõe a aprofundar as características capitalistas da sociedade, reafirmando a competitividade e o individualismo. Portanto, a inclusão e respeito que devemos ter aos saberes dos trabalhadores e trabalhadoras no processo devem levar em consideração tais fatos e buscar desmistificar conceitos e saberes impostos na lógica capitalista.

1.1.3 A formação para a autogestão

Como contraponto à educação capitalista, propomos a formação para a autogestão, que é para a Educação Popular, dar centralidade ao direito ao trabalho e não ao direito do trabalho incrustado na formação para o mercado. A formação para a autogestão pressupõe o compromisso da liberdade em contraponto à lógica da subordinação na empresa capitalista. A proposta é ter clareza de que no capitalismo o resultado do trabalho e o próprio trabalho não estão na mão dos trabalhadores e que, na Sócio-Economia Solidária, o trabalhador e a trabalhadora tomam em suas mãos o destino do resultado do trabalho e controlam também o processo do trabalho, retomando assim, a liberdade.

1.1.4 A Centralidade do Grupo Social

Ao afirmarmos a Centralidade do Grupo Social no processo de incubação, estamos dizendo que nem as questões técnicas, científicas e de formação da equipe da incubadora são o centro do trabalho. O grupo social, também, não é alvo do trabalho e, sim, membro deste processo educativo, não deve haver relação de subordinação ou qualquer tipo de hierarquia. O que deve se estabelecer é uma relação de confiança, de troca de experiências e sobretudo, um planejamento conjunto e participativo. As assessorias na educação e sócio-economia solidária não prestam "serviços" para os empreendimentos ou os ajudam, pois se assim agem não estão praticando a solidariedade que propomos. Na concepção tradicional da palavra solidariedade deve-se "dar a mão", na concepção que temos o que propomos é caminhar lado a lado com os empreendimentos.

1.1.5 A Autonomia

Logo nos primeiros contatos, dizemos aos membros dos grupos sociais que não iremos fazer nada "para" eles e sim "com" eles. Tal afirmação é para marcar posição em relação ao compromisso que temos de gerar nenhum tipo de dependência do Grupo Social com a incubadora, caso contrário, não adianta desenvolver todo o processo de incubação no intuito de dar aos trabalhadores e trabalhadoras o controle do processo de trabalho e mudar a dependência do mercado capitalista para as assessorias.

1.2 A Pré-incubação

O conjunto de ações que desenvolvemos com os grupos no inicio da, ainda, possibilidade de parceria, denominamos de pré-incubação, esta fase é organizada em três etapas, quais sejam: primeiros contatos, diagnóstico participativo e avaliação.

1.2.1 Primeiros Contatos

Nesta etapa realizamos várias reuniões. Na primeira reunião, que denominamos de conhecimento mútuo, nós apresentamos a equipe: quem somos, o que

propomos fazer e o que é o movimento de Economia Solidária e, ainda, ocorre uma apresentação dos componentes do grupo presentes na reunião.

Nos encontros seguintes, iniciamos o levantamento da história do grupo, de seus componentes e do lugar geográfico. A dinâmica mais utilizada tem sido a da linha do tempo, que tem permitido traçar a trajetória dos componentes com destaque para momentos, considerados por eles positivos e negativos. Além disto, este levantamento tem promovido, devido a dinâmica demográfica do estado de Mato Grosso, que pessoas descubram a mesma origem e até convivência espacial e temporal em uma mesma cidade ou região do país. Conhecer-se, conhecermo-nos, membros e equipe, isto tem proporcionado relações internas com menos conflito.

As demandas para o processo de incubação também são levantadas, inicialmente, nos primeiros contatos. Os contextos e experiências do/no mundo do trabalho, das trabalhadoras e trabalhadores levantados, são os indicativos desta demanda, porém serão congeladas para serem retomadas no diagnóstico participativo.

Aplicamos, nesta etapa, o questionário sócio-econômico que auxiliará no planejamento das ações, este instrumento será a base a ser inserida no banco de dados da rede UNITRABALHO. Como instrumento de trabalho temos o caderno de campo que tem se mostrado eficiente como fonte de registro. Os registros anteriores eram feitos por um/uma componente da equipe da incubadora e, em avaliação realizada, concluiu-se que muitas informações eram perdidas e os detalhes esquecidos.

1.2.2 Diagnóstico Participativo

Após a aquisição de certo grau de confiança entre a equipe da incubadora e os membros dos grupos, iniciamos o procedimento de diagnóstico participativo. Este diagnóstico começa com a sistematização dos dados constantes nos registros das reuniões anteriores e, a partir destes, apresentamos um resumo das experiências do/no mundo do trabalho dos membros dos grupos, exemplo: no Grupo de Artesanato Cacerense-GAC[27] a maioria das mulheres já havia tido experiência com corte e costura e este dado foi o início dos debates do planejamento. Este diagnóstico participativo é o início do planejamento participativo e servirá de base para esta etapa já na incubação.

Participar do planejamento, tido como formal, não é habitual para o público alvo do processo de incubação, porém estes trabalhadores e trabalhadoras sempre planejaram e exercitam cotidianamente este ato em suas vida, na organização do lar e do trabalho. Cabe ao coletivo, equipe da incubadora e membros dos grupos, locar este planejamento no campo do cotidiano, ou seja, neste campo que os trabalhadores e as trabalhadoras operam costumeiramente.

A partir destas contestações é que buscamos aprofundar as relações entre todos para que este diagnóstico faça sentido e seja verdadeiro para ser apropriado pelo coletivo envolvido. Desta forma, está superada a afirmação anterior de que deve-se respeitar a diversidade existente entre os trabalhadores e as trabalhadoras bem com a sua história no processo de planejamento de ações de educação popular, em seu lugar entra a afirmação de que tais características devem ser incorporadas coletivamente na ação de diagnóstico e de planejamento. Realizar **com** e não **para** os trabalhadores e trabalhadoras, é o desafio que buscamos superar.

[27] O Grupo de Artesanato Cacerense é grupo já em processo de incubação da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis da Universidade do Estado de Mato Grosso em Cáceres.

Esta superação supra citada buscamos com o que chamamos de formação básica em Cooperativismo Popular que, na pré-incubação, inicia-se com o curso básico em Economia Solidária. Neste curso, planejado no coletivo, desenvolvemos os seguintes conceitos: economia, solidariedade, trabalho e suas adjetivações tais como: economia de mercado, economia solidária e outros. Nestes momentos de educação popular, buscamos, coletivamente, nos apropriar destes conceitos com o compromisso de ressignificá-los e reapreendê-los na perspectiva da educação libertadora que orienta nossos trabalhos.

1.2.3 Avaliação

Após as etapas anteriores realizamos a avaliação geral dos trabalhos, em conjunto, e definimos se o grupo passará para o processo de incubação. Lembrando-lhes dos compromissos que a partir de então serão assumidos. Tal avaliação é fundamental para os trabalhos futuros, pois a partir desta é que serão reorientadas as ações a serem desenvolvidas na Incubação.

1.3. A Incubação

A incubação propriamente dita inicia-se com a assinatura de um termo de compromisso entre o grupo social e a incubadora. Anexo a este termo de compromisso segue um plano de trabalho com as ações relativas a cada etapa do processo de incubação. As etapas da incubação citadas abaixo forma adaptadas de EID (2004) e são estas que orientam a elaboração do plano de trabalho.

1. Compreensão sobre trabalho associativista em relação ao trabalho assalariado: Nesta fase utiliza-se de estratégias que permitam debater os aspectos distintos do trabalho associativista do trabalho assalariado. Durante os debates, cursos, palestras que ocorrerem se buscará esclarecer as funções a serem ocupadas por cada trabalhador, bem como, deve-se decidir a opção, preferencial, pela politécnia, esclarecendo as dificuldades e ganhos de tal opção.

2. Avaliação de alternativas e decisão sobre atividade fim do empreendimento: Realizar-se-à, nesta fase, um estudo de viabilidade do EES, a partir de estudos sobre concorrência, fornecedores, análise das cadeias produtivas. Fundamentais serão aos estudos sobre investimentos, capital de giro e possíveis origens de tais recursos. Será elaborado, nesta fase, o plano de negócios para o EES.

3. Capacitação técnica: Momento de capacitação para etapas específicas do processo produtivo, ocorre paralela a etapa anterior a qual fica mais por conta da equipe da incubadora. Ao final, cada trabalhador(a) deverá compreender, todo o processo de trabalho em termos teóricos e práticos.

4. Capacitação administrativa: Concomitante com as duas etapas anteriores, nesta as oficinas, cursos e palestras visam à formação a respeito dos conceitos e termos ligados a democracia; envolvimento formal e efetivo; distribuição de sobras, os papéis das instâncias a serem constituídas no futuro estatuto; formas de democratização da informação. Dar-se-á especial ênfase nas vantagens e dificuldades da autogestão, de forma a se fazer claros, os meios de gestão administrativa, contábil e comercial do EES. Merecerá destaque de marketing, comercialização, e qualidade do projeto.

5. Elaboração do Estatuto e Regime Interno: Inicia-se com uma apresentação e os esclarecimentos iniciais sobre as característica e as funções de um estatuto específico para aquele tipo de empreendimento. Faz-se uma leitura crítica de um estatuto modelo para uma associação, uma cooperativa ou empresa

autogestionária salientado os direitos e deveres de cada sócio-trabalhador ou cooperado e de cada membro da diretoria, do conselho fiscal, da comissão de ética, além da função das diferentes assembléias, da constituição de fundos obrigatórios, da divisão das sobras, da constituição e da divisão do capital social.

6. Legalização do empreendimento: levantamento de documentos necessários para legalização do empreendimento e acompanhamento para que cada pessoa do grupo consiga providenciar rapidamente. Pagamento de taxas e envio de documentos aos órgãos competentes. No caso de uma cooperativa, na Junta comercial, Receita Federal, Prefeitura Municipal, postos fiscais, etc. Anexam-se os documentos necessários de cada integrante do grupo, a ata de fundação e o estatuto para obtenção do Cadastro Nacional de pessoa Jurídica (CNPJ), Alvará de Funcionamento, Inscrição Estadual.

7. Assessoria para inserção do empreendimento de economia solidária no mercado, conquista da autonomia e fim do processo de incubação.

8. Assessoria no processo de inserção dos produtos e/ou serviços no mercado através da implementação do marketing estratégico.

9. Busca de articulação e de integração com outros empreendimentos de economia solidária para formação de redes de cooperação.

10. Assessoria no desenvolvimento das atividades internas.

11. Avaliação do grau de autonomia do grupo.

12. Conquista da autonomia pelo grupo.

13. Final do processo de incubação.

Estes grupos sociais que buscam organizar-se e auto-gerirem sua vida econômica na forma de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis o fazem por necessidade de superarem sua condição de oprimido e por isso toda a incubação busca o processo educativo dos membros dos grupos em três frentes: cooperativismo popular e sócio-economia solidária, técnico voltado ao produto e de gestão com base na autogestão. Estas frentes buscam proporcionar aos trabalhadores e às trabalhadoras subsídios que os permitam ser solidários e compreenderem que, ainda o mercado que participarão é o capitalista, daí a necessidade de avançar para outras organizações nascentes como a REMSOL – Rede Matogrossense de Educação e Sócio-economia Solidária. O caminho se inicia, se mostra-se longo, porém reconfortante, porque é libertador, autônomo e solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EID, Farid. Metodologia de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários. In: ZART, Laudemir Luiz. *Educação e Sócio-Economia Solidária:* Paradigmas de Conhecimento e Sociedade. Cáceres: UNEMAT Editora, 2004. p. 275-289.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

ZART, Laudemir Luiz. As possibilidades de Construir uma Sociedade Alternativa: A sócio-Economia Solidária. In: ZART, Laudemir Luiz. *Educação e Sócio-Economia Solidária:* Paradigmas de Conhecimento e Sociedade. Cáceres: UNEMAT Editora. 2004. p. 275-289.

INCUBANDO UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA NA GLEBA MERCEDES V, REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DO MATO GROSSO.

Juvenal Melvino da Silva Neto
Aleido Diaz Guerra.

O modelo de desenvolvimento sócio-econômico e meio ambiental que surgiu na região centro norte do estado de Mato Grosso, a partir da década de 1970, teve uma motivação política: o povoamento estratégico da Amazônia (com o lema integrar para não entregar). Esse povoamento adotou um modo de produção baseado no latifúndio e na monocultura, explorando, por sua vez, atividades extrativistas da madeira, soja, arroz, algodão e gado para corte. Ao mesmo tempo, a elite dominante no Brasil promovia assentamentos da reforma agrária na região como forma de diminuir as tensões e os conflitos agrários nas regiões sul, sudeste e nordeste do país.

Os bons rendimentos econômicos do latifúndio e da monocultura advindos do forte apoio político e econômico por meio da doação de extensas propriedades rurais, da construção de estradas para escoamento da produção, de incentivos fiscais e de empréstimos quase sempre perdoados trouxeram consigo também mazelas sociais. Pois, ao contrário do latifúndio, as famílias dos pequenos agricultores foram assentadas em minifúndios distantes dos centros urbanos e das estradas, em solos pobres e de imprescindível correção, sem apoio técnico, sem incentivo fiscal, sem o abrangente crédito agrícola, sem escolas, sem assistência médica odontológica etc. Concorrendo, assim, em desvantagem com o latifúndio.

O modelo de desenvolvimento adotado na região propiciou condições adversas entre os dois atores econômicos, o latifúndio e o assentado da reforma agrária, promovendo crescente concentração da riqueza de um lado e empobrecimento, exclusão social e mazelas conseqüentes do outro, em prejuízo de um desenvolvimento sustentável e integral do meio ambiente, de uma melhor distribuição de renda, da agregação de valor e diversificação da produção. Constata-se, portanto, que a ascensão de um ator econômico subjugava o outro.

Diante dessa constatação, pesquisadores da UNEMAT – Universidade do Estado do Mato Grosso, não conformados com essa contradição social, escolheram o assentamento de reforma agrária da Gleba Mercedes V, localizada no município de Sinop, na região centro norte do estado de Mato Grosso, como objeto de estudo de alternativas educacionais, ambientais e sócio-econômicas para a região.

A criação de uma Cooperativa Solidária na Gleba Mercedes V foi pensada por estudiosos do projeto *Educação Ambiental: processos sócio-culturais para reconstrução curricular e a construção da sócio-economia solidária*, o qual promoveu um diagnóstico social e educacional da Gleba Mercedes V.

Para concretizar o objetivo de criar, organizar e operacionalizar a cooperativa, foi elaborado o projeto de *Gestão Sócio Econômica e Meio Ambiental da Gleba Mercedes V*, e criado o Grupo de Pesquisa GASEA – Gestão Ambiental e Sócio Econômica da Amazônia, composto por professores dos departamentos de Economia, Administração e Pedagogia do Campus Universitário de Sinop. Dando continuidade, assim, às pesquisas realizadas anteriormente, numa vertente de dinâmica social, ou seja, a iniciativa pretende trazer resultados práticos para a comunidade local, no sentido da transformação econômica, organizacional, social e ambiental.

Na oportunidade, foram estabelecidas duas diretrizes principais: primeiro, desenvolver o trabalho de incubação de cooperativas; segundo, elaborar um plano de desenvolvimento econômico, social e meio ambiental para garantir a sua funcionalidade e sustentabilidade.

Na diretriz da incubação, a idéia principal é organizar a cooperativa partindo das condições e particularidades da comunidade local, considerando a experiência e possibilidades dos proprietários rurais da área, sem impor condições, nem idéias, e sim canaliza-las de forma tal que possam alcançar os objetivos previstos.

Já para a elaboração e o desenvolvimento do plano de desenvolvimento integral e endógeno, pretende-se analisar as possibilidades de utilizar os princípios da economia solidária e da agricultura sustentável, na organização econômica, social e meio ambiental da cooperativa, em conjunto com a população envolvida, capaz de garantir o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Aspectos Metodológicos

O trabalho em execução, em conjunto com a comunidade de pequenos produtores rurais da Gleba Mercedes V, através da pesquisa-ação, pretende promover o autoconhecimento, o protagonismo para resoluções dos problemas, a aquisição de técnicas agrícolas e de gestão, o associativismo, o cooperativismo e o empreendedorismo para gestão ambiental e sócio-econômica de sua produção.

Para consecução desses objetivos, utilizar-se-á, como suporte técnico-científico, modelos teóricos da economia solidária e da autogestão desenvolvidos por Paul Singer e colaboradores, bem como experiências já executadas com êxito em outras regiões. Além desse ferramental teórico e experimental, a pesquisa deve utilizar também conceitos modernos de gestão de empresas, utilizando para tanto ferramentas e instrumentos da administração da produção, de gestão da cadeia produtiva, logística, contabilidade, gestão da qualidade, planejamento estratégico, marketing e comercialização.

Os dados de pesquisa, bem como seus critérios de avaliação serão coletados e desenvolvidos em conjunto com a comunidade, de forma participativa. Buscando também a interação com organismos de pesquisas governamentais e ONGS representativas da sociedade. Portanto, a metodologia de trabalho pretende ser participativa, aberta a críticas, a sugestões, a descobertas, livre de preconceitos e prejulgamentos, inovadora no pensar, criar e agir.

Iniciando a Incubação

Iniciamos o processo de incubação de uma cooperativa solidária na Gleba Mercedes V, em 2 de abril de 2005, com cerca de 18 famílias de parceleiros. Antes, Marcos, líder local, sabendo que vínhamos desenvolvendo na região o cooperativismo solidário, contatou-nos em busca de uma solução de produção para cerca de 35 famílias de parceleiros localizados na região, após este contato, reunimos a equipe para nos preparar para a atividade.

Desenvolvemos uma reunião com os pequenos agricultores, enfatizando que estávamos ali para, com eles, discutir os problemas relacionados coma produção de mdo a enfrentá-los, a exemplo de como organizar e articular as atividades de forma eficiente, promovendo, ao mesmo tempo, integração e inclusão social. Naquele instante, procuramos evitar ao máximo o dirigismo da reunião. Nossos obje-

tivos eram bem claros: fazê-los compreender as possibilidades de enfrentar seus problemas a partir da força que gera a sua unidade, seja em forma de cooperativa, associação ou outra forma de organização coletiva. Temos como direcionamento a capacitação dos grupos sociais para que estes possam encontrar soluções aos seus problemas, para tomada de decisões, para a construção de alternativas e soluções dos problemas. Em paralelo com essa ação, e com eles, visualizamos buscar um modo alternativo de produção, que lhes confiram cidadania e dignidade para desfrutar de seus direitos à saúde, à educação, à cultura e demais formas de desenvolvimento social.

A partir dessa reunião, começou então a discussão sobre os problemas principais da comunidade e os parceleiros começaram a relatá-los: as estradas de chão, no período de chuvas, tornam difícil o escoamento da produção; há falta de escola, de posto de saúde, de médicos e dentistas, o que dificulta a manutenção das famílias na terra (havia um ônibus médico-odontológico na sede do Caldeirão, parado há meses sem profissionais para trabalhar); faltam recursos financeiros para custeio e financiamento da produção; falta assistência técnica, o que contribui para má escolha das culturas desenvolvidas, a exemplo da compra de gado de corte onde não existe escoamento para pequena escala de produção; As terras oferecidas pelo governo são de má qualidade (o solo da região é bastante arenoso e aluminoso, exigindo que seja feita correção do solo para desenvolvimento das culturas). As pequenas propriedades estão localizadas nos fundos dos latifúndios, distantes das cidades e das principais vias de acesso dos centros consumidores, o que dificulta o escoamento da produção; alguns parceleiros não estão com a documentação da terra em dia, sem a qual é impossível obter financiamento; falta orientação técnica aos pequenos produtores (a EMPAER não está devidamente aparelhada para dar esta assistência, faltam técnicos agrícolas e agrônomos); falta orientação para organização, gestão e comercialização da produção, as quais pretendemos empreender; falta energia elétrica na sede e nas pequenas propriedades, o programa "Luz Para Todos" é utilizado politicamente na região, a energia chega ao latifúndio, mas não ao pequeno produtor, o que dificulta a diversificação da produção e agregação de valor aos produtos; não há união do grupo, mas sim individualismo.

Na reunião, um dos agricultores, "seu" José, disse ter plantado arroz e que durante a colheita sofreu prejuízo. Após sua fala esclarecemos que eles não podem escolher "commodities" para produzir, que a globalização da economia e o modo de produção capitalista transformam produtos de alta demanda em "commodities", exigindo alta escala de produção além de que o sucesso do latifúndio e da monocultura estar relacionado a esse modelo de produção. Entretanto, existem produtos que ainda não viraram "commodities", ou produtos que podem ser trabalhados de forma diferente das "commodities", em pequena escala, de forma coletiva, sustentável, respeitando as diversidades, a exemplo de frutas, hortaliças, condimentos, orgânicos, hidropônicos, frango caipira etc.

Mais adiante, aparteamos a discussão novamente, quando um dos parceleiros questionou como iniciar uma produção sem recursos financeiros (concordamos com ele), mas ponderamos que os recursos estão em nossa volta, mas nós não o vemos, respondendo-o, perguntamos que planta é esta? –É boldo! –Isto é dinheiro! Citamos ainda a produção de mel de abelha, como uma alternativa de quase nenhum investimento; Colocamos que, inicialmente, seria interessante escolher uns

quatro produtos para trabalhar coletivamente, sendo que esta escolha deveria levar em consideração o mercado consumidor e as condições da natureza local. Colocamo-nos à disposição para com eles conhecer as necessidades do mercado local e acompanha-los na EMPAER, a fim de buscar assistência técnica para cultivo e criação. Expressamos que a sobrevivência do grupo ali reunido pressupõe a união de todos já que a economia globalizada e o modo de produção capitalista promovem a concentração da riqueza, o enfraquecimento do pequeno produtor e o fortalecimento do latifúndio e da monocultura, falamos também que, caso o grupo organizasse sua produção e comercialização de forma coletiva, estariam fortalecendo seu poder de barganha. Desse modo, poderiam produzir com qualidade e quantidade melhoradas, exigir condições melhores para fornecimento dos produtos junto a atacadistas e supermercados, como preços, espaço nas gôndolas e garantia de compra. Além disso, o fortalecimento do grupo aumentaria também o poder de barganha junto aos órgãos governamentais, conferindo autoridade para exigir saúde, educação, estradas, assistência técnica e creditícia.

Em resumo, nesse primeiro contato com a comunidade, abordamos os seguintes temas: 1o.- identificou-se a necessidade de organizar a produção e comercialização de forma coletiva, de trabalhar em mutirão na colheita e plantio e de compartilhar equipamentos e ferramentas; 2o.- identificou-se a necessidade de conhecer o mercado consumidor local a fim de escolher produtos com facilidade de escoamento; 3o.- identificou-se a necessidade de trabalhar inicialmente produtos nativos, produtos com ciclo curto de cultivo (30 - 120 dias) e produtos que já vinham produzindo, como o queijo e embutidos; 4o.- por fim, identificou-se a necessidade de buscar apoio técnico junto a EMPAER, a fim de verificar as aptidões da região.

Dando cumprimento ao acordo com a comunidade, visitamos com o líder da comunidade, os supermercados ambos da região, o Aurora e Machado. Na oportunidade, colocamos que a razão de nossa visita era saber que demandas a cooperativa poderia atender. Os gerentes e compradores mostraram interesse em frutas e hortaliças, orgânicas ou não. Falaram que dariam preferência à cooperativa em detrimento aos fornecedores de outras regiões, desde que ofertassem produtos com qualidade, pontualidade e continuidade. Obtivemos deles dados relativos às quantidades e os preços de compras de vários produtos. Falaram ainda em abrir um espaço nas gôndolas para orgânicos. Também falaram das exigências da vigilância sanitária do município para comercialização de queijo, frango e carne.

Dando prosseguimento ao processo de incubação, reunimos novamente com a comunidade, cerca de 10 famílias de parceleiros. Colocamos todos a par das ações. Marcos, o líder, falou sobre as informações que obteve junto aos compradores e gerentes dos super-mercados Machado e do Aurora. Falou também das condições impostas pela vigilância sanitária para comercialização de queijo, leite, carne e frangos. Condições estas difíceis de aplicar no assentamento sem obter apoio financeiro e técnico. Fora colocado a necessidade de estabelecer contato com a EMPAER, a fim de se verificar o que realmente pode ser produzido, dado as condições de solo e clima da região; como também seria interessante contactar a prefeitura e a secretaria de vigilância sanitária do município a fim de buscar parceria, apoio técnico e creditício para os pequenos produtores se adequarem às exigências da vigilância sanitária.

Em correspondência com as necessidades e problemas existentes na Gleba, foi estabelecido contato com a Secretaria Municipal da Agricultura, com a Vigilância Sanitária do Município e com a EMPAER na tentativa de promover o apoio necessário para criação e sustentação da cooperativa. No entanto, percebemos, em alguns contatos, resistência em acreditar nas possibilidades de sucesso da futura cooperativa por duvidar da dedicação e esforço dos implicados.

Após esses contatos, reunimo-nos na UNEMAT com Marcos e Rogério, também parceleiro do Caldeirão. Situamos ambos sobre o discutido nas reuniões com a EMPAER e a Prefeitura. Colocamos para eles as dificuldades que terão pela frente, mas para não desanimar diante delas, pois a construção de uma cooperativa não se faz da noite para o dia, é um processo gradual, que leva uns dois anos para obter frutos. Colocamos ainda, a necessidade de organizar coletivamente a produção e comercialização, em três fases (curto, médio e longo prazo). E para a primeira fase, dada às condições de mercado e o aproveitamento do que já vem sendo produzido, poderia se trabalhar com queijo artesanal, temperos, condimentos e com a mandioca. Pedimos ao Marcos para verificar com os parceleiros quem gostaria de trabalhar inicialmente com esses produtos, marcando com os interessados um novo encontro.

Algumas Considerações

Observa-se que a problemática em questão está associada ao modo de produção capitalista combinado ao processo de colonização latifundiário e monocultor. Daí a necessidade de empreender esforços no sentido de investigar e buscar um modo de produção e organização alternativo para a comunidade local da Gleba Mercedes V, que possa oferecer oportunidades iguais aos desiguais, que possa empregar todos no processo produtivo, que confira cidadania a todos os cidadãos, conferindo acesso aos meios e bens de produção, acesso à educação, à cultura, ao saber, à saúde, à qualidade de vida.

Diferentemente do modo de produção capitalista, “cujos princípios são o direito a propriedade individual aplicado ao capital e o direito a liberdade individual (...) A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito individual” (SINGER, 2002, p. 10). Esse pressuposto pretende ser verificado pela presente pesquisa.

Pode-se dizer que, para a consecução dos objetivos propostos na pesquisa, utilizar-se-ão os princípios básicos da economia solidária, bem como a metodologia da pesquisa-ação, dado que esta “... é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 1988, p. 14).

Este trabalho inicial indica os caminhos que a pesquisa pretende embrenhar-se, no sentido de encontrar alternativas de transformação social, econômica e meio ambiental das comunidades locais excluídas do modelo de produção vigente, promovendo, assim, sua sustentabilidade em equilíbrio e harmonia com o meio ambiente. Vale enfatizar que os pesquisadores buscam o desenvolvimento de arranjos e cadeias produtivas sustentáveis, solidárias e integradas, valorizando o saber e a cultura local e regional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.

A CONSOLIDAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU.ITCP/FURB.

Marilú Antunes da Silva e Equipe ITCP

Introdução

O debate sobre o cotidiano das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares Universitárias vem crescendo por conta da movimentação com a Economia Solidária ser pauta de muitas políticas públicas nacionais. Visando pensar a consolidação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Universidade Regional de Blumenau e sua inserção na região do Vale do Itajaí em Santa Catarina, elaboramos este artigo.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares tornou-se um projeto de extensão da Universidade, com objetivo de viabilizar a extensão social e a política da tecnologia social construída no fazer da Universidade, procurando gerar a auto-sustentação local. A opção pela incubagem como metodologia de tecnologia social para assessoramento dos Empreendimentos de Economia Solidária nascentes e emergentes no Alto Vale do Itajaí surgiu junto aos movimentos sociais dos e nos municípios que o compõem.

Historiar é um ato constante para a Incubadora, pensando na sua trajetória e na sua origem. Iniciou-se a discussão sobre uma forma de extensão interagindo diretamente com as práticas sociais e a pesquisa. O ápice ocorreu com a integração da Universidade Regional de Blumenau na Rede Universitária de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o mundo do trabalho e do trabalhador – UNITRABALHO – desde novembro de 1997, a partir do compromisso com a busca de alternativas diante do desmonte das indústrias, especialmente as têxteis em Blumenau e região.

O núcleo da Unitrabalho local surgiu de uma equipe de pesquisadores com o objetivo de pensar o ensino, a pesquisa e a extensão tendo em vista a ótica da Extensão Universitária, a causa e o interesse dos trabalhadores e dos movimentos sociais locais. Os pesquisadores pioneiros Dalila Pedrinni, Jaime Hilesheim, Valmor Schiochet, Vera Herweg e Vilma M. Simão[28] destacam que no início a Unitrabalho/ local trabalhou com os empreendimentos de economia solidária existentes na região, tendo alguns sido iniciados em 1997.

Nesse período, a UNITRABALHO era coordenada pelo Prof. Jaime Hilesheim que, junto com um grupo de professores, tinha como objetivo organizar na região de Blumenau atividades de pesquisa ligadas aos programas nacionais da UNITRABALHO, versando sobre os tema: o trabalho infantil, agrário, reestruturação produtiva, economia solidária e autogestão, e saúde do trabalhador. Eram cinco grandes áreas de pesquisa e de atuação.

Pesquisadores da universidade local, inseridos no debate sobre a temática, participaram em São Paulo do Grupo de Trabalho de Economia Solidária e de Autogestão, coordenado pelo Prof. Paul Singer[29] e formado por alguns pesquisa-

[28] Professores e Pesquisadores do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau.

[29] Paul Singer desde janeiro de 2003 cria junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Economia Solidária

dores que vinham dos estados da região Sudeste: Candido Vieitez e Neusa Dal Ri da UNESP, Nilton Brian e Gustavo Guttierrez da UNICAMP, Paul Singer da USP. Participavam também Marilena Nakano da ANTEAG e Cláudio Nascimento da CUT/SP. Por meio desse grupo, a referida professora passou a participar de reuniões da UNITRABALHO Nacional, na condição de pesquisadora convidada.

Ao retornar às atividades de docência na FURB, inseriu-se no Núcleo Local da UNITRABALHO como coordenadora junto com o Prof. Jaime. Atuou nessa função de agosto/98 a novembro/99, quando respondeu várias demandas referentes à economia solidária que contribuiu para o amadurecimento da proposta de criar a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP.

No ano de 1999, a Campanha da Fraternidade teve como tema o mundo do trabalho com o lema "Sem trabalho, por quê?", portanto a Unitrabalho com o movimento sindical e popular da cidade se articularam para apoiar a equipe da Igreja Católica. A Unitrabalho com os sindicatos e representantes da Igreja Católica realizaram várias ações em parceria inclusive com o "Grupo de Trabalho contra o Desemprego" que se reuniu por cerca de seis meses.

A Professora Dalila relata como a idéia da criação da ITCP foi se desenvolvendo: "Nossa equipe da UNITRABALHO vislumbrava a criação da ITCP como resposta nossa, institucional às demandas e exigências da realidade local e regional. Outro dado também que foi influindo para pensar em equipe específica para a geração de trabalho e renda foi o de que, a partir de visitas aos empreendimentos, que nos deu uma maior possibilidade de conhecer a realidade, fomos percebendo claramente que não era possível trabalhar assim, com horas tão exíguas, e apenas uma pessoa para a economia solidária. Era necessária uma equipe interdisciplinar, já que as demandas eram muito complexas. Começamos a pensar na idéia de criar a incubadora, a partir de reuniões com membros da equipe UNITRABALHO"[30] .

Uma ação que foi concretizada em 1999, mas que vinha sendo pensada desde 1998 foi a elaboração de um projeto de qualificação em cooperativismo e autogestão - destinado a profissionais que atuam nas cooperativas, empreendimentos sociais, trabalhadores da região de Blumenau, trabalhadores autônomos e trabalhadores em risco de desemprego ou desempregados – por professores do núcleo local da UNITRABALHO e profissionais ligados à economia solidária. Esse projeto foi encaminhado ao SINE, com carga horária de 360 horas, distribuídas em quatro módulos. A proposta, no seu formato original, foi vetada, sendo parcelada em cursos menores a fim de atingir um número maior de trabalhadores. Assim, foram realizados onze cursos no ano de 1999, que envolveram duzentas e cinqüenta e três pessoas, muitas dos Empreendimentos de Economia Solidária já existentes, outras não, mas começou a criar a mentalidade do que é economia solidária e uma Incubadora Universitária.

Nesse momento: "O que estava dada, era a idéia de criar uma incubadora como instrumento de inserção da universidade junto aos trabalhadores, e de resposta institucional às demandas. As pesquisas que estavam sendo feitas por pesquisadores do núcleo local subsidiavam, neste processo as reflexões e encaminhamentos das ações".[31]

---

[30] Entrevista retirada do Relatório de Pesquisa do Projeto ICOO da UNITRABALHO /local em 2002.

[31] Idem.

Com essa premissa, a ITCP/FURB é fundada em 19 de novembro de 1999, a partir das demandas do Mundo do Trabalho Regional como projeto nascente na UNITRABALHO mas localizado dentro da organização interna da Universidade Regional de Blumenau como um programa de extensão da Pro Reitoria de Extensão Comunitária, fazendo interlocução direta com o Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade. Com o decorrer do tempo, o projeto foi se remodelando para poder trabalhar com a realidade inspirada no modelo e experiência da ITCP da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/ UFRJ, a Incubadora da FURB já integra a REDE Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares numa ação conjunta com outras vinte e duas Universidades Brasileiras e Programa Nacional de Incubadoras - PRONIC. Também atua junto ao grupo de trabalho nacional e estadual de EES. Para tanto pretendemos atuar com esta tecnologia e metodologia reconhecida nacionalmente na implantação da Incubadora de Indaial. Os Empreendimentos de Economia Solidária – EES constituem-se de cooperativas e associações dos mais diversos segmentos de trabalhadores que buscam alternativas de trabalho e renda para a superação do desemprego gerado pelas transformações do mundo do trabalho ocorridas nas últimas décadas. A Incubadora e os empreendimentos solidários representam um importante campo onde pode ser concretizados o ensino, a pesquisa e a extensão da FURB, sendo um programa permanente do Núcleo Local da Unitrabalho que está localizado dentro Instituto de Pesquisas Sociais da FURB.

A Economia Solidária

Os saberes populares e solidários acumulados ao longo do tempo, no campo da produção e do trabalho bem como dos movimentos sociais, são o suporte dessa experiência. Estes saberes podem ter origens históricas e culturais em diversos espaços que vão desde as pretensas experiências do socialismo até a economia familiar, associações de moradores, movimentos populares etc. Pouco a pouco, o que parecia ser apenas solução provisória, economia paralela foi tomando corpo e se torna um projeto de sociedade.

Singer (2000) afirma que atualmente é colocado o desafio de transformar a crise do trabalho numa oportunidade de desenvolver um tipo de organização anticapitalista, democrática e igualitária. Ele entende que a cooperativa é uma "empresa socialista", e não "meramente empresas capitalistas que têm os próprios trabalhadores como sócios". Para ele, os princípios que regem as cooperativas são diferentes daqueles das empresas capitalistas.

As transformações do mundo do trabalho provocam, entre outras conseqüências, a exclusão social, o desemprego em massa, o processo falimentar de inúmeras pequenas e médias empresas. Nessa realidade, constata-se a emergência de inúmeras iniciativas individuais e coletivas de enfrentamento à crise do emprego. Os trabalhadores que procuram emprego individualmente, em geral, não o estão encontrando no município ou região.

Entre as alternativas coletivas destacam-se algumas experiências de empreendimentos de economia solidária (cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou outros) que buscam a sua viabilidade econômica e sustentação político-administrativa.

As origens dessas experiências tanto podem ser a falência das empresas, quanto uma iniciativa espontânea de um trabalho associativo por parte dos desempregados. De modo geral, esses projetos são conduzidos por trabalhadores que, pelo fato de anteriormente desenvolverem habilidades apenas de produção, não apresentam qualificação para o gerenciamento dos empreendimentos. Além disso, enfrentam, ainda, o problema do isolamento e fragmentação em relação a outros empreendimentos similares, colocando em risco a sua própria continuidade.

Lisboa (1999) e Tesch (1999) reconhecem que todos os esforços, no conjunto, são ainda insuficientes para fortalecer as iniciativas associativas solidárias. Muitas são as debilidades e os problemas constantes no cotidiano dos pequenos empreendimentos comunitários, tais como: carência de capital de giro, acesso ao crédito, *design*, controle de qualidade, comercialização e tecnologia, ambigüidade da propriedade dos meios de produção, além dos problemas decorrentes de barreiras legais, da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados. A precária rede de articulação das diferentes experiências dificulta o intercâmbio de experiências e o amadurecimento pela reflexão comum dos êxitos e dificuldades, levando a um acentuado ritmo de natalidade-mortalidade dessas atividades.

Como forma de solucionar problemas advindos da fragmentação dessas iniciativas, urge a construção de uma estratégia que articule politicamente as redes constitutivas da ES. Fala-se numa futura perspectiva de desenvolvimento macronacional da ES que estabeleça elos com os demais setores da economia, constituindo um projeto de integração ativa no mercado mundial (Lisboa, 1999). Frente a essa problemática mundial na esfera do trabalho, a consolidação de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB vem responder às lacunas hoje existentes no que concerne à preparação de gestores para as experiências acima mencionadas.

A FURB em seu Estatuto, Artigo 16 – Parágrafo Único, explicita sua missão: "Fundamentada no princípio inalienável da liberdade de pensamento e de crítica, a Universidade é uma instituição integrada à comunidade, agente de transformações sociais e terá como missão básica à promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, com vista ao bem estar e à valorização da pessoa humana". Nesse sentido, a ITCP vem concretizar o propósito da Universidade.

Metodologia de Incubagem

A ITCP/FURB estimula a formação de empreendimentos de economia solidária no município de Blumenau e região como forma de geração de trabalho e renda, desenvolvendo a prática autogestionária e o espírito empreendedor, articulando para a coocapacitação de cooperados/empreendedores por meio de encontros e cursos de qualificação profissional continuada e pesquisando alternativas emergentes da Economia solidária e da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Gaiger (2000) observa alguns aspectos positivos do trabalho cooperativo: estímulo moral, além de material; co-responsabilidade com metas, diretrizes e formulação de propostas; identificação e correção por todos dos fatores de ineficiência; troca e aprendizado mútuo de saberes e habilidades; estímulo a atitudes de iniciativa e criatividade; flexibilidade de ritmo e de função; fator de promoção da justiça e da eqüidade; autonomia, dignidade e humanização; redução dos conflitos laborais e sociais.

Presta assessoria e acompanhamento nas áreas: social, educacional, jurídica, administrativa, de mercado, contabilidade, econômica, tecnológica, entre outras; Sensibiliza e mobiliza a sociedade local no sentido de apoiar as iniciativas cooperadas através dos diferentes movimentos sociais.

Articula o meio acadêmico para a reflexão, a discussão e a produção de alternativas para equacionamento de problemáticas ligadas ao cooperativismo e novas relações de trabalho, vinculando pesquisa, ensino e extensão.

Constrói novas formas de relação entre a Universidade e as organizações sociais, por meio da socialização do conhecimento junto aos setores excluídos;

Desenvolve ações junto ao poder pública e iniciativa privada, no sentido de criação de políticas públicas para a efetivação do direito ao trabalho e o apoio à economia solidária.

Articula os empreendimentos de economia solidária já existentes na região, no sentido de constituírem uma REDE solidária fortalecedora entre eles.

É uma Incubadora que presta serviços necessários para o início, desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, denominados de Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

Além disso, constitui-se como uma linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado por quadro docente, discente, técnico, acadêmico e que socializa o conhecimento da academia para os setores populares. Através de sua assessoria as cooperativas recebem em seu primeiro período de vida o apoio técnico necessário para o seu bom desempenho no mercado.

Pautada nos princípios do cooperativismo autogestionário, no reconhecimento da cultura, no saber e nos anseios da comunidade, a ITCP da FURB, por meio de sua equipe técnica, busca a educação continuada através da transferência de tecnologia e conhecimento aos novos empreendedores.

Com a Incubadora, os setores populares conseguem não só uma melhor inserção social no plano de trabalho como avançar na conquista da cidadania plena.

O estado de Santa Catarina apesar de ter um modelo de desenvolvimento sócio-econômico reconhecido em âmbito nacional - fundamentado nas teorias de desenvolvimento endógeno, equilibrado e na pequena agricultura familiar -, não ficou imune às transformações do mundo do trabalho, pois a aceleração do processo de industrialização das últimas décadas fez-se com custos crescentes para a sociedade. Esse processo é visível na modernização da agricultura que criou problemas de viabilidade econômica para as pequenas propriedades e expulsou grande contingente de agricultores para as periferias urbanas. As cidades, por sua vez, não dispõem de infra-estrutura adequada para receber este significativo número de imigrantes, como também não conseguem oferecer empregos suficientes para atender a demanda.

Sendo o contingente populacional mais atingido pela crise, os trabalhadores, por sua vez, também buscaram alternativas de trabalho e sobrevivência. Entre as muitas saídas encontram-se os EES. Tais empreendimentos ampliam as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho sob princípios da sustentabilidade, democracia e da autogestão. No Vale do Itajaí existe uma multiplicidade de experiências, algumas articuladas mediante a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí - RESVI, que reúne empreendimentos, governos municipais e apoiadores, no sentido de realizarem trocas de experiências. No entanto, os EES que nascem neste

contexto estão submetidos a inúmeras dificuldades e desafios. Diante da conjuntura e estrutura atual, as possibilidades para a viabilidade futura desses empreendimentos são muito limitadas.

Desenvolvimento da Incubagem

Na Incubadora, através de uma metodologia específica, desencadeia o processo de organização de novas Cooperativas e outros empreendimentos econômicos associativos.

Além disso, através da Incubadora os trabalhadores dos empreendimentos já existentes hoje, poderão receber a implementação financeira para suas necessidades materiais e espaciais continuidade da formação técnica cidadã, e assessoria para a ampliação de empreendimentos que de as redes solidárias própria, capazes de fortalecer e ampliar sua viabilidade.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares possui uma metodologia bastante peculiar e atua diretamente nas comunidades. Ela busca aproximar a universidade e o conhecimento nela produzido, da sociedade em geral e de trabalhadores em particular, que vêem na organização associativa uma alternativa de trabalho e de geração de renda. A incubadora de Blumenau é uma proposta pautada nos princípios teóricos da Economia Solidária. Tendo, como processo de Incubagem nos empreendimentos a tecnologia social, que passa por quatro fases inter-relacionadas; - formação-planejamento e projeto da cooperativa – capacitação técnica – autogestão e o acompanhamento de um a dois anos no empreendimento.

Descrição da Estrutura da Incubadora: Membros da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/FURB de2003

Na incubadora, a formação da equipe acontece através da aproximação das linhas de pesquisa dos professores das diversas áreas do conhecimento que estão interelacionados com a incubagem. Atualmente, trabalha-se com uma coordenação colegiada composta por oito professores ,que possuem horas na pesquisa e extensão dedicadas as atividades da incubadora. A inserção dos quinze universitários acontece inicialmente como campo de estagio e pesquisa.

A ITCP dispõe de cinco salas dentro do Instituto de Pesquisas Sociais na FURB, campus I. As estruturas físicas da ITCP foi utilizada provisoriamente até construir estrutura própria, pois atuamos com a incubagem chamada sem paredes, fazemos a assessoria processual diretamente onde os empreendimentos estão fixos fisicamente – ou em uma sala do IPS para reuniões e trabalhos grupais.

Considerações em Construção

Dentre a principal dificuldade encontrada nos empreendimentos assessorados, aponta-se: os limites impostos para a conquista de espaços no mercado devido à necessidade de implementação das Instalações físicas e de equipamentos, o qual tem como pré-requisito à consolidação da qualidade dos produtos/serviços ofertados; a falta de material para aplicar as estratégias de publicidade (consolidação de marcas, selos e de pontos de comercialização); a falta de incentivo para o consumo solidário, incorporação de tecnologias de gestão - que compreendem sistemas tais como gestão ambiental, gestão do conhecimento, gestão da qualidade, gestão empresarial e gestão tecnológica entre outras.

Assim, resignificar as estratégias de consolidação dos grupos considera-se significativo para a incubagem destes EES, o qual permitirá: desvelar as suas relações com o desenvolvimento da Região e do Estado; contribuir para compreender a economia solidária na região do alto Vale do estado de Santa Catarina; oferecer aportes teóricos/práticos para os EES e demonstrar a importância de novos estudos diante da atual realidade econômica e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GAIGER, L. I. Sentido e possibilidades da Economia Solidária Hoje. In: Kraychete, G. et al. (org.) *Economia dos Setores Populares:* entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE, UCSal, 2000.

LISBOA, A M. A Emergência das Redes de Economia Popular no Brasil. *Economia Solidária:* o desafio da democratização das relações de trabalho. Dal Ri, Neusa Maria (org).– São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

PEDRINI, Dalila M. (1998), *Entre laços e nós:* associativismo, autogestão e identidade coletiva. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (datilo)

Singer, P. *Desemprego:* uma solução não capitalista. Teoria & Debate, n. 32, ago/set, 1996.

_____.*Economia Solidária:* geração de renda e alternativa ao liberalismo. Proposta n.72, mar/mai, 1997.

_____.*Globalização e desemprego*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____.*Cooperativas são empresas socialistas*. Unitrabalho Informa ano III n.º10 Janeiro de 2000. http://www.unitrabalho.org.br/boletim/artigos/singer.html

_____.O Brasil no Limiar do Terceiro Milênio. *Estudos Avançados*, São Paulo, p. 14, 2000

_____. Economia Solidária, In, CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UFPA: UM CAMPO DE ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Maria José de Souza Barbosa
Armando Lírio de Souza
Ana Maria Mendes Pires
Euzalina da Silva Ferrão
Adebaro Alves Rei

Apresentação

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários é um programa de extensão que, através de suas ações constitui-se como um campo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Estas dimensões são garantidas por um conjunto de atividades voltadas ao estudo e a pesquisa para dar conta da formação profissional centrada na realidade regional, bem como, da replicabilidade dos conhecimentos acumulados, tendo como eixo de intervenção a educação popular, para dar vez e voz aos beneficiários. A pequena produção organizada sob a forma familiar, comunitária e associativista tem sido nossa meta de trabalho, buscando o desenvolvimento endógeno e a valorização das práticas sócio-econômicas peculiares aos multi-saberes da Amazônia. Neste processo, a aplicação do ensino-aprendizagem privilegia a metodologia da pesquisa-ação-intervenção.

Introdução

Falar sobre a experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES, da Universidade Federal do Pará é tratar de um processo de construção, de uma perspectiva de integração entre ensino, pesquisa e extensão é, certamente, expor aqui, um movimento real de construção coletiva de um conhecimento e de uma prática que é consequentemente inacabada. Trata-se, na realidade, da trajetória de um projeto que vem ampliando suas atividades e verticalizando suas vivências na relação entre universidade e sociedade.

O histórico da Incubadora mostra que, embora se trate de um programa recente, iniciado em 2000, tem um acervo considerável sobre as atividades desenvolvidas, seja no âmbito de estudos e pesquisas, particularmente diagnósticos sócio-econômicos sobre empreendimentos comunitários, seja na produção de artigos, *papers*, *banners*, cartazes e outros, visando à divulgação dos trabalhos desenvolvidos, seja, ainda, na elaboração de relatórios de visitas técnicas de acompanhamento/assessoria às cooperativas populares e empreendimentos solidários, mas também atua em projetos sociais voltados à alfabetização de jovens e adultos em assentamentos rurais da reforma agrária em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério da Educação e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região da Transamazônica, beneficiando mais de 4.000 trabalhadores rurais.

A amplitude da abrangência das ações da Incubadora deve-se à compreensão adquirida ao longo da experiência de incubação de empreendimentos associativistas que gerou uma capacidade tecnológica para potencializar a inserção produtiva dos trabalhadores urbanos e rurais, em articulação direta com os trabalhadores, possibilitando uma mobilização que é, ao mesmo tempo, política, econômica e social. Essa forma de ação tem como perspectiva garantir o acesso a políticas públicas como crédito, investimento em tecnologia social e inovação tecnológica, educação, política ambiental etc. Assim, busca-se o desenvolvimento da organização econômica e social, fortalecendo o caráter de cidadania e de inclusão social, dimensões considerados fundamentais para as políticas de geração de trabalho e renda.

Isso possibilitou organização de um acervo, cuja riqueza é dada pela construção coletiva na relação direta entre o público beneficiário, alunos de graduação e pós-graduação, professores e técnicos, num processo de troca de experiências de vidas singulares e de perspectivas teórico-analíticas diferenciadas, na construção de um mosaico que é, ao mesmo tempo, formado pela subjetividade de cada sujeito envolvido na troca de saberes e conhecimentos díspares.

A objetivação desse movimento concreto de fusão se dá, necessariamente, no processo de imersão na realidade empírica e da observação de cada sujeito envolvido no trabalho de incubação. Dessa circulação de idéias e experiências concretas resultam novos "produtos" construídos neste caudal de vivências que se faz e se renovam em cada momento de nossas práticas (ensino, pesquisa e extensão) entre críticas, reclamações, demandas e inovações potencializadas neste cadinho de ebulição, provocando uma mistura e a difusão das diferentes concepções, na quentura da discussão, problematização e encaminhamentos do trabalho no cotidiano da Incubadora.

Um outro aspecto importante dessa experiência á a participação na Rede interuniversitária de pesquisa sobre o mundo do trabalho, a Rede Unitrabalho. Essa prática tem fortalecido o intercâmbio com outras incubadoras de empreendimentos associativistas que atuam nas universidades públicas brasileiras. A participação em eventos nacionais, regionais, estaduais e locais tem permitido a difusão do trabalho da ITCPES/CSE, bem como aprender novas estratégias do trabalho de incubação. O intercâmbio possibilita a ampliação da abordagem teórica e a realização de reflexões sobre os resultados obtidos junto aos empreendimentos associativistas, percebendo a amplitude, as dificuldades e as reais possibilidades de concretizar experiências que garantam autonomia e inserção produtiva dos trabalhadores urbanos e rurais.

Atualmente, a ITCPES/CSE desenvolve a incubação de três empreendimentos associativistas, sendo dois na área urbana do município de Belém (Cooperativa dos Trabalhadores Profissionais do Aurá – COOTPA e a Cooperativas de Serviços Gerais – COOPSEG) e um na área rural do município de Abaetetuba (Cooperativas de Fruticultura de Abaetetuba – COFRUTAS/ADEMPA), beneficiando mais de 2.000 famílias. No campo da educação de jovens e adultos, atua em treze municípios da Região da Transamazônica, no oeste do Pará, com o Programa Educação Cidadã na Transamazônica, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, oferecendo 117 turmas de alfabetização e 87 turmas de escolarização, no primeiro segmento do ensino fundamental em 37 assentamentos da reforma agrária. A perspectiva para 2004 e 2005 é efe-

tivar parceria com a Fundação Banco do Brasil em conjunto com a Rede Unitrabalho para incubar pelo menos 10 empreendimentos e realizar ações de assessoria para o fortalecimento de experiências associativistas no estado do Pará.

A pesquisa socioeconômica e a identificação de empreendimentos comunitários têm sido estimuladas por meio do Projeto de Pesquisa sobre Desenvolvimento Local e Empreendimentos Comunitários financiado pelo CNPq, o qual tem como objetivo realizar um levantamento sobre o perfil das organizações associativistas que atuam na microrregião do Baixo Tocantins, particularmente, nos municípios de Abaetetuba, Mojú, Igarapé-Mirim, Acará e Cametá, inclusive o município de Barcarena, que mesmo não sendo integrante dessa microrregião, está incorporado à pesquisa por fazer parte do território produtivo vinculado à cadeia da fruticultura da agroindústria COOFRUTA. Esse trabalho também recebe apoio do PROINT – UFPA que financia projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão.

A equipe da incubadora está organizada de modo mais amplo ao Diretório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia, o qual busca fortalecer a produção acadêmico-científico da ITCPES.

1 - O Desafio da Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A articulação ensino, pesquisa e extensão tem sido um desafio constante no âmbito da Incubadora. Neste sentido, busca-se integrar essas três dimensões da formação profissional a partir dos projetos desenvolvidos (PROINT-2004 de Incubação; Desenvolvimento Local e Empreendimentos Comunitários; Alfa-cidadã e Escolarização-cidadã), nos quais se insere alunos de graduação e pós-graduação de várias áreas do conhecimento da sócio-economia, bem como, através da cooperação técnica com outras unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará, como é o caso do Centro de Educação (Pedagogia), Campus de Altamira (Letras e Ciências Agrárias) e do Centro Tecnológico (Engenharia de Alimentos) e cooperação técnica com outras instituições de ensino superior como o CESUPA, tendo em vista as necessidades decorrentes de nossa intervenção junto as cooperativas populares e empreendimentos solidários, as quais exigem ações/atividades para além da sócio-economia.

As atividades acadêmicas da Incubadora se inserem num contexto socioeconômico e sócio-político, cujas referências estão centradas nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, ao longo dos anos 90, que tiveram impactos substanciais na estrutura do emprego e nas relações de trabalho no Brasil. Na Amazônia esses impactos repercutiram de maneira decisiva, particularmente no Estado do Pará, nas áreas em que estão instalados projetos econômicos de metalurgia, siderurgia e exploração mineral e no Amazonas na Zona Franca de Manaus. Os demais Estados da Região Amazônica foram alvo muito mais do avanço da fronteira agrícola do que de projetos industriais, portanto, os efeitos das transformações tecnológicas na estrutura de emprego e nas relações de trabalho na Amazônia devem ser analisados sob outra ótica, levando em consideração a forte presença do setor terciário nas grandes metrópoles regionais e o padrão agroextrativista (agricultura familiar) e agropecuário que caracterizam a área rural da região.

Entretanto, ocorreram experiências em vários estados da região, principalmente, em esferas municipais, de ações voltadas para o estímulo de organizações cooperativistas, como no Amapá e no Acre, por meio da instalação de reservas

extrativistas para a exploração da castanha-do-pará e do látex. O aproveitamento dos resíduos da floresta na forma de artesanato, a exploração de produtos não-madereiros como óleos, essências e ervas foram muitos estimulados e, muitas vezes, organizados sob a forma de trabalho coletivo nas comunidades amazônicas.

No caso do estado do Pará, a prefeitura municipal de Belém fomentou o crédito popular por meio do Banco do Povo e implementou políticas de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária. Além disso, é importante ressaltar a organização da Central de Cooperativas Nova Amafrutas que articula, em um empreendimento solidário, trabalhadores da fábrica de processamento de suco, com trabalhadores da agricultura familiar.

Essa forma de organização social do trabalho, na última década, tem buscado estruturar-se para alterar o quadro de segregação e exclusão social da pequena produção. Nesse contexto, as cooperativas populares e empreendimentos solidários afirmam-se como alternativas reais de melhorias de condições de vida, de geração de trabalho e renda, portanto, de inclusão social, embora ainda sejam incipientes quando se trata da capacidade destas em garantir políticas públicas de infra-estrutura e serviços coletivos no enfrentamento dos problemas da pequena produção, seja no âmbito urbano ou rural.

A diversidade de temáticas, assim como a amplitude do contexto econômico e social que envolve a geração de trabalho e renda tem exigido do Programa de Incubação necessariamente uma unidade entre as três dimensões da formação profissional (ensino, pesquisa e extensão), devido ao princípio básico da sistematização/problematização das ações/atividades encaminhadas na relação direta com o público beneficiário. Portanto, a postura crítica na elaboração do que se ouve, vê e lê é fundamental. Atualmente a equipe da ITCPES tem se orientando para a produção acadêmica, a partir de um processo de tematização dos conteúdos desenvolvidos pelos diferentes integrantes da ação de incubação, tendo como objetivo a valorização da própria metodologia de incubação que é concretizada a pesquisa-ação, centrada na educação popular.

Para dar conta dessa dinâmica de interação entre as esferas do ensino, da pesquisa e da extensão estruturou-se, internamente, sub-grupos de coordenação e desenvolvimento de ações/atividades em busca da autoformação do conjunto de bolsistas, técnicos e professores envolvidos no programa da Incubadora, mas também para a pesquisa sobre a realidade amazônica, tendo em vista contribuir com ações efetivas para alterar as condições de trabalho dos grupos de cooperativas populares e empreendimentos solidários, também o desenvolvimento regional sustentável, aqui compreendido como uma ação assentada nas práticas socioeconômicas das populações locais, estruturadas a partir da pequena produção organizada sob o regime familiar, portanto, como base comunitária.

Assim, se constituiu um momento privilegiado de redefinição de ações e saberes sobre a Amazônia, a partir de um rico processo de transmissão de conhecimento via intercâmbio das ações desenvolvidas por diferentes sujeitos de instituições governamentais e não governamentais com projetos afins.

Para a formação interna da equipe da incubadora desenvolve-se um ciclo de seminários denominado de jornada de ensino, pesquisa e extensão, o qual se tornou um evento mensal. Este ciclo tem possibilitado a discussão de diversas temáticas. No primeiro seminário, tratou-se especificamente de explicar o que é a Incubadora e qual o perfil do profissional que se quer formar. Isso nos possibilitou a criação de

um ambiente de debates sobre a metodologia da incubação, mas também levou-nos à necessidade de discutir os problemas regionais e as práticas sócio-econômicas dos sujeitos implicados no trabalho da ITCPES. Assim, direcionamo-nos para as formas de organização da pequena produção familiar, comunitária e associativista na Amazônia.

A reunião é instrumento central no trabalho da Incubadora, à medida que se tornou um fórum privilegiado para avaliação de nossas intervenções, e, consequentemente, para a proposição de ações e encaminhamentos necessários à prática de tomada de decisões coletivas sobre o processo de autoformação, também contribui para o desencadeamento de um processo de reflexão das situações com as quais se defronta no cotidiano e que são socializadas no sentido de se buscar soluções conjuntas.

O trabalho em equipe é dinâmico, exigindo-nos orientação de diversas ordens e, para isso, buscam-se formas também diferenciadas de compreensão da realidade vivenciada no âmbito da incubação como, por exemplo, os *fori* coletivos reuniões, seminários e oficinas para a avaliação interna para fazer fluir a crítica do planejamento e da execução realizados, visando a retomada e/ou revisão do processo de inserção empírica, eixo central da metodologia de incubação.

Esses momentos de reflexões possibilitam a compreensão do que se capturou na relação indivíduo/coletivo, ou seja, o ser/mundo, pois essa imersão dá origem à formulação de novos conhecimentos e encaminhamentos de ações práticas, visando o engajamento efetivo da equipe, uma vez que exige o estranhamento do fazer, de cada individuo, nos empreendimentos e, ao mesmo tempo, a familiarização com o público beneficiário ao construir uma relação que, saído do imediato, busca evidenciar o real-concreto a partir de uma explicação mediatizada pelo acúmulo de um conhecimento impresso em cada subjetividade, mas que se faz na construção coletiva, ou seja, com a participação de cada sujeito do grupo.

Hoje, a partir deste debate, observou-se a necessidade de uma releitura dos relatórios de acompanhamento mensal dos empreendimentos comunitários para que possa organizá-los sob a forma de artigos, com vistas à publicação de nossas atividades. Assim, pode-se dizer que a ITCPES vive um momento impar de sua prática, haja vista tratar-se de um projeto de extensão que busca a articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

A qualificação das intervenções torna-se meta no plano acadêmico-científico, para a socialização do que se considera urgente nas ações de incubação. A evidência da exclusão social do público beneficiário tem desafiado nossa capacidade de resolução das demandas sócio-econômicas, quando se está no âmbito da universidade que se propõe a ser uma instituição de produção e replicabilidade dos conhecimentos acumulados.

Nessa processualidade, a metodologia da ação-intervenção conduz à formulação de respostas capazes de alterar os problemas identificados, pois trata de uma abrangência estruturada na relação entre o individual e o coletivo. A diversidade de informações precisamente capturada transforma-se em dados efetivos para a reflexão da equipe da Incubadora e, simultaneamente, ações práticas traduzidas a partir de análises sócio-econômicas e jurídico-administrativas na perspectiva da autonomia dos grupos incubados.

A metodologia da incubação exige um primeiro passo que se constitui, na realidade, num processo de pré-incubação, um momento fundamental para a iden-

tificação das demandas dos grupos sociais e o estudo de viabilidade econômico-social dos empreendimentos para, num segundo momento, desenvolver atividades de incubação propriamente dita, ou seja, apoio e assessoria econômico-social, contábil e jurídica, tendo em vista a autogestão dos empreendimentos comunitários.

2. A interdisciplinaridade no planejamento e na ação de incubação

A multifaceticidade implícita aos empreendimentos associativistas exige uma ação interdisciplinar, isso fica mais evidente quando se propõe desenvolver o princípio de gestão com base na autogestão, o que nos leva ao campo da interdisciplinaridade, colocada a partir de duplo movimento: da construção do conhecimento apreendido na relação com os empreendimentos, momento em que se busca dar conta de questões epistemológicas, e da ação interventiva a partir de uma práxis que conecta compreensão crítica e prática concreta comprometida com os sujeitos sociais. Essas duas dimensões possibilitam a análise do processo, mas também a criação de mecanismos para a operacionalização de atividades articuladas à realidade dos sujeitos envolvidos no processo de conhecimento e, simultaneamente, na intervenção.

A interdisciplinaridade é essencial devido à participação ativa dos sujeitos no processo de incubação. Nesse sentido, a interação entre as diferentes áreas de conhecimento é mediatizada pelos planos de trabalhos específicos que se tornam o ponto de partida para se encontrar um elo comum, ou seja, elementos de ligação em busca de um conhecimento que extrapole as fronteiras de cada campo de conhecimento, possibilitando, assim, uma apreensão multifacética da realidade. Nesse movimento de reflexão-ação, a experiência de cada indivíduo é redimensionada e seus pontos de vista individuais, pautados em suas formações (social, econômica, jurídico-financeiro etc.) são entrelaçadas a partir de um movimento real, pois se desfaz efetivamente a divisão dos limites das técnicas específicas, caráter advindo do processo de produção gerado no contexto da revolução industrial, quando a engenharia capitalista cindiu a compreensão totalizadora para afirmar a dominação sob a fragmentação entre o mundo da vida e mundo do trabalho, provocando uma brutal redução na compreensão da totalidade social ao introduzir a segmentação entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Por essas razões, o trabalho na ITCPES exige uma ação planejada e em co-relação com diferentes áreas de conhecimento, pois esse processo garante o acompanhamento às cooperativas populares e empreendimentos solidários sob uma dinâmica sempre renovada. O trabalho em equipe gera uma ação unificada, pois é parte de um todo, não podendo ser visto sob uma lógica de segmentação nem isolamento de cada ação ou área de conhecimento. É aí que a interdisciplinaridade ganha sentido e encontra seu ponto de apoio, para re-conectar as teias da vida social, ou seja, economia, política e sociedade, sob o ponto de vista do trabalho coletivo que se quer criativo, o qual potencializa as atividades humanas concretas.

Sob esta compreensão não há, em princípio, nenhuma forma de conhecimento em si mesma ou totalizadora. Neste sentido, o diálogo entre as diversas formas de conhecimento (popular, artístico, filosófico, científico) favorece a compreensão unificada entre o mundo da vida e o mundo do trabalho, a partir de uma dimensão que é, ao mesmo tempo, subjetiva e objetiva. No entanto, a compreensão desse movimento não é tarefa fácil, pois exige abertura e desprendimento dos sujeitos envolvidos no processo de reflexão-ação, para que haja um "salto para

fora", ultrapassando os limites dos conhecimentos específicos para buscar a unidade entre as diferentes áreas do conhecimento (popular, artístico, filosófico, científico).

Hoje se pode afirmar que a Incubadora vive um processo dinâmico em relação o trabalho de equipe, o qual se orienta para uma produção coletiva. As reuniões, seminários e oficinas têm contribuído para a avaliação interna, em que acontece a crítica ao planejamento e à sua execução, bem como para a retomada e/ou revisão do processo de inserção empírica, eixo central da metodologia de incubação. Esses procedimentos técnico-operativos tornam-se momentos de reflexões e possibilitam a compreensão do que se capturou na relação indivíduo/coletivo, ou seja, o ser/mundo. Trata-se, na realidade, de um retorno ao ponto de partida para uma nova imersão, mas dessa vez, com a reformulação e a aprendizagem de novos conhecimentos e encaminhamentos de ações práticas, visando o engajamento efetivo da equipe.

O que acontece a partir de um estranhamento do fazer de cada indivíduo nos empreendimentos, pois o momento de reflexão da equipe de trabalho possibilita o distanciamento ou mesmo suspensão do fazer imediato e, simultaneamente, a familiarização de aspectos obscuros na relação com o público beneficiário. A ultrapassagem do fazer imediato visa à construção de um saber próprio a cada empreendimento, tomando como referência o real-concreto, isto é, a realidade de cada grupo social na relação com suas vivências cotidianas e as determinações mais gerais da formação sócio-econômica e cultural da sociedade brasileira/paraense. Assim, a explicação sobre as condições de vida dos grupos sociais não é somente mediatizada pelo acúmulo de cada participante, mas fundamentalmente pelos fenômenos multifacéticos do capitalismo, o que gera um conhecimento novo, fruto de cada subjetividade, mas que se faz na construção coletiva, isto é, com a participação de cada sujeito individual e coletivo.

Nesse processo de construção de uma tecnologia social voltada para a gestão de empreendimento autogestionários é um desafio constante e, às vezes, exige uma ação mais efetiva e mais próxima da realidade dos grupos sociais com o qual trabalhamos, bem como uma vontade forte traduzida em respeito e compreensão das diferenças dos indivíduos integrantes da equipe de trabalho. A reunião, no trabalho da Incubadora, torna-se um fórum privilegiado para esta construção coletiva e para a avaliação de nossas ações. Momento em que a tomada de decisões é colocada em xeque, bem como o processo de autoformação.

É no âmbito do debate fraterno, mas às vezes "duro", que a interdisciplinaridade contribui para o desencadeamento e a realização do processo reflexivo em relação às situações com as quais nos defrontamos em nossa prática cotidiana, mas também para a socialização do que se está sentido, pensando ou buscando como soluções para os problemas enfrentados no cotidiano da incubação.

Esta questão é visível na Incubadora e na sua relação com os cooperados, quando há a exigência da co-relação entre os conhecimentos técnico-científicos à própria estrutura da realidade, momentos que exigem a mediação entre os diferentes campos de conhecimento, de saberes e práticas para a solução de problemas concretos e imediatos. Nesse sentido, a crítica e a autocrítica nas atividades torna-se o eixo central da ação-intervenção-reflexão, pois é nesse âmbito que ocorre o debate e a troca de experiências entre professores, pesquisadores, técnicos, estudantes universitários e os diversos interlocutores na perspectiva de superação da atividade individual, em campos de conhecimentos fragmentados, que visam a ampliação necessária à complexidade colocada pela totalidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAZENDA, Ivani. *Interdisciplinaridade:* história, teoria. Campinas: Papirus, 1998.

INCUBADORA Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários: Relatórios de Acompanhamentos à Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários. Belém: ITCPES/CSE/UFPA, 2002 e 2003.

_____. Relatórios de Reunião e de Oficinas de Formação da ITCPES, 2004.

THIOLLANT, Michael. *Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Pesquisa Participante*. São Paulo: Papirus, 1988.

CAPÍTULO III

Certificação Social: o comércio justo como alternativa à agricultura familiar brasileira

ENSINO SUPERIOR DO CAMPO E NO CAMPO: UMA AÇÃO COLETIVA E SOLIDÁRIA EM ASSENTAMENTOS DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Josivaldo C. dos Santos

A Universidade do Estado de Mato Grosso, *Campus* Universitário de Sinop, desenvolve três projetos de pesquisa diretamente voltados para a zona rural. São eles: *Análise das políticas educacionais nos assentamentos de reforma agrária no norte de Mato Grosso; Educação ambiental e sócio-economia solidária; Discurso da terra: sentidos sobre a escola.* Esses três projetos de pesquisa, obviamente, possuem seus objetivos particulares que pretendem dar conta da especificidade e da abordagem a que se propuseram.

O projeto de pesquisa *Análise das políticas educacionais nos assentamentos de reforma agrária no norte de Mato Grosso,* realizado pelos pesquisadores, Professor Ms. Odimar J. Peripolli e Professor Ms. Ilário Straub, nos anos de 2003 e 2004, *propõe*

● através do estudo sobre as políticas educacionais adotadas nos projetos de assentamentos de reforma agrária no norte de Mato Grosso, contribuir com os órgãos públicos competentes, respaldando-os com subsídios científicos passíveis de efetivar uma política educacional voltada para uma eqüidade sócio-econômico-política dos assentados;

● analisar em que medida as políticas educacionais acompanharam as políticas de ocupação da região, especificamente no norte de Mato Grosso;

● identificar o grau de comprometimento das instituições públicas para com a educação nos assentamentos de reforma agrária que estão sendo implantados no norte do Estado de Mato Grosso;

● averiguar como se dá a relação dos assentados na divisão social do trabalho com o saber formal;

● possibilitar informações científicas aos acadêmicos da Unemat e/ou aos profissionais da educação que atuam no meio rural;

● possibilitar uma visão da realidade escolar dos assentamentos bem como colocar à disposição novas fontes de pesquisa, a partir das observações e conclusões verificadas nesse meio e com esses sujeitos sociais.

O projeto de pesquisa *Educação ambiental e Sócio-Economia Solidária,* realizado entre os anos de 2003 a 2005, pelos pesquisadores, Professor Dr. Fiorelo Pícoli e Professor Ms. Josivaldo Constantino dos Santos, propõe-se a objetivos e metas, tais como:

● possibilitar a formação de sujeitos cognoscentes em Educação Ambiental e Sócio Economia Solidária para o desenvolvimento econômico, ecológico e educacional na perspectiva da cooperação*;*

● cooperar com a construção de políticas públicas educacionais e ambientais para o desenvolvimento sustentável e solidário;

● analisar e contribuir com as políticas públicas dos processos de assentamento rural e as ações educacionais e ambientais neles desenvolvidos;

·desenvolver práticas pedagógicas e políticas que se embasem nas concep-

ções da economia solidária e da educação ambiental crítica, retroalimentando o ambiente pedagógico universitário;

● mobilizar os agricultores familiares para a organização de espaços sócios-econômicos para o exercício da economia solidária e da sustentabilidade.

O projeto *Discurso da terra: sentidos sobre a escola*, em fase de implementação nos anos de 2005 e 2006, coordenado pela professora Ms Maria de Fátima Castilho, propõe:

● analisar o discurso dos trabalhadores rurais assentados (na posição de sujeitos-pais) e dos professores (na posição de sujeitos do saber), identificando os efeitos de sentidos sobre a importância da escola para os sujeitos assentados, de modo a compreender o funcionamento discursivo sobre a educação, enquanto política social;

● estudar o discurso dos trabalhadores rurais assentados enquanto sujeitos-pais sobre a escola e como este funciona no seu cotidiano;

● identificar no discurso dos professores o pensamento teórico que fundamenta a ação pedagógica;

● averiguar que saberes são produzidos pela escola como importantes para a construção do conhecimento, considerando as condições de produção em articulação com o meio.

O objetivo comum entre esses projetos de pesquisa, passando primeiramente por conhecer a realidade do campo e dos sujeitos que nele habitam e produzem é encontrar meios e parcerias para que juntos, Universidade, demais instituições públicas e os/as pequenos/as agricultores/as, possamos viabilizar melhor qualidade de vida no e para o campo.

Por que falamos em **qualidade** de vida e não em padrão ou nível de vida? Porque, compactuando com Moacir Gadotti, em sua obra *Pedagogia da Terra* (2000), fazemos a distinção entre padrão, nível e qualidade de vida. Para o autor, falar em padrão de vida, ou em nível de vida é simplesmente falar em satisfazer apenas uma parte das necessidades dos cidadãos e cidadãs, o que geralmente se refere a suprir suas necessidades econômicas. Qualidade de vida é muito mais abrangente, ultrapassa a esfera de suprimento econômico e nas palavras do autor, ... faz referência à satisfação do conjunto das necessidades humanas: saúde, moradia, alimentação, trabalho, educação, cultura, lazer. Qualidade de vida significa ter a possibilidade de decidir autonomamente sobre seu próprio destino (p. 62).

É justamente qualidade de vida que falta para os homens, mulheres, crianças e jovens do campo. Um povo que tem uma maneira singular de realizar seu trabalho, de organizar sua vida, sua família, de viver sua religiosidade, de se relacionar com o meio ambiente, de produzir conhecimento, enfim, um povo de identidade própria que na produção de sua cultura, produz também cotidianamente a sua própria existência a esse povo falta a tão necessária qualidade de vida.

Nossas pesquisas nos revelam situações de extremo abandono em que se encontram os assentados das regiões em que atuamos, o que não é diferente em todo o estado de Mato Grosso. Precariedade e/ou inexistência de estradas que liguem os assentados entre si e com a cidade, total falta de comunicação entre o campo e a cidade, ausência de energia elétrica, de postos de saúde, de água tratada, de lazer e de escolas com condições de funcionamento, principalmente, que

essas escolas atuem como escolas DO campo e não simplesmente como escolas NO campo, com professores/as e organização curricular urbanizados.

É preciso uma educação no e do campo. "No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às necessidades humanas e sócias" (CALDART, 2002, p. 26).

A ausência da qualidade de vida se manifesta na não aceitação e, portanto, na negação do campo como espaço próprio de vida e de realização humana, visto que a cidade é compreendida como modelo de organização desenvolvida. Modelo este que deve ser perseguido e conquistado para que se consiga o status de cidadão/ã, enquanto que o campo sempre foi entendido como a sobra da cidade, o que está fora dos limites da cidade e, portanto, como lugar primitivo, lugar de atraso. Nesse sentido, os homens e mulheres do campo, trabalhadores e trabalhadoras do campo, são vistos/as "... como 'outros inferiores', como 'menores', cidadãos de segunda categoria, concebidos como provisórios, passageiros" (SILVA, 2002, p. 114).

Nessa preconceituosa e excludente maneira de compreender o espaço rural, não se vislumbra os homens e mulheres do campo, agricultores/as de base familiar, como capazes de tomar decisões sobre suas vidas, visto que precisam ser integrados à vida da cidade, pois o campo é apenas uma passagem da barbárie para a civilização, passagem do NÃO SER para o SER, passagem do NÃO TER para o TER, passagem do NÃO SABER para o SABER. O campo é a negação de... É a ausência de... O campo é o purgatório e a cidade é o prêmio para quem conseguir pagar suas penas. Obviamente não se pode falar em qualidade de vida nessas condições! Para Kolling, Nery e Molina (1999): um dos problemas do campo no Brasil é a ausência de políticas públicas que garantam seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham, (...), precisa-se de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual (p. 58).

Por acreditar que a conquista da qualidade de vida dos/as habitantes do campo, passa impreterivelmente pela esfera da educação, a Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop, organizou uma comissão composta de professores/as, acadêmicos/as e representantes dos movimentos sociais para juntos elaborarmos uma proposta de um curso de Pedagogia para os assentados, visto a grande demanda para o curso por parte dos professores e professoras que vivem e trabalham nos assentamentos e também requerido pelas secretarias municipais de educação da região norte de Mato Grosso que desejam a qualificação de seus quadros de magistério. A comissão passou a se reunir semanalmente para estudar o *Manual de Operações*, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e os projetos de curso superior voltados para o campo, respectivamente, o projeto de *Pedagogia da Terra* do Campus Universitário de Cáceres e Barra do Bugres (UNEMAT). No decorrer desses estudos, organizamos seminários para ouvir e firmarmos parceria com o PRONERA, as secretarias municipais de educação da região, representantes dos movimentos sócias, tais como: MST(Movimento Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT (Comissão Pastoral da Terra), MMC (Movimento das Mulheres do Campo) e PJR (Pastoral da Juventude Rural) e ainda, a PRPPG (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da UNEMAT).

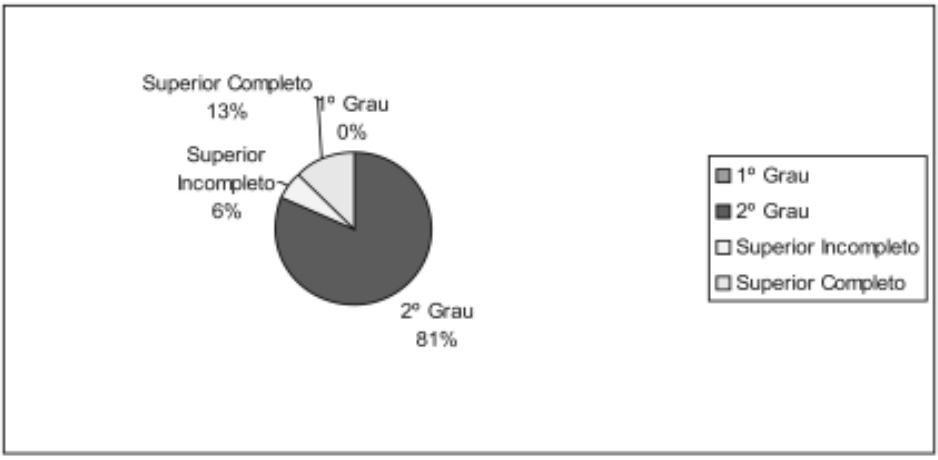
Ouvimos, refletimos, discutimos em pequenos grupos e debatemos em plenária as demandas e as prioridades apresentadas pelas secretarias municipais de educação e pelos movimentos sociais presentes e que representavam os seguintes municípios e/ou distritos: Sinop, Santa Carmem, Vera, Feliz Natal, União do Sul, Trivrelato, Tabaporão, Nova Ubiratã, Tapurah, Itaúba, Ipiranga do Norte, Colider, Alta Floresta e o distrito União do Norte. Enfim, decidimos coletivamente como prioridade pelo curso de Pedagogia e Alfabetização a nível médio.

As secretarias municipais de educação presentes apontaram uma demanda de 204 professores e professoras da zona rural com necessidade de formação superior.

No gráfico abaixo, utilizamos o assentamento da Gleba Mercedes 5, localizado no município de Sinop como exemplo de demanda para a formação superior (dos 22 professores, 16 foram entrevistados).

Quanto ao nível de escolarização, apenas 13% dos professores/agricultores possuem o terceiro grau (2 professores); os demais apenas o ensino médio, o que nos mostra a extrema urgência de qualificação através de cursos de formação de professores. Segundo eles, a formação de nível superior é prioridade para o aprimoramento pessoal e melhor qualidade no processo ensino –aprendizagem da Gleba.

Grau de Escolarização



Fonte: Projeto de Pesquisa Educação Ambiental e Sócio-Economia Solidária (2003).

Discutirmos sobre os conceitos de educação NO e DO campo se faz necessário para que possamos avançar em relação ao reconhecimento e comprometimento político do campo como espaço singular de realização humana, de espaço de vida, com sabedorias e racionalidades próprias. Dessa forma, só faz sentido um curso de Pedagogia que reconheça o campo como espaço vivo, "onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural" (FERNANDES, 2002, p. 92).

Em um Estado que prioriza o agro-negócio através do apoio maciço do governo à monocultura da soja, do algodão e do arroz e que compreende o campo apenas como espaço de investimento e especulação não há a preocupação em proporcionar condições para que os homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras do campo permaneçam no campo. Segundo Lopes e Ferreira (2004), "o que

se fez (...), foi feito em regime de exceção e tolerância, jamais em reconhecimento de seus direitos de cidadãos" (p. 77). Isso fica evidente quando visitamos assentamentos[32] em nossa região e percebemos como estão lá organizadas as escolas rurais, escolas No campo e não DO campo, ou seja, não se percebe na organização curricular o mínimo de atenção à diversidade cultural, aos valores, aos ideais que dizem respeito à identidade dos que vivem no e do campo. "A escola rural, quase sempre desqualificada e sem projeto para os camponeses, é anônima e invisível. Por isso mesmo, ela trabalha e defende, consciente ou inconscientemente, o projeto excludente da modernização conservadora do campo" (LOPES e FERREIRA, 2004, p. 79).

Não temos de fato em nosso Estado uma política educacional que contemple o campo em toda a sua diversidade, incluindo aí o reconhecimento dos homens e mulheres da agricultura familiar como agentes que constroem cultura e sob ela criam e recriam suas vidas, seus sonhos, suas crenças, suas utopias. A falta de uma política educacional para o campo, "... se explica pela correlação de forças sociais, políticas e econômicas que insiste em privilegiar a urbanização massiva, propondo para o campo a produção empresarial excludente" (LOPES; & FERREIRA, 2004, p. 76).

Em 30 de março de 2005, a Revista *Veja* apresentou uma matéria onde fica claro que no século XXI não há espaço para uma política de investimento no campo, na agricultura familiar, e sim a propagação da idéia de urbanização em detrimento da vida no campo. Ao campo somente a especulação via agroindústria.

Para João Gabriel de Lima, (2005), autor da matéria, a idéia de que o Brasil jamais terá justiça social e nem será desenvolvido caso não se faça a reforma agrária é uma idéia que surgiu "de visões ideológicas ultrapassadas (...). Hoje, com uma economia de forte perfil industrial, uma produção agrícola que é fruto de um intenso processo de mecanização e mais de 85% dos cidadãos vivendo em cidades, essa é uma idéia absolutamente fora de lugar" (p. 53). E continua o autor com suas idéias preconceituosas em relação à vida do pequeno agricultor.

> Por que condenar um sem-terra a viver no campo se, com um trabalho na cidade, ele pode ganhar mais com uma rotina menos estafante, além de estar mais próximo de escolas para os filhos e hospitais para a família? Distribuir terra é mais caro e menos efetivo, do ponto de vista do desenvolvimento da nação, do que garantir uma boa instrução escolar a todos e proporcionar créditos para a criação e ampliação de pequenos negócios. Além disso, há cada vez menos terras a ser distribuídas no Brasil. A maior parte delas está nas mãos da agroindústria, que exporta, gera divisas para o país e proporciona alimentos de melhor qualidade e mais baratos para a população (p. 53).

Ora, sem, entrarmos em análises profundas dessas afirmações, apresentaremos alguns pontos detectados nessa citação que chamaram a atenção pelo descaso para com os trabalhadores e trabalhadoras do campo e pela reafirmação do

[32] Temos como base os assentamentos Gleba Mercedes 5 no município de Sinop- MT e o Projeto Casulo no município de Santa Carmem- MT.

não interesse pela criação de políticas voltadas para os interesses e necessidades dos que fazem do campo a sua vida. 1º- o pequeno agricultor está privado de mecanização e, portanto, seus produtos não são de boa qualidade e por isso chega mais caro para a população; 2º- menos de 15% da população vive no campo, então para que reforma agrária se a demanda é tão insignificante? 3º- a vida no campo é uma condenação, é fundamental que o homem e mulher do campo partam para a cidade, pois viver na cidade é sinônimo de maior ganho (salarial) e menos estafa (lembrei-me da obra de Marizza Bonazzi e Umberto Eco: *Mentiras que parecem verdade*); 4º- morar na cidade fica "... mais próximo de escolas para os filhos". Está solidificada a ideologia de que escola é próprio de cidade, quem quer "saber", dirige-se à cidade. Se a escola for ao campo é com uma condição: ensinar as coisas da cidade, com professores e professoras da cidade, ou professores e professoras do campo, cooptados)as) pela idéia de urbanização; 5º- para o autor, escola é para "instrução" e não para educar. A autêntica escola no e do campo, educa, não instrui; 6º- a vantagem da cidade aparece pela possibilidade do/a cidadão/ã do campo (agora cidadão/ã da cidade) administrar pequenos negócios, pois, por menor que seja, qualquer negócio é melhor que viver no campo, pois este é lugar específico de especulação para a "... agroindústria, que exporta, gera divisas para o país e proporciona alimentos de melhor qualidade...".

Ao homem e mulher do campo que vêem sua vinculação, cumplicidade, identidade com a terra desrespeitada por ideologias dessa natureza, abandonando o campo, restam-lhes o anonimato das multidões nos "currais alternativos" da cidade, assim como nos mostra Carlinhos Mato Grosso (CD Canção de Fogo), em uma de suas composições, *Currais alternativ*os:

"Seu moço quando vejo uma boiada
Comendo essa poeira do sertão,
Me lembro de uma outra que deixei lá na cidade,
Que teima em se chamar de multidão".

Que os trabalhadores e trabalhadoras do campo não se transformem em boiada migrando para a cidade, mas que, juntos, Universidade, secretarias de educação (municipais e estadual), movimentos sociais, ONGs, PRONERA e os próprios habitantes do campo possamos lutar coletivamente por políticas públicas em prol do reconhecimento do campo como espaço de realização pessoal e coletiva, como espaço de vida e de construção da existência dos seus habitantes.

Acreditamos, pois, que um curso de Pedagogia para os(as) que pretendem ser e para os(as) que já são professores e professoras dos assentamentos pode, dar além de base para essas lutas, também ser um grande impulso para a conquista da qualidade de vida coletiva de toda uma comunidade. Um curso de Pedagogia que se alicerce na cotidianidade de cada sujeito do processo educativo, que parta de seus saberes e de suas aspirações afim de que novos conhecimentos sejam produzidos, conhecimentos estes que os levem a pensar e a refletir as questões universais a partir de sua realidade, a partir do seu lugar, a partir de sua identidade, de sua cultura. Um curso de Pedagogia que proporcione aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, condições de "... aproximarem-se e conquistarem o domínio dos conhecimentos historicamente construídos para o melhor desempenho de seu trabalho e conquista de melhor qualidade de vida, um e outro exigidos por todos que vivem e trabalham no campo" (LOPES; e FERREIRA, 2004, p. 90).

Em síntese, propomos um curso de Pedagogia que, em sua organização curricular, dê condições para que cada cidadão e cidadã que habita o campo, reconheça-se como sujeito de direitos e, portanto, como condutores de seus próprios destinos. "... uma pedagogia que forme e cultive identidades, auto-estima, valores, memória, saberes; que trabalhe com processos educativos de continuidade, mas também de ruptura cultural; de enraizamento e de projeto; de olhar para o passado para construir novas possibilidades de futuro..." (CALDART, 2002, p. 132), porém, futuro no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salete. Ser educador do povo do campo. In: KOLLING, Edgar José; CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete (orgs.). *Educação do Campo:* identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar José; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (orgs.). *Educação do campo:* identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

CASTILHO, Maria de Fátima. *Discurso da terra* - sentidos sobre a escola. Sinop-MT. UNEMAT, 2005 (projeto de pesquisa).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: KOLLING, Edgar José; CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete (orgs.). *Educação do Campo:* identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra.* São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão)

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Catagna (orgs.). *Por uma educação básica do campo (memória)*. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 1999. Coleção Educação do Campo, nº 1.

LIMA, João Gabriel de. Idéias que paralisam. *Veja*, nº 13, ano 38, edição 1898. Editora Abril, p. 52-56, 30 de março. 2005.

LOPES, Ana Maria; FERREIRA, Eudson de Castro. Tybysirá: *Educação do campo e visibilidade social* - uma experiência no sertão do Araguaia. Brasília, Idéa Editora., 2004.

MATO GROSSO, Carlinhos. *Cancão de fogo*. Sinop-MT : Estúdio KN, 2003. 1cd : digital, estéreo. 199.015.501.

PERIPOLI, Odimar João; STRAUB, Ilário. *Análise das polítcas educacionais nos assentamentos de reforma agrária no norte de Mato Grosso*. Sinop MT. UNEMAT, 2003-2004 (projeto de pesquisa).

SANTOS, Josivaldo Constantino dos; PÍCOLI, Fiorelo. *Educação ambiental: processos socioculturais para a reconstrução curricular e a construção da sócio-economia solidária.* Sinop-MT: UNEMAT, 2003-2005 (projeto de pesquisa).

SILVA, Rosa Helena Dias da. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: uma leitura comparativa a partir da temática da educação escolar indígena. In: KOLLING, Edgar José; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (orgs.). *Educação do Campo:* identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

ESCOLA DO CAMPO: UMA PROPOSTA SOLIDÁRIA

Odimar J. Peripolli

Trabalhar a questão escola rural: a questão da educação no campo x educação do campo é uma questão ainda bastante complexa. A complexidade está no fato de tratar de duas realidades bastante diferentes (no e do campo); segundo, porque a "história do pensamento pedagógico e das políticas de educação no campo têm nexos com os padrões de desenvolvimento sócio-econômico do meio rural, marcados por quase quatro séculos de escravidão e por acentuada concentração fundiária que levou a população trabalhadora a uma trajetória de expulsão e de expropriação, contra a qual ela desenvolveu estratégias de resistência" (DI PIERRÔ, M. C.; ANDRADE, M. R. In: www.acaoeductiva.org.br>acesso em setembro de 2004).

Outra dificuldade na abordagem do tema consiste no fato de que, para entender porque o trabalhador do campo ainda permanece marginalizado do processo de escolarização, é necessário olhar/entender/compreender toda trajetória de constituição do sistema educacional brasileiro.

Ainda: estamos falando de uma realidade – campo - que não se constitui apenas como um espaço físico, mas também num espaço social, em constantes mudanças, patrocinadas pelo êxodo rural. Êxodo que se agravou a partir da década de 1970 (séc. XX) quando se instalou no país a política para o campo com o slogan: "exportar é o que importa" (política dos militares para o campo), efetivada/patrocinada pela modernização conservadora e pelo desenvolvimento seletivo.

Como falarmos ou partirmos em defesa de uma proposta de educação do campo/específica, em um espaço que se mostra cada vez mais vazio? Fruto de políticas agrária e agrícola que protegem, cada vez mais, a monocultura; em grandes áreas; dispensando parte significativa da mão-de-obra. Estamos falando de um espaço agrário cada vez mais modernizado e urbanizado.

Diante deste quadro – voltado para os interesses do capital - é possível pensarmos/defendermos práticas solidárias (economia solidária e educação solidária)? Sim, é possível. Tanto que, ao penarmos esta possibilidade, que já se apresenta como necessidade, estamos pensado/buscando alternativas que venham possibilitar novas práticas econômicas e/ou educacionais, até mesmo fazer frente a este modelo excludente de agricultura e pensar em uma escola capaz de preparar trabalhadores competentes, capazes de solucionarem seus próprios problemas. Ou seja, uma escola capaz de preparar homens e mulheres com interesses/valores voltados para a prática de uma agricultura familiar, em pequenas propriedades, que priorize práticas/valores que estimulem a independência e a competência – o saber.

É preciso partir em defesa de uma escola que esteja, de fato, comprometida com valores que são tão próprios entre os trabalhadores do campo, principalmente a solidariedade. Valor que foi sendo substituído/engolido por práticas individualistas, egoístas, próprias de práticas onde se valoriza a competição.

Hoje, para o trabalhador do campo, não é mais aceitável aquela escola apenas das primeiras letras. Aquela escola apenas do saber ler e escrever para saber votar no candidato x, y ou z.

Como bem ressaltam Di Pierrô, M. C. ; Andrade, M. R., no Relatório "Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: dados básicos para uma avaliação",

> Uma das motivações para alfabetização das camadas populares foi ampliação das bases eleitorais de diferentes grupos políticos, em cujo imaginário a educação era então pensada como mecanismo de liberação de obstáculos ao progresso econômico, como eram percebidas a ignorância da população mais pobre e as desordens sociais.(p.20).

Percorrendo um pouco a História do Brasil vamos perceber claramente como foi trabalhada/pensada a questão da educação para o homem do campo. Esta preocupação chegou bastante tarde, somente no século XIX. Neste período a economia agrícola, voltada à monocultura, não necessitava dos trabalhadores uma qualificação escolar. As políticas educacionais eram pensadas pelas elites que privilegiavam escolas apenas para seus filhos, em escolas nos grandes centros urbanos e/ou fora do país.

Já no século XX, com o início de um processo de industrialização e urbanização – tendo como conseqüência o êxodo rural – a educação rural foi pensada como mecanismo de contenção destes trabalhadores em direção das cidades (êxodo rural).

Por repetidas décadas, principalmente após os anos 70, séc. XX, estamos assistindo levas e levas de pequenos proprietários, trabalhadores rurais, deixando suas propriedades/terras em busca de uma "vida melhor" nos centros grandes centros urbanos, onde: sem recursos, sem qualificação profissional , com baixa e/ou nenhuma escolaridade, passam a viver em grandes favelas; outros tantos, ainda buscam a "terra prometida" em novas fronteiras agrícolas – MT, PA, RO ...

São mais de 500 anos de história e de sucessivos governos, de diferentes cores partidárias, dos mais diferentes discursos (inclusive os "voltados para o social"), que vêm privilegiando políticas agrária e agrícola que levam à concentração de terras nas mãos de poucos proprietários – dando origem aos grandes latifúndios, expropriando um sem número de pequenos proprietários de suas terras – e conseqüentemente do saber. Até porque as escola vão sendo desativadas por falta de alunos.

As Escolas Rurais: um pouco da história

Estas começam a ser implantadas muito tardiamente no campo, ou seja, só no final do séc. XIX é pensado uma escola para os filhos dos trabalhadores rurais. Esta escola teria como finalidade domesticar o trabalhador.

Nas décadas de 20, 30, século XX, a escola teria como função estancar o êxodo rural; uma escola capaz de atender às novas exigências do desenvolvimento econômico, ou seja, fazer com que as populações do campo pudessem participar deste processo de desenvolvimento. Em outras palavras, prepara-las para o trabalho (CALAZANS. 1981).

Já nas décadas de 40, 50 e 60, a preocupação maior esteve voltadas à alfabetização de jovens e adultos. Na verdade, eram programas de caráter essencialmente assistencialistas, uma vez que a população rural era considerada, pelas elites, como sendo formada por sujeitos incultos, atrasados e desajustados.

São deste período os programas organizados pelo MEB (Movimento de Educação de Base), transmitidos pelas rádios, com conteúdos pedagógicos inspirados em Paulo Freire (Pedagogia Libertadora).

No país, neste período da história (início da década de 60) o número de programas de alfabetização e educação popular era bastante significativo, principalmente para jovens e adultos. Eram patrocinados pelos mais diferentes movimentos sociais que, resultado da sociedade organizada, partem defesa das camadas da população excluída, tanto a rural quanto a urbana. Estes movimentos começam a incomodar as elites que se sucediam no poder, detentoras do poder econômico e político. Viam nos movimentos sociais uma ameaça aos seus privilégios.

Com o famigerado golpe de 1964 (militares no poder), fim dos governos populistas, os programas voltados à educação popular, na cidade e no campo, foram interrompidos. Serão mais de 20 anos de censura contra qualquer forma de organização que viesse em benefício dos excluídos. As escolas foram as que mais sofreram com a censura. Tudo era vigiado pelo Estado, inclusive os conteúdos ministrados. Longo período de atrazo no sistema educacional brasileiro, onde a escola era pensada por tecnocratas, fazedores de projetos, pedagogistas de plantão, sem participação a comunidade, dos que sabiam fazer educação.

Em síntese, todos os programas de alfabetização e educação popular de jovens e adultos foram interrompidos. E o tema sobre educação rural só voltou a cena já no final da década de 70. Os programas criados não obtiveram resultados satisfatórios, pois não houve, de fato, um comprometimento com os que trabalhavam no campo.

A urbanização, fruto do êxodo rural, tem se intensificado muito nas décadas de 70 e 80, em decorrência da modernização conservadora e o tema escola para o campo (educação do campo) nos anos 80. Período em que a transição democrática começa a ocorrer no país. Só os anos 90, graças aos movimentos sociais, a escola/educação do campo para ocupar novamente os debates.

Considerações Complementares

Como tem prevalecido a idéia, ao longo da história do país, da política das "primeiras letras" para os trabalhadores rurais, aquele que mexia com terra, então, os investimentos sempre foram pouco significativos. Se não eram necessárias as letras para os trabalhadores, logo não era necessário a escola. Ao trabalhador bastava força nos braços, disposição para o trabalho... O estudo era privilégios dos filhos dos coronéis, dos caudilhos, homens que possuíam terras.

No período do regime militar (1964 – 1985) a política educacional rural seguia o modelo americano. De lá vinham os pacotes prontos (conteúdos e metodologias), com o objetivo de massificar a escola para que todos. Sabendo ler, os trabalhadores iriam consumir mais, uma vez que poderiam melhor identificar melhor os produtos eram importados, principalmente dos USA.... Qual era a finalidade dos cursos de extensão rural? E do Mobral?

Após a abertura política (1985), até os dias de hoje, o campo/rural vem se re/estruturando nos moldes cada vez mais afiado com o capital, até porque as monoculturas vêm tendo grande aceitação nos mercados internacionais, ex., o soja. Em outras palavras, o campo se pauta sobre o discurso do agronegócio...

Caracterizando a Escola Rural

Como regra, a escola do campo, geralmente é isolada, de difícil acesso, com apenas uma sala, um professor, sem supervisão pedagógica e, principalmente: com um currículo que privilegia uma visão urbana da realidade.

Nestas condições se produz, o que não poderia ser diferente, uma educação de má qualidade. Este quadro tem ainda, outros fatores como responsáveis: pouca/baixa escolaridade (poucos anos de estudo), ou seja, os alunos, filhos de trabalhadores rurais estudam, em média, bem menos do que os que estudam nos centros urbanos. Em outras palavras, um jovem trabalhador do campo só consegue completar seus estudos básicos fora do seu local de trabalho (roça) se for faze-lo na cidade. Ocorre que no campo o nível de escolaridade oferecida, geralmente vai até a 4ª série; muitas escolas apresentam estruturas físicas precárias, muitas até improvisadas. Aulas são ministradas em galpões, casarões, barracões abandonados, sem condições mínimas para atividades/atividades pedagógicas; geralmente os currículos são cópias dos urbanos, sem adaptações, ou seja, impregnados de valores e concepções urbanas, o que leva muitos estudantes a ficarem desmotivados, resultado da dicotomia entre teoria e práticas diárias; a mão-de-obra familiar faz com que muitos abandonem os estudos ainda muito cedo, pois precisam trabalhar para ajudar no sustento da família. Estamos falando de uma das causas, se não a principal, da evasão escolar no meio rural; os professores geralmente estão em início de carreira, muitos não formados; a distância dos centro maiores, os baixos salários, o excesso de trabalho, se apresentam como fatores de desmotivação deste profissionais.

Então, quer pela qualificação inadequada ou insuficiente, pela falta de assistência pedagógica ou mesmo pelo isolamento a que os professores são submetidos, quer pela falta de transporte escolar adequada, ou outros aspectos desfavoráveis que possam ser levados em conta, a escola rural, de modo geral, tem se apresentada como problemática.

A Escola Rural Hoje

> A história do pensamento pedagógico e das políticas de educação no campo têm nexos com os padrões de desenvolvimento sócio-econômico do meio rural, marcados por quase quatro séculos de escravidão e por acentuada concentração fundiária que levou a população trabalhadora a u8ma trajetória de expulsão e de expropriação, contra a qual ela desenvolveu estratégias de resistência (Di Pierro e Andrade, In: www.acaoeducativa.org. br> acesso em setembro de 2004).

Hoje, há todo um discurso em defesa da permanência do trabalhador/do filho do trabalhador na terra. O que seria ideal, pois os centros urbanos não oferecem trabalho para todos. Até porque muitos destes trabalhadores ali chegam sem nenhuma formação profissional, outros tantos semi ou analfabetos.

É muito comum vermos os centros urbanos, nas suas áreas periféricas, um sem número de favelas, habitadas por de trabalhadores vindos do campo, fruto do êxodo rural, patrocinado pela modernização da agricultura (excludente) e pelo desenvolvimento seletivo (também excludente).

A maneira como vem sendo pensadas/adotadas as políticas agrária e agrícola para o campo, principalmente após da década de 70, século XX, têm produzido duas realidades bem distintas. De um lado, a concentração de terras (latifúndio)

nas mãos de poucos, bem como a riqueza e a fartura; de outro lado (para a grande maioria), a miséria, o atrazo e, sem exagero, a favelização nas pequenas propriedades rurais.

Então, um discurso, puro e simples, no sentido de que os trabalhadores rurais, aqueles que têm na terra sua única forma de subsistência/renda, ali permaneçam, sem que se façam mudanças profundas, significativas, seria incoerência. Precisamos, antes de tudo, sair em defesa de políticas públicas que venham ao encontro dos pequenos proprietários, ou seja, políticas agrária e agrícola capazes de instrumentalizar estes trabalhadores para que se tornem auto-suficientes, capazes de serem os próprios protagonistas e solucionadores de seus próprios problemas.

Em Defesa de uma Escola Específica/ Educação do Campo

Porque da defesa de uma escola específica/do campo? Fernandes (2002, In: www.acaoeducativa.org.br >acesso em setembro de 2004), ressalta a expressão "campo" em substituição ao "rural", concebendo-o como " um espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas por aqueles que a vivem, e não mais como um espaço territorial, demarcado por área".

Na mesma direção caminha Martins (2003, In: www.acaoeducativa.org.br >acesso em setembro de 2004), "ao pensar o homem do campo para além da reduzida categoria de ´trabalhador rural´". Ou seja, cada grupo social que vive no campo (agricultores, ribeirinhos, arrendatários, meeiros...) têm suas especificidade cultural, bem como suas necessidades humanas e sociais, bem como uma dinâmica própria de desenvolvimento.

Dentro desta perspectiva/visão é preciso conceber uma educação para o campo que contemple, de fato, o "modus vivendi" destes sujeitos, possuidores de necessidades humanas e sociais próprias, bem como de uma especificidade cultural. Segundo Fernandes, 2002, In: www.acaoeducativa.org.br>acesso em setembro de 2004), "[...], nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa[...].

Embora estejamos falando de um espaço rural, dentro de uma concepção de "espaço social", que se moderniza e se urbaniza de forma acelerada, ainda existem áreas com características próprias, ou seja, "rural". Em outras palavras: ali as pessoas ainda vivem do trabalho voltado às atividades agrícolas; em pequenas propriedades/minifúndios; usam a mão-de-obra familiar; estabelecem relações de troca de dias de trabalho (mutirões); se reúnem em comunidade (aos domingos e dias santos, na igreja, na venda). Há troca de víveres entre as famílias como farinha, açúcar, banha... Há rezas/novenas nas casas dos visinhos (natal, páscoa). Então, porque não uma escola com características próprias para o campo?

Não podemos mais pensar o meio rural/campo dentro de uma visão romântica. Para quem vive na roça, para quem tem na terra seu único meio de sustento, em pequenas propriedades: o levantar cedo, as intempéries do tempo (frio, seca, enchentes, estradas, distâncias..., abandono), não há nada de tão romântico...

Ainda: o processo de modernização e urbanização do campo não vem ocorrendo igualmente em toda as regiões e/ou em todos os tipos de propriedades. Ou seja, é preciso diferenciar a realidade vivida por quem vive/trabalha nas pequenas propriedades rurais, das grandes propriedades. São dois "mundos" bem/bastante diferentes.

Tanto a modernização (em termos tecnológicos) como a urbanização (valores urbanos no meio rural) vêm ocorrendo, mais sistematicamente, nas grandes propriedades (latifúndios voltados à monoculturas). Vejamos: o que é disponibilizado em uma feira agropecuária para a agricultura familiar? Nada.

Quando defendo a idéia de uma escola do campo/específica/diferenciada da escola urbana, penso numa escola que valorize aspectos/características próprios do campo, que defenda valores que estejam voltados aos interesses destes trabalhadores.

> [...] que preconiza um novo jeito de construir um projeto de educação com a participação dos trabalhadores rurais – sujeitos desse processo educativo. Uma construção a várias mãos, e não um projeto de educação pensado para eles, pronto e acabado (Di Pierro e Andrade, In: www.acaoeductiva.org.brbr> acesso em setembro de 2004).

Segundo dados do IBGE (In: Correio Riograndense. Caxias do Sul, 10/12/2003), entre 1991 – 200, houve uma diminuição de 26% na população jovem do meio rural só na região Sul, "totalizando uma queda de 420 mil jovens.

Segundo a reportagem, 60% dos jovens (da região Sul) querem permanecer na terra, mas "a falta de alternativas concretas e viáveis para garantir a sobrevivência no meio rural tem levado um número cada vez maior a migrar para as cidades em busca de emprego". Uma realidade que pode ser estendida para as demais regiões do país.

Um quinto da população do país encontra-se na zona rural, somando 32 milhões de pessoas (www.inpe.gov.br >acesso em 08.07.2004). A média de analfabetos chega a 29,8% (www.folha.oul.com.br> acesso em 08.07.2004).

Portanto, devemos sair em defesa de uma escola rural que priorize práticas que garantem o acesso à terra e aos instrumentos de apoio (crédito, tecnologia adequada, qualificação profissional, organização da produção, etc.), bem como o acesso aos serviços de saúde e educação de boa qualidade e à infra-estrutura comunitária de lazer. Só assim será possível visualizarmos perspectivas para que os jovens possam acreditar que é possível viver no meio rural.

Diante da precariedade do capital sociocultural, decorrente do desamparo histórico a que a população do campo vem sendo submetida, e que se reflete nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade é uma ação prioritária para o resgate social dessa população (www. inep.gov.br>acesso em 08.07.2004).

Ainda: "a educação, isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável" (ibid.).

Segundo Polan Lacki (In: www.agroline.com.br>acesso em 21.05.2004), " o conhecimento é agora tão, senão mais, importante fator o desenvolvimento e esta situação tende a intensificar-se. No próximo século , a aplicação e acumulação do conhecimento dirigirão os processos de desenvolvimento e criação oportunidades sem precedentes para o crescimento e a redução da pobreza" .

O presidente do Banco Mundial (James D. Wolfensohn), cuja principal função é exatamente outorgar créditos para o desenvolvimento, reconhece que o conhecimento é mais importante que o capital" (ibid.).

"Ser eficiente já não é uma vantagem, mas sim um requisito", afirma. Ser eficiente, portanto, depende de uma educação/escola de qualidade. Dentro de uma perspectiva de economia solidária, "o salve-se quem puder, terá que ceder lugar ao juntemo-nos para que possamos salvar-nos todos", completa.

Finalmente, "as soluções dos problemas que com mais freqüência afetam a maioria dos agricultores, requer fundamentalmente de insumos intelectuais e não tanto de insumos materiais", conclui.

Mas, porque os agricultores que desenvolvem a agricultura familiar, grosso modo, não conseguem resolver seus próprios problemas? "Pelo simples motivo de que não lhes foi ensinado a formular e executar de forma correta, soluções compatíveis com os recursos que realmente possuem, nem utilizar estes últimos na plenitude de suas potencialidades. Não lhes foi ensinado nos seus lares porque os seus pais não poderiam ter-lhes transmitido conhecimentos que eles mesmos nuca adquiriram; também não lhe ensinaram na escola", finaliza o autor.

Para finalizar, importa dizer que alguns estudiosos vêm propondo uma revisão de critérios no sentido de se estabelecer o que pode ser considerado, de fato, urbano e rural. Abramovay e Veiga (2000, 2001, In: www.acaoeducativa.org.br> acesso em setembro de 2004), defendem a idéia de que é preciso "derrubar o mito de um Brasil rural em extinção" Segundo estes, existe no imaginário social uma divisão entre espaços territoriais urbano e rural pelas "oposições carência/presença de serviços públicos, exclusão/inclusão de direitos de cidadania, atraso/modernidade.

É preciso "considerar e valorizar a diversidade e as especificidades do meio rural" (VEIGA, 2001, In: www.acaoeducativa.org.br> acesso em setembro de 2004). Segundo o autor "o padrão utilizado para distinguir campo e cidade, rural e urbano, é o critério espacial, ao invés da densidade demográfica". Ou seja, o número de pessoas vivendo em determinada área/local é o que determina se tal espaço é rural e/ou urbano.

Como exemplo coloca o fato de que, numa reserva florestal, com um único núcleo domiciliar, com poucos habitantes, é, pelos critérios atuais, como urbano. O que equivaleria comparar com um duplex situado em uma grande avenida de um grande centro, como Paulo.

O autor conclui que é preciso que sejam estipuladas outras variáveis, outros critérios (para dizer o que pode ser considerado como rural e/ou urbano) – além da densidade demográfica, como, por exemplo, outras atividades econômicas (não só aquelas agrícolas), como indústrias e os serviços (as chamadas atividades não agrícolas).

Abramovay (2000, In: www.acaoeducativa.org.br> acesso em setembro de 2004), alerta para o fato de que mais importante que os números para se definir rural e urbano "é compreender a dinâmica regional, as relações sociais, econômicas, culturais e políticas entre o campo e a cidade".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, 2000, Disponível em: www.acaoeducativa.org.br> acesso em setembro de 2004

ABRAMOVAY, 2000 e VEIGA, 2001, Disponível em: www.acaoeducativa.org.br> acesso em setembro de 2004

CALAZANS, 1981, Disponível em: www.acaoeducativa.org.br> acesso em setembro de 2004

DI PIERRO e ANDRADE, 2003,Disponível em: www.acaoeducativa.org.br> acesso em setembro de 2004

FERNANDES, 2002, Disponível em: www.acaoeducativa.org.br>acesso em setembro de 2004

IBGE, In: Correio Riograndense, 0/12/2003

MARTINS, 2003, Disponível em: www.acaoeducativa.org.br>acesso em setembro de 2004

POLAN LACKI, Disponível em: www.agroline.com.br>acesso em 21.05.2004

VEIGA, 2001, Disponível em: www.acaoeducativa.org.br> acesso em setembro de 2004

www.inep.gov.br>acesso em 08.07.2004.

www.folha.aol.com.br> acesso em 08.07.2004

UMA EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA EM EDUCAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO, A COOPERAÇAO E A SOLIDARIEDADE POPULAR

João Ivo Puhl

A economia solidária está na pauta dos debates de organizações de trabalhadores do campo e da cidade, de ONGs, de Pastorais Sociais de Igrejas, de universidades e de organismos internacionais de cooperação há pelo menos uma década. Nesse tempo foram criadas secretarias especiais municipais, estaduais e federais por governos que se autodenominam populares preocupados com políticas sociais para o desemprego, a renda e condições de vida das maiorias na economia capitalista excludente.

Considerando a história, a amplitude e a complexidade desses debates, apresentamos e analisamos a metodologia desenvolvida pela FASE-MT[33] no processo de organização e capacitação política e técnica de agricultores familiares do Vale do Guaporé e de outras regiões do estado de Mato Grosso em assessorias prestadas entre 1986-2005.

Centramos a abordagem na metodologia educacional construída na prática da organização associativa, cooperativa, sindical e política e na capacitação técnica de agricultores familiares. Essa metodologia propunha-se estimular iniciativas coletivas e solidárias na economia do campo como estratégia política para criar alternativas de organização, produção, agro-industrialização, comercialização e consumo que pudessem configurar um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, em regime de economia solidária.

Faremos a explicitação de conceitos necessários à enunciação da experiência e análises ao longo do texto ao apresentarmos as práticas dos sem terra na luta pela posse; descrevermos as ações educativas; enunciarmos as condições de produção e execução da metodologia e apontarmos possíveis usos sociais desta ou de sua replicabilidade em outras experiências.

1. A Grilagem[34] De Terras No Noroeste-Mt - 1970-86.

Ante a possibilidade de testemunhos oculares de protagonistas dessa história, priorizamos as fontes orais. Na sua constituição utilizamos técnicas e referências teóricas da história oral. Apresentamos uma síntese do processo de ocupação e construção da fronteira noroeste do Brasil em Mato Grosso, entre 1970-1986, a partir das "representações e práticas de agentes sociais, no processo de construção do conflito na fronteira[35] ".

[33] A ONG FASE em Mato Grosso, será tratada com os seguintes nomes ao longo do texto: FASE-GUAPORÉ-MT; FASE-MT; PROGRAMA REGIONAL MATO-GROSSO; e a FASE-NACIONAL para indicar a sede da direção geral, no Rio de Janeiro.

[34] No Vale do Guaporé, composto pelos municípios de Vila Bela, Pontes e Lacerda, Comodoro, Nova Lacerda, Nova Conquista D'Oeste e Vale do São Domingos, qualquer área de conflito de terras é conhecida e chamada como "grilo" e os ocupantes de um grilo são considerados "grileiros". Os próprios trabalhadores sem terra que participam da ocupação muitas vezes se autodenominam "grileiros". Os demais atores sociais da região assim os chamam. As vezes usa–se a denominação "grileiro", neste texto, para significar o posseiro, ocupante de terras privadas ou devolutas em confronto à lei e às armas dos proprietários legais ou pretensos proprietários.

[35] Este era o objeto central da monografia de especialização em historiografia e metodologia do ensino de história, concluída em 2001, para obter o título de especialista em história, pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

Segue uma descrição do processo de ocupação dos espaços de fronteira investigados e a apresentação de uma metodologia da luta pela conquista da terra construída e experimentada nas décadas de 1970, 80, 90 e utilizada por grupos de sem terra, até os dias atuais.

1.1. O Processo de Ocupação da Fronteira Noroeste

A partir de 1950 penetraram no Vale do Guaporé-MT grandes agropecuárias apoiadas pela política federal de colonização, estimuladas pela "Marcha para o Oeste". O governo do Estado criou instrumentos jurídicos e entregou terras a 22 colonizadoras do Sul do país[36] . Criou no sudoeste as colônias estaduais de Rio Branco e Jauru. Em 1955, tentou a primeira colonização no Guaporé através da Colonizadora Sul Brasil, à qual concedeu 200 mil hectares em Pindaituba, entre os atuais municípios de Pontes e Lacerda e Nova Conquista D'Oeste. A venda das terras originou latifúndios titulados, sem ocupação efetiva. Nas décadas de 1960 e 70, os governos do Estado concederam terras aos latifundiários e as regularizaram. (CABAN, 1999, p. 4-5).

Tavares (1993) e Guimarães Neto (2003) pesquisaram o apelo da propaganda das empresas colonizadoras e do Estado, as esperanças, as utopias e os sonhos dos sem terra nas suas regiões de origem. Constatam que se mobilizaram mais pessoas que as desejadas nos projetos. Mas do Vale não havia propaganda das empresas ou do governo. Como explicar a migração sem esses fatores tão determinantes nas análises dos autores sobre os processos de ocupação da fronteira oeste e norte do país?

Em canção popular composta por Moacir[37] expressa-se o sonho presente no imaginário de quase todos os lavradores que buscavam Pontes e Lacerda:

> Nós viemo de tão longe, cansado de caminhá,
> Em busca de uma terra pru nosso sustento tirá.

O "nós viemo de tão longe" indica a percepção de que a migração afetou os lavradores coletivamente. A estratégia de propagação da notícia de que havia terras férteis e desocupadas no Vale do Guaporé ocorreu mais por contatos diretos entre parentes e vizinhos dos primeiros peões utilizados pelas agropecuárias para iniciarem suas atividades, do que por propaganda organizada. Muitos peões ficavam desempregados e não mais podiam retornar ao seu local de origem. Escreviam ou visitavam os parentes falando-lhes das facilidades para conseguir terra em Mato Grosso, o que motivou muitas famílias do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás a se deslocarem para a região.

A trajetória e as motivações porque vieram a Pontes e Lacerda estão registradas em depoimentos como este:

> Sempre caçando um meio de vida mais mió. Porque no estado de Pernambuco, nós era fraco. Mudamos pro Alagoas prá vê se melhorava um pouco. Deu certo. Melhorou mais, foi o tempo que eu me formei, me casei. Aí vim pro estado de S. Paulo

[36] Cf. Moreno: 1993

[37] Lavrador do Guaporé, gleba São Domingos, canta e toca no violão esta canção em três estrofes, gravada em fins de 1989, em Vídeo VHS, por um técnico da FASE.

> caçando melhora. Quando melhorou um pouquinho no estado de S. Paulo, minha família foi aumentando, aí mudei pro Paraná, até que eu saí do Paraná e vim aqui pro Mato Grosso. Toda vez caçando melhora. Então aqui, graças a Deus eu achei que foi suficiente. Eu cabei de formar a minha família toda, os filhos criei tudo. Já hoje, já tudo casado. Naquele tempo eu cheguei com as crianças tudo novo. Hoje já sou pai de bisneto. Já tem filhos tudo casado. Casei os filhos tudo, as filhas. Hoje tem neto e tem bisneto. Então acho que aqui foi um lugar dos melhor que achei pra criar a família onde eu fui (...) de Pernambuco eu saí com meu pai, minha mãe e meus irmãos (...) Porque naquele tempo nós não tinha nada, que viver na terra dos outros. Então tinha que caçar o melhor (...) eu trabalhava na terra dos outros. Quando eu vim encontrar terra própria pra melhorar, foi aqui no Mato Grosso[38] .

Nesse depoimento, ressaltamos o "caçando melhora para criar os filhos" que é sonho pesquisado por Guimarães Neto (2003) e o "trabalhava na terra dos outros" lembra os mitos da "terra livre" e do "trabalho camponês autônomo" também referido por LEITE (1991: p.53 e 68). Melhorar de vida e ter terra própria era sinônimo para os sem terra, pois o melhor lugar era onde esse sonho se concretizasse, ao se afirmar: "*quando eu vim encontrar terra própria pra melhorar foi aqui no Mato Grosso*."

Os migrantes buscavam Pontes e Lacerda para se empregarem nas fazendas onde muitas vezes praticavam violências contra os trabalhadores e a escravidão de peões. Isso também havia em outras regiões por onde já tinham passado. Dois fatores, no entanto, foram decisivos para se desenvolver a prática da grilagem de terras: o aparecimento de lideranças[39] dispostas a enfrentarem a polícia e os "pistoleiros" capazes de mobilizarem as esperanças de realização dos sonhos dos trabalhadores e a existência de outros interessados a disputa de terras que se conjugaram numa aliança contra os latifundiários, sustentando a luta militar, econômica e política pela posse da terra.

1.2. Estratégias da Ação dos Posseiros

A ação dos "posseiros" no Vale do Guaporé indica uma estratégia política que iniciava com o levantamento e estudo das áreas a serem ocupadas quando o "posseiro" mostrava que não era apenas uma vítima indefesa do processo social. Trabalhadores sem terra levados às imensas florestas pelas empresas agropecuárias observavam, comentavam e analisavam as áreas por onde passavam, despertando o interesse pela terra de mata.

Continuavam as buscas nos cartórios, no INCRA, no INTERMAT etc. usando os serviços de aliados para obter informações. Descoberto o dono ou detentor do título, ou sabendo que era terra "branca,"[40] verificavam se a terra era agricultável,

[38] Entrevista com seu João e dona Laura na sua residência no bairro da periferia de Pontes e Lacerda em agosto de 2000.

[39] São também chamados de profissionais do grilo. Várias dessas lideranças são conhecidas no Vale do Guaporé, pois participaram de diversos grilos não com o interesse de terem a terra para produzir, mas para vendê-la e tirar o seu sustento do negócio.

[40] "Terra branca" pode ser uma área de terra devoluta ou com titulação duvidosa ou falsa.

se tinha água, mata e madeira. Identificam os limites e onde poderiam iniciar a abertura de picadas e a colocação de marcos. Todo esse processo foi descrito com detalhes em vários depoimentos.

O diagnóstico era uma etapa importante para o sucesso da mobilização dos interessados por terras, realizado por um pequeno grupo de pessoas, lideranças que tinham mais coragem e discurso convincente. Nos relatos sobre o grilo de São Domingos destacaram-se, entre outros: Vivaldo, Catarino, Baiano do Rato, Chapéu de Couro, João Bispo, Bastião Mão de Onça, Baianinho, Zé das Verduras,...

A preparação para a entrada na área podia demorar vários meses ou apenas dias. O exemplo dos sem terra interessados na gleba Scatolin, no início da década de 1970, reuniam-se sob a liderança de "homens corajosos" nas casas na vila de Pontes e Lacerda, para definirem procedimentos preparatórios e traçar as estratégias de ocupação. Preparavam ferramentas de trabalho, sementes e mudas para plantarem assim que entrassem na terra.

Houve situações em que os líderes viajavam pelas cidades da região sudoeste de Mato Grosso para arregimentar gente, quando a área descoberta fosse grande. No caso de S. Domingos de 1979-83, foi mobilizado gente de Mirassol, São José dos Quatro Marcos, Jauru e Pontes e Lacerda. Grupos se articulavam nas igrejas e nos sindicatos de trabalhadores rurais, outras vezes grupos de parentes ou pessoas originárias do mesmo estado e município se juntavam e entravam em contato com as lideranças do movimento.

A ocupação e a consolidação da posse era a operação mais arriscada e perigosa. A entrada na área acontecia em surdina. Ocorria mais em finais de semana ou à noite, em períodos e locais que permitiam maior tempo de trabalho na área, sem serem denunciados pelo movimento de gente ou pelo barulho dos machados e a fumaça das queimadas.

O primeiro trabalho era abrir um travessão ou picadão central que cortasse a área fora a fora. Depois abriam as picadas laterais ou paralelas para a demarcação dos lotes.

"*A lei era lotes de 41 alqueires, tendo 500 de cabeceira e 2.000 metros de fundo ou comprimento*", segundo um posseiro[41] . Outras vezes, a demarcação dos lotes era de áreas menores "*para caber mais gente e aumentar a força de pressão*[42] ". Houve glebas onde aceitaram até pequenos fazendeiros com alguns recursos para terem mais força[43] .

A abertura das picadas, demarcadoras dos lotes e a colocação de marcos de madeira era trabalho de grupos de "posseiros" que entravam numa determinada parte da gleba.

Os "posseiros" entravam próximo do período das chuvas para dar tempo de fazer uma pequena derrubada, queimar e plantar as sementes e as mudas e construir um barraco de pau a pique.

A descoberta dos "invasores" pelos funcionários da fazenda poderia demorar meses. Logo verificavam a extensão do problema, entrando em contato com seus patrões. Às vezes, os próprios donos vinham e em outras enviavam grupos de trabalhadores sob a coordenação de um gerente[44] .

[41] Entrevista com Tonho Toca, em julho de 2000, na comunidade do Guaporé, gleba e agora município Vale do São Domingos – MT.

[42] Entrevista com Mané Prado, novembro de 2002.

[43] Entrevista com Lourenço Nunes, em julho de 2000.

[44] Entrevista com Joãozinho, da comunidade do Guaporé, em julho de 2000.

Assim iniciavam as ameaças e a violência dos confrontos se instalava. As ameaças poderiam ser simples avisos, pressões psicológicas como o uso de máquinas e do fogo para derrubar plantações e benfeitorias até a violência das prisões, torturas, humilhações físicas e morais. Algumas vezes ocorria o despejo judicial, outras o extrajudicial executado por "pistoleiros", seguranças ou jagunços da fazenda ocupada, com ajuda da polícia. Nesses casos, os posseiros ou desistiam da área ou se rearticulavam e retornavam depois.

Concluída a disputa e consolidado o controle sobre as terras, os "posseiros" e compradores de posses construíam o discurso da legalidade ao falarem da forma como adquiriram suas terras. Justificam as transgressões à propriedade, mas constroem o direito da propriedade adquirida como posse. As representações do significado do ter a terra, no entanto não eram iguais para todos os participantes da luta.

1.3. A luta Continua...

A luta pela terra continua, apesar da reconcentração em algumas glebas de posses mais antigas. O processo de aposseamento vem reproduzindo a categoria dos agricultores familiares ou de pequenos pecuaristas de leite no Vale do Guaporé. Eles se mantém estáveis apesar do êxodo provocado pelo fim das matas e da agricultura e o rápido processo de pecuarização[45] .

A construção da região do Vale do Guaporé foi um processo de ação coletiva e discursiva e se constituiu no vale dos sonhos, das lutas, dos sofrimentos, das ameaças, das mortes, mas também das vitórias sobre latifúndios, da coragem dos "posseiros/grileiros", dos mitos humanos e dos tempos heróicos. Ali houve uma verdadeira guerra civil entre forças sociais confrontadas no cenário e no tempo. A desobediência civil a lei nacional ocorreu como norma de ambos os lados. Os usos da força e da violência foram consequências imediatas e as alianças foram fundamentais para o sucesso do latifúndio ou da pequena posse.

O jogo de forças não só se estabeleceu no campo local, mas se construiu com forças supra-regionais. Os governos estadual e federal a serviço dos fazendeiros, com a emergência da força dos "grileiros", obrigaram-se a intervir para controlar o conflito. A criação de milícias rurais com forças públicas e paramilitares, durante o governo de Júlio Campos[46] , teve no Vale do Guaporé a sua estréia. A criação da UDR e suas milícias em meados da década de 1980, transformaram o período no mais violento em confrontos, que motivaram o I PNRA da Nova República e o I PRRA - MT a partir de 1986.

2. A Constituição da Equipe da FASE - MT[47] - 1986...

A FASE - MT, nasceu da experiência de agentes de educação popular filiados a ASCCMT- Associação de Solidariedade a Comunidades Carentes de Mato Grosso, que atuavam na periferia urbana de Cuiabá e em parceria com a CPT - MT – Comissão de Pastoral da Terra de Mato Grosso no meio rural, em duas frentes de trabalho: organização sindical dos trabalhadores e assistência a posseiros em conflitos de terra, desde 1984[48] .

[45] Expressão usual para significar o processo de abandono da agricultura, priorizando a pecuária bovina nas glebas de regularização fundiária e de assentados.

[46] Governador de Estado de Mato Grosso entre 1982-85.

[47] FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.

[48] A ASCCMT foi fundada em 1984. Seu Estatuto define como objetivos e funções a educação e organização popular.

A equipe inicial da ASCCMT era composta por estudantes de agronomia e direito e professores da Faculdade de Educação da UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso em parceria com militantes políticos de esquerda retornados ao país após a anistia em 1979, e artistas de teatro de rua, comunicação popular escrita, oral e audiovisual[49] .

A convicção de que a transformação revolucionária da sociedade só viria através de um processo de educação e capacitação das classes populares para a organização de base e de massas consolidou-se entre os membros da equipe a partir de um processo de avaliação e revisão das práticas frustradas de oposição armada ao regime militar de 1968-74. Processo iniciado ainda no exílio e continuado no retorno à pátria pós 1979.

Uma das críticas mais presentes nas avaliações apontava o equívoco do vanguardismo da esquerda sem base de massas ou de fraca articulação entre elas, partindo para o enfrentamento do regime ditatorial nas guerrilhas urbanas e rurais. Essa atitude, apesar do heroísmo, foi considerada como um voluntarismo baseado em avaliações equivocadas das possibilidades de sucesso, inspiradas pelos desejos e idealismo dos militantes. Também resultado de concepções teóricas e subseqüentes práticas das vanguardas frente às massas populares[50] .

Não abordamos todos os aspectos do revisionismo que orientou as opções metodológicas e políticas quando se constituiu a equipe FASE GUAPORÉ-MT, em 1987, articulada com outras já existentes no país desde 1960, mas apenas remetemos o leitor interessado a alguns dos textos que inspiraram essas avaliações[51] .

Compreender as opções teórico-metodológicas e práticas da equipe da FASE-MT, demandou analisar as concepções teóricas explicitadas em inúmeros documentos como os planos trienais, os planos operativos anuais, os relatórios anuais e trienais, relatórios de reuniões semanais e mensais, relatórios das atividades de campo socializadas e analisadas sistematicamente. Além destes, há os textos da equipe e da direção nacional da FASE sobre metodologia de educação popular, organização de base e de massas, capacitação e treinamento de lideranças, as relações entre lideranças e as massas, os educadores populares, os intelectuais orgânicos, os atores sociais coletivos, os significados políticos das experiências econômicas cooperativas etc.

As concepções da equipe se assentavam na crença da capacidade de autogestão da sociedade, na conscientização das classes dominadas para a transformação de suas condições históricas através da auto-organização e do exercício democrático do auto-governo. As questões fundamentais eram como sair da situação de massa amorfa e desorganizada? Quem daria o passo inicial? Como desencadear este movimento?

Acreditava-se na necessidade de lançar a semente ou o fermento na massa através da formação política e técnica de lideranças que se articulassem em núcleos de base territorial local. Nas reuniões de lideranças nos núcleos seriam traçadas as estratégias de ação e de intervenção política nos espaços organizacionais das comunidades eclesiais, escolas, associações, núcleos sindicais, nos campos etc.

---

[49] Citamos alguns dos componentes dessa equipe: prof. Passos; estudantes de direito Faraó, José Bruno, agronomia Cláudia Calório; ex-exilados, integrantes do COLINA – Carmela Pezzutti e seu filho Murilo; artistas populares – Vilmon Alves e Pedrinho.

[50] Cf. atas de reuniões da equipe e plano trienal entre 1986-88.

[51] Ver VV.AA. *Autonomia e autogestão*; Castoriades Gramsci, Paulo Freire, Thiolent, Carlos Rodrigues Brandão e outros.

A articulação das lideranças participantes das reuniões dos núcleos de base formava o Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé[52] , movimento de lideranças capacitadas e articuladas politicamente para uma ação coletiva e planejada, nas instâncias organizativas já existentes no campo.

A descoberta de potenciais lideranças, era um verdadeiro trabalho de garimpagem assumido no começo pelos agentes externos[53] , que acreditavam que era necessário conhecer ao máximo a realidade dos lavradores no seu cotidiano. O caminho mais eficaz para conquistar a confiança das pessoas seria a inserção física dos educadores no meio rural[54] .

Os educadores da FASE dispunham de uma boa base de apoio: escritório instalado na cidade de Vila Bela; dois veículos para os deslocamentos e o transporte do pessoal; aluguel de uma casa de formação na pequena vila de São Domingos, desde 1987 e materiais, equipamentos didático-pedagógicos e recursos financeiros para o trabalho por três anos[55] .Visitavam os sitiantes da gleba, casa por casa, estabelecendo contatos, diálogos e pesquisando a realidade sócio-econômica-cultural das famílias[56] .

Anteriormente, já anotamos que eram posseiros de lotes médios de 41 alqueires paulistas, ocupados entre os anos de 1978-83, regularizados pelo INCRA entre 1983-90. Em 1986, viviam a euforia da conquista da terra, mas já sentiam os efeitos da falta de continuidade de organização e de políticas públicas de apoio como créditos agrícolas, assistência técnica, estradas transitáveis, infraestrutura social e educacional, comercialização e beneficiamento da produção agropecuária, comuns no meio rural das fronteiras amazônicas, na época.

A FASE-NACIONAL, criada em 1960[57] , como uma instituição assistencialista, incorporou, nos '*anos de chumbo*' da ditadura militar no Brasil, inúmeros ex-padres e ex-seminaristas em seus quadros. Influenciados pelas novas orientações pastorais e teológicas da igreja católica, emanadas do Concílio Vaticano II, entre 1962-65 e da Conferência dos bispos da América Latina realizada em Medellín na Colômbia, em 1968. Assim, em 1973, tendo incorporado também militantes de esquerda, a FASE afirmava entre os seus COMPROMISSOS BÁSICOS[58] o investimento em educação e organização das classes trabalhadoras do campo e da cidade, atuando nos locais de trabalho e de moradia, criando organizações associativas e sindicais e movimentos sociais reivindicatórios dos direitos humanos básicos e de cidadania.

Em fins da década de 1970 e início dos anos 80, ampliou seus horizontes de trabalho político educativo, investindo na constituição de sujeitos sociais coletivos em quatro frentes[59] : sindicalismo operário urbano; associações de moradores das

[52] Cf. debates realizados na equipe entre 1988-90.

[53] Conferir os critérios estabelecidos pela equipe para observar e estender convites aos lavradores que neles se enquadrassem para participarem dos encontros de formação.

[54] Tratava-se de estabelecer num núcleo urbano um escritório de apoio e os educadores morando no meio rural em contato diário com os lavradores.

[55] Os planos eram trienais, elaborados pela equipe, aprovados pela direção nacional da FASE e financiados pelas agências de cooperação do consórcio da FASE.

[56] Desenvolveu-se o trabalho com uma detalhada pesquisa com nove eixos temáticos, cf. relatório de 1987-88.

[57] Cf. textos da DIREX, que circularam como subsídios para a revisão do perfil da FASE no início da década de 1990.

[58] Título de um documento que foi por muitos anos a cartilha utilizada na formação dos educadores da FASE e como apresentação aos de fora.

[59] As frentes concebiam a ação educativa da FASE, junto a um determinado público alvo, ou uma categoria de trabalhadores ou por local de moradia, investindo na organização e formação de lideranças para dirigirem as organizações e os movimentos sociais subseqüentes.

periferias urbanas ou movimento comunitário; trabalhadores rurais assalariados ou bóias-frias; e pequenos produtores rurais posseiros assentados de colonizadoras ou do INCRA ou pequenos proprietários.

Essas frentes compunham-se de várias equipes com inserção localizada em diversas regiões do território nacional, junto ao público alvo a ser educado e organizado para atuar como sujeito coletivo em movimentos sociais. As equipes de educadores de cada uma das frentes se articulavam e construíam planos de ação e estratégias educacionais e político-metodológicas comuns.

3. A Trajetória Educativa da FASE - MT – 1986 - 2005

A FASE GUAPORÉ-MT já se criou como parte da frente PP - Pequenos Produtores Rurais, participando da sua articulação e formulação de propostas gerais, mas também propondo um plano trienal[60] de ação a partir do conhecimento e avaliação da realidade dos agricultores familiares, conforme as concepções teórico-metodológicas dos educadores. Considerando essa realidade, apresentamos neste relato a análise da experiência educacional da FASE-MT em cinco momentos.

3.1. A Inserção dos Educadores no Campo – 1986 - 1988

Consideramos como primeira etapa o período entre 1986-88[61] e o processo inicial de conhecimento através da inserção e convivência cotidiana com os lavradores. Consistiu na estratégia política de aproximação para o conhecimento[62] das pessoas, dos problemas que enfrentavam, das aspirações que alimentavam, das disposições que manifestavam para enfrentar e superar as situações problemáticas identificadas.

Os educadores visitavam as famílias, momento em que quando dialogavam e observavam as roças, as pastagens, as construções e instalações rurais, as moradias, mas também visitavam as escolas, conversavam com os professores e alunos. Participavam das celebrações religiosas, dos eventos esportivos, das reuniões das associações com os técnicos da EMATER-MT, das reuniões promovidas pelo sindicato dos trabalhadores rurais, de festas e eventos diversos que envolviam a população rural da gleba[63] .

A estratégia inicial propunha como prioridade a formação e a organização sindical[64] , mas a percepção do desgaste da ação do sindicato junto aos posseiros e as necessidades econômicas imediatas dos trabalhadores convenceu a equipe a iniciar pelo associativismo, resolvendo alguns problemas imediatos, como o beneficiamento do arroz. Além disso, havia uma certa convicção ideológica expressa nas análises da equipe de que os sindicatos seriam instrumentos organizativos urbanos, portanto menos adequados que as associações no meio camponês[65] .

[60] Cf. planos trienais e relatórios anuais e trienais.

[61] Conforme plano trienal e relatórios de 1987 e 88, quando a equipe de educadores era composta por Carmela Pizzutti, Murilo Pinto, Cláudia Calório e Vicente José Puhl; no escritório de apoio em Vila Bela atuavam Devaina Mendes Leite... .

[62] O conhecimento da realidade através de um amplo e embasado diagnóstico era o primeiro passo essencial do método de educação de base popular.

[63] Os educadores utilizavam várias técnicas combinadas para conhecerem a realidade – diálogos informais, entrevistas, observação participante, filmando e fotografando atividades e eventos etc.

[64] Cf. correspondência entre membro da ASCCMT, Murilo Pinto e o Pe. Luiz Tanguy, pároco de Pontes e Lacerda, essa documentação encontra-se nos arquivos da referida paróquia e da CPT, em Cuiabá.

[65] A análise dos documentários de vídeo sobre a história da luta pela terra e as inúmeras referencias às Ligas Camponesas ou outras formas associativas no campo podem ser indicadores.

Os objetivos dessas práticas da inserção eram conhecer as pessoas e suas práticas; estabelecer relações de confiança com os lavradores jovens e adultos; garimpar[66] potenciais lideranças a serem capacitadas, observando seus comportamentos; estabelecer diálogos e trocas de idéias sobre as experiências de produção, de organização (eclesial, escolar, associativa, esportiva, sindical, etc), de cooperação agrícola (troca de dias de serviço, de equipamentos, ferramentas de trabalho, sementes, produtos, mutirões); identificar "*núcleos de bom senso*[67] " nas pessoas contatadas como possíveis participantes de um processo de formação política e de capacitação técnica posterior.

Nessa etapa se realizavam vários tipos de ações nas comunidades estimuladas pela equipe de educadores. Ocorreu em 1987 a primeira reunião dos lavradores do Guaporé com membros da FASE para discutir os seus problemas, quando foi elaborado -se uma extensa lista de problemas, classificados em os solucionáveis internamente, com as próprias forças das pessoas da comunidade e os que exigiriam recursos e ajuda externa em forma de políticas públicas e/ou parcerias.

Definiram-se problemas para a busca de solução pela ação imediata do grupo[68] . Estabeleceu-se como prioridade aliviar o trabalho das mulheres substituindo o socador de arroz no pilão por uma máquina mantida na comunidade o que também diminuiu taxas das rendas pagas aos particulares. Assim, decidiu-se criar uma associação de lavradores para adquirir uma máquina de beneficiar arroz.

O conhecimento dos agricultores/as em ação e a arrecadação de recursos para realizar investimentos coletivos foram realizados através das atividades de observação participante dos educadores nos torneios de futebol utilizando equipamento de som e fazendo animação cultural das reuniões de grupos de jovens, das peças de teatro, dos mutirões para construção de barracos sedes de associações e da realização dos primeiros encontros de formação político-sindical de lavradores, buscando sempre ensinar fazendo, e fazendo aprender. Assim nasceram do trabalho educativo da FASE, as primeiras '*uniões de lavradores*'[69] , as associações nas glebas São Domingos, Alagoinha e Furna Azul em Pontes e Lacerda e Arrozal em Vila Bela, nos anos de 1988 e 89.

3.2. O Movimento de União dos Lavradores – 1988 - 1991

A segunda etapa refere-se ao período entre 1988 -1991[70] , quando se ampliou o universo de atuação da equipe com a criação dos núcleos de lideranças de base em cada uma das comunidades rurais onde já existia uma associação de produtores e havia lideranças que já participaram de atividades formativas da FASE.

[66] Metáfora extraída da experiência cotidiana dos trabalhadores e muito utilizada no discurso da equipe para significar o processo de procura e pesquisa dos melhores potenciais humanos em termos de liderança.

[67] A expressão "núcleo de bom senso" de A. Gramsci referia-se na equipe à capacidade de análise da realidade manifestada por uma pessoa num diálogo com um educador em que identificava criticamente causas e conseqüências de problemas vivenciados pelo conjunto dos lavradores.

[68] Conferir relatórios das reuniões semanais de socialização, arquivo da FASE.

[69] O conceito '*união dos lavradores*' pretendia expressar um processo de organização para a ação conjunta dos posseiros em grande parte inspirado na experiência da FASE em Santarém - PA, da CPT-MT e da ASCCMT, opondo-se à perspectiva das associações criadas por políticos e órgãos públicos para obterem recursos dos órgãos da assistência social – LBA – ou de fundo perdido como do POLONOROESTE, durante a 'Nova República' e no governo do PMDB com Carlos Bezerra em Mato Grosso.

[70] Período em que a primeira equipe da FASE-Guaporé-MT, sofreu desfalques com a morte do Murilo Pinto, o retorno de Carmela Pizzutti à Belo Horizonte, o afastamento temporário para estudos de pós-graduaçao de Cláudia Calório, mas também a recomposição da equipe com o ingresso de Leonel Wolfart, Wiliam César Sampaio (1990) e João Ivo Puhl (1991) e com a transferência do escritório de Vila Bela para Pontes e Lacerda e da residência dos técnicos de São Domingos para a sede do município.

A articulação sistemática e os encontros de lideranças dos núcleos de base foram o embrião do que depois veio se denominar em 1989 e 90 como MUL - Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé que, naqueles anos, realizou a 1ª e a 2ª Assembléias[71] tratando de consolidar as seis associações, iniciar a criação de delegacias sindicais nas comunidades como base de uma oposição sindical, investir em tecnologias de produção e na comercialização, através do CTA – Centro de Treinamento de Agricultores, depois denominado de Centro de Tecnologias Alternativas e ainda mais adiante, ao se institucionalizar, foi chamada de ACTA – Associação do Centro de Tecnologias Alternativas[72] .

O MUL se estruturava de forma paralela às instituições sociais existentes no meio rural. A base era o núcleo que reunia ,localmente lideranças capacitadas e testadas na prática organizativa pela sua iniciativa, atuação democrática, perspicácia analítica dos problemas, pela força de sua argumentação para o convencimento dos demais participantes da comunidade eclesial, da associação ou de outra forma de representação social no local de moradia. Participar do núcleo de base pressupunha que a pessoa exercesse influência sobre outros moradores não só pelo discurso, mas também pelo exemplo prático[73] .

Deveria, também, estar disposta a caminhar na gleba, visitando e conversando com os seus vizinhos sobre os problemas e as soluções que poderiam ser construídas pela organização. Era, ainda, responsável pela convocação das pessoas para participar das reuniões; pelo convite às pessoas identificadas como potenciais novas lideranças a serem capacitadas; participava das reuniões do núcleo, que precediam as assembléias daquelas organizações de massas que denominavam de ferramentas de luta, tais como associações, delegacias sindicais, assembléias sindicais e eclesiais; participava de reuniões com técnicos da EMATER, políticos e/ou empresários, como no caso do algodão[74] ; deviam propor e defender ações de cooperação como mutirões, negociações coletivas com as algodoeiras, a prefeitura[75] etc..

Entre as atividades educativas e formativas da FASE se destacavam, nesse momento, os ciclos de formação realizadas em várias etapas cada. Havia o ciclo básico em três etapas intercaladas por algumas semanas para a observação e leitura da realidade; a prática de alguns aprendizados teóricos; a avaliação de suas próprias práticas e o desempenho de novas tarefas de liderança na família e na comunidade.

Esse ciclo tratava de três temas centrais: Etapa 1. Histórico da Luta pela Terra; Etapa 2. Política Agrícola, comercialização e Tecnologias Alternativas; Etapa 3. Organização Social e Política. Cada módulo tinha um caderno de subsídio de apoio. Mais tarde, as novas lideranças chegaram a chamar essas cartilhas de subsídio como “A escritura do Movimento”[76] .

---

[71] Cf. imagens de arquivo em vídeo, fotografias, boletim Cacaio, texto base e relatórios.

[72] O debate inspirado pela REDE AS-PTA, Altieri (1989) e outros sobre o pacote tecnológico proposto pela “revolução verde”, considerado insustentável e inadequado tanto para o ecossistema local como para a cultura e condições econômicas dos pequenos produtores rurais com quem a FASE atuava. Considerava-se, portanto, como alternativas as tecnologias acessíveis e, ao mesmo tempo, mais adaptadas às condições agro-ambientais que possibilitassem produção que garantisse segurança alimentar e melhoria das condições de vida no campo.

[73] Estas eram características atribuídas pelos educadores e dirigentes do movimento exigidas de um líder ou de uma liderança exercida no coletivo de direção democrática.

[74] Renegociação do preço dos insumos conduzida pelos plantadores com a empresa 4 M, de São José dos Quatro Marcos, com a assessoria da FASE.

[75] Em 1989, houve uma pesquisa da arrecadação de ICMS sobre o consumo e venda de produtos na gleba São Domingos para reforçar a reivindicação de estrada, escolas e benfeitorias ante o poder público municipal.

[76] Boletim de nome Cacaio, nos arquivos da FASE-MT, em Cáceres.

Também havia um ciclo básico para jovens em que se seguia, com adaptações, o método da Ação Católica: ver – julgar – agir. Em cada etapa ocorriam os três passos do método, mas, na primeira, acentuava-se e exercitava mais o ver como era a realidade e como funcionava; na segunda, mais o julgar procurando as causas por que a sociedade funcionava daquela maneira e produzia resultados diferentes para cada uma das classes sociais ou analisar as causas dos problemas, e na terceira treinava-se mais a ação política[77] .

Utilizavam-se quase sempre dinâmicas que iniciavam por uma prática, seguida da avaliação das atitudes assumidas, dos sentimentos e emoções experimentadas. Prosseguia-se com as análises para identificar as contradições e incoerências entre os princípios teóricos defendidos e as práticas realizadas; estabelecia-se relações com a realidade sócio-econômica-política e cultural vivenciada pelos lavradores no seu cotidiano; estimulava-se a iniciativa auto-organizativa do grupo em treinamento, como assumir e definir horários de trabalho, distribuir funções e tarefas entre os participantes, aprendia-se a manifestar necessidades pessoais, mas assumia-se uma disciplina coletiva de decisão democrática[78] .

Além do ciclo básico havia um ciclo intermediário para a capacitação política democrática e de direção, mas, sobretudo, técnico-administrativa das organizações para o exercício cotidiano das funções de presidência, tesouraria e secretaria. Esse ciclo também ocorria em três etapas, porém se preocupava mais com a capacitação das pessoas no exercício das funções[79] .

Os educadores participavam como observadores de assembléias e encontros coordenados pelas lideranças para avaliarem o seu desempenho e orientarem o aperfeiçoamento das práticas em cada função, inclusive fazendo-se ensaios e encenações para criar situações a serem enfrentadas com desenvoltura sem perder a direção dos trabalhos. Visava-se à formação de uma cultura participativa e organizativa democrática, ágil e eficiente na realização de tarefas e ações coletivas de cooperação[80] .

Um terceiro tipo de formação era a capacitação de dirigentes e coordenadores de alas do movimento[81] . Desde os núcleos de base até a direção do MUL, fazia-se a representação ou participação pelas alas feminina, jovem, animação cultural, comunicação, associações, sindical, tecnológica etc; constituindo um '*coletivo de direção*'[82] formado por homens, mulheres, jovens e adultos de aproximadamente 15 lideranças que se reuniam sistematicamente para avaliar os trabalhos planejados e desenvolvidos e planejar as ações que deveriam realizar no mês seguinte. Cada dirigente assumia compromissos militantes de visitar os grupos,

[77] O método de capacitação era uma adaptação do TAPA-Treinamento para a Ação Pastoral, desenvolvido em fins da década de 1970 e muito utilizado pela FAG - Frente Agrária Gaúcha e depois pela PJ – Pastoral da Juventude no Sul do Brasil.

[78] Sendo treinamento para a ação a equipe de educadores só marcava o início das atividades e trabalhava de forma a nunca oferecer respostas, mas sempre suscitando novas interrogações para provocar a participação crítica de cada membro do grupo

[79] O princípio era: aprende-se fazendo e fazendo se aprende, pois ninguém nasceu sabendo.

[80] Havia entre os lavradores a percepção de que o trabalho coletivo ou em mutirão era menos eficiente do que o trabalho individual, o que era interpretado como resistência à coletivização por se tratar de uma transposição da experiência da divisão de tarefas na indústria urbana para o campo ou confirmações das concepções de Kautsky e Lênin sobre o campesinato.

[81] Veja-se os vídeos LAMPARINA I, II e III produzidos pela equipe da FASE-Santarém – PA.

[82] Estratégia para enfrentar a cultura paternalista e autoritária comum no meio popular e social brasileiro, em que a eleição ou constituição de uma diretoria desobriga a base de seus compromissos de ação e, ao mesmo tempo, os eleitos facilmente encarnam a idéia de autoridade que manda e faz sem consultar ou prestar contas aos associados. Uma direção coletiva também era importante para enfrentar situações conflituosas nos tempos e locais de repressão ou ameaça de violência contra lideranças que apareciam muito.

animar o trabalho nos núcleos de base e nas ferramentas. Poderia pertencer a coordenação do MUL quem tivesse disposição para a militância na organização e nas lutas dos lavradores.

Os educadores da FASE investiram na capacitação das lideranças de coordenação, participando sempre em dupla nos encontros mensais de dois dias e meio, propondo dinâmicas de avaliação, planejamento, animação, estudos, garantindo hospedagem, alimentação e transporte nas reuniões[83] . Também o trabalho dessas lideranças era exercido nas bases com o acompanhamento direto de algum dos educadores.

Em fins de 1989, ocorreu a primeira assembléia geral do MUL, quando se escolheu a direção e se elaborou um esboço de plano de ação coletiva e se afirmaram os princípios norteadores do movimento84 . A segunda assembléia ocorreu em fins de 1990 e estabeleceu um programa tão amplo de ações que poucas lideranças entendiam seus eixos articuladores e prioridades.

No início de 1991 a coordenação se reuniu e retomou todas as propostas da assembléia do MUL e se deparou com um quadro complexo e confuso da organização do movimento e de conteúdos a desenvolver com reduzidos recursos humanos e financeiros[85] . Percebia-se a falta de organicidade no movimento, pois os planejamentos da assembléia e da coordenação não encontravam um espaço de massas para repercutir diretamente porque os coordenadores de alas não eram representantes eleitos pelas bases jovens, mulheres, associações, delegacias etc. mas escolhidas na assembléia das lideranças que se articulavam nos núcleos. Como as políticas associativas definidas na coordenação se realizariam nas associações, se o coordenador não era seu legítimo representante?

A idéia dos núcleos de base, em princípio bastante interessante, na prática era problemática no meio rural onde todos se conheciam, mas nem todos podiam participar de reuniões que ocorriam nas casas dos líderes de forma "*misteriosa e clandestina*". Participar do núcleo ou não tornou-se em, alguns casos um obstáculo para a aproximação entre vizinhos e despertava desconfiança[86] . Afinal, que reunião é essa que nem todos podem participar? Que assuntos são abordados que não podem ser partilhados por todos?

A situação de conflito das glebas ocupadas por posseiros e a presença dos misteriosos educadores da FASE, que dispunham de recursos, não dependiam dos políticos locais, nem lhes pediam autorização para desenvolver aquele trabalho mal compreendido pelos lavradores, agentes de pastoral, políticos e empresários locais despertavam muitas suspeitas e criavam muitas conjecturas. Os núcleos reforçavam os boatos e suspeitas sobre o "*perigo comunista*"[87] que rondava aquelas áreas.

Os núcleos não eram o único nó da inorganicidade do MUL. As alas jovens e mulheres eram movimentos autônomos dentro do movimento dos lavradores? Como se relacionavam e articulavam internamente e com as outras dimensões e

[83] A justificativa de tal 'paternalismo' por parte da equipe era que os pequenos produtores eram muito pobres e desprovidos de recursos, por isso a FASE deveria bancar todos os custos da formação, o que depois transferiu-se também para articulação e ação política viciando as lideranças, sem despertar a necessidade de criar formas próprias de arrecadação de recursos nas organizações.

[84] Relatório da I Assembléia do MUL, 1989.

[85] Relatório da primeira reunião da coordenação do MUL, fevereiro de 1991.

[86] A desconfiança que deveria ser vencida com essa prática era reforçada em relação a FASE e ao MUL.

[87] Fantasia no começo alimentada por políticos locais, lideranças e o Pe. Nazareno da paróquia de Jauru.

alas do movimento? As críticas ao fracassado vanguardismo da esquerda sustentadas pela equipe pareciam contraditas na prática e organização do movimento. Nele se reproduzia exatamente o vanguardismo tão criticado na forma como se estruturou o MUL em paralelismo institucional frente as organizações de base de massas[88] , nas quais deveria ter uma atuação orgânica, inviabilizada pela falta de representatividade e legitimidade de suas lideranças, nestas ferramentas.

A organização do movimento de união dos lavradores e a formação da oposição sindical inspiraram-se muito nas experiências da FASE-Santarém-PA, cuja metodologia foi sistematicamente utilizada no trabalho de base, principalmente os vídeos produzidos a partir daquele processo, denominados "Lamparina I, II e III"[89] . Havia uma concepção teórica nesses materiais didáticos a qual a equipe de Mato Grosso procurava ser fiel, adaptando-a à realidade local.

Nessa etapa ainda não se incorporaram, sistematicamente, as questões da produção e da comercialização, apesar da construção do CTA- Centro de Treinamento de Agricultores. O Centro dispunha de uma área de terra, estrutura para encontros de formação e era mantido financeira e legalmente pela FASE. No centro só se filiavam pessoas comprometidas com a causa do MUL, portanto o acesso era restrito à confiança política, considerado o espaço de recuo das lideranças mais "autênticas" do MUL em caso de necessidades conjunturais.

3.3. As Organizações de Massas – 1991 - 1995

A terceira etapa pode ser apontada como de revisão do organograma do MUL e de construção de ferramentas de base de massas no campo associativo para a comercialização através da central das associações, e no sindicalismo com a articulação de uma oposição à direção sindical nos vários municípios do vale do Guaporé, chegando, em Pontes e Lacerda, a uma composição política com partes da situação e em Comodoro disputando como oposição e ganhando a direção, enquanto em Vila Bela a oposição disputou, mas perdeu para a diretoria que pleiteava a reeleição.

Essa etapa pode ser identificada entre os anos de 1991-1995, quando a equipe da FASE foi ampliada, mas também bastante modificada[90] . Desde 1991 havia três agrônomos, dois educadores e três agentes administrativos. Além disso, constituiu-se a ACTA- Associação do CTA com sua equipe[91] composta por um agrônomo e um casal de trabalhadores de campo que atuavam em parceria direta com a FASE.

Rapidamente, desde 1991, multiplicaram-se as associações de 6 para doze em três municípios do Vale que, ainda naquele ano, articularam-se para construir o Projeto Resistência I[92] que culminou, em 1992, com a criação da Central das Associações[93] do MUL, para o agenciamento de compras e vendas coletivas dos

[88] Para além dos problemas de tal proposição há indícios de que a equipe da FASE trabalhava com uma perspectiva mais complexa de um movimento formado por múltiplas organizações não institucionalizadas para superar o corporativismo representado pelas organizações por categoria de trabalhadores no movimento sindical e associativo.

[89] Arquivo audiovisual da FASE-MT, em Cáceres.

[90] Os nomes da equipe já foram citados anteriormente.

[91] Eng. Agr. Fátima Aparecida Moura, o casal de agricultores Donizeti e Madalena, depois substituído por Agrício e Patrocina (Cina) e em 1993 acrescida do Téc. Agr. Eliel Pereira.

[92] Projeto que visava investir na melhoria da produção, transporte, beneficiamento e comercialização da produção e no reforço à organização associativa através das roças comunitárias de banana e arroz, para arrecadar recursos de investimentos.

[93] Associação de pessoas jurídicas e não de pessoas físicas para agenciar a comercialização dos produtores associados a uma pequena associação de base comunitária filiada à central regional.

associados nas bases. Concebida como uma prestadora de serviços de informações de mercados, preços, articuladora de transporte e carregamento da produção agropecuária, também como fornecedora de insumos agrícolas como sementes, venenos etc. demandadas na produção, além da manutenção das feiras permanentes como espaços de venda direta aos consumidores nas cidades de Pontes e Lacerda, Comodoro e mais tarde em Vila Bela e Cáceres[94] .

Neste período, acabou-se com a coordenação do MUL e se institui o Conselho de Representantes[95] da Central de Associações como espaço de articulação regional que discutia os assuntos diretamente da Central, mas também se ocupava das políticas gerais.

A FASE nacional, nesse período, estava rediscutindo o perfil de atuação. Transformando-se de ONG de educação popular e de organização dos trabalhadores em instituição de "Educação e Desenvolvimento"[96] .

O debate sobre a organização sindical e associativa dos trabalhadores rurais e urbanos para a promoção de movimentos reivindicatórios fora a tônica central das reflexões e da ação educativa da FASE, correspondendo à conjuntura nacional da luta dos trabalhadores no final da década de 1980 para assegurar direitos tradicionais e novos, na Constituição Federal elaborada entre 1987-88. O movimento social que se fortalecera e diversificara nesses anos chegou à exaustão da ação reivindicatória no pós-constituinte[97] .

A afirmação de direitos no texto legal, ampliando os espaços institucionais de participação representativa das classes trabalhadoras organizadas, demandava novas formas de organização já não mais corporativas verticais por categorias de trabalho[98] , mas em articulações horizontais e temáticas patrocinadas por categorias diversas[99] . Os conselhos paritários instituídos na saúde, educação, crianças e adolescentes, assistência social, agricultura, créditos dos fundos constitucionais, meio ambiente etc. exigiam um debate mais amplo sobre a formulação e o desenvolvimento de políticas públicas setoriais e planos integrados.

Além disso, incorporavam-se novas dimensões aos debates e às propostas como a sustentabilidade, com os projetos participativos de desenvolvimento locais, municipais e regionais, como as conferências setoriais de saúde[100] , educação, meio ambiente, moradia, etc. em diversos níveis governamentais e como a radicalização da democracia sem adjetivos.

Avaliava-se na FASE que os sujeitos sociais coletivos de caráter corporativo eram incapazes de corresponder às novas necessidades colocadas na pauta cotidiana do movimento social. Era necessário investir na organização e educação para enfrentar as questões do desenvolvimento que interessavam a um conjunto de

---

[94] As Feras Permanentes nasceram sucessivamente em Pontes e Lacerda (1992) Comodoro e Rio Branco (1994) Vila Bela (1995) Cáceres (1997)

[95] Representantes eleitos em assembléias das associações de base comunitária, cf. o ESTATUTO.

[96] Texto da DIREX- Direção Executiva da FASE para as equipes em 1992.

[97] Nasciam novos movimentos sociais no Brasil e no mundo caracterizados como articulações em fóruns e redes temáticas para fazer frente as agendas dos governos e das políticas públicas.

[98] A FASE-MT havia acabado de reformular o MUL na perspectiva de movimentos por categoria verticalizada quando ao nível nacional ocorre essa guinada.

[99] Apesar de manter compromissos com seu público alvo de trienais anteriores, amplia as discussões incluindo novos atores sociais já existentes e investindo menos na sua constituição.

[100] Os primeiros movimentos da atuação da FASE-MT, na direção dos FORUNs foi a articulação em torno do conselho municipal da saúde em Pontes e Lacerda e Vila Bela e do FORMAD ainda no ano de 1992, e a participação da Cláudia Calório na ECO-92.

categorias e de atores que deveriam articular-se criando fóruns de debate, formulação e de disputa de propostas.

Afirmava-se a importância das ONGs[101] tornarem-se atores com voz própria, o que exigia novas estratégias de organização e de ação e novas relações dos agentes externos (educadores) com os movimentos sociais e organizações populares. Na FASE já não se trabalharia majoritariamente com a inserção social direta junto a um público alvo e nem na organização de novos sujeitos coletivos. Tratava-se de priorizar a articulação política dos atores sociais já constituídos e atuantes setorialmente para que num fórum multi-profissional caminhassem a formulação de projetos participativos de desenvolvimento[102] .

No Vale do Guaporé-MT, os educadores da FASE viveram o seguinte dilema: como não continuar com a inserção direta e com a organização de entidades sindicais e associativas, se os trabalhadores ainda não tinham suas organizações ou não as controlavam? Se em outros locais do Brasil, onde se encontravam inseridos educadores da FASE há mais tempo e que haviam atuado no movimento geral de reivindicação que desembocou na nova Constituição, em Mato Grosso, ao contrário, a organização estava defasada e a participação dos trabalhadores rurais era pouco expressiva.

A equipe local e seus parceiros[103] avaliavam que ainda havia grande necessidade de investimento na organização e na capacitação política de novas lideranças, mas também estavam desafiadas pelas questões mais amplas postas pela nova conjuntura nacional.

Vivendo esse tensionamento, os educadores da FASE continuaram a construção de organizações de base com os trabalhadores rurais no vale do Guaporé e a formação em ciclos básicos e intermediários, mas também se abriram para as novas demandas. Assumindo voz própria na sociedade local, o que fora estrategicamente evitada até então, começou em 1992 a participar da articulação de fóruns de saúde[104] e agricultura familiar em Pontes e Lacerda e investiu na constituição do FORMAD- Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento[105] estadual.

A FASE - MT ainda não tinha uma imagem pública expressiva na sociedade local porque pedagogicamente entendia que não deveria ser porta-voz dos trabalhadores. Precisava capacitá-los para que assumissem a direção e a condução de suas organizações e se tornassem os portadores de suas reivindicações, enfrentando as negociações que eram preparadas e depois avaliadas, como parte importante do processo de sua formação política.

Esse foi o período em que as organizações que compunham o movimento passaram a ter uma articulação com as bases no associativismo e no sindicalismo.

---

[101] As ONGs eram apresentadas como a representação da Sociedade Civil frente ao Estado e à iniciativa privada, por isso eram denominadas 3º Setor nas análises do IBASE e de outras entidades e autores no início dos anos 90.

[102] Exemplificava-se essa novidade com iniciativas como o MLST - Movimento de Luta pela Sobrevivência da Transamazônica – PA; O Projeto das Reservas Extrativistas do CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros - AC; O Movimento das Quebradeiras de Coco pelo babaçu livre - MA; o Projeto RECA em Nova Califórnia –AC/RO; A APA e a ACARAM em RO entre muitas outras de norte a sul do país.

[103] Naquele momento, os principais parceiros da FASE-MT eram a CPT-MT, os pesquisadores do GERA-UFMT e o DETR-CUT-MT, de Cuiabá e o CDDH-Dom Máximo Biennes, de Cáceres.

[104] Criando o fórum popular da saúde que realizou a 1ªConferência Popular da Saúde.

[105] Em maio de 1992, realizou-se na sede do CTA em Pontes e Lacerda a segunda reunião de sua articulação.

Iniciaram-se os experimentos com tecnologias alternativas e '*projetos demonstrativos*'[106] no CTA e nos sítios dos lavradores com a plantação de sistemas agro-florestais, manejo integrado de pragas no algodão, seleção de sementes de milho, roças comunitárias de arroz e bananas nas associações para fortalecer a cooperação e as finanças.

Essas experiências levaram a estabelecer contatos com diversas entidades e organizações que atuavam em projetos similares: em Rondônia – a APA – Associação dos Produtores Alternativos[107] e o RECA – Reflorestamento Econômico Condensado e Adensado[108] , além da CPT e Projeto Pe. Ezequiel, da diocese de Ji Paraná[109] ; vários centros de TA- Tecnologias Alternativas filiados a AS-PTA – Associação de Produção de Tecnologias Alternativas em vários estados da federação[110] ; o Centro TIPITI da FASE no Pará[111] e conduziu os técnicos a estabelecerem cooperação e parcerias de pesquisa e de monitoramento dos projetos com a Universidade Federal de Mato Grosso[112] .

A central das associações desenvolveu atividades de comercialização através das compras coletivas no atacado para o fornecimento de produtos industriais consumidos na agricultura; feiras permanentes de venda direta da produção aos consumidores no espaço mantido com equipamentos e funcionários nas cidades por uma taxa de serviços paga pelos associados expositores; cargas agenciadas para os mercados externos à região. Cada uma dessas atividades demandava uma organização e capacitação específica dos trabalhadores que gerenciavam os negócios. A capacitação técnica e política deles extrapolava, muitas vezes, os conhecimentos e habilidades dos próprios educadores e deveria ocorrer durante o exercício das funções, nas referidas atividades.

Na constituição de tais experimentos, tanto os educadores quanto os trabalhadores encarregados da direção política e da gestão, buscaram inteirar-se de bibliografias sobre os temas e contatos para intercâmbios com diversas iniciativas que ocorriam no país. Assim, a experiência das feiras permanentes[113] foi adaptada daquela que a EMATER-RS, desenvolvia com agricultores familiares no município de Alecrim; já o agenciamento foi estudado e adaptado das experiências da ACARAM – Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua, com sede em Ji Paraná-RO e suas filiadas associações para ajuda mútua municipais e também do cantinão comunitário de Nova Timboteua, no nordeste paraense, assessorado pela equipe da FASE-Capanema-PA[114] ; as compras coletivas se inspiraram nas Cantinas Comunitárias muito comuns onde atuavam os educadores da FASE e outras ONGs no estado do Pará[115] .

[106] Eram projetos que exigiam atuação sistemática dos técnicos para demonstrar tecnologias de produção ou formas de organização com objetivos muito claros de ensino, pesquisa e difusão. A intervenções públicas da FASE deveriam embasar-se empírica e teoricamente nos experimentos demonstrados, sistematizados e analisados.

[107] Relatório de visita da Cláudia e Agrício à sede em Ouro Preto-RO em 1992.

[108] Relatório da visita do Wiliam César Sampaio em Nova Califórnia – AC/RO em 1991.

[109] Idem relatório da Cláudia e Agrício.

[110] Conforme cartilhas publicadas no período e em contatos na ECO-92.

[111] Relatórios das reuniões periódicas da Frente de Pequenos Produtores da Amazônia.

[112] Termo do convênio geral de cooperação técnico-científica entre a FASE e UFMT, assinado em 1990.

[113] Foi a experiência mais duradoura assessorada pelas equipes da FASE-MT, de 1992-2004.

[114] Experiência mais significativa de comercialização em termos de volume e de intervenção nos preços do mercado regional de produtos agrícolas.

[115] A experiência das vendas comunitárias – bolichos - sobreviveu por um ano e meio, até fecharem as portas, falta uma sistematização e análise mais detalhada dessa experiência.

Considerava-se a experiência a fonte do saber popular e o intercâmbio de experiências uma estratégia fundamental para o avanço da organização e o desenvolvimento de novos aprendizados. Os cursos técnicos eram importantes para convencer os lavradores às inovações no manejo de seus sistemas agropecuários, mas, mais que eles, a visita *in loco* para conhecer experiências e demonstrações práticas de idéias estimulariam iniciativas novas e abririam caminhos para a experimentação que de outra maneira não seria possível pelos riscos que esta envolve no meio de agricultores familiares.

3.4. O Projeto da Agricultura Familiar – 1995 - 2000

A reformulação do organograma e da estrutura do movimento de união dos lavradores tornara-o mais orgânico da direção à base e o inverso, mas não resolvera duas questões fundamentais: a direção e o projeto a ser desenvolvido.

Desde 1994, trabalhava-se com a perspectiva da formação de um Fórum do Movimento de União dos Lavradores no Vale do Guaporé – FORMUL que, finalmente, em fins de 1995, reuniu representantes de associações, cooperativas e sindicatos no I Seminário da Agricultura Familiar do Vale do Guaporé, em que se avaliam os problemas e contradições no próprio movimento em que cada uma das organizações trilhava seu rumo e enfrentava os seus problemas isoladamente. Concluiu-se que era necessário construir um caminho comum que fosse seguido por todas as organizações associativas e sindicais do movimento.

Deste seminário nasceu o PDAF-VG – Plano de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Vale do Guaporé, que se iniciaria com o Projeto Resistência II[116] , investindo na diversificação da produção, no beneficiamento e na comercialização cooperada, envolvendo no mínimo 150 famílias ligadas a alguma das 18 associações já filiadas à central. O projeto serviria como instrumento de mobilização e articulação das organizações do próprio movimento porque cada uma teria funções bem definidas no conjunto, mas também para articular novas parcerias[117] , principalmente para a elaboração do projeto e da assistência técnica na sua implantação e desenvolvimento[118] .

Nesse processo, a FASE-MT, pela primeira vez, defrontava-se com o desafio da elaboração de projetos tanto para serem implantados nos lotes familiares como de equipamentos e construções coletivas nas associações e na central junto aos técnicos do CTA, EMPAER e depois do Projeto Lumiar-INCRA do PA – Agropecuária Rio Alegre de Pontes e Lacerda. Foi um longo e lento processo de interação e de cooperação, em que o pessoal da FASE não podia ser apenas técnico, mas também educador e administrador de um processo conflitivo e muitas vezes contraditório dos interesses dos produtores na base das associações, das concepções dos dirigentes do movimento, das práticas dos técnicos da EMPAER, dos experimentos demonstrativos e seus princípios defendidos pelo CTA e a própria FASE.

Constituiu-se em quebra-cabeças a elaboração e a posterior implantação do Projeto Resistência II, pela complexidade das concepções em torno dos sistemas agroflorestais e seus módulos; da heterogeneidade das parcerias envolvidas; da necessidade da integração de ações políticas e educativas; da articulação da pro-

[116] O PDAF e o Projeto Resistência II acabaram identificados, cf. Cacaio, especial de 1994 e a cartilha do PDAF-1999.

[117] O CTA e a FASE apoiadores da proposta do MUL buscaram novos parceiros como a EMPAER ATER e pesquisa, a equipe do projeto LUMIAR/INCRA do PA – Rio Alegre.

[118] Duas versões da proposta de ATER, no Resistência II, elaboradas em 1998 e 99 pela FASE discutidas pelos parceiros constam nos arquivos.

dução, beneficiamento e comercialização; da negociação política e adequação dos sub-projetos às exigências dos diversos fundos de financiamentos a que se recorreu para cobrir a totalidade dos custos.

O processo de gestão e monitoramento do desenvolvimento do projeto realizado pelo conjunto das lideranças do FORMUL demandou novas parcerias e projetos para capacitar os agricultores dirigentes, agricultores técnicos e gestores e os técnicos das instituições envolvidas na assistência técnica. Nessa função capacitadora e de monitoria, a parceria com a CAPINA-RJ[119] foi muito importante para se construir os vários instrumentos de gestão e monitoramento do projeto.

O Projeto Resistência II tornou-se assim o carro chefe de toda a ação da FASE e do MUL e da capacitação técnica e política desenvolvida no período. Por isso, grande parte do resultado negativo ou apenas limitado do projeto repercutiu, de forma marcante e duradoura, sobre o conjunto do trabalho da FASE-MT e das organizações dos trabalhadores envolvidas no Vale do Guaporé até os dias atuais.

3.5. Os Fóruns Regionais e Estaduais – 2000 - 2005[120]

Em relação ao Vale do Guaporé decide-se definitivamente abandonar a estrutura do MUL e a articulação sindical municipal. Criado o pólo sindical regional, em 2000, este assumiu a função de articulação política das diferentes pautas de luta dos agricultores familiares na região.

Destacamos ainda nesse período a realização do Encontro de Sabedorias que reuniu, em novembro de 2003, as lideranças das diversas organizações juntamente com os técnicos da FASE, ACTA e dezessete (17) pesquisadores/as que desenvolveram seus projetos de pesquisa de pós-graduação no Vale do Guaporé. No evento definiram-se diretrizes para orientar a estratégia de ação das diversas instituições e organizações parceiras.

Diante do grande desafio de reprodução social, política e econômica dos assentamentos de reforma agrária, a FASE decidiu em 2002 concentrar sua ação em um assentamento originado no MST, no qual desenvolve vários projetos demonstrativos para tratar todas as dimensões da realidade dos assentados de forma integrada.

Esta estratégia encontra resistências por parte da direção e coordenação geral do assentamento porque tem dificuldade de compreender o trabalho em projetos produtivos com caráter demonstrativo apenas com um grupo reduzido de famílias. Querem a assistência para todos, contudo a equipe entende que isso é responsabilidade pública e não missão sua.

Outra novidade foi a constituição do Fórum Regional da Terra que, em 2003, pela primeira vez, articulou e reuniu os órgãos de governo de todas as esferas, as ONGs, a Universidade do Estado de Mato Grosso e movimentos sociais num mesmo espaço de atuação em torno de temas como o acesso a terra, questões agrárias e política agrícola. Esse fórum está em crise, pois o INCRA que iniciou a animação deixou de fazê-la e nenhuma outra instituição assumiu a responsabilidade e iniciativa para retomá-lo.

A FASE ainda se afastou da coordenação do FLEC - Fórum de Luta das Entidades de Cáceres[121] , em 2004, porque seu amplo leque de ação apresen-

[119] Centro de Assessoria a Projetos de Inspiração Alternativa, ONG do Rio de Janeiro.

[120] Dados desse período provém de entrevista com o coordenador da FASE-MT, Vicente José Puhl e da leitura de planos, relatórios de avaliação, análise de documentários em vídeo.

[121] Criado em 2001 por ONGs, movimentos sociais, sindicais e pastorais que subscreveram o regimento.

ta extenso calendário de mobilizações para lembrar, comemorar ou protestar nas datas históricas do dia do trabalhador, na semana da pátria, no dia internacional das mulheres, no dia do Rio Paraguai etc, mas se tornou um espaço de repetição com poucos resultados cumulativos e práticos de mudanças políticas.

A FASE decidiu reforçar seu investimento nas articulações que tratam da temática da agroecologia e da agricultura sustentável. Assim, investe mais no GIAS – Grupo de Intercâmbio da Agricultura Sustentável de Mato Grosso (FASE, CTA, MST, MPA, CPT, MAB e GTNA) e na ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, participando dos GTs das sementes e da construção de conhecimentos agroecológicos desde 2003. Assumiu a função de animadora estadual da ANA-Amazônia e Centro Oeste, em 2004.

A novidade desse processo é o investimento em ações de denúncia pública dos impactos sócio-ambientais do modelo do agronegócio e em atividades de promoção da agroecologia ou da agricultura sustentável em parceria com as organizações que compõem as articulações. O objetivo é visibilizar e intercambiar as experiências em agroecologia e elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional e nacional.

No âmbito mais geral do estado de Mato Grosso, investe na construção do Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático - MTSD[122] que se configura numa agenda positiva das organizações articuladas no FORMAD e da UNEMAT, onde se procura animar 70 professores, pesquisadores, estudantes de universidades e técnicos de ONGs para produzirem análises críticas sobre o princípio da sustentabilidade e da democracia e os setores estruturantes da sociedade e da economia mato-grossense, atuando na promoção do debate e animação da formulação de propostas para políticas públicas sustentáveis e democráticas. Essa forma de intervenção mais geral no debate do modelo de desenvolvimento do Estado levou a FASE-MT a marcar presença em diversos eventos promovidos por parceiros.

Essa presença da FASE como ator próprio tem preocupado os técnicos da equipe porque as organizações dos agricultores, não conseguem acompanhar todos os debates com a qualidade necessária para se constituírem sujeitos políticos expressivos no processo. A base social com a qual atua é hoje uma preocupação da equipe. Nesse período, começaram a abordar novas temáticas como o extrativismo e novos sujeitos como as comunidades tradicionais e quilombolas.

Construir uma metodologia adequada para essa atuação ainda é um grande desafio. Percebe-se a convicção de que as novas temáticas e os novos sujeitos são fundamentais na agroecologia e para o desenvolvimento local sustentável que considera a sócio-biodiversidade e busca uma economia solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Programa de História Oral. *CPEDOC-FGV*. Rio de Janeiro: FGV,1990.

BANDEIRA, M.L. *Território Negro em Espaço Branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

[122] Desdobramento do *P. Brasil Sustentável e Democrático* desde 2003.

BIENNÈS, D. Máximo. *Uma Igreja na Fronteira*. Cáceres, 1990.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU. Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____.(org.). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
_____. *Pensar a Prática*. São Paulo: Loyola, 1984.

CABAN, Lea. *A fronteira do Guaporé:* o processo de apropriação de terras e a organização do espaço agrário. 1999. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CNBB – NE II. *Em Busca de uma Pedagogia Libertadora*. Recife, 1982. (mimeo).

COHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *História dos Movimentos Sociais no Brasil*. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Que É Participação Política?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEMO, Pedro. *Pesquisa Participante: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Semac/DN, 1984.

_____. *Participação é Conquista*. Fortaleza: Ed. da Universidade do Ceará, 1986.

DIAS, Romualdo. *Construindo a Organização Popular*. São Paulo: CEPIS, 1986.

FERREIRA CASTRO, Sueli et all. *A colonização Oficial em* MT*:* a mata e a borra da sociedade. Neru, Cuiabá: EdUFMT, 1994.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. *Globalizaçao e Movimentos Sociais no Campo:* o Movimento União dos Lavrados do Vale do Guaporé – MT. 2000. Dissertação. (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria,RS: UFSM, 2000.

FSLN. *Planejamento no Trabalho de Massas*. São Paulo: CEPIS, 1985.

FRANCO, Augusto de. *Autonomia e Partido Revolucionário*. Goiânia: Ferramenta, 1985.

FREIRE, Paulo. *Extensão e Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____ . *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____ . *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

GOMIDE, Denise (org.). *Governo e Sociedade Civil – um debate sobre espaços públicos democráticos.* São Paulo: Peirópolis-ABONG, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.* Petrópolis: VOZES/FASE, 1991.

GUIJT, Irene. *Monitoramento Participativo – conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável.* Rio de Janeiro; IIED e AS-PTA, Vol. 3 1999. Coleção Metodologias Participativas.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde*. Cuiabá: UNICEN, 2003.

HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para Sistematizar Experiências*. João Pessoa: UFPB-Ed. Universitária, 1996.

JARA, Oscar. *Concepção Dialética da Educação Popular*. São Paulo: CEPIS, 1985.

_____ . *Como Conhecer a Realidade e Transformá-la*. São Paulo; CEPIS, 1986.

LEITE, José Carlos. *Campesinato Matogrossense: Resistência e Transformação*: Caso Mirassolzinho. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação). Cuiabá: UFMT, 1992.

LEROY, Jean Pierre. FORUNS – *Renovar e Ampliar a Participação Cidadã*. Rio de Janeiro: FASE, 1996.

_____ . *Tudo ao Mesmo Tempo Agora.* Petrópolis: Vozes/FASE, 2003.

MATOS, Aécio Gomes de. *Organização Social de Base* – reflexões sobre significados dos métodos. Brasília: MDA/NEAD/ABARÉ, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____ e LEITE, Sérgio (org.). *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro. Ed. Universidade/ UFRGS/ CPDA, 1999.

PONTUAL, Pedro. *Educação Popular na Formação de Lideranças*. São Paulo: CEPIS, 1985.

PUHL, João Ivo. *O Tempo do Grilo* – Posseiros na Gleba S. Domingos – 1979-1983 – História da luta pela no Vale do Guaporé – MT – 1970-1990. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2003.

PUHL, José Vicente. *A Educação na Implantação de Sistemas Agro-florestais entre Agricultores Familiares do Vale do Guaporé Mato Grosso.* 1998. Dissertação (Mestrado em Educação e Meio Ambiente). Cuiabá : UFMT, 1998.

REVISTA PROPOSTA – FASE – Rio de Janeiro: vários números. Várias datas.

SANTILLON, Diego Abad de. *Organismo Econômico da Revolução* – A Autogestão na Revolução Espanhola. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVEIRA, Caio Márcio et al. (org.). *Metodologias de Capacitação* – CEFE – GESPAR – CAPACITAÇAO MASSIVA. Rio de Janeiro: FASE, 1998.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos, exclusão e luta*: do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

THIOLENT, Michel. *Metodologia de Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1986.

TRATENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1974.

_____. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo.* São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1982.

TOURAINE, Alain. *Como Sair do Liberalismo*? Bauru: EDUSC, 1999.

WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: PERSPECTIVAS SOLIDÁRIAS

Sandro Benedito Sguarezi

Elaborado com base numa pesquisa bibliográfica exploratória, o principal objetivo deste texto é provocar uma reflexão a respeito da educação do campo e da agricultura familiar na perspectiva da economia solidária. Mas é também uma tentativa de promover um diálogo interdisciplinar que envolve a agroecologia e o desenvolvimento sustentável. Reafirma-se aqui que a visão mercantilista e hegemônica de educar, que atende ao fazer por fazer e a eficácia pela eficácia, presta um desserviço à sociedade, pois serve somente como mais um instrumento de alienação do homem do campo. Isso posto, evidencia-se que essa prática arcaica precisa ser definitivamente superada.

O trabalho enfoca ainda a importância do professor e dos movimentos sociais nesse processo na busca de continuar semeando e cultivando uma educação libertadora, emancipatória e solidária que possibilite a construção do *Ser sujeito* competente para transformar não só a realidade do homem do campo, mas toda a sociedade. Uma sociedade mais justa, sustentável, solidária e democrática. Uma sociedade em construção, resultado de um processo em movimento.

Na busca de minimizar os equívocos do reducionismo e, ao mesmo tempo "fazer do erro, um processo de aprendizagem", antes de adentrar nesse terreno pouco conhecido procurou-se explicitar qual é o enfoque conceitual a respeito de educação do campo, de agricultura familiar camponesa e de economia solidária que embasa esse diálogo. Além disso, procurou-se utilizar da transdisciplinaridade para tratar desses temas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da agroecologia e da democracia participativa.

Economia Solidária

Para avançar numa perspectiva solidária e includente, reafirma-se: não é possível fragmentar, separar temáticas tão abrangentes. Portanto, propõe-se aqui uma tentativa prática de exercitar a transdisciplinaridade para tentar fugir à frivolidade da mesmice e dos pré-conceitos. No entanto, faz-se necessário fazer um recorte que permita conceituar essa complexidade e assim tecer, mas tecer *juntos*, um diálogo que respeite a diferença, mas ao mesmo tempo conduza à compreensão desse processo em movimento, bem como leve a compreensão do movimento desse processo em construção, sem as amarras da hiper-especialização.

Dessa forma, é pertinente conceituar Economia Solidária, pois ela é um dos alicerces da base desse diálogo. Segundo o professor Farid Eid (2004, s.p.)

> A Economia Solidária pode ser interpretada como uma economia não capitalista onde a fraternidade é essencial e se traduz pelo conjunto crescente de experiências organizativas de trabalhadores, que buscam articular-se em redes, através de associações, cooperativas, empresas autogestionárias em diversos ramos de atividades, clubes de troca, entre outras, espalhadas pelo país gerando postos de trabalho e renda na cons-

> trução da cidadania coletiva, na busca por melhoria na qualidade de vida em áreas urbanas e rurais.

Economia Solidária, portanto, é uma forma de relacionamento que os movimentos sociais encontraram, e ao mesmo tempo construíram, para resistir a visão e a ação hegemônica do sistema capitalista dentro do próprio sistema, negando-o. Com base na solidariedade e na cooperação é uma economia que vem apresentando excelentes resultados tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social-organizativo e ambiental no campo e na cidade.

Diante dessa realidade, parece-nos fundamental trabalhar para garantir dois encaminhamentos: o primeiro, construir as nossas e novas experiências dessa natureza; o segundo, para além disso, é preciso que sejamos capazes de socializar e aprender com as diferentes experiências forjadas na luta por uma sociedade mais democrática, solidária e sustentável. E a ponte que interliga esse caminho é a educação, ou seja, uma educação sócio-econômica solidária.

Educação do Campo

A relação da educação do campo com a economia solidária inevitavelmente perpassa pela organização e pela participação ativa dos movimentos sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em seu primeiro objetivo explícita a necessidade de "Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital (MST, 2001, p. 153). Mas a realidade empírica mostra outro cenário criado e fantasiado pela visão hegemônica que inevitavelmente não respeita as diferenças. Veja a afirmação dos estudiosos do assunto Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 11):

> O debate da relação campo-cidade perpassa todas as reflexões da Educação do Campo. Por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como lugar atrasado, do inferior, do arcaico. Nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para os indivíduos como para a sociedade.

Essa afirmação contundente reforça a necessidade do presente diálogo, pois coloca um grande desafio para a educação. A educação é uma das ferramentas revolucionárias que pode e deve levar à construção de uma nova sociedade. Mas isso só será possível se lançarmos um outro olhar para a questão: o olhar da solidariedade. Uma sociedade na qual os relacionamentos estejam pautados na dignidade do ser humano e na valorização plena da vida – hoje e amanhã – o que requer a superação da visão hegemônica de educação que tem pensado modelos de fora para dentro, ou seja, modelos que não respeitam a complexidade histórica, cultural e social das comunidades rurais.

Diferente daquilo que historicamente tem sido realizado, pois, segundo Cavallet, (1999, p. 77) "A educação hoje, quando levada para o campo, é direcionada para a busca da funcionalidade do processo produtivo, limitado-se a treinar o trabalhador para o uso do avanço tecnológico". Ou seja, treinar o homem do campo para aderir aos diferentes pacotes tecnológicos.

Qual é o papel dos diferentes atores na educação do campo? Em especial, qual o papel do professor nesse contexto? Uma reflexão sobre essa indagação remete à história da educação no Brasil. Ao longo dos 504 anos da existência da sua ocupação, pode-se afirmar: educação integral e autônoma nunca foi prioridade nesse país. A formação de mão-de-obra barata e a formação para a utilização de pacotes tecnológicos foram e continuam sendo prioridade, tanto que o Brasil é a oitava economia do mundo, com condições vergonhosas no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, 65ª posição no *ranking*, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD da Organização das Nações Unidas - ONU. O Brasil ainda é a nação que mais concentra renda no mundo e, por conseqüência, o Estado de Mato Grosso é o Estado que mais concentra renda no país.

Apesar das conquistas dos movimentos sociais, o grande problema que se apresenta é que a visão mercantilista de educar ainda é hegemônica. Educa-se para a sociedade de consumo, e não para uma sociedade solidária. E isso começa com a formação dos professores que, em sua maioria, negam uma educação para educadores. Nessa visão, é necessário formar professores para manter as relações sociais existentes, para atender a demanda do mercado educacional. Prova disso é que por exigência da Lei de Diretrizes da Educação Nacional – LDB, pela qual o professor está obrigado a "atualizar-se", "qualificar-se", tanto no ensino fundamental e médio, quanto no ensino superior, e o triste é que há uma corrida na busca de atender à lei, melhorar os índices e os números dos órgãos oficiais.

Essa mudança está preocupada com a *mudança programática*. Em momento algum aparece a preocupação com a *transformação paradigmática* dos educadores enunciada por Morin (2000). Preocupada em atender os índices estatísticos, em momento algum menciona-se que o interesse por essa formação deve partir, brotar, nascer do professor, ou seja, da sua vontade própria, interna, de atender ao "chamado vocacional", atender ao desejo de ensinar e, ao mesmo tempo, de aprender a conquistar a sua autonomia. A qualificação aqui defendida é aquela que deveria nutrir-se na capacidade de se indignar e na capacidade crítica e autocrítica de transformar e se também transformar. E a visão mercantilista atende ao fazer por fazer, a busca da eficácia pela eficácia, para cumprir a lei, melhorar a remuneração, talvez, eis aí a contradição que faz a diferença no processo de formação.

Então o que fazer? Qual o papel do professor e do educador nesse processo? "Na tentativa de responder a essa instigante pergunta, a reflexão pedagógica se enriquece, os professores e as professoras se requalificam [nos movimentos sociais], e os movimentos sociais se descobrem agentes de transformação". Aí surge o educador. Aquele que, ao mesmo tempo em que ensina, também aprende, aquele que educa para a sociedade solidária. É importe ressaltar que existem várias frentes fazendo e promovendo essa transformação paradigmática e, ao que parece, essas iniciativas estão sempre ligadas aos movimentos sociais.

Cavallet (1999, apud FREIRE, 1989, p. 91) argumenta:

> ... em defesa da educação, como dinamizadora do processo de mudança, através de um método ativo e participativo, firmando bases da aprendizagem:
> * Capacidade de auto-reflexão como desenvolvimento da cons-

> ciência crítica, que reorganiza as experiências vividas, transformando a realidade.
> * A aprendizagem modifica o homem que, ao mesmo tempo em que se renova, mantém a própria identidade. Portanto, uma aprendizagem libertadora de conquista e aumento da autonomia.
> * A busca permanente como sujeito, e não objeto da educação; com a consciência da característica humana de ser inacabado.
> * A noção do tempo, que diferencia homens de animais, e caracteriza o homem como ser histórico, capaz de construir o futuro, com base no passado.

É desses princípios, do respeito à diversidade, que se constituem os processos sócio-político-culturais que a educação do campo precisa. Pois, a educação *para* o campo, ao longo do tempo, tornou-se um instrumento de alienação do trabalhador rural e da sociedade em geral, não servindo de instrumento para a libertação, pois procura preservar o '*status quo*' e, de certa forma, garantir a venda de pacotes tecnológicos para os pequenos agricultores. Sabe-se que a educação efetivamente se não é o único caminho para a transformação social, talvez seja o mais importante deles, e o professor é peça-chave do sistema, para mantê-lo ou transformá-lo.

É nesse sentido que deve-se concordar com Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p. 23):

> A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, uma alternativa. Mas sobretudo deve ser *educação*, no sentido amplo do *processo de formação humana*, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

Educação do Campo: fatores históricos, agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável

No início do século XX, o otimismo da comunidade agronômica internacional diante das descobertas e da aplicação do quimismo de Justus Von Liebig que, segundo Ehlers (1999), desprezava totalmente o papel da matéria orgânica na nutrição das plantas nos processos produtivos agrícolas, o que o levou a pensar que o aumento da produção agrícola seria diretamente proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo. Foi essa a base tecnológica que conduziu àquilo que se pode qualificar como inicio da moderna agricultura ou agricultura industrial, consagrada pelo padrão químico, motomecânico e genético que, no final da década de 60, explode na chamada Revolução Verde, priorizando o aumento da produtividade e interferindo nos padrões culturais e de desenvolvimento, principalmente nos países de terceiro mundo.

No Brasil, esse processo, Segundo Furtado *apud* Sguarezi (1996), começa com o modelo de "substituição das importações", que vai de 1930 a 1960, e se acentua numa nova proposta: "produção para exportação" no final da década de 60, quando ocorre a grande arrancada para o processo de industrialização do cam-

po, ou aquilo que Milton Santos (1996) denomina de "Urbanização brasileira".

"Explicitamente visando atender aos interesses do capital internacional a jusante e a montante da agricultura brasileira, o governo passa a financiar a agricultura que, a partir deste momento, deve voltar-se à exportação" (CARVALHO e REIS, 1999, p. 61). Assim, o agricultor brasileiro é cooptado e iludido pelo sistema. Nas décadas subseqüentes, a agricultura serve de escora para o desenvolvimento da industrialização, e isso fica muito claro quando se observa que o governo faz da agricultura a principal âncora para sustentar os sucessivos e fracassados planos econômicos. Além dessas variáveis, os agricultores vem sofrendo com a abertura da economia intensificada a partir da década de 90, num processo que "transcende a categoria, o Estado e a Nação" (FERREIRA e VIOLA, 1993 s.p.), a irreversível globalização.

Assim sendo, a comunidade científica e os próprios agricultores se vêem obrigados a rediscutir tal modelo e passam a mostrar à sociedade que existem outras alternativas baseadas nos princípios da sustentabilidade e no respeito ao meio ambiente.

Essas discussões são antigas, surgem nos meados dos anos 20 do século passado, quando aparecem os *movimentos rebeldes*, favoráveis à utilização de matéria orgânica e outras práticas que respeitam os processos biológicos. Segundo Ehelers (1999, p. 47) esses movimentos podem agrupar-se em:

> [...] agricultura biodinâmica, iniciada por Rudolf Steiner em 1924; agricultura orgânica, cujos princípios foram estabelecidos entre os anos de 1925 e 1930, pelo pesquisador inglês Sir Albert Howard e difundidos, a partir da década de 40, por Jerome Irving Rodale nos EUA; agricultura biológica, inspirada nas idéias do suíço Hans Peter Müller e mais tarde difundida na França por Claude Aubert. A outra vertente, a agricultura natural, surgiu no Japão, a partir de 1935, e baseava-se nas idéias de Mokiti Okada.

Esses movimentos foram os responsáveis pela sistematização dos princípios básicos da chamada Primeira Revolução Agrícola, a partir dos séculos XVIII e XIX, baseada na rotação de culturas e na fusão da produção animal e vegetal, práticas que ressurgem numa roupagem e consolidam a agricultura alternativa na década de 70 em várias partes do mundo, reforçando a ciência da agroecologia. Pois,

> A agroecologia parece engendrar com maior propriedade o conceito de sustentabilidade, pois considera em seus preceitos o aspecto social, o econômico e o ambiental. A rigor, agroecologia é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho do manejo de agroecossistemas (GLIESSMAN, 2001, apud MATTOS e SGUAREZI, 2003, p.10).

Para o professor Aliomar Arapiraca da Silva (2003, s.p, apud GUZMÁN e MOLINA, 1996), o conceito de agroecologia é mais amplo, na medida em que essa ciência corresponde

> [...] a um campo de estudo que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da co-evolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade.

O educador do campo deve conhecer essa realidade histórica, ser um *Ser* sujeito nesse processo, pois, para garantir uma educação que conduza à autonomia do homem do campo, que leve o agricultor familiar a ser protagonista do seu próprio destino, necessariamente a educação precisa ser libertadora, e igualmente a agroecologia precisa garantir a independência externa do homem do campo.

É importante estabelecer essa discussão na academia, mas em consonância com os atores do processo, no caso os professores do campo e o homem do campo. Principalmente porque os princípios da sustentabilidade não admitem a exclusão, não é possível pensar em atender apenas as demandas do mercado externo e os interesses do governo via o aumento das exportações. É imprescindível atender o mercado interno, inclusive possibilitando o acesso à alimentação daqueles que hoje estão abaixo da linha de pobreza. Isso implica não apenas acesso à escola, mas acesso a uma educação que valorize a luta do povo do campo. Só assim será possível melhorar o posicionamento do país no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH das Nações Unidas e postular pelo desenvolvimento sustentável.

O relatório final da Comissão de *Brundtland* citado por Lemos (1996, p. 7), entregue em 1987, com o título *Nosso Futuro Comum*, apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades". Segundo Lemos (1996, p. 8), a Comissão "afirmava que o conceito de desenvolvimento sustentável não envolvia limites absolutos, mas limitações impostas pelo estádio atual da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera para absorver os efeitos das atividades humanas". No entanto, esses técnicos reconhecem também que o seu relatório não oferece um plano detalhado de ação, apenas sinaliza um caminho para que os povos do mundo possam ampliar suas formas de cooperação e solidariedade em busca do desenvolvimento sustentável, ou seja, economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto. Esse projeto está em construção por vários movimentos, ele está em movimento.

Logo após a divulgação do Relatório, a Organização das Nações Unidas – ONU, resolveu convocar a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de janeiro, que discutiu o Relatório e se tornou um marco nos destinos da humanidade.

Rifkin (1999, s.p.) em seu livro o *Século da Biotecnologia*, deixa claro o perigo que representa o avanço da ciência que está desamparada de critérios éticos baseados no desenvolvimento sustentável e coloca com muita clareza que a visão darwinista de sociedade está estrategicamente atrelada à visão de natureza. Para justificar a solidificação das práticas capitalistas de destruição do espaço natural, esse pensamento permeou parte da academia no século XX e teve o apoio incisivo da imprensa que está diretamente comprometida com os interesses do

capital. Mas existe uma parte da Ciência que está comprometida eticamente com o futuro do planeta Terra e indica que se tem motivos de sobra para contestar essas práticas e esses atos, pois a própria ciência vem se encarregando de alertar a humanidade para os riscos de extinção que corre, a curto, médio e longo prazo.

Desafios ligados a problemas contemporâneos, tais como: os diferentes tipos de poluição dos meios essenciais à vida, esgotamento dos recursos produtivos naturais, a extinção de espécies da fauna e da flora, a questão indígena, a crise energética, a escassez de água, o êxodo rural, o êxodo industrial e agora *êxodo digital* – que vem excluindo trabalhadores devido ao intenso processo tecnológico de intensificação da racionalização do trabalho, motivado pelo modelo discriminador da agricultura intensiva, bem como a produção dos transgênicos – manipulação dos genes pelos adeptos da engenharia genética e da biotecnologia – são temas que vêm merecendo destaque nos fóruns de debate nacionais e internacionais, nos quais estão presentes as lideranças dos movimentos sociais, administradores, engenheiros agrônomos, biólogos, ambientalistas e cientistas das mais variadas áreas. E os educadores do campo, por sua vez, não podem e nem devem se afastar dessa discussão e da compreensão dessas temáticas, pois elas estão presentes no cotidiano da sociedade moderna e os educadores de hoje precisam de 'qualidade política' para dar conta dessas questões.

Outro paradoxo que deve ser lembrado é que, segundo cálculos do professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Sérgio Leite, citado por Pardini e Saflate (2004, p. 4), "O custo unitário de geração de um posto permanente de trabalho nos assentamentos de reforma agrária é de R$ 8.036,00, enquanto na indústria é de R$ 13.599,00, nos serviços R$ 25.622,00 e, no comércio R$ 20.311,00". Esse ponto de vista mostra, não apenas a viabilidade econômica da agricultura familiar, mas o seu forte apelo à inclusão social.

O educador do campo não pode ter a pretensão de responder às questões técnicas e filosóficas inerentes a essas temáticas, mas, ao que parece, ele deve ao menos se contextualizar, atualizar-se politicamente para permitir um diálogo a respeito dos diferentes modelos. Pois, para construir um novo modelo que possibilite a superação do quadro caótico em que vive a agricultura familiar e a educação, faz-se necessária uma educação que respeite a cultura, a história, a luta, os direitos e, principalmente, a criatividade do agricultor, homem do campo.

Esse novo modelo agrícola, imprescindível para a agricultura familiar, perpassa por um conjunto de novas propostas pedagógicas, que deverão basear-se nos princípios do desenvolvimento sustentável, contemplando uma proposta revolucionária de pensar e fazer educação e agricultura. No entanto, esse modelo deve respeitar as variáveis culturais, sociais, ambientais, econômicas e agronômicas. Um modelo que não respeite essas premissas básicas não terá o sucesso pretendido, principalmente se considerar que, "[...] a diversidade étnica e cultural... que é o maior trunfo que o Brasil apresenta para enfrentar a sociedade globalizada" (SANTOS, 2000, p. 42).

"É importante salientar que a sustentabilidade de um sistema agroecológico também depende de sua viabilidade econômica" (SCHIMIDT, p. 26). Partindo do pressuposto de que "a agricultura orgânica é, pois, a solução lógica para as eras atual e futura" (PASCHOAL, 1994, p. 19), não se pode desprezar a organização familiar nesse processo. A propriedade familiar camponesa é a célula organizacional

ideal para o desenvolvimento desse novo modelo, e ao incluí-la nessa perspectiva, busca-se garantir a sobrevivência do coletivo dentro dos aspectos qualitativos de vida. Como o desenvolvimento sustentável é um modelo baseado no uso racional e eficaz dos recursos naturais, isto é, considerando que a racionalização dos recursos naturais através do aproveitamento máximo, desperdício e impactos ambientais mínimos, será necessário valorizar as diferenças locais e regionais para utilizar de forma inteligente suas vantagens comparativas e competitivas para a produção de bens e serviços de qualidade, pois, além de socialmente justa,

> [...] uma sociedade sustentável é técnica e economicamente viável, ao invés daquela que tenta resolver seus problemas através do crescimento constante. A transição para uma sociedade sustentável exige equilíbrio cuidadoso entre objetivos de curto e longo prazo e ênfase em suficiência, eqüidade e qualidade de vida, em vez de quantidade de produção. Além de tecnologia e produtividade, a transição vai exigir maturidade, compaixão e sabedoria. Os maiores obstáculos são psicológicos, sociais e políticos (BUARQUE, 1996, s.p.).

O equilíbrio passa a ser a palavra-chave para o sucesso de qualquer ação a ser desenvolvida na busca pela transição do "modelo de agricultura industrial" para o "modelo de agricultura orgânica", ou para a agroecologia. Portanto, há de se rever todo o processo de desenvolvimento em curso que está baseado na transferência da riqueza dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. Além das questões técnicas, deve-se rever os valores que sustentam o modelo hegemônico. Até o momento, o modelo cartesiano, tecnicista fez pensar no individualismo, no acúmulo da riqueza.

A título de comparação, John Wilkinson (2004), professor da UFRRJ, exemplifica:

> [...] só os recursos liberados pelo Banco do Brasil a dez grandes empresas do setor – entre as quais Aracruz, Cargill, Bunge, ADM e Nestlé, de R$ 4,349 bilhões – quase atingiram o montante aplicado à agricultura camponesa no Plano Safra 2003/2004, de R$ 4,5 bilhões. Hoje, a Bunge fatura mais no Brasil que nos EUA" (PARDINI e SAFLATE, 2004, p. 7).

O maior desafio é mudar esse paradigma, no qual os valores passem a ser difundidos na coletividade, partindo da realidade local para a realidade global, na busca da superação do subdesenvolvimento via desenvolvimento sustentável, consolidado numa proposta e numa prática educativa baseada na solidariedade e não mais no modelo concentrador, imposto pelas forças alienígenas.

A libertação desse arquétipo capitalista, no qual tudo o que importa é o interesse do capital e do mercado, deve ser superado. Resta saber se existe disposição para isso, ou se é algo impróprio falar da superação desse modelo num país dilacerado por ele.

Assim, o educador com uma cultura abrangente e visão crítica apurada assume papel de agente transformador, fundamental no processo de educação para uma nova sociedade, e isso deveria começar na universidade. Reafirma-se: começou. Timidamente, mas está acontecendo, pois: "O verdadeiro professor [educador] universitário não é aquele que repete o que foi feito, dito e escrito por outros. Ele, como professor universitário, é pesquisador e estará gerando um novo conhecimento, professando seu pensamento original..." (D'AMBRÓSIO, 1997, p. 99). Esse educador é aquele que instiga, provoca e orienta o aluno, futuro profissional a fugir da mesmice, na busca e na construção crítica do novo, a partir das suas próprias experiências, a partir do contexto do mundo rural, visando superar a dicotomia rural-urbano, pois a sociedade é única e precisa ser solidária.

O professor pode ser, sem dúvida, e está se mostrando, um agente de transformação social. Ele deve ser o agente da transdisciplinaridade, pois a educação é acima de tudo um ato político. Cabe ao professor escolher entre os projetos que atendem apenas à formação instrumental, às demandas do mercado, à reprodução de técnicas; ou, então, fazer uso dessa oportunidade para formar cidadãos, com competência política, técnica-organizativa e ética comprometidos com a emancipação do homem do campo e com a emancipação da sociedade em geral.

Não se pode mais ficar atrelado à retórica de que a educação e a ciência são neutras. Paradoxalmente, elas servem de instrumento de alienação ou de emancipação. Dessa forma, na ação do cotidiano, na sala de aula, no sindicato, na cooperativa, na sociedade, no dia de campo, em qualquer lugar onde estiver o professor comprometido com a formação para a autonomia, ele deve professar sua crença no novo, que liberta. E não basta só a indignação, é necessário, mais do que nunca, uma atitude, uma ação, de preferência coletiva e solidária, que respeite o indivíduo e que igualmente não esqueça o respeito ao outro, sem os dogmas que mistificam e encastelam verdades absolutas construídas pelo modelo hegemônico.

É preciso um modelo que mostre e leve à compreensão das estruturas curriculares, das grades, das matrizes, pois, ao mesmo tempo em que elas fragmentam o saber, fecham as portas para a criatividade, impossibilitando a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no processo de ensino-prendizagem. Isso posto, compreender o homem do campo e possibilita-lo ter essa compreensão é um passo fundamental para superar o problema. Esse processo precisa ser construído com base numa via de mão dupla entre troca de saberes solidários, no sentido professor-aluno, aluno-professor, superando o que até agora se fez.

Superar o modelo hegemônico significa superar os métodos e metodologias que impossibilitam, maneiam e castram as possibilidades de surgir a figura do educador: aquele que estimula e ensina a aprender; que ensina aprendendo; que não tem preconceitos; que respeita os saberes dos educandos e promove o aprendizado a partir da sua realidade concreta; aquele que transforma e se transforma. O professor do campo precisa ter compromisso com a ousadia, com a construção de conhecimentos a partir de uma dada realidade que entrelaça professor-aluno-sociedade-mercado-natureza num processo de cooperação e solidariedade no qual todos aprendem; socializam as experiências e os novos saberes emancipatórios; supere o pacto da mediocridade instaurado para manter os interesses do modelo hegemônico e não são poucos os professores e movimentos sociais que estão se dedicando a essa tarefa.

Não se pode continuar pensando e fazendo educação com amadorismo, com professores "que estão professores", aqueles que têm a educação como "bico". A educação do campo precisa e requer profissionais da educação, profissionais dedicados exclusivamente à sua causa, a autonomia do homem do campo, da cidade e à soberania desse país.

Em hipótese alguma deve se separar a educação do exercício da cidadania, muito menos num país com mais de 40 milhões de analfabetos adultos à margem da sociedade passando e morrendo de fome, vivendo no chamado *apartheid* social. Para mudar essa vergonhosa realidade, faz-se urgente mudar também a prática educativa, precisa-se de um professor educador com uma visão holística de mundo, desprendido de preconceitos, dogmas e verdades e disposto a construir uma nova sociedade alicerçada em pilares éticos que respeitem a dignidade humana e a vida não só dos homens, mas da humanidade/natureza como um todo.

Antes de tudo, deve-se ter clareza que o ato de ensinar precisa comportar humildade e solidariedade, predisposição ao erro e à aprendizagem ao mesmo tempo, como ensina com sabedoria o educador da esperança:

> Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação [...] É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas cronológico. O velho que preserva sua validade ou encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo (FREIRE, 1996, p. 39).

Até porque o professor-educador comprometido com a educação emancipatória e o professor comprometido com a preservação do *status quo* não vivem em mundos diferentes, mas muitas vezes dividem o mesmo espaço na própria sala de aula e na sociedade em que ambos são atores políticos. O último, embora à vezes inconscientemente, trabalha a favor da continuidade do que está posto; o primeiro, comprometido profundamente com as transformações dessa realidade excludente e injusta não apenas da educação do campo, mas de todo o sistema de ensino e inclusive da sociedade brasileira. Sociedade esta que se encontra esgarçada, corrompida por interesses e pelo individualismo exercitado em nome do capital, das políticas neoliberais, do lucro, da produtividade e do enriquecimento da minoria em detrimento da maioria pauperizada, em detrimento da qualidade de vida, da democracia, do exercício da cidadania e da vida. Contraditoriamente, esse é o espaço de atuação, tanto de um, quanto de outro.

É imediato e preciso ter clareza que "A política da pedagogia não envolve apenas 'o que' ou 'como' alguém ensina, mas os direitos dos que estão 'sendo ensinados' de participar conjuntamente na criação do ambiente pedagógico" (CAVALLET, 1999, p. apud APPLE, 1997, p. 115). Isso é solidariedade, democracia e soberania.

Chegou o momento de mudar o foco – do técnico para o cidadão, da formação *how-to-do*, para a formação com base nos princípios da cooperação, da solidariedade, da ética e da responsabilidade social. O país deve abrir mão dos professores charlatões que ensinam apenas a receita pronta de "como fazer".

Considerações Finais

Após a construção desse texto, pode-se inferir que, para compreender a complexidade que envolve a educação do campo, a agricultura familiar, a agroecologia e o desenvolvimento sustentável numa perspectiva solidária, a transdisciplinaridade é uma ferramenta indispensável, pois esse problema, apesar de muito debatido, ainda está longe de ser resolvido, visto que ele se configura como um processo em movimento, em permanente construção.

Pode-se afirmar também que o Brasil precisa, sim, de professores-educadores comprometidos com o desafio da ética da diferença que ensinem a pensar, profissionais dedicados, pessoas com entusiasmo e amor que estejam educando nas salas de aula ou fora delas, não porque não encontraram outra coisa para fazer, mas porque educam com paixão, consciência crítica, autocrítica e estão afinados com a possibilidade de fazer uma revolução nas suas próprias mentes e na mente dos educandos, a cada dia, em cada gesto e a cada atitude estão dispostos, antes de tudo, a encarar o desafio de aprender ao mesmo tempo em que ensinam.

No entanto, esse professor-educador dificilmente é encontrado na escola pública formal que está abandonada. Ele está embrenhado nas coivaras, nas roças, nos ritos populares em todos os rincões desse Brasil, sempre disposto e exposto à luta por uma sociedade mais democrática, mais sustentável, mais justa e mais solidária. E é certo que eles surgiram nos movimentos sociais e muitas vezes são encontrados na academia e carregam em comum, não apenas a capacidade de se indignar, mas a ousadia de fazer. Eles surgiram como atores e sujeitos de uma proposta pedagógica cidadã das mais avançadas no campo brasileiro. Assim é pertinente afirmar: *a escola do campo está em movimento.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA SANTOS, André Gustavo Gomes. O Brasil rumo ao novo milênio. *Revista Brasileira de Administração*-RBA. Brasília, ano X, n. 28. mar. 2000.

ARAPIRACA DA SILVA, A. Agroecologia: base tecnológica para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO MATOGROSSENSE DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA. 2003. Tangará da Serra. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2001.

ARROYO, Gonzalez Miguel; CALDART, Salete Roseli; MOLINA, Mônica Castagna. (orgs). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUARQUE, Cristovam. Modernidade, desenvolvimento e meio ambiente. In: *Série meio ambiente em debate*, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

CARVALHO, Flaviana Andrade de Pádua; REIS, João dos Antonio. *Comercialização Agrícola no Contexto Agroindustrial*. Lavras: UFLA/ FAEPE, 1999.

CAVALLET, Valdo José. *A Formação do engenheiro agrônomo em questão: a* expectativa de um profissional que atenda às demandas sociais do século XXI. 1999. 148 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Transdisciplinaridade.* São Paulo: Palas Athena, 1997.

EHLERS EDUARDO. *Agricultura sustentável:* origens e perspectives de um novo paradigma. Guaíba-RS: Agropecuária, 1999.

EID, Farid. *Prova de economia solidária:* pergunta 13, marque a alternativa que melhor descreve o que é economia solidária. São Carlos: UFSCAR, 2004.

FERNANDES, Mançano Berbardo; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional *"Por uma Educação Básica do Campo.* In: ARROYO, Gonzalez Miguel; CALDART, Salete Roseli; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). *Por uma educação do campo.* Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-63.

FERREIRA. Leila da Costa; VIOLA, Eduardo. *Incertezas de sustentabilidade na globalização.* Campinas: Unicamp, 1993.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 1996. Disponível em: <http://www.perspectivas.com.br/leitura/r9.htm>. Acesso em: 02 nov. 2001.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 15. ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1989. In: CAVALLET, Valdo José. *A Formação do engenheiro agrônomo em questão:* a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. 1999. 148 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.

FURTADO Celso. Apostila da disciplina de economia brasileira. In: *Notas de aula da Disciplina de Economia Brasileira do Curso de Administração ministrado pelo Professor Sandro B. Sguarezi*. Tangará da Serra: Unemat, 1996. s.p.

LEMOS, Haroldo Mattos de. Desenvolvimento sustentável*:* série meio ambiente em debate. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996. In: *Palestra proferida durante a mesa redonda do ciclo de debates Cinco e Meia Ambiente*, 06 abr. 1995.

MATO GROSSO. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Cuiabá: SEDUC, 1997.

MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; SGUAREZI, Sandro Benedito. Organização familiar rural da gleba triângulo em Tangará da Serra-MT. In: *Projeto de pesquisa*. Cáceres: UNEMAT/PRPPG, 2003.

MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem-Feita:* repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST. 10 anos de luta. Disponível em: <http://www.mst.org.br/historico/objetivos.html>. Acesso em: 06 jul. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Estudo do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.* Disponível em: <http://www.sespa.pa.gov.br/Informa%C3%A7%C3%A3o/IDH/idh_brasil.htm>. Acesso em 08 jun. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) - ECO-92*. Rio De Janeiro, 1992. Disponível em: <http://.onu.br>. Acesso em 08 jun. 2005.

PARDINI, Flavia; Safatle, Amália. Grãos na balança: a pujança do agrobusiness é só uma parte da história. Falta contabilizar os prejuízos socioambientais. *Carta Capital*, São Paulo, ano XI, n. 306. 01 Set. 2004. Seção Destaque. Disponível em: <http://cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.htm>. Acesso e 31 ago. 2004.

PASCHOAL Adilson. D. *Produção orgânica de alimentos:* agricultura sustentável para os séculos XX e XXI. Piracicaba: Esalq/USP, 1994.

RIFIKIN, Jeremy. *O Século da biotecnologia:* a valorização dos genes e a reconstrução do mundo. São Paulo: Makron Books, 1999.

SANTOS Milton. *A Urbanização Brasileira.* 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHIMIDT C. H. Produtos da Agricultura Familiar: desafios para a integração no mercado. *Revista Sociedade Sustentável*. [?], p. 26.

NOVOS RUMOS DA AGRICULTURA NA AMAZÔNIA LEGAL: DA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA À PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL EM MATO GROSSO

Paulo Alberto dos Santos Vieira
Ronaldo Santos Freitas

"Você liga a motoserra, eu planto flor no cerrado.
Você só anda calçado, eu piso com o pé na terra.
Você quer vencer a guerra, eu quero ganhar a paz.
Você busca sempre mais, eu só quero o que é meu.
Você se acha europeu, eu sou dos canaviais".
Ântonio Nóbrega e Bráulio Tavares

1. Introdução

As transformações ocorridas na agricultura brasileira na segunda metade do século XX atribuíram determinado perfil ao agro nacional. Tais transformações permitiram uma profunda alteração na composição da população brasileira, a geração de um grande fluxo de *commodities* exportável impactando positivamente os saldos da balança comercial, uma poderosa articulação entre os interesses agrários, industriais e bancários, a produção baseada na grande propriedade e a permanência do latifúndio.

Passadas algumas décadas da implantação desse modelo de desenvolvimento agrícola, é evidente as contradições e os paradoxos que o caracterizaram. Ao mesmo tempo em que algumas variáveis quantitativas ganhavam dimensões relevantes, a qualidade de vida, a geração de emprego e renda, o êxodo rural, a pauperização e proletarização de expressiva parcela da população rural, o acesso aos bens de consumo, dentre outras constatações apresentaram índices lamentáveis e lastimáveis para um país com uma população na casa dos 180 milhões de habitantes, de dimensões continentais e com a diversidade ambiental existente.

Esses anos também consolidaram a organização dos trabalhadores rurais, particularmente os trabalhadores sem-terra em todo o território nacional, que denunciam as precárias condições de vida a que está submetida a maior parcela da população rural. Mormente, a organização desses trabalhadores tem avançado no sentido de propor novos contornos de perfis para a agricultura no país. Na esteira da organização dos trabalhadores rurais, novos debates surgem desafiando aqueles que se interessam pela temática.

O surgimento e consolidação dos assentamentos rurais, o debate sobre a melhoria dos indicadores de qualidade de vida, solidariedade e a sustentabilidade do manejo e da produção, conservação da biodiversidade, pluriatividade das unidades familiares rurais, a segurança alimentar são apenas algumas das questões de grande importância neste início de século. Evidentemente, que essa gama de questões impõe novos rumos para a discussão da questão agrária e da agricultura no Brasil e particularmente em Mato Grosso, onde o processo de modernização do agro ocorreu de maneira conjugada com o da colonização dirigida.

Este texto busca problematizar as transformações da agricultura em um determinado contexto social, geográfico, econômico e cultural. Problematizar as transformações sob duas abordagens: a primeira, que modificou a paisagem e o ambiente entre as décadas de 1960 e 1980, quando a colonização particular apoiada por políticas públicas marcou profundamente Mato Grosso e a Amazônia Legal; a segunda, que vem atribuindo nova dinâmica e novos rumos à agricultura em Mato Grosso, isto é, a resolução da questão agrária passa pela formatação e implementação de projetos que, ao incorporar práticas solidárias de produção sustentável, abrem possibilidades inegavelmente inovadoras para a agricultura brasileira.

Ainda que estejamos nos momentos iniciais da implementação desses projetos, já podemos perceber benefícios trazidos sob a ótica da segurança alimentar, da geração de emprego e renda, da diversidade das culturas realizadas nas unidades familiares, enfim um conjunto de indicadores que possibilitam consolidar uma outra perspectiva para a agricultura no país.

Buscando apresentar essas experiências, o presente texto possui, além dessa introdução, três outras seções. A posterior tem o sentido de discutir os processos de transformação da agricultura em Mato Grosso, na primeira perspectiva indicada. Assim, buscaremos demonstrar como o Estado favoreceu transformações mais conservadoras do espaço agrário em Mato Grosso, através da formulação de políticas públicas que pretendiam promover a modernização do agro sob a liderança das classes proprietárias e dirigentes.

A terceira seção tem o sentido de captar transformações de outra natureza, ou seja, nessa seção apresentaremos experiências recentes encontradas na Amazônia Legal como um todo, com particular atenção para as verificadas no sudoeste de Mato Grosso em que o desenvolvimento das atividades do campo possui orientação distinta do anterior. Nessas experiências, as atividades são orientadas por uma compreensão mais totalizante tanto do homem, quanto do ambiente. É nesse contexto que são incorporadas à agricultura valores e práticas solidárias e sustentáveis que visam proporcionar melhores condições de vida para os do campo e os da cidade. Por fim, teceremos alguns comentários que antes de buscar algum tipo de conclusão, apontam novos e desafiadores tempos para a agricultura e a sociedade brasileira.

2. Colonização Dirigida em Mato Grosso: a ordem do progresso

No padrão de desenvolvimento inaugurado com a mudança do eixo dinâmico da economia brasileira a partir de 1930 e com a conseqüente ruptura da hegemonia que possuíam os exportadores, particularmente os de café, o Estado passou a exercer liderança ativa que buscava consolidar certo projeto de industrialização. É de se notar que, no país, o Estado sempre cumprira papel de destaque no manejo dos instrumentos de política econômica. Entretanto, a partir de 1930, a liderança ativa exercida tornou-se qualitativamente distinta de períodos anteriores. Tratava-se de promover a modernização social, econômica e administrativa do país.

O padrão de acumulação e o processo de industrialização daí decorrente atribuíram cores mais nítidas, ao longo das décadas de vigência deste padrão de desenvolvimento, ao tipo e à qualidade de liderança ativa exercida pelo Estado.

Em poucas palavras, a determinação em se equiparar às nações mais desenvolvidas do mundo fez com que a interface entre Estado e sociedade e Estado e economia assumisse contornos mais delineados em torno da industrialização e da superação das mazelas sociais que persistiam no país. As políticas públicas formuladas ao longo do período ratificaram a opção política e econômica que marcou significativamente o período que se iniciou em 1930 e se estendeu até fins dos anos 80.

Ao longo destas seis décadas de desenvolvimento econômico e social houve momentos em que a conjuntura, ao responder favoravelmente aos estímulos voltados à industrialização, possibilitou enorme crescimento econômico como podem exemplificar o período do Plano de Metas e do "Milagre Brasileiro". Em outros, o crescimento não foi tão expressivo assim, mas nem por isso se refutou o padrão de desenvolvimento implementado, como podem testemunhar nesse sentido os períodos correspondentes ao P.A.E.G. (Plano de Ação Estratégica do Governo) e aos PND's (Planos Nacionais de Desenvolvimento).

Como recurso analítico de forma a identificar diferenças entre as políticas que favoreceram a colonização no interior do padrão de desenvolvimento inaugurado em 1930, apontamos duas fases: a primeira que se estendeu daquele ano até 1964; e a segunda de 1964 até fins dos anos 80, quando esse padrão de desenvolvimento parece sofrer forte inflexão.

Esse corte temporal denota, evidentemente, nossa perspectiva de compreender o momento do golpe militar como um dos elementos centrais e que atribuíram marca própria aos processos de colonização dirigida que, a partir daí, ganharam relevo e destaque no cenário nacional. Nesse sentido, as experiências de colonização têm no Estado um forte aliado. Todo o aparato institucional e as políticas públicas implementadas desde então foram quantitativa e qualitativamente distintas dos projetos de colonização ocorridos entre 1930 e 1964. Os projetos de colonização particular verificados no estado do Mato Grosso já no início dos anos 70 parecem constituir-se em bons exemplos do que queremos assinalar.

Ainda que não sejam muito difundidos os estudos sobre colonização entre 1930 e 1964, notamos que houve uma preocupação por parte do Estado nesse sentido. Preocupação esta que se destacava na ocupação de vastas áreas do território nacional. Durante o período do Estado Novo (1937/1945), encontramos importantes experiências de colonização. A Marcha para o Oeste e as Colônias Agrícolas Nacionais conseguiram alcançar alguma repercussão no país. As políticas formuladas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional e a inclusão desses rincões ao mercado interno que paulatinamente ia se formando. As dificuldades para que o projeto pudesse se completar residiram, a nosso juízo, fundamentalmente na incipiente estrutura econômica. A ausência de uma maior e melhor articulação entre as estruturas financeira, de investimentos e de distribuição impossibilitou a disseminação pelo território nacional de experiências desse quilate. Mesmo as experiências de algum sucesso no período, como são os casos das Colônias Agrícolas de Dourados (MS) e a de Goiás, apenas reforçam nossa idéia inicial diante da precariedade de como estas foram constituídas.

A partir de 1964 a história tem outros contornos. Entre 1964 e 1966, a estrutura econômica erigida com o P.A.E.G. alcançou grande consistência e integração. Desde então as estruturas de financiamento, de investimentos e de

distribuição amadureceram seus instrumentos, tornando-se a um só tempo mais ágeis e mais consistentes. Em poucos anos, a colonização dirigida pôde ser impulsionada e o que se viu foi a proliferação das experiências deste tipo de colonização por toda a área da Amazônia Legal com absoluto destaque para o estado do Mato Grosso no que se refere à colonização particular. Aqui cabe um dado adicional. A colonização que se difundiu após 1964 apresentava um duplo caráter, ausente no período anterior. Este caráter duplo não apenas diferenciou as experiências de colonização, mas colocou em novos patamares os processos de colonização, pois se tratava de mediar a valorização de capitais privados das empresas de colonização com os interesses geo-estratégicos e de segurança interna do Estado e, ao mesmo tempo, constituiu-se como alternativa viável à resolução da questão agrária sob o prisma das classes proprietárias e dirigentes.

A multiplicação dos projetos de colonização na área da Amazônia Legal foi o resultado das opções contidas nas orientações políticas e econômicas a partir de então. Desse ponto de vista, o que ocorreu foi que a vertente reformista do Estatuto da Terra – favorável à reforma agrária – foi rapidamente suplantada pela de caráter modernizador. A transformação das propriedades rurais (minifúndios e os latifúndios) em empresas rurais deu a tônica do desenvolvimento no que concerne à questão agrária. Ao se modernizar, a agricultura se industrializava. A consolidação da indústria foi acompanhada pela crescente e contínua subordinação da agricultura à indústria. Em outras palavras, o complexo rural paulatina e progressivamente desestruturava-se, abrindo caminho para uma nova forma de articulação entre os interesses da burguesia industrial e os dos proprietários rurais. O complexo agroindustrial foi aquele que bem traduziu esse quadro que se formava desde fins dos 50 e que foi largamente estimulado pelas políticas públicas implementadas após 1964.

De outro lado, ganhou muita força, a partir do Estatuto da Terra, os incentivos à colonização dirigida (oficial e/ou particular) nas áreas de fronteira do país, processo este que se multiplicou ao longo da década de 1970. Anteposta à reforma agrária, a colonização, estimulada pelo Governo Federal, pretendeu resolver, em outra ponta do problema, a questão da terra.

Se a modernização acoplava o agro à indústria, a colonização era vista como alternativa aos conflitos agrários do país buscando minimizá-los, sobretudo os do Nordeste e os do Sul do país, investindo na migração desses trabalhadores rurais, transformando-os em colonos. No caso do estado de Mato Grosso, palco privilegiado das experiências de colonização dirigida de caráter privado, os projetos ali existentes caracterizaram-se como fortalezas do capital privado.

Tanto a industrialização da agricultura, como a colonização dirigida foram instrumentos que articulavam os interesses dos capitais privados aos da geoestratégia do Estado. Assim, o Estado teve papel crucial na busca do entrelaçamento de interesses aparentemente distintos. Internamente, compatibilizou os interesses da burguesia industrial que se consolidava com os do capital internacional; do ponto de vista nacional, soergueu um pacto político e econômico que soldava os interesses dos proprietários de terra, transformados em empresários modernos, aos dessa mesma burguesia. Além da modernização do agro, cumpriu papel de destaque nesse aspecto o incentivo recebido pelas empresas de colonização que rapidamen-

te se habilitaram a realizar parcerias com o Estado que visassem ao desenvolvimento social e econômico do país; desenvolvimento este resguardado pela tônica da segurança interna (ordem) aliado ao avanço material das classes proprietárias (progresso).

Ao observamos os fatos do período que se relacionam mais diretamente com o processo de colonização particular verificada em Mato Grosso, notamos que houve uma determinação em trazer para o centro dos acordos realizados entre os patrocinadores da nova configuração institucional e os interesses das forças regionais e do capital internacional a questão da integração dessas regiões ao restante da economia nacional.

Como vimos, esse tipo de preocupação já existia em momentos anteriores como, por exemplo, no governo de Getúlio Vargas, em que a Marcha para o Oeste, a criação de núcleos coloniais em Goiás e em Mato Grosso do Sul e a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia davam mostras evidentes da necessidade em se incorporar e integrar os interesses regionais a nessa vasta área do território ao mercado nacional.

A despeito dessas preocupações que ganharam maiores proporções nos anos 40 e 50, foi, indubitavelmente, a partir de 1964 que se verificaram iniciativas mais organizadas e orgânicas de incorporação dessas regiões.

A orientação contida no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967/1976) adequava-se muito bem às orientações aos interesses existentes naquele momento (COSTA, 1997). Na verdade, a elaboração deste Plano e mais particularmente do I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972 a 1974 e 1975 a 1979), em momento algum, contradiziam-se com a política de ocupação e valorização das regiões apontadas.

Tratava-se de empreender uma atuação mais consistente para que os esforços não se dispersassem e que houvesse uma coordenação capaz de indicar, apontar, direcionar e mesmo estimular novos investimentos na Região sob pena das iniciativas de ocupação e valorização fracassarem dado, uma séria de dificuldades pré-existentes, tais como: inexistência de linhas de financiamento expressivas para a Região; distância dos principais centros da economia brasileira; pouca ou nenhuma presença do Governo Federal; atividades de pouca expressão econômica no mercado interno etc.

As medidas governamentais que criaram a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S/A (BASA) em 1966; que ampliaram os incentivos fiscais no âmbito dessas agências já em 1968; que formularam o Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970; e que engendraram a Amazônia Legal (que superpunha territórios permitindo controle total e absoluto sobre extensa área do território nacional por parte Governo Federal) iniciaram uma proposta de coordenação de inúmeras ações do Estado na região.

Tendo como um de seus principais objetivos o financiamento de infra-estrutura na Região da SUDAM (que, em larga medida, “coincidia” com a área da Amazônia Legal), a primeira etapa do PIN compreendia a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, além de ofertar recursos às empresas de colonização para as primeiras ações visando a exploração econômica das áreas colonizadas.

A partir dessas medidas, houve para a Amazônia Legal uma imensa canalização de recursos federais que beneficiaram não só as empresas de colonização, mas os capitais que para lá se deslocaram no período. Sob o argumento da imperiosa necessidade da integração nacional patrocinados pela bandeira do desenvolvimento e da segurança, o que se pôde observar para o período foi à formulação de um sem-número de políticas que visavam primordialmente sedimentar os interesses entre o Estado autoritário, os capitais privados provenientes do Centro-Sul e mesmo os de fora do país, através dos projetos de colonização e de implantação de pólos regionais de desenvolvimento.

O quadro 1 apresenta, resumidamente, para aproximadamente três décadas, os programas, projetos e objetivos mais importantes delineados para Amazônia Legal. A partir dessas indicações, procuramos concentrar em cinco grandes grupos as políticas públicas formuladas a partir de 1964 que procuraram privilegiar projetos a serem executados na região da Amazônia Legal, são elas:

a) planos macroeconômicos cujo objetivo era transformar o país numa nação desenvolvida como, por exemplo, o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento;

b) programas governamentais que estimulavam o surgimento de projetos agroindustriais, agroflorestais, agrominerais ou agropecuários na área de abrangência da SUDAM, como são exemplos o POLOAMAZÔNIA e o PROTERRA, dentre outros;

c) política agressiva de estímulo à formação de uma infra-estrutura adequada, destacando-se na Amazônia Legal os investimentos destinados à malha rodoviária federal, o PIN foi um bom exemplo;

d) incremento da política de colonização quer oficial ou particular. Os projetos quase sempre ocorreram às margens das rodovias implementadas na oportunidade, como no caso do POLONOROESTE;

e) concessão de incentivos de naturezas diversas, a SUDAM e o Sistema Nacional de Crédito Rural caracterizam bem essa orientação.

O conjunto dessas medidas aplicadas quase que ao mesmo tempo na Amazônia Legal resultou em modificações bastante acentuadas para a região. O diagnóstico que tais investimentos realizados na fronteira tenderiam a reduzir os conflitos agrários no país desconsidera que os mais agudos problemas estavam sendo repostos em patamar mais elevado, pois que agora envolvia novos agentes sociais. O recrudescimento da violência rural a partir de 1964 evidenciava o enorme grau de exclusão que o modelo de desenvolvimento adotado portava e que era recolocado para a fronteira e na Amazônia Legal.

QUADRO 1:
Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia 1953 - 1980

os	Objetivos
ão a.	Elaborar planejamentos qüinqüenais para valorização econômica da Amazônia.
s	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Ocidental ao resto do país.
io	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia.
da	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais decidir sobre redistribuição de incentivos fiscais.
	Integrar porção ocidental à Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos.
	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético.
	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas.
	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE.
as e	Promover a capitalização rural.
rma	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infra-estrutura urbana
	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos
	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região

Fonte: Becker, 1998 p. 16-17.

A presença do Estado através das políticas públicas implementadas na área da Amazônia Legal simplesmente ratificava as opções contidas no direcionamento adotado a partir de 1964 para o conjunto da economia brasileira e que se expressavam de modo contundente nessa porção do território nacional.

Nesse sentido, a colonização dirigida de caráter particular que se verificou em Mato Grosso foi derivada de um rol de ações convergentes que se tornaram exitosas tanto em abrir novas áreas e atividades à volorização do capital, quanto no arrefecimento das demandas sociais em torno da reforma agrária. Em outras palavras, o que procuramos demonstrar até o momento foi que a "opção" pela colonização dirigida não surge como "um raio num dia de sol", ela resulta de determinantes econômicas, sociais, políticas e ideológicas presentes de maneira mais acentuada no início da década de 1960. O golpe militar foi à forma como as forças sociais conservadoras da sociedade brasileira "equacionaram" inúmeras questões, como a da reforma agrária. A colonização dirigida, particularmente a que ocorre em décadas de 1960, 1970 e 1980 não se diferenciou do processo mais geral da agricultura brasileira, ainda que estejamos indicando particularidades. Em verdade, o processo de modernização da agricultura em Mato Grosso ou no Centro-Sul foi seletivo e excludente. Selecionou regiões, culturas, produtores e proprietários que puderam se beneficiar dos recursos públicos alavancados para impulsionar a modernização conservadora. Exclui a maior parcela da população rural, deixando à margem desse processo trabalhadores rurais das mais distintas regiões do país, como exemplifica Mato Grosso.

Essas características conduziram ao longo dos anos 80 e 90 ao recrudescimento do debate sobre a questão agrária entre nós. As disputas existentes durante o período constituinte e o formato assumido pelo texto constitucional no que se refere à questão agrária são os elementos mais visíveis dessa questão, infelizmente ainda não equacionada. O número de trabalhadores sem-terra, a quantidade de acampamentos ao longo das rodovias e as intensas mobilizações comprovam a dificuldade da realização da reforma agrária.

Entretanto, há avanços expressivos. A contribuição dos assentamentos rurais para a melhoria das condições de vida quer para os próprios assentados, quer para o entorno, isto é, os núcleos urbanos existentes, parecem evidenciar que a agricultura descortina novos rumos. Na próxima seção, buscaremos demonstrar como isso tem sido possível, ainda que experiências dessa natureza ainda sejam incipientes no país e em Mato Grosso.

3. Mercado Ético e Solidário: mecanismos de integração da produção familiar

A ocupação desordenada do espaço agrícola do sudoeste do Mato Grosso[123] tem sido um dos temas mais recorrentes na última década na região pelos intensos impactos sócio-ambientais existentes, como degradação de áreas de preservação ambiental decorrente da pecuária extensiva e da monocultura, além da grande mobilização dos movimentos sociais pela realização de reforma agrária.

O uso intensivo e continuado do pacote tecnológico, ou seja, a mecanização e os agroquímicos subsidiados oferecidos pela política agrícola desencadearam um processo de desenvolvimento que desconsidera as peculiaridades tanto naturais

[123] A região sudoeste de Mato Grosso é composta, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos seguintes municípios:Araputanga, Cáceres, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista do Oeste, Curvelândia, Figueirópolis do Oeste, Glória do Oeste, Indiavai, Jauru, Lambari do Oeste, Mirassol do Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade

como sócio-culturais da região. Processo este que veio a desembocar em fortes e negativos impactos sobre a vida da população residente, quer seja nativa, quer seja migrante. A larga utilização de agrotóxicos associada à monocultura tem acentuado esse importante processo de degradação sócio-ambiental.

A agricultura empresarial na região sudoeste de Mato Grosso está ancorada em duas grandes matrizes: a pecuária bovina e a cana-de-açúcar, produtos primários para exportação intensivamente incentivados pela política agrícola oficial.

Por sua vez, a produção familiar rural está centrada principalmente na produção leiteira. Esse tipo de produção faz com que os agricultores fiquem sujeitos a intensas variações de preços em um mercado com características de oligopsônio, ou seja, o agricultor é apenas tomador de preço nesse tipo de mercado, implicando em dificuldades adicionais para sua reprodução social.

Muitas comunidades rurais estão distantes dos centros urbanos da região o que inviabiliza economicamente o transporte da diminuta produção, devido ao seu grande custo relativo, ficando a produção excedente à mercê da aquisição de intermediários que pagam preços muito inferiores daqueles praticados pelo comércio varejista regional.

A pouca diversidade de produção tem comprometido o equilíbrio ecológico dos sistemas produtivos familiares rurais, a geração de renda, a segurança alimentar e a permanência das famílias em suas unidades produtivas. Nesse contexto, é fundamental o entendimento da sustentabilidade em várias dimensões. Assim, apresentamos alguns parâmetros presentes na produção familiar rural que, além de distingui-la da agricultura empresarial, estabelece novos rumos para a questão agrária no país de um modo geral e, em particular, em Mato Grosso:

- sustentabilidade social: ancorada no princípio da eqüidade na distribuição de renda e dos bens, no princípio da igualdade de direitos à dignidade humana e no princípio da solidariedade dos laços sociais;

- sustentabilidade ecológica: ancorada no princípio da solidariedade com o planeta, bem como na preservação do potencial do capital natural, na sua produção de recursos renováveis e no limite do uso dos recursos não-renováveis;

- sustentabilidade ambiental: baseada no respeito e na capacidade da autodepuração dos ecossistemas naturais;

- sustentabilidade econômica: avaliada a partir da sustentabilidade social, propiciada pela organização da vida material e colocada como crescimento econômico contínuo sobre bases não predatórias, tanto para garantir a riqueza como para eliminar a pobreza e fazer os investimentos que permitam uma mudança do modelo produtivo para tecnologias mais apropriadas;

- sustentabilidade cultural: modulada pelo respeito da afirmação local, do regional e do nacional.

Esses parâmetros têm sido implementados na região sudoeste de Mato Grosso, através de projetos apoiados pela Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), cuja perspectiva é norteada pelo desenvolvimento regional. As experiências realizadas em assentamentos da região indicam a necessidade de um planejamento que incorpore aspectos inovadores, sob o ponto de vista do manejo dos agroecossistemas, da valorização dos saberes tradicionais, das tecnologias apropriadas de gestão e comercialização da produção. Nesse sentido, torna-se imperativo:

- ampliar a diversidade de produção de alimentos na unidade produtiva, com

vistas à segurança alimentar da família, valorizando o consumo de alimentos tradicionais e que decorrente dessa prática seja conservado o germoplasma de variedades de espécies locais;

- debater e implementar práticas de conservação dos recursos naturais como água e solo, enfatizando a preservação de matas ciliares e o controle da erosão;

- resgatar e aprimorar o conhecimento e as tecnologias camponesas de produção, processamento e armazenamento de alimentos;

- reduzir drasticamente a dependência de insumos externos na prática da agricultura camponesa, por meio da difusão de tecnologias locais já existentes para a fertilização de solos e manejo de pragas e doenças;

- investir na capacitação de camponeses para uma melhor organização social e para que esses trabalhadores consigam um melhor nível de relação com o mercado local na comercialização da produção excedente.

Outra feição que se destaca nos novos rumos que a agricultura vem tomando no sudoeste de Mato Grosso, ainda que não consolidado, está relacionada com as políticas públicas voltadas para o abastecimento alimentar local, que confere destaque à possibilidade de diversos agentes constituídos em mercados institucionais – escolas, hospitais, creches etc – ter acesso a alimentos procedentes da produção familiar rural.

Algumas iniciativas governamentais, como a atualmente desenvolvida pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, buscam a vinculação da produção de alimentos da agricultura familiar com o chamado mercado institucional, formulado a partir da aquisição de alimentos da produção familiar rural realizado pelo governo para atender às necessidades dos programas especiais como, por exemplo, a merenda escolar.

No sudoeste mato-grossense, a prática dessa iniciativa governamental por uma associação de agricultores familiares assentados tem mostrado que o abastecimento local contribui para a promoção da produção e a distribuição dos alimentos sob formas sociais mais eqüitativas, além de promover a geração de trabalho e renda para a agricultura familiar.

Baseado nos princípios da *economia solidária*[124] , a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), formada por agricultores familiares ecologistas ou em transição agroecológica, inicia no ano de 2005 uma importante ação de apoio à segurança alimentar e nutricional na região. Essa Associação possui hoje mais de 80 associados em 06 assentamentos de reforma agrária, distribuídos por 04 municípios do sudoeste mato-grossense: Araputanga, Cáceres, Curvelândia e Mirassol D' Oeste.

No assentamento Roseli Nunes, no município de Mirassol d'Oeste, a ARPA está produzindo e entregando hortaliças ecológicas como alface, rúcula, quiabo, abóbora, rabanete, pepino, pimentão, jiló entre outros para a alimentação de alunos da Escola Estadual Madre Cristina, localizada no próprio assentamento. Essa iniciativa visa contribuir com o Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que, por meio da linha de compra

[124] Para André Mance, 2003, a noção de *economia solidária* abarca diversas práticas e não há um pensamento único sobre o seu significado. Ela está associada a ações de consumo, comercialização, produção e serviços em que se defende, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

antecipada da agricultura familiar, tem possibilitado agricultores familiares de todo Brasil comercializar alimentos diretamente com creches, escolas e hospitais públicos. Esse é o primeiro projeto em desenvolvimento no Estado do Mato Grosso, previsto para ser desenvolvido entre os meses de julho e dezembro de 2005, com orçamento de aproximadamente R$14.000,00.

O projeto visa também a geração de trabalho e renda, envolvendo nesta etapa inicial diretamente 07 (sete) famílias de agricultores. Outro objetivo do projeto é a diversificação da alimentação na Escola Madre Cristina.

Até recentemente, o cardápio da Escola, que possui 375 (trezentos e setenta cinco) alunos, baseava-se sobretudo em alimentos ricos em carboidratos e proteínas (em menor proporção). Raramente, havia a presença de hortifrutigranjeiros, que são ricos em vitaminas, sais minerais e fibras. Essa ausência era explicada, em larga medida, por serem alimentos altamente perecíveis, situação equacionada pelo fornecimento local desses ítens pela produção familiar rural.

Logo, a iniciativa de ações integradas entre o poder público, organizações sociais e mercados institucionais poderão garantir uma melhor complementação alimentar por meio do fornecimento de gêneros livres de agroquímicos, além de potencializar a perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Outros grupos de produção da ARPA já estão se mobilizando para iniciar a produção de alimentos que possam ser enquadrados nesse programa do Governo Federal, pois já há interesse das prefeituras de Mirassol d´Oeste e Curvelândia em adquirir alimentos ecológicos da ARPA para a alimentação de alunos das escolas desses municípios. Devemos ressaltar que os benefícios não são poucos. Nesse sentido, tornam-se relevantes os seguintes aspectos:

- redução drástica das despesas com transporte, um dos principais custos da comercialização da produção da agricultura familiar;
- diminuição das perdas de alimentos devido a perecibilidade e avarias decorrentes do transporte desses produtos aos centros consumidores;
- visualização e valorização do trabalho associativo pela comunidade local, gerando renda e melhoria na qualidade alimentar das famílias produtoras, uma vez que as próprias famílias que fornecem alimentos ao mercado institucional começam a consumir em seus lares com maior regularidade sua produção.

A comercialização da produção da agricultura familiar deve ser entendida como uma possibilidade/necessidade de monetarizar e maximizar a valorização do trabalho familiar e de gerar recursos para melhorar a qualidade de vida e consolidar as unidades de produção. Essa consolidação é condição indispensável para que as comunidades e regiões revertam o declínio e a sub-valorização da agricultura familiar, assim como possibilita diminuir a migração da mão-de-obra para centros urbanos, sem a qual não será possível induzir qualquer dinâmica sustentável ou um novo modelo de desenvolvimento rural para região.

4. Considerações Finais

Apesar dos descalabros cometidos em Mato Grosso a partir do processo de ocupação desordenada e da adoção de modelos produtivos centrados em monoculturas para exportação, a situação não é de modo algum irreversível, o caminho para um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo em

relação à natureza e para a agricultura familiar ainda é possível como apontam algumas evidências como a que tratamos neste texto.

É preciso, entretanto, que o poder público em todas suas esferas governamentais, cientistas e a população em geral comunguem de uma idéia comum quanto aos objetivos e aos métodos para atingir melhores indicadores de qualidade de vida com destaque à segurança alimentar e à sustentabilidade do manejo dos agroecossistemas aliada à conservação da biodiversidade.

Para o estabelecimento da produção familiar rural como fonte de geração de renda e conseqüentemente uma vida digna é fundamental e decisiva o desenvolvimento de políticas públicas mais eqüitativas e integradoras. Os programas de abastecimento público de alimentos podem dar uma importante contribuição na viabilização da agricultura camponesa não só em Mato Grosso como no país.

As necessidades locais devem sobrepor aos mercados globais, não sendo contra ao mercado. A questão central é que o comércio deve ser não-exploratório e as necessidades locais devem vir em primeiro lugar, como apregoa o debate da economia solidária, ou seja, buscar integração entre o consumo, comercialização, produção e o crédito em um sistema harmonioso e interdependente, coletivamente e democraticamente planejado e gerido para servir de objetivo comum que responda às necessidades da reprodução sustentável do bem viver das pessoas em todas as suas dimensões, inclusive, nos âmbitos da cultura, arte e lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. *Colonização Dirigida na Amazônia.* Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras.* Brasília: EdUnB; Paris: ORSTOM, 1988.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. *Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica.* Goiânia: Elege, 1996.

BECKER, Berta. *Amazônia.* 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.

BERTRAN, Paulo. *Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil.* Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da Agricultura:* trigo e soja. Petrópolis: Vozes/FIRENE, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Guilherme. *Amazônia: e*xpansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTRO, Sueli *et all. A Colonização Oficial em Mato Grosso.* A Nata e a Borra da Sociedade. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

FERREIRA, Eudson de Castro et all. A Reconstrução dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio. (orgs.). A

Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Processos Sociais e Políticas Públicas. Porto Alegre: Ed.UFRGS, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. .

GLIESSMAN, Stephen. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José.(org.). *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil.* Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.

_____. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.* Campinas: EdUNICAMP, 1996.

_____. *O que é Reforma Agrária.* 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.

IBGE. *Censo Econômico – 2003*. Rio de Janeiro:Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003.

MANCE, Euclides A. *Como Organizar Redes Solidárias.* Rio de Janeiro: DP&A, FASE: IfiL, 2003.

MAZZETO, Carlos. E. S. Sustentabilidade Ambiental e Gestão do Uso da Terra: uma abordagem voltada aos assentamentos de reforma agrária. In: IPAMIG. *Revista Informe Agropecuário.* v.21, nº202, Belo Horizonte. jan/fev/2000.

PACHECO, Lenita Maria Turchi. *Colonização Dirigida*: Estratégia de Acumulação e Legitimação de um Estado Autoritário. 1974. Dissertação (Mestrado) Brasília: ICH/UnB, 1979.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos:* exclusão e luta. Do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SPAROVEK, Gerd. *A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira.* São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

ZART, Laudemir Luiz. *A Configuração Sócio-Econômica e Cultural dos Habitantes de Sinop: g*ente, experiência vivida e utopia projetada. Sinop: UNEMAT, mimeo, s/d.

AGROECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE, O CAMINHO DA UNIVERSIDADE E PERSPECTIVAS DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Jorge Luiz Schirmer de Mattos
Marilza Machado
Willian Marques Duarte

Agroecologia

A diversidade é, simultaneamente, um produto, uma medida e uma base da complexidade de um sistema e, portanto, da sua habilidade em manter um funcionamento sustentável (GLIESSMAN, 2001). A complexidade de um sistema como um todo torna-se a base para as interações ecológicas fundamentais no desenho de agroecossistemas sustentáveis. Essas interações são, em grande medida, uma função da diversidade do sistema. Portanto, a prioridade central do manejo de sistemas como um todo é criar um agroecossistema mais complexo e diversificado porque somente com alta diversidade poderá existir potencial para interações benéficas. Contudo, do ponto de vista histórico, a tendência da agricultura industrial tem sido reduzir a biodiversidade e a complexidade dos sistemas. Segundo Leff (2001), as fases históricas de conformação dos recursos naturais são as seguintes: a) diferenciação de matéria e energia e a distribuição geográfica dos recursos abióticos; b) formação da biomassa a partir da fotossíntese, crescimento, diferenciação e reprodução de recursos bióticos, formação de comunidades florísticas e faunísticas de ecossistemas e sua utilização nos processos econômicos; c) transformação técnico-cultural da matéria e energia acumuladas como recursos naturais (solos, minerais, água, recursos bióticos etc.) em valores de uso; d) transformação tecnológica do meio natural para a elaboração de meios de produção (conjunto de técnicas, máquinas, equipamentos, processos tecnológicos) e dos recursos naturais em bens de consumo, mediante processos de trabalho. Isso tudo condicionado cada vez mais as leis do mercado.

Por conta disso, verifica-se no contexto econômico vigente uma profunda divergência entre a racionalidade econômica (baseada na procura da eficiência econômica) e a racionalidade ecológica, com que se deve buscar a eco-eficiência, isto é, a contensão dos recursos ambientais (MANZINI e VEZZOLI, 2005). Ocorre que, ao derrubar as matas para implantar agricultura, o homem removeu sistemas ecológicos complexos, multiestruturados, extremamente diversificados e estáveis, levando o processo de sucessão ecológica aos primeiros estágios de imaturidade, simplicidade e instabilidade (PASCHOAL, 1980). As florestas brasileiras e sua biodiversidade sempre foram exploradas de forma predatória e, invariavelmente, consideradas um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Assim, a agricultura predatória, baseada na monocultura, acarretou a formação de agroecossistemas desequilibrados, com o surgimento de insetos-pragas, doenças até então desconhecidas e seleção de plantas "invasoras" (KHATOUNIAN, 2001). Ocorre que os agroecossistemas menos complexos tendem a ser menos estáveis, ou seja, a estabilidade diminui à medida que o número de ligações tróficas nas teias alimentares diminui no sistema (PASCHOAL, 1980). Ademais, o uso de adubos sintéticos, altamente solúveis e de agrotóxicos ocasionam desequilíbrios nutricionais internos

nas plantas tornando-as mais susceptíveis às pragas e às doenças e passam a exigir doses cada vez maiores para o seu controle, na mesma medida em que um número maior de pragas e doenças vai aparecendo (CHABOUSSOU, 1987). Aminoácidos livres e açucares solúveis presentes em excesso na planta, em decorrência do desequilíbrio nutricional, estimulam a proliferação e ataque de pragas e doenças (MIKLÓS, 1999). Estudos de três anos realizados nos Estados Unidos demonstraram que a lagarta da maçã do algodoeiro exigia doses muito mais elevadas para ser controlada, como 23 vezes para o parathion metílico, 127 vezes para o DDT e 30.000 para o endrin (GRAZIANO NETO, 1986). O fato é que as populações de insetos desenvolveram resistência aos agrotóxicos. Nos Estados Unidos existiam, antes de 1946, apenas 10 espécies de insetos e carrapatos resistentes a produtos inorgânicos minerais, ao passo que em 1969 foram registradas 224 espécies de insetos e ácaros resistentes (GRAZIANO NETO, 1986). No Brasil, a utilização de agrotóxicos teve origem de 1960-70 e se intensificou com a instalação das indústrias químicas em 1980 advindas dos países de primeiro mundo que restringiram a produção de certos produtos e proibiram o uso de outros em decorrência dos malefícios causados ao homem e ao ambiente. Entre 1983 e 1997, o consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu 276,2%, ao passo que a área plantada aumentou apenas 76% (PERES et al., 2003). De 1976-85, o consumo de agrotóxicos aumentou 500% no país, ao passo que o incremento em produtividade foi de apenas 5%, ganho este que não pode ser creditado somente ao uso desses produtos (BIKEL, 2004). De maneira geral, os agrotóxicos podem causar três tipos de intoxicação no homem: aguda, subaguda e crônica (ALMEIDA, 2002). Esses venenos têm efeitos nocivos ao ser humano tais como dores de cabeça, alergias, diarréias, dermatites, depressão, convulsões, redução da fertilidade masculina, anormalidades no desenvolvimento sexual, desregulação hormonal, doença de Parkinson, teratogênese, câncer etc. (MEYER et al., 2003; PERES et al., 2003). O Sistema Nacional de Informações Tóxico-farmacológicas (SINITOX) registrou no ano de 2000 aproximadamente 8.000 casos de intoxicação por agrotóxicos. Segundo o Movimento pela preservação dos rios Tocantins e Araguaia, morrem a cada ano no Brasil cerca de 220.000 pessoas em decorrência de intoxicações por agrotóxicos (BIKEL, 2004). Esses dados contrastam com os registros do SINITOX que relatam 141 casos de óbito por ano por intoxicação por agrotóxicos. Contudo, estima-se que, para cada caso notificado, existam outros 50 não notificados, segundo o Ministério da Saúde. Os agrotóxicos também podem se acumular ao longo da cadeia alimentar criando um problema ecológico e de saúde pública. O trabalho realizado por HIGASHI (2002), com 125 clientes na cidade de São Paulo, revelou que 124 eram portadores de algum tipo de agente químico, herbicida ou inseticida. O herbicida, por seu baixo peso molecular, tem grande poder de difusão, assim, se uma pessoa usa herbicida a 30km de distância, as demais nessa área o inalarão. Segundo o relatório da Academia Americana de Ciências, foram registrados, em 1987, 1.400.000 novos casos de câncer provocados por pesticidas (AMBROSANO et al., 2004). Uma revisão feita por Rodrigues (1998), envolvendo a contaminação ambiental por agrotóxicos, revela que resíduos de agrotóxicos estão presentes em todos os compartimentos ambientais do globo, sobretudo em águas superficiais e até em reservas subterrâneas. A intensidade e duração da contaminação do ambiente por agrotóxicos dependem de suas propriedades tóxicas, persistência e mobilidade no ambiente (FAY e SILVA, 2004). Porém, com o crescente uso de

agrotóxicos é pouco provável que o processo de contaminação cesse ou diminua sem uma ruptura com o modelo agrícola atual. Urge, portanto, a necessidade de se adotar tecnologias mais limpas e menos danosas ao homem e ao meio ambiente e que, sobretudo, resgatem os princípios do manejo tradicional dos agroecossitemas que se baseiam na preservação da biodiversidade.

Segundo Kitamura (2003), a análise dos caminhos da agricultura brasileira em direção à sustentabilidade indica duas alternativas distintas: a contínua introdução de inovações na chamada agricultura intensiva, tornando-a cada vez mais "responsável" em termos ambientais e de saúde pública e o rápido crescimento da agricultura orgânica com base agroecológica. A primeira alternativa, em princípio, parece a simples substituição de insumos da agricultura convencional ou global por insumos orgânicos e com preocupações ambientais, porém órfão de conteúdo sócio-cultural. Segundo Gliessman (2001), a agricultura convencional em escala global tem sido muito bem sucedida, satisfazendo uma demanda crescente de alimentos durante a última metade do século XX, porém, a despeito de seu sucesso, o sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construído. Isso porque as técnicas, as inovações, as práticas e as políticas que permitiram aumento na produtividade também minaram a sua base, pois retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais, dos quais a agricultura depende: o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Também criaram uma dependência de combustíveis fósseis não renováveis e ajudaram a forjar um sistema que cada vez mais retira das mãos de produtores e assalariados agrícolas a responsabilidade de produzir alimentos. Ademais, no 'mundo em desenvolvimento', a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde, a degradação ambiental e a concentração de renda continuam sendo problemas (ALTIERI, 2001).

Khatounian (2001) propõe a reconstrução ecológica da agricultura à luz dos conceitos da fertilidade do sistema aplicados na propriedade para se chegar a sistemas mais sustentáveis. Quanto melhor estiverem supridos os fatores que definem a fertilidade do sistema – luz, água, ar, nutrientes minerais, temperatura e sanidade – mais fértil será o agroecossitema.

As agriculturas tradicionais, indígenas e camponesas há muito tempo vêm desenvolvendo sistemas agrícolas complexos que incorporam o uso de recursos renováveis localmente disponíveis em desenhos que integram comportamentos ecológicos e estruturais de solo e vegetação, tendo como base os conhecimentos gerados em muitos ciclos produtivos e transmitidos pelas gerações (GOMES e BORBA, 2004). É com base nesses conhecimentos, numa dimensão econômica, social, ambiental e cultural, que a Agroecologia construiu seus pressupostos a partir dos anos 70, sendo definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho do manejo de agroecossistema (GLIESSMAN, 2001). A Agroecologia, como campo de produção científica, vem aplicando seus princípios na agricultura, na organização social e no estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza. Essa ciência fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam (ALTIERI, 2004). Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à avaliação e compreensão das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e à sociedade como um todo.

São diversas as vertentes ou escolas de estilos de agricultura (orgânica, biodinâmica, ecológica, permacultura, natural etc.) que se apresentam como alternativas ao modelo convencional. Todavia, a Agroecologia, à luz da ciência, parece engendrar com maior propriedade o conceito de sustentabilidade, pois ela considera em seus preceitos o aspecto social, econômico, ambiental e cultural. Casado et al (2000) incorporaram a investigação agroecológica uma perspectiva distributiva, estrutural e dialética, no sentido de se conhecer, explicar e intervir no processo de transformação do objeto em estudo. A rigor, não existe uma agricultura agroecológica, e sim uma agricultura que poderá ser orgânica, biodinâmica, natural, ecológica etc e cujas bases científicas encontram-se na ciência agroecologia. Entretanto, pode-se praticar agricultura orgânica sem, que esta seja inteiramente agroecológica, se lhe faltar a dimensão social.

Há quem diga que, por se tratar de uma ciência nova, ainda é incipiente e insuficiente a produção científica em Agroecologia. Prescinde-se de uma análise que vá *além* das descrições estritamente empíricas e que também elimine a visão, ainda "encantada", das possibilidades de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o Congresso Nacional de Agroecologia, já em sua terceira versão, e a recente criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) fazem história e apontam para uma ruptura com o *status quo* vigente no meio científico. Todavia, ainda é pouca a produção científica na área da agroecologia se comparado ao sistema agrícola hegemônico. Isso não poderia ser diferente, uma vez que a maior parte dos recursos financeiros é canalizada pelos órgãos de apoio à pesquisa para atender os projetos que envolvam os interesses hegemônicos. Para se ter uma idéia, nas pesquisas envolvendo o controle de invasoras, cerca de 92% dos esforços são concentrados no uso de herbicidas, 55% no controle de insetos–praga e 88% no de doenças de plantas (PIMENTEL, 1973, citado por ALTIERI, 2002).

Parece ser no campo científico-mais propriamente no método - que residem as principais dificuldades da agricultura sustentável com base agroecológica, pois falta acúmulo de conhecimentos sobre a noção e, conseqüentemente, carece-se de propostas de maior legitimidade técnico científica (ALMEIDA, 1997). Outra dificuldade reside no caráter interdisciplinar da noção, em que áreas do conhecimento como biologia, ecologia, agronomia, sociologia, economia, dentre outras devem ser integradas para uma maior e melhor compreensão dos sistemas agrícolas (ALMEIDA, 1997). A "comunidade científica" que está preocupada com a monodisciplinaridade e, devido a grande heterogeneidade social e os múltiplos interesses científico-acadêmicos, ainda não se atentou para essa perspectiva e deve se atualizar para melhor se adaptar às novas tendências da pesquisa (ALMEIDA, 1997).

Por certo, a "ciência" só será uma aliada quando abandonar a sua pretensão racionalista e sistematizada de ser a resposta correta e adequada às questões complexas, quando deixar de lado a sua pretensão de ser o único conhecimento válido, quando se despir do seu jargão científico para iniciados, dos seus clichês e preconceitos aos conhecimentos produzidos fora dos seus domínios e territórios tradicionais (REIGOTA, 2001).

À revelia do tacão da comunidade científica oficial, agricultores familiares e camponeses têm lançado mão de uma gama considerável de conhecimentos tradicionais, alguns milenares, que vêm sendo passados de geração a geração. Esse conhecimento tradicional ou local vem sendo construído a partir da tentativa, erro e aprendizagem dos agricultores (CASADO et al, 2000). Algumas dessas tecnologias

têm recebido suporte científico por pesquisadores e têm sido divulgadas por técnicos de extensão e assistência técnica junto a um número cada vez maior de agricultores. Trata-se de um modelo de agricultura desenvolvido a partir da lógica da "escassez", com otimização dos recursos e contrária ao imaginário de abundância profetizada pelo modelo hegemônico vigente no campo. Esse modelo utiliza técnicas poupadoras de energia, com pouco ou nenhum consumo de insumos externos a propriedade: pequenas construções e máquinas adaptadas a pequenas propriedades, compostagem, vermicompostagem, cobertura morta, culturas de cobertura, adubação verde, rotação de cultura, quebra-vento, uso de sementes crioulas, sistemas agroflorestais, controle alternativo de pragas, doenças e plantas espontâneas etc.

Poucos são os trabalhos encontrados na literatura que envolvem tecnologias de construções rurais, máquinas e equipamentos adaptadas às pequenas propriedades rurais (FABICHAK, 2000; GOMES, 1998; SEIXAS e FOLLE, 1982). Contudo, existem várias experiências de "agricultores inventores" envolvendo o desenvolvimento de protótipos de máquinas e equipamentos que merecem ser divulgadas em larga escala junto aos demais agricultores.

A compostagem consiste na construção de pilhas que contenham camadas alternadas de palha e esterco de aproximadamente 1,5m de alturas (PRIMAVESI, 1992). Na formação das pilhas, utiliza-se 60-80% de volumoso, 20-40% de nutrientes (esterco de galinha 20%, cama de frango 30%, cama de curral 40%), mais inoculantes e água, de modo a se atingir uma relação carbono/nitrogênio de 30:1 (PENTEADO, 2003). Estima-se que 20t/ha de composto fornece em torno de 320-620kg/ha de NPK (KIEHL, 2002). O composto pode ser usado em hortaliças, fruteiras etc. A vermicompostagem é uma tecnologia na qual se utilizam as minhocas para digerir a matéria orgânica, provocando sua degradação (KIEHL, 1985). O vermicomposto pode ser utilizado como adubo, principalmente em hortaliças.

A cobertura morta ou *mulch* é uma prática bastante usada em hortas, pomares e cafezais que protege o solo da chuva e do sol e evita a infestação de invasoras. Qualquer material orgânico pode ser utilizado: capim seco, casca de arroz, casca de café, bagaço de cana, maravalha, serragem e outros (PRIMAVESI, 1992).

O cultivo de cobertura refere-se ao plantio solteiro ou consorciado de plantas herbáceas, anuais ou perenes destinado a cobrir e proteger o solo numa determinada época, ou mesmo durante todo ano. Quando as plantas são incorporadas ao solo, a matéria orgânica chama-se adubo verde. As plantas de cobertura do solo vivas são leguminosas, gramíneas ou uma combinação apropriada de espécies cultivadas especificamente para proteger o solo contra a erosão, melhorar sua estrutura e fertilidade, suprimir pragas, vegetação espontânea e patógenos (FARREL e ALTIERI, 2002).

Os adubos verdes geralmente são da família das leguminosas que incorporam nitrogênio ao solo através da simbiose com as bactérias do gênero *Rhizobium* (KIEHL, 1985). A adubação verde protege o solo, melhora a aeração e fornece nitrogênio e outros nutrientes (PRIMAVESI, 1992). A fitomassa produzida pelos adubos verdes pode ser incorporada ao solo ou deixada na superfície como cobertura morta, com efeitos alelopáticos sobre invasoras, nematóides e doenças radiculares (RODRIGUES e RODRIGUES, 1999). A picagem da fitomassa pode ser feita com o uso de rolo-facas (PECHE FILHO et al, 1999).

Há mais de vinte séculos, os agricultores descobriram por experiência que o terreno cultivado a cada ano com uma planta diferente apresentava melhor resul-

tado do que a sucessão da mesma cultura (KIEHL, 1985). Os objetivos da rotação de cultura são incorporar diversidade no sistema agrícola; fornecer nutrientes as culturas e controlar as pragas (FARREL e ALTIERI, 2002).

Denomina-se quebra-vento qualquer vegetação maior que a cultura. O problema são os ventos fracos com 1,2-4,0 m/s que carreiam a umidade da lavoura. Capim-napier pode ser um quebra-vento para feijão ou arroz, leucena para cafezal ou pimenta-do-reino (PRIMAVESI, 1992).

O uso de sementes crioulas tem sido essencial para a sustentabilidade da agricultura familiar e para a segurança alimentar das famílias. Contudo, essa estratégia dos agricultores tem sido limitada pelo mercado, pela seca, minifundização e pelas políticas públicas (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002). Nesse sentido, o surgimento dos bancos de sementes comunitários tem sido uma alternativa de preservação dessa biodiversidade, em que as famílias se associam espontaneamente e têm o direito ao empréstimo de uma certa quantidade de sementes no plantio devendo, após a colheita, restituir em uma quantia superior àquela tomada emprestada.

Os agricultores fazem seus plantios em combinações (policultivos ou consórcios). Há aproximadamente 20 anos, as características desejáveis dos policultivos eram ignorados pelos pesquisadores. A consorciação de culturas otimiza o uso do solo e pode aumentar a produtividade da cultura principal. A consorciação pode ser feita entre diferentes culturas e entre culturas e adubos verdes (PRIMAVESI, 1992). Os policultivos podem envolver combinações de espécies anuais com outras anuais, anuais com perenes e perenes com perenes (LIEBMAN, 2002). Estudos têm demonstrado os benefícios do consórcio de feijão com milho (PORTES, 1996) e comprovado as vantagens econômicas do consórcio sobre as culturas solteiras, via cálculo do índice de equivalência de área (SOARES et al., 1996). O aumento da eficiência no uso da terra é particularmente importante em propriedades pequenas, onde a produção agrícola é limitada pela quantidade de mata que pode ser derrubada, preparada e capinada (manualmente) num curto espaço de tempo. Os policultivos ou consórcios apresentam diversos arranjos espaciais, desde a simples combinação de duas espécies em fileiras alternadas até consórcios complexos de mais de uma dúzia de espécies misturadas, plantadas na mesma época ou em épocas diferentes (culturas seqüenciais) com colheita simultânea ou escalonada (LIEBMAN, 2002). O policultivo, além de influenciar as pragas, as doenças e as plantas espontâneas, também pode oferecer aos agricultores recursos para diminuir a dependência da aquisição de insumos externos, a exposição a agroquímicos, os riscos econômicos, a vulnerabilidade nutricional e proteger os recursos naturais básicos necessários para a sustentabilidade agrícola.

Os sistemas agroflorestais (agrossilvicultura, silvipastoris, agrossilvipastoris, sistemas de produção vegetal de múltiplo uso etc.) em que as árvores são associadas no espaço e/ou no tempo com espécies agrícolas anuais ou animais com um uso integrado da terra são particularmente adequados a áreas marginais e a sistemas de baixo uso de insumos (FARREL e ALTIERI, 2002). Contudo, sem conhecer profundamente o ecossistema local é difícil pensar em sustentabilidade. Segundo Vivan (1998), os biomas e a sucessão natural de espécies e de consórcios de espécies são guias confiáveis às estratégias de sustentabilidade a médio e longo prazo. Para tal, deve-se realizar antes de tudo um diagnóstico visando conhecer o histórico das populações que ocupam o ambiente; identificar a lógica de exploração dos recursos pelos diferentes segmentos sociais e os agroecossistemas resul-

tantes; conhecer o ambiente em sua forma primitiva e atual e como ele é visto pelos seus atuais ocupantes; identificar a sustentabilidade (econômica e ambiental) dos sistemas adotados; gerar, neste contexto de participação, as possíveis intervenções e modificações que otimizem os recursos na propriedade, comunidade e região, abrindo a possibilidade de integrar essas propostas a estratégias mais amplas no plano macro-ambiental e econômico; conhecer as plantas cultivadas e/ou introduzidas e as comunidades vegetais autóctones associadas a esses cultivos através dos seus centros de origem e identificar, no itinerário do agricultor, o conhecimento do ecossistema local e de sua dinâmica. Estudos revelam que pesquisas com SAFs no Centro-Oeste brasileiro são muito pouco prestigiadas na região, que não há linhas de pesquisa específicas, além da pouca articulação das instituições como Embrapa e universidades (DANIEL et al., 2001).

O manejo integrado de pragas considera tanto o contexto socioeconômico dos sistemas de produção, quanto o ambiente associado e as dinâmicas populacionais das espécies e utiliza todas as técnicas e métodos compatíveis e adequados à manutenção da população de pragas abaixo do nível econômico (DENT, 1991; citado por ALTIERI, 2002). No controle das doenças de plantas, tanto o controle cultural quanto o biológico (aumento da presença de microorganismos benéficos junto à planta, introdução de agentes biológicos no solo, uso de plantas de cobertura e de leguminosas e inoculação de linhagens não patogênicas ou não virulentas) podem reduzir a quantidade de inóculo ou da atividade de um patógeno (ALTIERI, 2002).

De acordo com os princípios da trofobiose, as doenças são evitadas pelo melhoramento do solo, especialmente pela matéria orgânica e o fornecimento dos nutrientes deficientes, enquanto não existirem variedades adaptadas ao solo e ao clima (PRIMAVESI, 1999). Essa mesma autora menciona que o boro evita o ataque de lagarta do cartucho no milho e o boro, em conjunto com o cobre não permite o desenvolvimento de ferrugem em cereais, e a pulverização da semente de milho e feijão com uma solução fraca de sulfato de zinco impede o ataque de elasmo no estádio de plântula. Fato é que caldas feitas a base de nutrientes (bordalesa, sulfocálcica e viçosa) têm apresentado eficiente controle de fungos, bactérias, pragas e ácaros, além de custo menor que outros defensivos (PENTEADO, 2000).

As modificações contínuas nas áreas cultivadas, necessárias para a produção agrícola moderna, favoreceram a seleção de plantas espontâneas. Aproximadamente 250 espécies de plantas espontâneas são consideradas invasoras ou ervas daninhas (ALTIERI, 2002). Muitas destas vegetações espontâneas foram introduzidas de áreas geograficamente distantes ou oportunistas nativas favorecidas por perturbações causadas pelo homem.

Os trabalhos de Areu Júnior (1998), Burg e Mayer (2001) e Penteado (2001) serviram para divulgar o conhecimento popular do controle alternativo e "caseiro" de pragas, doenças e plantas espontâneas. Ambrosano et al. (2004) incorporaram a esses conhecimentos resultados de trabalhos científicos em cursos de capacitação de agricultores em agricultura orgânica. Claro (2001) publicou recentemente a experiência da região centro-serra do Rio Grande do Sul, denominada de "Referências tecnológicas para a agricultura familiar ecológica", que compreende várias "receitas" de controle de pragas, doenças e plantas espontâneas, bem como biofertilizantes, e resgata o conceito de equilíbrio de bases para proceder a calagem e a adubação do solo. Mais recentemente, métodos alternativos de controle

fitossanitário têm recebido a atenção de pesquisadores da Embrapa e do Meio Ambiente (CAMPANHOLA e BETTIOL, 2003).

O processo de mudança do manejo convencional para o alternativo ou orgânico tem sido chamado de *conversão*, que implica em aspectos biológicos ou agronômicos, normativos e educativos (KHATOUNIAN, 1999). O aspecto biológico inclui o "reequilíbrio" dos insetos e das condições do solo que exigem um tempo de maturação; o educativo diz respeito ao aprendizado de conceitos e técnicas de manejo que viabilizam a agricultura orgânica; o normativo consiste no enquadramento às normas para o produto receber o selo de qualidade. A garantia de qualidade é conseguida em diferentes etapas: certificação de instituições, produtos alimentícios e insumos; assessoramento técnico; inspeções regulares e visitas de surpresa às instituições certificadas; análises laboratoriais; revisões anuais das normas e renovação de pedidos de certificação e uso de selo oficial de certificação (PASCHOAL, 1994). A certificação, pelo seu alto custo, não raro tem se constituído em instrumento pouco acessível aos agricultores familiares ou camponeses. De qualquer forma, ela só se justifica se tratar de mercados mais distantes, em que não haja um contato direto entre produtor e consumidor. Nesse caso, a alternativa tem sido a certificação participativa, dividindo-se os custos da certificação entre vários produtores, a adoção de um selo social ou a formação de redes de consumo solidário que rompem com o caráter mercantilista da certificação, a exemplo do comércio justo (GRÜNINGER, 2002).

São recentes as alternativas de financiamento para a produção orgânica. O governo federal abriu uma linha de financiamento junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar, denominado de Pronaf Agroecologia, que exige procedimentos semelhantes as demais modalidades do Pronaf. Porém, somente podem captar esse tipo de recurso os agricultores certificados.

Estima-se que a área utilizada para a produção de produtos orgânicos no Brasil passa de 130 mil hectares e que o mercado cresceu 50%, de 1999 para 2000 (MUNIZ et al., 2003). A qualidade e a saúde da família parecem ser alguns dos principais fatores que levam o consumidor, chamado de consumidor consciente, a consumir os produtos orgânicos (DAROLT, 2003). Segundo revisão desse autor, a maioria dos trabalhos indica igualdade ou superioridade nutricional dos produtos orgânicos em relação aos produtos convencionais.

Os Sistemas Agrícolas de Produção (SAPs) são uma metodologia de pesquisa direcionada aos problemas agrícolas (ALTIERI, 2002). Essa metodologia se inicia com o diagnóstico das condições práticas e dos problemas de determinados grupos de agricultores. Uma vez identificado o problema, elabora-se um programa adequado ao seu estudo, no sentido de encontrar as soluções. A realização de experimentos nas propriedades dos agricultores, sob suas condições de manejo, constitui um aspecto fundamental dessa metodologia. Assim, tais experimentos são avaliados utilizando-se critérios importantes para o agricultor, e os resultados obtidos são utilizados para fazer recomendações. Claro (2001) preconiza o uso de Unidades Experimentais Participativas (UEPs) que compreendem três funções importantes como método participativo de extensão rural: unidade de produção, de pesquisa e de troca de experiências entre agricultores e técnicos. Khatounian (2001) sugere a utilização da abordagem sistêmica na elaboração dos planos de conversão da agricultura convencional para a agricultura orgânica.

Em que pese a existência de alguns métodos considerados eficientes no

desenvolvimento das atividades de extensão rural e assistência técnica, há uma capacitação deficiente dos técnicos para responder às necessidades dos pequenos produtores que estão fazendo uso dos recursos locais em um modelo de desenvolvimento sustentável (WERHLE, 1998). Ocorre que as organizações dos agricultores estão cada vez mais exigentes e requerem que os técnicos tenham uma visão holística, sistêmica e que compreendam e manejem as dimensões técnicas, econômicas, sócio-culturais e ambientais das comunidades. O fato, é que esse técnico ainda não está pronto e precisa ser rapidamente capacitado para atender essa demanda, que é crescente. Nesse aspecto, vale citar os esforços do Dater, ligada à Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, que vem promovendo em todo país vários cursos de capacitação em Agroecologia.

Outro fator primordial no desenvolvimento local sustentável é a disponibilidade de uma infra-estrutura organizada voltada ao ensino, pesquisa e extensão rural, consubstanciada nos princípios da Agroecologia (ALTIERI, 2002). Nesse sentido, vale salientar as iniciativas da Embrapa Clima Temperado, Embrapa Agrobiologia, Embrapa meio Ambiente, Iapar etc. que têm programas de pesquisa voltados para a Agroecologia.

Sustentabilidade

Em que pese os inúmeros projetos de desenvolvimento internacionais e patrocinados pelo Estado sob a ótica da agricultura convencional a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde e da degradação ambiental continuam sendo problemas no mundo em desenvolvimento (ALTIERI, 2001). Ademais, a agricultura convencional não é sustentável porque degrada o solo, desperdiça e usa exageradamente a água, polui o ambiente, provoca a dependência de insumos externos, acarreta a perda da diversidade genética e causa a perda do controle local sobre a produção agrícola (GLIESSMAN, 2001). Tanto isso é verdade que, anualmente, mais de 600 mil hectares são abandonados por se tornarem improdutivos ou desérticos nos países do terceiro mundo (PRIMAVESI, 1997). Urge, portanto, a necessidade de se combater a miséria rural e regenerar a base de recursos das pequenas propriedades, buscar novas estratégias de desenvolvimento e manejo de recursos na agricultura e implantar novos sistemas tecnológicos. A implementação de novos sistemas tecnológicos deve levar em conta a variabilidade de formas de pequena produção como: a pouca disponibilidade de terra, as condições ecológicas adversas, a policultura, a insuficiência dos meios de produção disponíveis e mão-de-obra familiar (SILVA, 1999).

A rigor, a questão dos pequenos produtores, da agricultura familiar ou camponesa deixou de ser, há algum tempo, uma questão puramente técnica e passou a ser vista como um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas que aponta para a necessidade de novas tecnologias à luz de um novo paradigma: *a agricultura sustentável*.

A sustentabilidade é um termo que não pode ser restrito a uns poucos casos e se caracteriza como algo dinâmico, com aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e geográficos (RUSCHEINSKY, 2004). Entretanto, quando o assunto refere-se aos recursos naturais, como o desenvolvimento da agricultura, o conceito de sustentabilidade assume maior complexidade. Assim, a sustentabilidade engendra não só uma preocupação com um novo estilo de vida, hábitos e idéias, de

solidariedade com a natureza, mas com o desenvolvimento de ações coletivas que venham a enfrentar as desigualdades sociais e econômicas contemporâneas no campo. Todavia, o que é sustentável para a Amazônia poderá não ser sustentável para o Cerrado. Da mesma forma, a produtividade e a intensidade do uso dos recursos naturais que sustentam um agricultor no Sul do país certamente não sustentam no Cerrado.

Segundo Silva (1999), para configurar esse novo paradigma uma nova tecnologia deve preencher três requisitos básicos: ser de ampla aplicabilidade, ser aplicável tanto na esfera da produção propriamente dita (como um redutor de custos) quanto na de consumo, através da produção de novos bens e de novos segmentos consumidores, e ser aplicável, basicamente, a um setor emergente (ou ascendente) do sistema econômico. Todavia, ainda são esparsos os estudos consagrados à rigorosa reflexão analítica das diferentes facetas (sociais, econômicas, ambientais, agronômicas e tecnológicas etc.). Essas facetas são ainda típicas de um movimento de contestação à "agricultura moderna" ou convencional, que é não apenas discursivo, mas concreto, materializado em iniciativas produtivas que se espalham em variadas regiões do Brasil.

Almeida (2001) mencionou que o debate acerca do desenvolvimento sustentável hoje está polarizado entre duas concepções principais: de um lado, gestada dentro da esfera da economia, que incorpora a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma idéia que tenta quebrar a hegemonia do discurso econômico, indo para além da visão instrumental e restrita. Independente disso, o certo é que a visão dominante considera apenas a necessidade de se fazer ajustes na agricultura convencional, substituindo insumos químicos e degradadores do meio ambiente e tecnologias intensivas por insumos e tecnologia brandos, desviando a atenção do fato de que os fatores limitantes são sintomas de um distúrbio mais sistêmico, inerente aos desequilíbrios dentro do agroecossistema (ALTIERI, 2001).

A vasta gama de transformações necessárias para consolidação da agricultura sustentável - não apenas na pesquisa científica, mas também na economia, na sociedade e nas relações com os recursos naturais - indica que a noção de agricultura sustentável exprime uma idéia em potencial, um objetivo em longo prazo (EHLERS, 1999). Configura-se, portanto, um processo de *transição*, cuja duração é ainda incerta, mas que precisa ser iniciada aqui e agora. É uma transição que se revela nas múltiplas dimensões de uma crise decorrente do esgotamento do paradigma dominante e se pré-anuncia na emergência de um novo paradigma (BECKER, 2001). Entretanto, os sinais emitidos por essa crise transicional, em que "um passado morto não morre e um nascente não nasce", permitem apenas especular à cerca desse período (BECKER, 2001).

Segundo Silva (1999), a importância maior do movimento por uma agricultura sustentável não está na sua "produção da produção", mas na "produção de uma nova concepção" de desenvolvimento econômico. Isso implicaria não na criação de novas tecnologias sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência a despeito da relação homem-natureza.

Na verdade, existem muitas definições e interpretações sobre o desenvolvimento sustentável, mas que coincidem nos seguintes elementos: manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; minimização dos impactos adversos ao meio ambiente; retorno adequado aos produtores; otimização

da produção com um mínimo de insumos externos; satisfação das necessidades alimentícias, sociais e de renda das famílias e das comunidades rurais.

Manzini e Vezzoli (2005) sugerem que as soluções possíveis em busca da sustentabilidade poderiam se dar à luz de combinações da inovação sócio-cultural e tecnológica e introduzem, para isso, os conceitos de eficiência, suficiência e eficácia. A área da *eficiência* estaria mais próxima à inovação técnica. Trata-se da eficiência técnica dos sistemas produtivos. Como produzir melhor os produtos e serviços existentes? Como inovar as tecnologias para reduzir o consumo de recursos ambientais, mantendo o real valor do produto para os usuários? O desafio da inovação técnica na produção orgânica de alimentos consiste em se elevar a escala de produção para diminuir os custos e baratear os preços dos produtos orgânicos, tornando-os mais acessíveis ao consumidor.

A área da *suficiência* está mais próxima à inovação cultural do que à técnica. Por que se necessita de certas coisas? Que coisas realmente se necessitam? Como são eliminadas as coisas dos que não se necessita mais? A suficiência parece ser o "calcanhar de Aquiles" da sociedade de consumo, em particular da agricultura convencional que é altamente dependente de insumos externos à propriedade e acumuladora de resíduos, a exemplo das embalagens de agrotóxicos.

A área da *eficácia* apresenta um equilíbrio entre a dimensão técnica e cultural da inovação. Trata-se do que poderia ser produzido e consumido? O que é melhor fazer para aumentar o bem-estar enquanto se reduz o consumo. A avaliação dos produtos, levando-se em consideração seu valor energético, ou seja, a partir do custo de energia necessário para ser produzido e não apenas seu custo financeiro, seria importante para otimizar o uso dos recursos naturais não-renováveis. A agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar através do processamento, com instalações de agroindústrias familiares nas comunidades, sob o controle dos trabalhadores, poderia ser um avanço em termos de manutenção do homem no campo, especialmente os jovens.

Da sustentabilidade social depende a biodiversidade vegetal e animal. Dito de outra forma, só há preservação da biodiversidade se houver sustentabilidade das pessoas que vivem no meio rural. Sendo assim, há de se criar mecanismos para manter no campo os agricultores tradicionais ou camponeses, quilombolas, ribeirinhos etc, que não têm vocação voltada ao empreendedorismo ou que desejam apenas produzir para a sobrevivência. Mecanismos de compensações pela conservação e restauração de serviços ambientais poderiam ser importantes instrumentos para a promoção da sustentabilidade social, ambiental e econômica, sobretudo de populações rurais que habitam áreas estratégicas para a conservação da biodiversidade, a produção de água e proteção de mananciais, a proteção de florestas, a produção de alimentos sadios e o desenvolvimento do ecoturismo (BORN e TALOCCHI, 2002). Segundo esses mesmos autores, a compensação por serviços ambientais (CSA) poderia ocorrer, por exemplo, via transferências diretas de recursos financeiros, favorecimento na obtenção de créditos, isenção de taxas e impostos, aplicação de receitas de impostos em programas especiais, fornecimento preferencial de serviços públicos, disponibilização de tecnologia e capacitação técnica, subsídios a produtos e garantia de acesso a mercados ou programas especiais.

A falta de condições dignas de vida no meio rural tem levado alguns agricultores a vender sua força de trabalho em detrimento das atividades na propriedade ou a abandonar suas terras e mudar para a cidade. Uma alternativa tem sido a

chamada pluriatividade ou agricultura de tempo parcial, em que um ou mais membros da família dedicam parte de seu tempo ao desempenho de trabalhos fora da propriedade. Essa tem sido uma estratégia importante adotada pelas famílias rurais ante a desarticulação do sistema colonial no Rio Grande do Sul (SCHNEIDER, 1999). Nessa experiência as famílias melhoraram sua renda sem que pra isso necessitassem abandonar por completo as atividades agrícolas e o meio rural.

O Caminho da Universidade

A instituição universidade passa por uma crise de identidade sem precedentes. O atendimento de apenas uma pequena parcela da população, extremamente privilegiada, via concurso vestibular, exclui a possibilidade de uma franja significativa de jovens "beber na fonte do conhecimento acadêmico" e põe em xeque a real função da universidade, qual seja, universalizar o conhecimento, tornando-o acessível aos cidadãos.

A universidade é denominada de Centro de Excelência por uns ou ilha do saber por outros, tamanho é seu afastamento da sociedade. O fato é que a universidade ao se preocupar essencialmente com as questões intramuros se esqueceu que tem de apresentar respostas à sociedade que a criou e a sustenta. Há quem diga que ela tem medo de olhar para o abismo com medo que o abismo olhe para dentro dela, e por isso olha apenas para seu umbigo como se fosse um repolho de estimação e ignora os problemas e os anseios da sociedade.

A indissociabilidade do tripé ensino – pesquisa – extensão já fez água há muito tempo. E nesse ínterim o diálogo com a sociedade através da extensão foi o mais prejudicado em decorrência da falta de sensibilidade para as questões sociais e culturais. Portanto, a instituição universidade que não repensar urgentemente as suas formas de atuação e não cumprir com suas responsabilidades perante a sociedade ficará sem suas raízes (sociais), tornar-se-á um gigante de pés de barro e, portanto, estará vulnerável aos ventos da evolução logrados de forma independente pela sociedade.

A Unemat, pela sua origem e por seu compromisso com o desenvolvimento local, tem trilhado um caminho diferente. Desde sua criação é patente a preocupação com o ensino, extensão e pesquisa, mais recentemente, e com o papel que deve exercer junto à comunidade, influenciando-a e sendo influenciada por ela. Com esse objetivo criou o DS Rural, um encarte semanal no jornal *Diário da Serra*, em Tangará da Serra, publicando vários textos de interesse do homem do campo e da cidade.

Com o lema "universidade do interior para o interior", a Unemat – Tangará da Serra fincou raízes em quase todos os municípios do interior matogrossense. Entretanto, foi possível e necessário ir mais longe, até o interior do interior e dialogar com os homens e as mulheres do campo, conhecer a sua história, sua maneira de ser, seus desejos, seus sonhos e sua sabedoria. Com esse intuito surgiu o Programa Agronomia no Campo, que vai ao ar há quase três anos, ininterruptamente, todas as quartas-feiras das 6 às 7h da manhã, na Rádio Pioneira, para divulgar os resultados de pesquisas feitas pela Universidade e disponibilizar informações técnicas às comunidades rurais de Tangará da Serra e região.

A inserção efetiva da Unemat nesse contexto, à luz da sociedade informacional, pressupõe um repensar de sua função geradora e transmissora do saber. Tal constatação aponta para a necessidade de a universidade deixar de ser "a ilha do

conhecimento", para desenvolver ações "além muro", sob pena de se reduzir à mera expectadora do processo evolutivo da humanidade. Isso equivale a dizer, que os conhecimentos gerados e trabalhados dentro da universidade, para atingirem plenamente seus objetivos, devem ser amplamente divulgados, debatidos e assimilados.

A Unemat através do **Programa de Ciências Agro-ambientais**, do qual fazem parte os cursos de Agronomia e Ciências Biológicas, tem publicado na I e II Mostra Interdepartamental de Trabalhos Acadêmicos da Unemat, realizadas em 2003 e 2004, respectivamente, dezenas de trabalhos relatando as atividades interdisciplinares (diagnósticos, estágios e seminários nas comunidades) dos Grupos de Aprendizagem (GA) desenvolvidas junto às comunidades tradicionais de Tangará da Serra e ao Assentamento Antônio Conselheiro. Essas atividades de GA fazem parte dos Grupos de Aprendizagem, Investigação e Extensão (GAIE), nos quais ocorre na prática a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, na verdadeira acepção da palavra.

O termo extensão, na acepção que nos interessa aqui, indica a ação de *estender* algo a alguém, ou seja, estender conhecimentos e técnicas aos homens do campo para que possam transformar melhor o mundo em que estão, num sentido concreto, mas principalmente humanista e de emancipação (FREIRE, 2001). Emancipação é entendida aqui como um processo histórico de conquista e exercício da qualidade de ator consciente (DEMO, 2001). Consciência também entendida aqui como resultante da reflexão e da ação coletiva, pois ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão (FREIRE, 2002). Com esse entendimento, em abril de 2004, foi realizado o **I Seminário de Agricultura Familiar e Agroecologia** que reuniu ministros, secretários de Estado, professores, mais de 100 palestrantes, aproximadamente 400 alunos e 800 agricultores familiares de Tangará da Serra e região. Isso implica, contudo, em reconhecer o outro como sujeito, dentro dos preceitos de alteridade e não de caridade, mas, sobretudo, do respeito aos diferentes saberes. Mais do que isso, é perceber a verdade como um processo resultante do diálogo de diferentes sujeitos para a construção efetiva e real de caminhos possíveis. É um processo de elaboração num campo de múltiplas interações (MARPEAU, 2002). Nesse sentido, a Unemat criou em Tangará da Serra o **Centro Regional de Pesquisa e Capacitação e Agricultura Familiar** (CPCA), com o compromisso de gerar, covalidar e repassar aos agricultores familiares, tecnologias apropriadas às pequenas propriedades. Em Cáceres foi criado um curso de **graduação em Agronomia,** com base Agroecológica, voltado para atender os movimentos sociais do Campo. A Unemat também participa do curso de **pós-graduação** juntamente com a UFMT, UFG, MST e MDA para formar quadros técnicos (com egressos da Unemat) para atuar nos assentamentos. E também aprovou em dezembro de 2004 a cotas para negros no concurso vestibular.

Trata-se de elaborar um pensar e uma ação a partir das grandes 'massas sobrantes'- maioria excluída do sistema socioeconômico vigente e romover efetivamente a inclusão social (MARIA, 1996). Nesse sentido, a recente criação da **Rede de produção e consumo solidário**, estabelecida na base da confiança entre a comunidade universitária da Unemat e as famílias do assentamento Antônio Conselheiro, poderá ser uma alternativa viável de renda para os agricultores e oportunidade dos membros da Universidade de consumir produtos com qualidade e livres de pesticidas. Cinco valores acadêmicos são mencionados por Marcovitch

(1988, citado por BIZ, 2004), como lastro de uma universidade no cumprimento de sua missão: pluralismo, universalismo, solidariedade, ética e excelência. Isso nos permite afirmar que a Unemat está no caminho certo, pois está fazendo Universidade.

Perspectivas dos Assentamentos de Reforma Agrária

A gênese das lutas dos trabalhadores sem terra data do final da década de 70, com várias ocupações de áreas improdutivas no Rio Grande do Sul, em especial nos municípios de Ronda Alta (fazenda Macali) e Sarandi, e se espalharam para os outros estados (FERNANDES, 1999; MST, 2001). A principal característica de um assentamento do MST está no fato de ele ter sido resultado de longos anos de luta, com os acampamentos no campo e na cidade, as marchas, os atos públicos, a repressão (MST, 2001). Nessa trajetória, os fatores fundamentais de êxito foram a união, a solidariedade, a resistência e a cooperação. A partir de então, o movimento dos trabalhadores rurais tornou-se um instrumento de luta e de apoderamento de direitos pelos excluídos, com o aval e o reconhecimento da sociedade civil. Muitas experiências de reforma agrária deram certo e são exemplos de resistência, de luta, de conquista e de uso social da terra. Contudo, o histórico de fracassos de alguns assentamentos tradicionais é longo e tem repercutido negativamente na vida de milhares de pequenos produtores rurais que não conseguem produzir para sua própria subsistência (WOLSTEIN, 1998). Isso decorre, por um lado, da histórica falta de acesso às políticas públicas efetivas que envolvam capacitação, crédito subsidiado, assistência técnica e organização de mercados locais etc. Nesse aspecto, vale salientar o Programa de Agroindustrialização de produtos da agricultura familiar lançado em 2003 pelo governo federal, que propunha o financiamento e capacitação dos agricultores na produção, industrialização, comercialização e conquista de novos mercados. Porém, esse programa é inacessível à maioria dos assentamentos com problemas de aval cruzado, pois há uma estimativa que mais de 70% dos assentados figuram como inadimplentes no Banco do Brasil. Por outro lado, decorre do fato de que, na passagem do acampamento para o assentamento, os movimentos de luta, sindicatos e organizações não-governamentais não têm apresentado a mesma eficácia daquela percebida na conquista da terra, pois perderam a posição de ator principal para os atores-instituição como Incra, empresas de assistência técnica e extensão rural e prefeituras (SHIKI, 2004). Isso implica dizer que nem todos os assentados fazem parte do mesmo modelo sócio-técnico no assentamento e o que ocorre é a reconfiguração das relações no assentamento por essas instituições, criando novas autoridades e novas funções.

Em verdade, a conquista da terra que a primeira vista significou o sucesso do movimento organizado de luta pela terra, na realidade foi apenas o início de um longo e árduo processo que se consubstancia na necessidade urgente de fazer a terra produzir (MASSELI, 1998). Os assentados têm produzido vários produtos agrícolas, porém a sua limitação decorre da sua dificuldade de fazer o planejamento e a comercialização da produção. Não raro têm sido alvos de atravessadores/aproveitadores que pouco valorizam seus produtos. Talvez, do ponto de vista técnico, o caminho mais rápido e seguro seja a capacitação dos assentados em agroecologia, incrementar a produção de alimentos orgânicos e estabelecer redes de consumo solidário e/ou buscar financiamentos a fundo perdido para a instalação

de agroindústrias familiares para agregar valor a produtos como mandioca, banana, abacaxi, plantas medicinais e leite.

Hoje há uma proposta de resgate e valorização dos saberes populares, inclusive como postura pedagógica. A propósito, o estudo da etnociência tem revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais, os solos pode ser bastante detalhado e resultar em estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra que criam, dentro de certos limites ecológicos e técnicos, a auto-suficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões (ALTIERI, 2001). Parece ser esse o caminho para a sobrevivência e emancipação da agricultura familiar no Brasil. Porém, antes de tudo, deve-se atentar para o processo de mudança do manejo convencional para o 'orgânico', denominado conversão, que implica, em certos casos, observar aspectos normativos e educativos (KHATOUNIAN, 1999).

As agrovilas que deveriam ser uma realidade nos assentamentos por representar, sobretudo, o sentido de coletividade movente dos assentados desde os acampamentos, parecem não ser uma realidade em todos os assentamentos (MACHADO e MATTOS, 2004). Esse isolamento social e geográfico das famílias assentadas tem colocado as pessoas, em certos casos, em situações de abandono. Muitas vezes, sem os recursos necessários para produzir e diante da ameaça da sobrevivência das famílias, os assentados têm encontrado na exploração da madeira, uma saída "paliativa" para contornar seus problemas mais imediatos e garantir a sobrevivência dos seus. Outros têm optado pelo desmatamento e/ou queimadas da vegetação para implantação das roças de toco. A roça de toco caracteriza-se como uma opção mais sustentável ambientalmente do que a monocultura da soja (DUARTE et al., 2004). Isso, evidentemente, quando a dívida ambiental com a natureza, deixada pelo latifúndio, sob a forma de pastos degradados, reservas devastadas, matas ciliares derrubadas não comprometeram o uso da área.

É crescente o número de comunidades e famílias habitantes de espaços rurais que está tomando consciência e buscando formas mais sustentáveis de se manter econômica e socialmente no campo, em atividades que contribuam também para a conservação dos ecossistemas e de suas funções ambientais (BORN e TALOCCHI, 2002). Essa consciência ambiental precisa prevalecer também nos assentamentos, pois a proteção dos recursos naturais é fundamental para a qualidade de vida das presentes e futuras gerações brasileiras. O primeiro passo é promover a conscientização ambiental da população, frente aos desafios do novo milênio que se inicia, divulgando os princípios que condicionam a sustentabilidade dos diversos biomas e ecossistemas brasileiros (BRITO e CÂMARA, 2001). Os meios mais eficazes para a proteção e conservação ambiental são através da criação de áreas protegidas para solucionar a fragmentação de habitats, sobrevivência de espécies da fauna e flora, afastando o perigo de extinção de várias espécies (BRITO e CÂMARA, 2001).

Segundo Shiki (2004), o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária passa pelo enfrentamento da dívida ambiental herdada do latifúndio, pela solução do conflito da rede da modernidade e pela adoção da Agroecologia como base científica para orientar na escolha de um estilo de agricultura mais apropriado às condições socias, econômicas, ambientais e culturais locais. Uma outra alternativa sustentável para os assentamentos aponta para a necessidade de reconstrução da coesão interna e do laboratório social encontrado nos acampa-

mentos, anterior aos assentamentos. Isso equivale a dizer que o caminho é investir e fortalecer as experiências coletivas também no setor de produção. A prática da cooperação é para o movimento dos trabalhadores sem terra, agora com terra, um grande instrumento pedagógico para a construção do ser social. Ela permite ao trabalhador rural romper com a aparente auto–suficiência e o individualismo e acreditar no êxito da aplicação da força conjunta na produção e nos serviços ligados à sua atividade. Indo um pouco mais além, cooperação é uma forma de organização da produção por meio da divisão social do trabalho em prol da coletividade (MORISAWA, 2001).

Contudo, qualquer coisa que se diga ou que se faça será pouco se não se resolver o problema do aval cruzado em que boa parte dos assentados está implicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU JÚNIOR, H. *Práticas alternativas de controle de pragas e doenças na agricultura.* Campinas: EMOPI, 1998.

AMBROSANO, E.J. et al. *Curso de capacitação em agricultura orgânica*. Campinas: Cati, 2004.

ALMEIDA, P.; CORDEIRO, A. *Sementes da paixão:* estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido. Esperança: AS-PTA, 2002.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D.F. *Desenvolvimento sustentável:* necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ALMEIDA, P.J. *Intoxicação por agrotóxico*: informações selecionadas para abordagem clinica e tradamento. São Paulo: Andrei, 2002.

ALTIERI, M. *Agroecologia:* a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. *Agroecologia:* a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BECHER, D.F. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, D.F. *Desenvolvimento sustentável:* necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BIKEL, U. *Brasil:* expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar. 2004. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical). Alemanha: Universidade de Bonn, 2004.

BIZ, O. Universidade do século XXI. In: ZART, L.L. (org.). *Educação e socio-economia solidária:* paradigmas de conhecimento e de sociedade. Cáceres: Unemat Editora, 2005

BRITO, F.A.; CÂMARA, J.B.D. *Democratização e gestão ambiental:* em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 2001.

BORN, R. H.; TALOCCHI, S. Compensações por serviços ambientais: sustentabilidade ambiental com inclusão social. In: BORN, R. H.; TALOCCHI, S. (org.). *Proteção do capital social e ecológico:* por meio de compensações por serviços ambientais. São Paulo: Vitae Civilis, 2002.

BURG, I.C.; MAYER, P.H. (Org.). *Alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças*. 4. ed. Francisco Beltão: Grafit, 2001.

CAMPANHOLA, C. BETTIOL, W. *Métodos alternativos de controle fitossanitário*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003.

CASADO, G.G.; MOLINA, M.G.; GUSMÁN, E.S. *Introduccion a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundi-prensa, 2000.

CHABOUSSOU, F. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CLARO, S.A. *Referências tecnológicas para a agricultura familiar ecológica:* a experiência da região Centro-Serra do Rio grande do Sul. Porto Alegre: Emater/RS, 2001.

DANIEL, O.; PASSOS, C.A.M.; COUTO, L. Sistemas agroflorestais (silvipastoris e agrossilvipastoris) na região Centro-Oeste do Brasil: potencialidades, estado atual da pesquisa e da adoção de tecnologia. In: CARVALHO, M.M.; ALVIM, M.J.; CARNEIRO, J.C. (Eds.). *Sistemas agroflorestais pecuários:* opções de sustentabilidade para áreas tropicais e subtropicais. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001.

DAROLT, M. Comparação entre a qualidade do alimento orgânico e do convencional. In: STRINGHETA, P.C.; MUNIZ, J.N. (eds.). *Alimentos orgânicos:* produção, tecnologia e certificação. Viçosa: UFV, 2003.

DEMO, P. *Pesquisa:* princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2001.

DUARTE, W. M. et al. Indicadores de Sustentabilidade na Roça de Toca e em Monocultura de Soja. In: I *Mostra Interdepartamental de Trabalhos Acadêmicos da Unemat*, 2, Tangará da Serra, 2004. Cáceres: Unemat Editora, 2004.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável:* origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FABICHAK, I. *Pequenas construções rurais*. São Paulo: Nobel, 2000. 129.

FARREL, J.G.; ALTIERI, M. Cultivos de Cobertura e Cobertura Morta. In: ALTIERI, M. *Agroecologia*: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

FARREL, J.G.; ALTIERI, M. Sistema Agroflorestais. In: ALTIERI, M. *Agroecologia:* bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

FARREL, J.G.; ALTIERI, M. Rotação de cultura e cultivo mínimo. In: ALTIERI, M. *Agroecologia:* bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

FAY, E.F.; SILVA, C.M.S. *Agrotóxicos e ambiente*. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2004.

FERNANDES, B.M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FREIRE, P**.** *Extensão ou comunicação?* . São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P**..** *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GLIESSMAN, S.R. *Agroecologia:* processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOMES, J.C.; BORBA, M. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. *Ciência e Ambiente*, Santa Maria, v. 29, 2004.

GOMES T.C.A. et al. *Como construir um rolo faca: um aliado no manejo do solo em pequenas propriedades*. Rio branco: Embrapa Agrofloresta, 1998. (Instruções Técnicas).

GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia:* crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRÜNINGER, B. “Fair Trade”: o comércio justo. In: HORTIBIO,1. Botucatu, 2002. Botucatu: Agroecológica, 2002.

HIGASHI, T. Agrotóxicos e a saúde humana. *Agroecologia Hoje*, n.12, p.5-8. 2002.

KHATOUNIAN, C.A. Estratégias de Conversão para a Agricultura Orgânica. In: AMBROSANO, E. (coord.). *Agricultura Ecológica*. Guaíba: Agropecuária, 1999.

KHATOUNIAN, C.A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KIEHL, E.J. *Manual de compostagem: maturação e qualidade de composto*. Piracicaba: Edmar José Kiehl, 2002.

KIEHL, E.J. *Fertilizantes orgânicos*. São Paulo: Ceres, 1985.

KITAMURA, P.C. Agricultura sustentável no Brasil: avanços e perspectiva. *Ciência e Ambiente.* Santa Maria, v.27, 2003.

LAMAS, F.M.; FILHO, G. A. M.; VIEIRA, C. P.; FERRAZ, C. T.et. alli. *Diagnóstico de Assentamentos Rurais em Mato Grosso do Sul***.** Dourados: Embrapa.

LEFF, E. *Ecologia y capital:* racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. 4. ed. Coyoacan: Siglo Vinteuno, 2001.

LIEBMAN, M. Sistemas de policultivos. In: ALTIERI, M (Org.). *Agroecologia:* bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

MACHADO, M.; MATTOS, J.L.S. Estágio de vivência no Assentamento Antônio Conselheiro. In: *I Mostra Interdeprtamental de Trabalhos Acadêmicos da Unemat*, 2. Tangará da Serra, 2004. Cáceres: Unemat Editora, 2004.

MARIA, J.P.. *Novos paradigmas pedagógicos para uma filosofia da educação*. São Paulo: Paulus, 1996.

MARPEAU, J. *O processo educativo: a construção da pessoa como sujeito responsável por seus atos*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MASSELI, M.C. *Extensão rural entre os sem-terra*. Piracicaba: Unimep, 1998.

MAZINI, E.; VEZZOLI, C. *O desenvolvimento de produtos sustentáveis:* os requisitos ambientais dos produtos industriais. São Paulo: Edusp, 2005.

MEYER, A. et al. Os agrotóxicos e sua ação como desreguladores endócrinos. In: PERES, F.; MOREIRA, J.C.M. (orgs.) *É veneno ou é remédio:* agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MIKLÓS, A.A.W. Trofobiose, agricultura biodinâmica e desenvolvimento humano. In: AMBROSANO, E. (Org.). *Agricultura ecológica.* Guaíba: Agropecuária, 1999.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. *A história de luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MUNIZ, J.N.; CASTILHO, M.L.; PIRES, C.F.; RAMOS, L.P. mercado de produtos orgânicos: além do natural. In: STRINGHETA, P.C.; MUNIZ, J.N. (Eds.). *Alimentos orgânicos: produção, tecnologia e certificação*. Viçosa: UFV, 2003.

OLIVEIRA, C.E. *Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra – MT*. Tangará da Serra: Sanches, 2004.

PASCHOAL, A. *Pragas, praguicidas e a crise ambiental.* Problemas e soluções. Rio de janeiro: FGV, 1980.

PASCHOAL, A. D. *Produção orgânica de alimentos:* agricultura sustentável para os séculos XX e XXI. Piracicaba: Paschoal, 1994.

PECHE FILHO, A.; GOMES, J.A.; BERNARDI, J.A. Manejo de fitomassa: considerações técnicas. In: AMBROSANO, E. (org.) *Agricultura ecológica*. Guaíba: Agropecuária, 1999.

PENTEADO, S.R.. *Adubação orgânica: preparo de compostos e biofertilizantes.* Campinas: 100% Impress, 2003.

PENTEADO, S.R. *Controle alternativo de pragas e doenças com as caldas bordaleza, sulfocálcica e viçosa.* Campinas: Silvio Roberto Penteado, 2000.

PENTEADO, S. *Defensivos alternativos e naturais: para uma agricultura sustentável*. 3. ed. Campinas: Silvio Roberto Penteado, 2001.

PERES, F.; MOREIRA, J.C.; DUBOIS, G.S. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: PERES, F.; MOREIRA, J.C.M. *É veneno ou é remédio: agrotóxicos, saúde e ambiente.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

PORTES, T.A. *Produção de feijão nos sistemas consorciados*. Goiânia: Embrapa Arroz e Feijão, 1996. 50p.

PRIMAVESI, A. *Agricultura sustentável*. Manual do produtor rural: maior produtividade, maiores lucros, respeito a terra. São Paulo: Nobel, 1992.

PRIMAVESI, A. *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Nobel, 1997.

PRIMAVESI, A. Trofobiose e prevenção de doenças vegetais. In: AMBROSANO, E. *Agricultura ecológica*. Guaíba: Agropecuária, 1999.

REIGOTA, M. A contribuição da ciência ao desenvolvimento com base ecologista. In: BECKER, D.F. (Org.) *Desenvolvimento sustentável:* necessidade/ou possibilidade? 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

RODRIGUES, G.S. Agrotóxicos e contaminação ambiental no Brasil. In: CAPANHOLA, C. e BETTIOL, W. (Eds.) *Métodos alternativos de controle fitossanitário*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 1998.

RODRIGUES, L.R.A.; RODRIGUES, T. J. D. Alelopatia e adubação verde. In: AMBROSANO, E. *Agricultura ecológica. (org.)* Guaíba: Agropecuária, 1999.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: (Org.). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SEIXAS, J. FOLLE, S.M. *Plantadeira de alho*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1982. (Circular técnica, 14).

SHIKI, S. Caminhos agroecológicos em assentamentos de reforma agrária: relação conflituosa entre atores sociais e naturais. In: RUSCHEINSKY, A. (org.). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SILVA, J.G. *Tecnologia: agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

SOARES, D.M. et al. *Tecnologia para o sistema consórcio de milho com feijão no plantio de inverno*. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e feijão, 1996.

SILVA, F.G. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

VIVAN, J. *Agricultura e florestas: princípios de uma interação vital*. Guaíba: Agropecuária, 1998.

WEHRLE, A. O movimento agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA): por uma nova face para nossa agricultura. In: ALMEIDA, J.; ZANDER, N. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

WOLSTEN, A. R. P. et al. *Metodologia para o planejamento, implantação e monitoramento de projetos de assentamentos sustentáveis na Amazônia*. Rio Branco: Embrapa/CPAF, 1998.

CERTIFICAÇÃO SOCIAL: O COMÉRCIO JUSTO COMO ALTERNATIVA À AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Gilmar Laforga
Farid Eid.

1 – Introdução

Comércio justo pode ser definido como uma parceria comercial baseada na proximidade, transparência e respeito entre produtores e consumidores com pretensão de reduzir as desigualdades no comércio internacional. No comércio justo, o consumidor consciente adquire não somente produtos, mas também relações de compromisso com os produtores ao ficar informado da origem do produto – em seus atributos ético e ambiental (GOMES, 2003; FRETELL, ROCA, 2003). Apoiar os agricultores familiares, sensibilizar o público e realizar campanhas de conscientização, inclusive em escolas, são algumas das atividades mais comumente realizadas pelas organizações de comércio justo que buscam fundamentalmente a mudança de regras e práticas através da promoção da inclusão de produtores marginalizados.

Este artigo busca demonstrar que as práticas do comércio justo apresentam grande potencial de inclusão de agricultores familiares visto seu elevado índice de reconhecimento por parte de consumidores dos chamados países desenvolvidos, mesmo que ainda não se tenha traduzido, proporcionalmente, em um elevado volume de vendas. Comércio justo existe principalmente para produtos alimentares e movimenta anualmente cerca de quinhentos milhões de dólares através de sua principal certificadora (FLO, 2003a), é marginal se compararmos com o comércio agrícola mundial que foi pouco mais de quinhentos bilhões de dólares em 2002 – ainda há que se observar que o comércio agrícola mundial representa apenas 9,29% do comércio mundial (BRASIL, 2004).

Esse artigo está organizado em 3 seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção explora as novas demandas para a agricultura oriundas da superação do fordismo em direção a um outro modelo de características na produção flexível e diversificada. A segunda seção, por sua vez, remete à questão do uso dos selos de qualidade, e aí o apresenta como uma estratégia de identificação e garantia de determinados atributos de valor, especificamente aquele que leva em consideração uma elevação dos padrões sociais no ambiente da produção agrícola - o comércio justo. Por fim, identificam-se as diferentes iniciativas de comércio justo com enfoque ao uso da certificação conferida pela Fairtrade Labelling Organizations International – FLO.

2 - Consumo no Pós-Fordismo

A chamada terceira revolução industrial torna-se a base para uma reestruturação em escala global dos sistemas econômicos, percebidos principalmente nos países de capitalismo avançado. Nesse sentido, também a oferta e a demanda por alimentos foram afetadas, havendo, nos estágios finais de processamento, a inserção de um maior aporte de serviços, deslocando o eixo de acumulação capitalista do modelo fordista para um outro de características na produção flexível e diversificada.

Segundo BONNY (1993) a crise do modelo produtivista, enfermo há décadas, resulta principalmente da mudança do contexto econômico, tanto pelo aumento do preço de certos insumos nos anos 1970, como pela saturação de mercados compradores e pelo desenvolvimento de excedentes que geram conflitos comerciais nos mercados internacionais, como também pelas modificações da demanda dirigida à agricultura e dos limites do modelo devido a sua grande necessidade de capital, os danos ao meio ambiente (agrotóxicos principalmente), custo de suporte dos mercados, estagnação dos lucros do agricultor.

São várias as necessidades de mudança, ao que tange a evolução da demanda dirigida à agricultura, sendo algumas das principais: a) qualidade e não somente a quantidade; b) uma agricultura que polua o menos possível; c) a produção de serviços (turismo, conservação do território e da natureza). Por último, BONNY (1993) destaca o uso de técnicas socialmente aceitas em que os modos de produzir devem evoluir e a ética terá um papel crescente: *"Por causa da multiplicidade dos objetivos designados à agricultura de hoje, da diversidade das demandas que ela recebe e das possibilidades técnicas, pode-se pensar que a agricultura de amanhã será plural e multifuncional; o modelo de produção deverá ser diversificado, adaptável, flexível e imaginativo."* (p. 25)

É preciso ressaltar que a padronização, enquanto um dos aspectos da produção em massa de alimentos, é muitas vezes rejeitada pelos consumidores que lamentam a uniformidade e a perda de identidade. Outro ponto é a insatisfação dos consumidores quanto à distância, física e simbólica que se estabeleceu entre estes e a origem dos alimentos – tornaram-se produtos não identificados, de passado e origens desconhecidos.

No entanto, a negação da padronização, enquanto "produção de modelos *standard*, fabricados em série", que leva à homogeneização das práticas e dos produtos agrícolas, possui uma variante no sentido contrário, de "especificações técnicas" que, por sua vez, participa de um movimento de diversificação e diferenciação[125] (a exemplo da *Appelations d'Origine Controlée* – AOC; *Label Rouge* e outros *labels*/rótulos/selos[126]).

Nesse sentido também vai a conclusão da tese de Marie-Christine Renard onde, contrariamente às análises que privilegiam a generalização das tendências à uniformização e homogeneização das formas de produção e consumo no seio da economia mundial, sua pesquisa confirma que os interstícios existentes, derivadas da globalização, permitem que as organizações de pequenos produtores, articulados aos interesses dos consumidores, alcancem os mercados de países desenvolvidos (RENARD, 1996; 2004).

[125] Referem-se principalmente ao modo de obtenção de produtos e corresponde às aspirações dos consumidores que procuram a diversidade e autenticidade - não sendo vista como um consumo do tipo ostentatório (BONNY, 1993).

[126] Especificamente para a França, onde grande parte dos selos de qualidade encontram-se institucionalizados, existem quatro tipos oficiais para produtos alimentares, são eles: (1988) selo de certificação de conformidade (*Atout Qualité Certifié*) que oferece a garantia de que o produto segue normas específicas de manufatura e/ou composição; (1960) *Label Rouge* que assegura uma qualidade superior ou *premium*; (1991) *Agriculture Biologique* assegura que o produto fresco ou processado foi obtido a partir de técnicas de produção que privilegiam o equilíbrio do meio ambiente e o (1935) *appelations d'origine controlée,* criado originalmente para os vinhos, se refere ao nome de um país ou região ou ainda uma localidade para designar o produto alimentar dali originado, onde as características de qualidade são determinadas pela localização geográfica que o originou, assim como os fatores naturais e humanos. Desses tipos descritos, os dois últimos também se encontram normatizados na União Européia (FAO, 2002).

2.1 - Selos de qualidade: alguns aspectos conceituais

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2002) - pode-se distinguir três categorias principais de selos de qualidade para produtos alimentares:

- Uso dos selos com o objetivo de assegurar sua inocuidade (segurança alimentar ou *safety food*);
- Garantir a qualidade nutricional. Esse fator tem importância no que diz respeito a satisfazer necessidades de consumidores em busca de dietas específicas;
- Uso dos selos como identificadores de atributos de valor. Nesse caso, esses atributos são fatores que estão em um nível superior às preocupações inerentes às duas primeiras categorias e diferenciam os produtos de acordo a algumas características, por exemplo: organolépticas, composição, satisfação de tradições sócio-culturais, educação etc. O mais difundido exemplo nessa categoria é o respeito ao meio ambiente, caso dos orgânicos[127] , e o respeito à vida dos agricultores familiares e trabalhadores envolvidos na produção, ligados ao comércio justo.

O nível de exigência dos consumidores de uma forma geral, e em particular dos produtos agropecuários, tem-se elevado bastante nos últimos anos. Reflexo do aumento do número de informações disponíveis frente a uma oferta cada vez mais variada de produtos. Essa tendência, já consolidada em países desenvolvidos, também encontra guarida nos países em vias de desenvolvimento, ainda que por parte de um pequeno número de consumidores. Na Alemanha, por exemplo, estima-se que cerca da metade dos consumidores tenham preferência por produtos que sejam social e ambientalmente amigáveis. Resultados de pesquisa mostram que o consumidor consciente é aquele altamente seletivo no momento de realizar suas compras. Entre outros aspectos, interessa-se por conhecer particularidades do produto, método de produção e/ou transformação e garantias das características específicas que lhe são oferecidas. Esse último reveste-se de grande importância porque sob essas condições está disposto a pagar um preço mais alto – o chamado preço prêmio (PIEPEL, 2000).

Observa-se que esse mesmo consumidor consciente pode estar disposto também a boicotar empresas consideradas irresponsáveis na relação com os fornecedores (a exemplo de agricultores), trabalhadores ou o meio ambiente. PETTI (2001) cita dados de pesquisa realizada em 2000, na Grã-Bretanha, onde 44% dos consumidores evitaram comprar naquele ano produtos de empresas vistas como não respeitosas dessas relações. Outros resultados dessa pesquisa são: 44% dos marca chega a 64%); 70% dos consumidores europeus dizem que a atuação social

[127] No mercado mundial só possuem valor agregado orgânico os produtos certificados por agências credenciadas à *International Federation of Organic Agriculture Movements* – IFOAM, órgão internacional reconhecido consensualmente. No Brasil, o primeiro selo de certificação a se associar a IFOAM foi o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento – IBD. O IBD é uma ONG sem fins lucrativos, fundada em 1982 a partir da Associação Tobias, com o objetivo de pesquisar aplicadamente em Agricultura Biodinâmica. Localiza-se no Conjunto Demétria em Botucatu, interior de Estado de São Paulo. Pela Instrução Normativa número 7 do Ministério da Agricultura e Abastecimento: *"Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócio-econômicos respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados-OGM/ transgênicos, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando transparência em todos os estágios da produção e da transformação"* (BRASIL, 1999).

das empresas pesa na hora de escolher o que comprar (84% na Holanda); 37% dos europeus compraram algum produto ético (incluídos os do comércio justo) e 58% dos consumidores entrevistados acreditam que as empresas não dão atenção a fatores ligados à responsabilidade social. Aponta ainda que a maior preocupação de altos executivos de empresas (foram pesquisados 150 ao todo) contra ataques de ativistas de direitos humanos, ambientalistas ou grupos de defesa do consumidor é maior do que aquelas advindas de sindicatos e governantes.

Essa nova realidade é percebida pelas empresas de duas formas: sofrer boicotes e ter sua reputação arranhada, perder participação no mercado e então valor nas bolsas, ou então enxergá-la como novas oportunidades de mercado. Como reflexo, grandes empresas buscam freqüentemente formas de participar no FTL, e verem assim vinculadas suas imagens à responsabilidade no trato das questões social e ambiental, a exemplo de Starbucks, Nestlé, Mcdonalds, Dole, Neumman Group Coffee entre outras.

O uso dos selos ocorre de uma forma voluntária[128] , não compulsória, em que a adesão por parte das empresas dependerá da atratividade do apelo aos consumidores. Porém, para garantir efetivamente credibilidade, transparência aos atributos diferenciadores reclamados, deve possuir sistemas de controle. Esses sistemas consistem no estabelecimento de uma entidade independente da empresa, chamado organismo certificador que verifica e controla, assegurando os atributos ostentados por determinado produto. A forma visível como o produto mostra se foi verificado se dá mediante a presença de um selo (etiqueta/símbolo/logotipo).

Segundo ZADEK et al (1998) os rótulos ou selos sociais são palavras e símbolos, que associados a produtos ou organizações, procuram influenciar as decisões econômicas de um grupo de agentes, por meio da descrição do impacto de um processo empresarial em outro grupo de agentes. A figura 1 exibe, em dois exemplos para açúcar no Reino Unido, nitidamente o selo (signo) do comércio justo da *Fairtrade Foundation* e o novo selo mundial de FLO, e as palavras "*Guarantees a better deal for third world producers*". No verso, a inscrição "*The Fairtrade Mark on this sachet is your independent guarantee that sugar meets international fairtrade standards and gives its growers in the third world a better deal*" lembra ao consumidor a consequência de sua escolha. A figura 2 (embalagem de chocolate) denota, além do selo de comércio justo de Transfair (Alemanha), a identificação de um importador alternativo (*Gesellschaft zur Förderung der Partenerschaft mit der Dritten Welt mbH* – GEPA) e a indicação de ser um produto livre de ingredientes geneticamente modificados (no alto da embalagem).

[128] Não se deve confundir a certificação de atributos diferenciadores como, por exemplo, a Lei 9.972/2000, de 25 de maio de 2000, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA – que trata da classificação e padronização dos produtos vegetais. Nesse caso, o respeito à referida lei e as instruções normativas (número 09/2002 e 09/2003) da Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA – e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO – não se dá em base voluntária e está de acordo ao cumprimento de exigências feitas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11 de novembro de 1990 – pode ser consultado em www.idec.org.br). Trata-se da regulamentação quanto às embalagens destinadas ao acondicionamento, manuseio e comercialização de produtos hortícolas *in natura* e exige, entre outros aspectos, a identificação do produtor (CPF ou CNPJ, endereço), nome comum e variedade do produto, data de embalamento, peso líquido que devem estar inscritos em um carimbo impresso na embalagem. Para uma visão sobre a aderência à esse programa ver pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA/USP/ESALQ (VITTI & SILVA, 2004). Por outro lado, as certificações de atributos diferenciadores exigem sistemas de certificação independentes que possam verificar e/ou controlar a partir do estabelecimento de *standards* (padrões, critérios) específicos ou mesmo usando normas nacionais ou internacionais (a ex. das convenções da OIT).

FIGURA 1: *Sachets* de açúcar, o primeiro (frente e verso) exibindo o selo de comércio justo de FTF e orgânico; o segundo exibindo o novo selo mundial de FLO.

FIGURA 2: Vista parcial de uma embalagem de chocolate.

Para que os selos sejam efetivos ao mostrar os atributos de valor diferenciadores de um produto, requerem algumas condições (FAO, 2002), o selo deve ser reconhecido pelo mercado objetivo do produto; deve garantir que um organismo independente controla ou verifica a característica diferenciadora ostentada; a entidade certificadora seja reconhecida como autoridade na matéria que avalia; o consumidor deve ser educado (informado/sensibilizado/conscientizado) quanto aos atributos diferenciadores que o selo sustenta; deve existir um mercado interessado nos atributos diferenciadores que o produto oferece; e por fim, existir um mercado com capacidade de compra para pagar o valor agregado pelo atributo diferenciador correspondente.

Em resumo, os benefícios da presença de um selo identificador são, entre outros, para melhorar a diferenciação do produto no ponto de venda, proporcionar confiança ao consumidor e lhe oferecer garantia de conformidade contra critérios específicos. Os programas de certificação são necessários quando a característica diferenciadora não pode ser comprovada diretamente pelo consumidor porque é o resultado de muitas decisões de manejo durante o processo produtivo.

A motivação para se adotar um programa de certificação de produto é capturar uma parte do mercado que está disposta a pagar pelos atributos e características diferenciadoras. Os retornos da certificação dependem logicamente do número de consumidores que demandam produtos de melhor qualidade e que estão dispostos a pagar mais por essa diferença em qualidade. Por outro lado, pode ocorrer grande confusão por parte dos consumidores quanto aos diferentes atributos dos inúmeros selos existentes levando ao descrédito dessa prática, sem contar a confusão por parte dos produtores.

Logo abaixo, apresenta-se um quadro resumo sobre os objetivos e categorias de produtores que buscam a certificação em alguns dos mais conhecidos programas. Esse quadro busca esclarecer as melhores alternativas e oportunidades oferecidas pelos diferentes organismos de certificação[129] , em verdade, trata-se mais de um guia prático para orientação de produtores com vistas ao mercado externo.

[129] Organizações que operam sistemas de certificação devem estar em conformidade à norma 65 da *International Organization for Standarization* – ISO (equivalente às Normas Européias EN 45004 e EN 45011). Essa conformidade garante independência, imparcialidade e confidencialidade em todos os procedimentos.

QUADRO 1: Objetivos dos programas e categorias de produtores que buscam a certificação.

Programa de certificação	Principais categorias	Objetivos dos programas	Principais vantagens	Principais limitações
Orgânica	Pequenos, médios e grandes produtores	Produzir utilizando ao máximo os recursos da propriedade, protegendo o meio ambiente e a saúde humana	O produtor, em geral, recebe um melhor preço por seus produtos; O mercado esta em expansão; Podem ser certificados uma grande variedade de produtos;	Exige um período de transição de 2 a 3 anos; Dificuldades técnicas com alguns produtos em algumas situações de infestação de pragas e doenças;
Comércio justo	Pequenos produtores organizados em associações/cooperativas	Melhorar o acesso aos mercados e às condições comerciais para os pequenos produtores	O produtor recebe um melhor preço por seus produtos; O custo de certificação é nulo para o produtor (em mudança);	A quantidade de produtores certificados é limitada (dependente das oportunidades que oferecem o mercado); Uma vez certificado não há garantias de vendas; Atualmente estão certificados cerca de 20 produtos (em rápida expansão);
Rainforest alliance	Principalmente grandes produtores, e mais recentemente, também alguns pequenos e médios.	Motivar os produtores para que busquem a sustentabilidade de seus sistemas de produção	Ferramenta que se pode usar para promover o produto no mercado; Flexível ao uso dos agroquímicos;	Não necessariamente o produtor recebe algum sobrepreço; O custo de certificação pode ser alto; Atualmente estão certificados apenas 5 tipos de produtos;
SA 8000 (SAN)	Uma pequena quantidade de grandes empresas e agroindústrias; Atualmente uma pequena quantidade de médias e grandes agroindústrias (em expansão)	Melhorar as condições de trabalho e de segurança no local de trabalho Melhorar a produção de alimentos seguros e o rastreamento dos produtos	Ferramenta que se pode usar em campanhas de relações públicas das empresas; A eficiência, contratações e manutenção da força de trabalho pode melhorar;	O produtor não recebe nenhum sobrepreço ou prêmio especial; O custo de certificação pode ser alto; Em caso de produção sazonal é difícil de se aplicar;
EUREPGAP[130]	Atualmente uma pequena quantidade de médias e grandes agroindústrias (em expansão)	Melhorar a produção de alimentos seguros e o rastreamento dos produtos	Melhora o acesso às cadeias de supermercados de EUREP principalmente na Europa ocidental; Pode ajudar a adaptar-se a outras regras de rastreabilidade de produtos;	Carga de procedimentos administrativos é alta; O produtor não recebe nenhum sobrepreço ou prêmio especial; O custo de certificação pode ser alto;
ISO 14001	Grandes agroindústrias	Colocar em prática um sistema de gestão ambiental	Norma industrial bastante conhecida; Pode melhorar a eficiência de operação e reduzir seu impacto ambiental;	O produtor não recebe nenhum sobrepreço ou prêmio especial; O custo de certificação pode ser alto; Pode não representar uma vantagem no mercado;

Fonte: FAO 2003,p18-19.

[130] EUREPGAP é um programa privado de certificação voluntária criado por 24 grandes cadeias de supermercados que operam em diferentes países da Europa Ocidental e que organizaram o *Euro-Retailer Produce Working Group* – EUREP. O propósito de EUREP é aumentar a confiança do consumidor na sanidade dos alimentos, desenvolvendo "boas práticas agrícolas" (GAP, abreviação da expressão inglesa). A ênfase de EUREPGAP não está nos aspectos ambientais ou sociais, mas na sanidade (*safety food*) dos alimentos e no rastreamento dos produtos desde sua origem. Os membros de EUREP são: Asda, Mark & Spencer, Safeway, Sainsbury's, Somerfield, Tesco e Waitrose – todos no Reino Unido; Ahold, Albert Heijn, Laurus, Superunie e Trade Service Netherlands na Holanda; Coop e ICA na Suécia; Coop e Migros na Suíça; Delhaize e DRC/Belgium Auction Market na Bélgica; Coop na Itália; Eroski na Espanha; McDonald's e Metro na Alemanha; Spar na Áustria; Super Quinn na Irlanda e Pick'n Pay na África do Sul.

3 - Certificação Social e o Comércio Justo: elevação nos padrões sociais da produção

Nos últimos quinze anos, a consciência e a sensibilidade das condições sociais sob as quais os produtos foram produzidos têm crescido fortemente. Essa tendência para maior consciência de padrões sociais é uma extensão natural de movimentos anteriores quando os consumidores em países desenvolvidos começaram a evitar comprar produtos com efeitos prejudiciais ao meio ambiente. A razão que se dá ao uso de selos sociais é fruto em especial da decisão da Primeira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio em 1996. Nessa Conferência, ficou decidido que não seriam integradas cláusulas sociais em âmbito dos acordos multilaterais de comércio e, desde então, multiplicaram-se os mecanismos voluntários onde são incorporadas essas questões que ganham importância dia-a-dia (ZADEK et al, 1998; PIEPEL, 2000; EUROPEAN COMMISSION, 2002).

O comércio justo consiste em duas vertentes principais: a) garantir ao pequeno produtor uma parcela maior dos lucros totais referentes à comercialização de um determinado produto; b) melhorar as condições sociais dos trabalhadores, na falta de estruturas desenvolvidas de serviços sociais e de representação no trabalho (a exemplo da representação sindical). Orienta-se a um desenvolvimento de longo prazo em que a participação das iniciativas de comércio justo faz-se sob base voluntária ou, em outras palavras, solidariedade entre produtores e consumidores. A perspectiva européia diferencia o conceito de comércio justo do chamado comércio ético, em que esse último diz respeito a modos operacionais das empresas presentes em um determinado país – códigos de conduta[131] , por exemplo.

Por sua vez, o comércio justo, na prática, apresenta-se das mais variadas formas, sendo as duas principais rotas (ROOZEN, VANDERHOFF BOERSMA, 2002):

- O movimento tradicional de comércio justo, identificados por FT (iniciais de Fair Trade), tem suas raízes na comunidade de ONGs (muitas delas ligadas à Igreja Católica, a exemplo da Misereor, Brot für die Welt, entre outras). A maioria dos produtos vendidos segundo essa rota não possuem um selo de identificação e assim as compras são realizadas com base na confiança. O que oferece a garantia ao consumidor é a própria identidade do FT conferida ao estabelecimento onde realiza suas compras. São locais especializados para esse fim e organizados por grupos de pessoas que trabalham voluntariamente[132] , São estabelecimentos reconhecidos com base na afirmação de seus brand names. São elas um sinal ao consumidor de que os produtos e as práticas de negócio estão de acordo (conformidade) com os princípios do comércio justo. Esses locais são freqüentemente identificados como World Shops (Lojas do Mundo), conformam várias redes reconhecidas como Organizações de Comércio Alternativo (ATO) e possuem, por sua vez, estreita cooperação com a outra forma de praticar o comércio justo – o Fair Trade Labelling, FTL – ou seja, a identificação dos produtos do

[131] Internacionalmente, a *OECD Guidelines for Multinational Enterprises* são as mais conhecidas regras para as empresas que atuam em países em desenvolvimento, e que em alguns casos, não possuem uma legislação nacional que proteja principalmente os trabalhadores (EUROPEAN COMMISSION, 2001; 2002).

[132] Isso é visto por alguns como sendo limitante ao desenvolvimento desse tipo de iniciativa. Assim, um grupo de argumentos críticos vinculadas a essa forma de distribuição é que possuem um desempenho pouco profissional. Poderíamos dizer, por outro lado, que o ideal que move essas pessoas é exatamente o da solidariedade entre trabalhadores.

comércio justo, segundo um selo de qualidade;

- A segunda rota é a Fair Trade Labelling, identificada aqui por FTL, que utiliza selos para garantir a autenticidade dos produtos comercializados como sendo justos. Os produtos "selados" são distribuídos também segundo os estabelecimentos especializados e se credenciam por mei do selo a alcançar os consumidores segundo as vias convencionais – principalmente as redes de (hiper) supermercados. Diversos selos de comércio justo foram criados desde que foi utilizado pela primeira vez na Holanda na segunda metade dos anos 1980 (Max Havelaar[133]). Todos esses selos passaram a ser harmonizados, tanto em âmbito europeu quanto internacionalmente, a criação da Fairtrade Labelling Organizations International – FLO. Já, a partir de 2002, esses selos estão sendo substituídos, paulatinamente, por um único selo mundial. A primeira organização membro de FLO a fazê-lo foi a Max Havelaar Bélgica quando do lançamento do suco de laranja, seguida pela Fairtrade Foundation na Inglaterra e Irlanda, entre outros.

3.1 - Organizações chaves implicadas no comércio justo

A seguir far-se-á uma descrição das principais organizações implicadas no comércio justo - FT e FTL (EUROPEAN COMMISSION, 2001, 2002; EFTA, 2001a, 2001b; FLO, 1999b, 2001, 2003a, 2003b).

FINE: é uma abreviação das iniciais das principais organizações de comércio justo na Europa – **F**LO; **I**FAT; **N**EWS e **E**FTA. Foi criada em 1998 e é uma estrutura informal dotada do objetivo de partilhar as informações, coordenar as atividades e acordar em critérios comuns (harmonização de critérios). Em outubro de 2002 o primeiro autor desse artigo teve a oportunidade de participar de um dos encontros de FINE, em Assissi (Itália), quando 34 participantes estiveram representando as principais organizações do comércio justo.

Após todo o trabalho de harmonização de critérios (desde 1998), foi aprovada nesse encontro, uma definição formal e atualizada para comércio justo. O trecho, reproduzido a seguir, afirma que o comércio justo é uma parceria comercial, baseada no diálogo, transparência e respeito, que busca conferir maior equidade no comércio internacional: "Fair Trade is a trading partnership, based on dialogue, transparency and respect, that seeks greater equity in international trade. It contributes to sustainable development by offering better trading conditions to, and securing the rights of, marginalized producers and workers – especially in the South." (FLO, 2003b, p. 2). Com isso, pretende-se contribuir ao desenvolvimento sustentável via oferta de melhores condições de comércio e garantir os direitos dos produtores e trabalhadores marginalizados que se encontram nos países em desenvolvimento.

Nessa reunião os representantes também decidiram sobre uma definição sobre as organizações do comércio justo que, a traços largos, ao mesmo tempo em que apóiam produtores, pretendem promover mudanças nas regras e práticas do comércio internacional. Essa mudança, por sua vez, seria fruto das ações de conscientização voltadas aos consumidores a fim de promoverem uma opção consciente de consumo: "Fair Trade organisations (backed by consumers) are engaged actively in supporting producers, awareness raising and in campaigning for changes in the rules and practice of conventional international trade." (FLO, 2003b, p. 2).

[133] Max Havelaar era o nome de um romance do século 19 o qual fazia uma severa crítica ao tratamento dispensado aos trabalhadores nas plantações de café na Indonésia, à essa época uma colônia holandesa.

NEWS (Network of European World Shops ou Rede Européia das Lojas do Mundo): criada em 1994, reúne as federações das Lojas do Mundo de 13 países europeus (todos os Estados-Membros, com exceção de Luxemburgo, de Portugal e da Grécia; a Suíça é membro também). Nem todas as lojas estão reunidas em federação, variando a situação de país para país. Em alguns casos, todas as lojas estão numa federação, porém em outros, nem todas são membros. Em outros países existem diversas federações, ou ainda grupos isolados. Além de serem pontos de venda, as Lojas são também um fator importante para conscientização, através de diversas atividades, tais como as jornadas de comércio justo. NEWS funciona como coordenador desse tipo de atividades.

EFTA (European Fair Trade Association ou Associação Européia de Comércio Justo): foi informalmente estabelecida em 1987 e oficialmente registrada como Fundação Européia em 1990. Representa 12 importadores de 9 países europeus (8 Estados-Membros - Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Espanha, Reino Unido e a Suíça). As Lojas do Mundo obtêm, em geral, os seus produtos de importadores nacionais que podem ligar-se às lojas.

IFAT (International Federation for Alternative Trade, Federação Internacional para o Comércio Alternativo): criada em 1989 por organizações de comércio alternativo da África, Ásia, Austrália, Japão, Europa, América do Norte e América do Sul. IFAT é uma coligação de promoção do comércio justo e um fórum para o intercâmbio de informações. Faz a ligação entre produtores agrícolas e artesanais do Sul[134] e as organizações de comércio justo do Norte e do Sul (recentemente a organização VIVA RIO tornou-se um membro de IFAT).

FLO (Fairtrade Labelling Organisations International ou Organizações de Certificação de Comércio Justo Internacional): criada em 1997, FLO Internacional é responsável pela coordenação das iniciativas de certificação de comércio justo, pelo desenvolvimento de critérios internacionais de comércio justo para cada produto e pela coordenação do controle para garantir que os comerciantes e os produtores respeitam esses critérios. É um organismo-quadro cujos membros são as diversas agências de certificação de comércio justo independente, que funcionam no plano nacional, nos países individuais.

É importante ressaltar que NEWS, EFTA e IFAT fazem parte do movimento do comércio justo tradicional e FLO está ligada unicamente ao domínio da certificação (uso do selo social). Por sua vez, o movimento do comércio justo tradicional e as organizações de certificação são interdependentes, uma vez que cerca de 50% do valor dos produtos selados são vendidos pelos pontos de comercialização alternativos, tais como a rede das Lojas do Mundo, ou vendas por correspondência. Além disso, a coordenação local efetuada pela rede das Lojas do Mundo apóia e promove os produtos selados que não disponham das estruturas, ou dos meios para fazerem, por si sós, uma promoção de venda adequada.

3.2 - Fairtrade Labelling Organizations International (FLO): mercados e impactos

Cerca de 18% dos europeus estão sensibilizados (informados/ conscientizados) sobre a proposta do comércio justo e 11% já compraram esse tipo

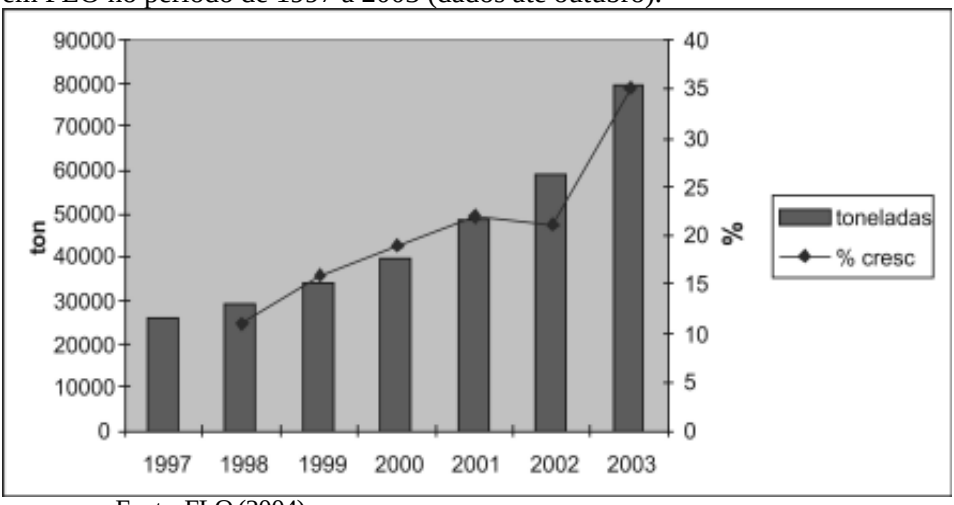
[134] Refere-se, em traços largos, aos países do Hemisfério Sul, tradicionalmente designados por países do "Terceiro Mundo" ou países "em vias de desenvolvimento". Por sua vez, a referência Norte encontra guarida nos países industrializados do Hemisfério Norte (ZADEK, 1998).

de produto. Os consumidores holandeses, entre outros (suíços e ingleses principalmente), são os que melhor identificam a proposta de comércio justo, cerca de 86% já ouviram falar sobre o comércio justo e 74% deles reconhecem o selo (promovido pela Max Havelaar Holanda), e 47% já haviam comprado. Uma outra constatação é que cerca de 70% dos consumidores europeus, entre aqueles que já compraram produtos do comércio justo – cerca de 11%, estariam dispostos a pagar um preço 10% superior por esses produtos. Um aspecto importante que se verifica nesse tipo de consumidor diz respeito à qualificação/educação - em geral, quanto mais alta, maior a disposição em comprar (EUROPEAN COMMISSION, 1998; EFTA, 1998a; 1998b; 2001a; 2001b).

As campanhas de educação/conscientização ganham todo tipo de mídia, inclusive jornais distribuídos pelos (hiper)supermercados ou nos veículos de transporte em massa amplamente utilizados na Europa – a exemplo do metrô de Bruxelas em sua edição de 03 de maio de 2002 que apresentava uma matéria sobre o lançamento do suco de laranja na Bélgica (nesse caso de uma cooperativa brasileira – Coagrosol, Itápolis, SP) e do chá informando ao público em geral o impacto a ser percebido nas organizações de produtores e as dificuldades a serem superadas nos setores em questão (METRO, 2002; DELHAIZE, 2002).

Apesar das vendas ainda não serem uma ameaça às gigantes multinacionais instaladas no setor agroalimentar, as taxas de crescimento das vendas dos produtos certificados para o comércio justo são bastante altas - acima de 35% em 2003. Abaixo podemos verificar o volume de vendas em toneladas, bem como as taxas de crescimento, desde a criação de FLO, em 1997 (Figura 3).

FIGURA 3: Volume de vendas – em toneladas - de produtos certificados em FLO no período de 1997 a 2003 (dados até outubro).



Fonte: FLO (2004)

Os principais mercados compradores para os produtos certificados por FLO são a Suíça e a Inglaterra com 56,8% do total, seguidos pela Holanda (7,5%), Alemanha (5,3%) e Estados Unidos (4,6%). Em 2003, dos 17 organismos nacionais de certificação, membros de FLO, 9 comercializaram 89% de todo o volume (79.503

ton). Desse volume total de vendas, 64,6% deve-se a comercialização de bananas frescas, seguidas pelo café com 24,4%. Ainda que essa comparação em volume não seja muito adequada para mirarmos o desempenho do comércio justo, visto que em moeda o comportamento pode diferir significativamente devido ao baixo valor agregado do produto banana fresca; ao menos nos oferece uma mostra das taxas de crescimento para esses produtos ou mesmo de quais são os principais mercados em relação à demanda (FLO, 2003c).

É importante ressaltar que os benefícios do comércio justo alcançam cerca de 373 organizações de produtores - de primeiro e segundo nível – representando quase 1 milhão de famílias de agricultores e trabalhadores em todo o mundo. Dessas 373 organizações de produtores registradas em FLO, a maioria encontra-se na América Latina e Caribe – 243 (65%); África e Ásia correspondem a 75 (20%) e 65 (15%) organizações de produtores, respectivamente.

O produto com o maior número de organizações de produtores certificadas é o café, com 197 produtores certificados (51,4%); seguido pelo chá com 59; mel com 24; bananas com 18; frutas exóticas com 16; sucos com 12 (entre eles o de laranja com 7 grupos de produtores certificados); açúcar com 12, e outros com 43 (cacau, arroz, flores, vinho, bolas de futebol, etc).

Do conjunto de países que possuem produtores registrados em FLO, o México é aquele com o maior número - ao todo são 54, sendo 40 somente de café (19% do total de produtores e 20,3% dos de café). Os demais encontram-se distribuídos para mel (12), suco de laranja e frutas exóticas (2). Em seguida vem a Índia com 29 (25 delas para chá, o que representa 51% de todas as organizações certificadas para fornecimento de chá). O Peru conta com 25 organizações certificas, sendo 17 delas para café. Colômbia com 20 (19 para café e 1 para banana); Guatemala 20 (16 para café e 4 para mel); África do Sul com 20 (distribuídos entre vinho, chá e frutas exóticas). Em contraste, o Brasil possui apenas 12 grupos de produtores certificados, sendo 4 para suco de laranja, 1 para banana (desidratada), 2 para frutas exóticas e 5 para café (que até 2003 pouco representavam na venda total de café).

Para que se tenha uma idéia da importância do impacto da comercialização dos produtos certificados pelo comércio justo para os agricultores familiares, podemos citar o trabalho de PEREZGROVAS e CERVANTES (2002) que realizaram um estudo em uma cooperativa mexicana (Unión Majomut, Chiapas). Os autores relatam que os cooperados colhem, em média, cerca de 15 quintais[135] de café, onde 80% da renda da família é dependente das vendas desse produto. Para as condições da safra 2001/02 o preço pago aos seus cooperados, alcançados graças à certificação de FLO, foi de $ 12 pesos por kg de café "pergamino" (café em estágio anterior ao benefício seco) e $ 18 pesos pelo orgânico. Em média, os chamados coyotes (atravessadores locais) pagavam apenas $ 6 pesos/kg. Há que se verificar nessa cooperativa uma clara convergência entre a certificação do comércio justo e a orgânica verificada também em vários outros grupos de produtores. Para o caso de Unión Majomut, dos 10.020 quintais de café colhidos na safra 2001/02, cerca de quase 60% era orgânico (colhidos em uma área de 1894 hectares). A organização da produção encontrada em Majomut possui, em

[135] 1 quintal = 100 libras = 45,36 kg.

média, a seguinte configuração: cerca de 4 hectares distribuídos entre café (1,2 ha), grãos básicos (milho e feijão principalmente – 2 ha), 0,5 ha para a horta familiar e o restante para a habitação e outras construções.

4 - Considerações Finais

Esse artigo mostrou que as novas exigências demandadas à agricultura podem se tornar alternativas promissoras ao contingente de agricultores familiares. O comércio justo, aqui apresentado, entre outras oportunidades oferece aos agricultores familiares uma garantia de preços mínimos, relação comercial estável e de longo prazo na comercialização e internaliza os chamados custos sociais da produção. Por sua vez, o conceito, amplamente conhecido dos agricultores centro-americanos e mais especificamente pelos mexicanos, ainda é pouco conhecido dos agricultores brasileiros. A esse respeito, FLORES (2003) argumenta que a principal dificuldade para participar ativamente desse comércio se refere ao fato de que os consumidores europeus não reconhecem o Brasil como sendo um país com necessidades maiores de apoio, ou seja, comparativamente a países do terceiro mundo, nem um nível de pobreza menor. Outra dificuldade é a falta de organização dos agricultores familiares mais pobres, para poder ter uma escala de produção compatível com a demanda. Outros entraves que podemos citar, também observados por FLORES (2003), que não são específicos para a participação da agricultura familiar brasileira no mercado justo, mas à sua própria viabilidade como um todo, tais como: a) financiamento do processo de produção e/ou beneficiamento do produto; b) informações sobre o processo de exportação, quanto à qualidade e apresentação do produto, tramitação burocrática e mercado consumidor; c) organização local dos produtores para garantir escala e continuidade de oferta; d) soluções tecnológicas para aprimoramento da produção e/ou beneficiamento.

Por fim, comércio justo ainda se encontra em construção, mas não pode ser entendido como sendo uma iniciativa que por si só irá alterar o quadro de exclusão do conjunto de agricultores familiares. Por outro lado, fortalece a perspectiva de formação de um novo modelo de desenvolvimento que se estrutura na organização local da produção em bases mais solidárias e adequadas em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, a parcela que se vê incluída nessa dinâmica experimenta uma sensível melhoria em suas condições de reprodução social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNY, S. A padronização tecnológica na agricultura: formas, origens e perspectivas a partir do caso francês. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.10,n.1/3, 1993, p. 9-34.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução Normativa n. 07, de 17 de maio de 1999. Normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. *Diário Oficial da União* – DOU -, Brasília, DF, p. 11, 19 maio 1999.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mundo:

Exportações de produtos agrícolas, exportação total de mercadorias e participação da agricultura nas exportações. *Planilha Excell*. www.agricultura.gov.br Acesso em 15 janeiro de 2004.

DELHAIZE. Max *Havelaar sinaasappelsap*: ein nieuw sap breidt het programma van Max Havelaar – producten uit. Brussel: OPUS, n.96, mei 2002.16 jaar.63p.

EFTA. EUROPEAN FAIR TRADE ASSOCIATION. *Facts and figures on the fair trade sector in 16 European countries*. Maastricht:EFTA, The Netherlands. 1998a.83p.

_____ (Org). *Anuario del comercio justo* 1998-2000. EFTA/Intermón. Gent:Druk in de Weer. enero 1998b.173p.
_____. *Fair trade in Europe 2001*: facts and figures on the fair trade sector in 18 european countries. Maastricht: EFTA, Netherlands, January 2001a. (Survey prepared by Jean Marie Krier).80p.
_____ (Org). *Fair Trade Yearbook*: Challenges of Fair Trade 2001-2003. EFTA/Intermón. Gent:Druk in de Weer. December 2001b.199p.

EUROPEAN COMMISSION. *European Workshop on Monitoring of Codes of Conduct and Social Labels*. Brussels. Directorate General for Employment, Industrial Relations and Social Affairs. V/D.1.25 november 1998.

_____. *Green Paper*: promoting a European framework for corporate social responsability. Brussels: COM[2001]366 final. 18jul.2001. 35p.

_____. *Corporate Social Responsibility* (CSR): a business contribution to sustainable development. Brussels: COM[2002]347 final. 2 jul.2002. 24p.

FAO. *Estudio sobre los principales tipos de sellos de calidad en alimentos a nivel mundial*: estado actual y perspectivas de los sellos de calidad en productos alimenticios de la agroindustria rural en America Latina. Santiago de Chile: [s.n.], enero de 2002. 97p. (mimeo). (Oficina Regional para América Latina y el Caribe).

_____. *?Es la certificación algo para mí?* San José:RUTA/FAO. Unidad Regional de Asistencia Técnica, 2003. 32p. (Series de Publicaciones Ruta: material de capacitación.
_____. *Annual Review* – 1999. Bonn:[s.n.], 1999b.8p.

FLO. *Report 2000-2001* – Developing Fairtrade Labelling. Bonn: [s.n.], jun 2001, 16p.

_____. *Generic fairtrade standards for small farmers*' organizations. Bonn, december 2002a. 12p.

_____. *Annual Report 2002-2003* – Cum Laude. Bonn: Prima Print; jun 2003a.20p.

_____. *FINE*: joined boards meeting in Assissi, Italy – 20 october 2002 (minutes).

Working paper nº4 – Board Meeting (29-31 jan 2003, Amsterdan).2003b, 3p.

_____. *FLO Strategic Business Plan 2003-2008*: a quantum leap in the impact of fairtrade labelling. Bonn, december 2003c.22p. (Final version to FLO Board Meeting, Bonn, 24-26 jan 2004).
_____. *Annual Report 2003-2004* – Shopping for a better world. Bonn: Prima Print; jun 2004.26p.

FLORES, M. *Comércio Équo-Solidário Brasil-Europa*. Disponível em < http://www.bnaf.org.br/palest01.pdf >. Acesso em 18 novembro 2003. 7p.

FRETELL, A.C.; ROCA, H.O. Comércio Justo. In: CATTANI, A.D. (Org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 33-44.

GOMES, R. *Comércio justo*: entre a solidariedade e a utopia. Proposta, Rio de Janeiro: FASE, n.98, ano 30, p. 46-54, set/nov de 2003.

METRO. Na koffie, Max Havelaar thee em sinaassap. *Strip & Topics*. Brussels, Vrijdag, 3 mei 2002 (mimeo), p.13.

PETTY, C.H. *Grande ameaça, grande oportunidade*: a ética que se vende. Exame, São Paulo, ano XXXV, nº12, Edição 742, 13 junho 2001, p.24-25.

PIEPEL, K. S*ocial Labels and Codes of Conduct*: a position paper. (Faitrade Policy nº2). Aachen: Transfair, Misereor and Brot für die Welt. 2000.42p.

PÉREZGROVAS, V. & CERVANTES, E. *Evaluación de los benefícios actuales y el potencial para el combate a la pobreza de la participación en redes de comercio justo de café en la Unión Majomut*. Colorado State University. Fair Trade Research Group - FTRG. San Cristóbal de las Casas, Chiapas, julio 2002. 26p. mimeo.

RENARD, M.C. *Les interstices de la globalisation*: un label (Max Havelaar) pour les petitsproducteurs de cafe. Toulouse, 5 de julho 1996. Université de Toulouse Le-Mirail. Doctorat en Etudes Rurales. Sociologie. 151p.

_____. *Entre la equidad y el mercado*: el comercio justo. XI Congreso Mundial de Socilogía Rural. Thordheim, 25-30 julio, 2004, 19p. mimeo. (Sesión especial del RC40 – Peasants Between Social Movement and the Market).

ROOZEN, N. & VANDERHOFF BOERSMA, F. *La Aventura del Comercio*

Justo: una alternativa de globalización, por los fundadores de Max Havelaar. (trad.H.J.M. Janssen). Oaxaca: El Atajo Ediciones, 2002.231p.

VITTI, A.; SILVA, R.C. *Identificação*: o rótulo agora é obrigatório. Hortifruti Brasil. Piracicaba: CEPEA-USP/ESALQ, ano 2, n.22, março de 2004, p. 7-11.

ZADEK, S.; LINGAYAH,S. FORSTATER,M. *Social Labels*: tools for ethical trade. Report of the New Economics Foundation/UK for DGV/DG1 of European Commission(1998).

PROPOSTAS DA SÉRIE SOCIEDADE SOLIDÁRIA

a) Constituir-se num veículo que leva como mensagem a filosofia (ética, política, educacional...) da possibilidade;

b) Para tanto é necessário sonhar. Mas não o sonho, que se sonha só;

c) Ao sonhar o sonho coletivo, usar a imaginação e lançar-se na viagem da utopia;

d) A utopia nos traz a imagem do novo, da criatividade social, da cooperação, da solidariedade, da responsabilidade;

e) O novo como forma de contradição à sociedade de competição, de exclusão, de dominação, de exploração;

f) Estes cenários precisam ser interpretados, para provocar a ação da mudança social;

g) A transformação que requer a consciência crítica e a consciência organizativa;

h) Que exige o agir reflexivo: um novo conhecimento – que apreenda a complexidade, a eticidade, a poeticidade, politicidade, a processualidade... das ações humanas;

i) Fazer ciência compromissada com a Sociedade Solidária.

SOBRE OS AUTORES

Adebaro Alves dos Reis – Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Pará. Economista. Área de Atuação: Economia. E-mail: adereis@ufpa.br

Aleido Díaz Guerra – Professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Sinop. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidad de La Habana, UH, Cuba. Área de atuação: Economia e Educação. E-mail: aleido@terra.com.br

Alejandro Labale – Professor da Fundação Universitária regional de Blumenau. Doutor em antropologia social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Áreas de atuação: Economia Solidária; Extensão Universitária; CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). E-mail: aglabale@furb.br

Ana Maria Mendes Pires – Professora do Departamento de Políticas e Trabalhos Sociais da Universidade Federal do Pará. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Área de Atuação: Serviço Social, Sociologia e Educação. E-mail: napires@ufpa.br

Armando Lírio de Souza – Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Pará. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará. Área de Atuação: Economia. E-mail: lírio@ufpa.br

Armando de Melo Lisboa – Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Sociologia Econômica pela Universidade Técnica de Lisboa, U.T.LISBOA, Portugal. Área de Atuação: Economia. E-mail: alisboa@matrix.com.br

Clovis Vailant – Lotado no Núcleo Unemat – Unitrabalho. Especialista em Turismo e Desenvolvimento Local e Regional. Atua nas áreas de: Geoecologia, Hidrogeografia, Geomorfologia, Pedologia, Sensoriamento Remoto, Climatologia Geográfica. E-mail:vailant@unemat.br

Dilma Lourença da Costa – Professora do Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Cáceres. Especialista em Ensino de Geografia Área de Atuação: Geografia. E-mail: costad@terra.com.br

Euzalina da Silva Ferrão - Socióloga e mestranda do Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Pará. Área de Atuação: Antropologia e Sociologia. E-mail: elzaferrao@ufpa.br

Fernando Kleiman – Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília. Área de Atuação: Sociologia e Economia. E-mail: fernando.kleiman@mte.gov.br

Farid Eid – Profesor do Departamento de Engenharia da Produção da Universidade Federal de São Carlos. Doutorado em Dotoract En Economie Et Gestion (Nouveau Regime) – Université Picardie Jules Verne, Upjv, França. Áreas de atuação: Organização do Trabalho, Economia Solidária, Economia do Trabalho, Cooperativismo, Economia Agrária, Processos de Trabalho. E-mail: farid@power.ufscar.br

Fiorelo Picoli - Professor do Departamento de Administração da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Sinop. Doutor em Administração e Direção de Empresas pela ULE – Universidade de León Espanha. Área de atuação: Administração, Ciência Política e Sociologia. E-mail: fiorelop@hotmail.com

Gabriela D'Ávila Schüttz – Professora de Ciências Políticas e Antropologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Área de Atuação: Sociologia. E-mail:

Gilmar Laforga - Professor do Departamento Administração da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Tangará da Serra. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. Área de Atuação: Agronomia, Administração e Medicina Veterinária. E-mail: laforga@uol.com.br

Ilma Ferreira Machado – Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* Universitário de Cáceres. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Área de atuação: Planejamento Educacional, Métodos e Técnicas de Ensino, Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico, Teoria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Curricular. E-mail: ilmafm@terra.com.br

João Ivo Puhl - Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Cáceres. Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Área de atuação: História, Filosofia e Teologia. E-mail: jivop@terra.com.br

Jorge Luiz Shirmer de Mattos - Professor do Departamento de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Tangará da Serra. Doutor em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa. Área de atuação: Agronomia e Zootecnia. E-mail: mattos@unemat.br

Josiane Magalhães – Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Cáceres. Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Área de Atuação: Sociologia, Educação e Pedagogia. E-mail: josimag@ig.com.br

Josivaldo Constantino dos Santos – Professor do Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Sinop. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Área de atuação: Políticas Públicas, Filosofia da Educação, Planejamento Educacional. E-mail: josirosi@terra.com.br

Juvenal Melvino da Silva Neto - Professor do Departamento de Administração da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Sinop. Especialista em MBA em Gestão de Empresas. Área de atuação: Administração e Economia. E-mail: juvenal.silva@utoronto.ca

Luiz Inácio Gaiger – Professor do Departamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos Pós-Doutor pela Universite Catholique de Louvain, U.C.L., Bélgica. Área de Atuação: Sociologia e Educação. E-mail: gaiger@poa.unisinos.br

Laudemir Luiz Zart – Professor do Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso - *Campus* Universitário de Sinop. Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Área de atuação: Sociologia, Educação, Sócio-economia Solidária e Educação Ambiental. E-mail: zart@unemat.br

Maria Eunice Dias Wolf – Bacharel e Licenciada em Letras. Graduanda em Direito. Coordenadora Nacional da ADS – 2003 até 2006. E-mail: eunicewolf@ads.org.br

Maria José de Souza Barbosa - Professora do Departamento de Políticas e Trabalhos Sociais da Universidade Federal do Pará. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.Área de Atuação: Serviço Social, Planejamento Urbano e Regional. E-mail: majose@ufpa.br

Marilú Antunes da Silva – Professora do Departamento de Filosofia e Sociologia da Universidade Regional de Blumenau. Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO. Área de Atuação: Educação e Economia. E-mail: marilu@furb.br

Marilza Machado – Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Tangará da Serra. E-mail: marimachadobio@bol.com.br

Odimar João Peripolli – Professor do Departamento de Pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Sinop. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Área de Atuação: Educação. Pesquisa Educacional. E-mail: familiaperipolli@ibest.com.br

Paulo Alberto dos Santos Vieira - Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade do Estado de Mato Grosso - *Campus* de Cáceres. Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia – IE/UFU. Área de atuação: Economia e Educação. E-mail: pasvieira@terra.com.br

Rogério de Oliveira Costa – Técnico na Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis. Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Área de Atuação: Ecologia e Genética. E-mail: rogeriobiologia13@yahoo.com.br

Ronaldo Santos de Freitas - Graduação em Engenharia Agronômica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Área de Atuação: Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola. E-mail: fasecac@terra.com.br

Sandro Benedito Sguarezi – Professor do Departamento de Administração da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Tangará da Serra. Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Área de Atuação: Administração. E-mail: sandrosguarezi@terra.com.br

Willian Marques Duarte – Acadêmico Curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Tangará da Serra. Área de Atuação: Zootecnia. E-mail: willianagronomia@yahoo.com.br

Wilson Luconi Jr. - Professor do Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* de Tangará da Serra. Especialista em Gestão de Pessoas. Área de Atuaç2
ão: Psicologia, Administração, Educação e Letras. E-mail: luconi@gmail.com

Artísta Plástica

Mari Bueno, natural de Marechal Cândido Rondon-PR, reside em Sinop desde 1979. Aos doze anos iniciou suas atividades artísticas. Durante estes anos trabalhando com óleo sobre tela desenvolveu uma técnica própria procurando sempre valorizar temas da região de Sinop e de Mato Grosso: seus moradores, ruas, trabalhadores, arquitetura, fauna e flora. Foi acadêmica do curso de Letras da UNEMAT se formando em 1995. Participou de várias exposições e recebeu treze premiações no Brasil e no Exterior (Egito, Alemanha e Suíça). Entre elas a obra "POR QUE" da série QUESTÕES HUMANAS premiada na 3º BIENAL DE ARTE MODERNA DE MATO GROSSO em 2004.

II - EMESOL

Encontro Mato-grossense de Educação e Sócio-economia Solidária
e a publicação do livro Educação e Sócio-economia:
Integração Universidade - Movimento Sociais
tornaram-se viáveis com o apoio e patrocínio das seguintes entidades:

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso

SECITEC

FAPEMAT

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ministério do Meio Ambiente

INCRA

CAIXA

NUPEET
Núcleo de Pesquisa, Extensão e Ensino em Políticas Públicas, Educação e Trabalho.

PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

UNITRABALHO